

PORTVGALIA

NOVA SÉRIE, VOLUME XXVI



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

2005

PORTVGALIA

REVISTA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS E TÉCNICAS DO PATRIMÓNIO
DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
(SECÇÃO DE ARQUEOLOGIA)

DIRECTOR
Mário Jorge BARROCA

COMISSÃO EDITORIAL
Carlos Alberto Brochado de ALMEIDA
Mário Jorge BARROCA
Rui Manuel Sobral CENTENO
Susana de Oliveira JORGE
Vítor de Oliveira JORGE
António Baptista LOPES
Sérgio Emanuel Monteiro RODRIGUES
Maria de Jesus SANCHES
Armando Coelho Ferreira da SILVA
Teresa SOEIRO

INTERCÂMBIO
PORTVGALIA
Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
A/C Mário Jorge BARROCA
Via Panorâmica, s/nº
4150-564 PORTO

IMPRESSÃO:
Sersilito - Maia

ISSN: 0971-4290
Depósito Legal: 1069923/97

Solicita-se permuta - On prie bien de vouloir établir l'échange
Sollicitiamo scambio - We would like exchange - Tauschverkerhr erwünscht

ÍNDICE

A MAMOA 1 DO CASTELO (JOU) – MURÇA (TRÁS-OS-MONTES): RESULTADOS DOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E DE RESTAURO DUM DÓLMEN DE VESTÍBULO

Maria de Jesus Sanches, Susana Andreia Nunes e Margarida Santos Silva 5

SÍTIO PRÉ-HISTÓRICO DO CASTANHEIRO DO VENTO (VILA NOVA DE FOZ CÔA): PRINCIPAIS CONCLUSÕES DAS ESCAVAÇÕES DE 2005

Vítor Oliveira Jorge et alii 41

PRECISIONES METODOLÓGICAS ACERCA DE LOS INDICIOS PALEOPALEOLÓGICOS DE AGRICULTURA EN LA PREHISTORIA DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

J.A. López Sáez e L. López Merino 53

RESTOS FAUNÍSTICOS DO CRASTO DE PALHEIROS (MURÇA). CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO NO CALCOLÍTICO E NA IDADE DO FERRO NO NORDESTE PORTUGUÊS

João Luís Cardoso 65

NOTAS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA ESTAÇÃO DO PUIO – PICOTE, MIRANDA DO DOURO

Dulcineia C. B. Pinto 77

UM ANEL ROMANO DE ST^a CRISTINA DOS LONGOS

Graça Cravinho e J. J. Rigaud de Sousa 113

SINAIS DE ROMANIZAÇÃO NA TORRE DE LAPELA - MONÇÃO

Carlos A. Brochado de Almeida 119

ARQUEOLOGIA MEDIEVAL EM PORTUGAL: 25 ANOS DE INVESTIGAÇÃO

Isabel Cristina Ferreira Fernandes 149

UM CONJUNTO DE FAIANÇAS DA VILA DE ALCOUTIM

Alexandra Gradim 175

ERRATA DO VOLUME 25 206

A Mamoia 1 do Castelo (Jou) – Murça (Trás-os-Montes): Resultados dos trabalhos de escavação e de restauro dum Dólmen de Vestíbulo

Maria de Jesus Sanches *
Susana Andreia Nunes **
Margarida Santos Silva ***

ABSTRACT

Results from excavation work carried out at Mamoia do Castelo (Trás-os-Montes, North-eastern Portugal) in 2000-2001, are presented here. This is a megalithic monument, with chamber and other access structures - corridor opened directly in the clayey sediments, antechamber – in connexion with a covering sub-circular mound. Special emphasis is given to the different phases of construction / use / “closure” during the 4th millennium / first half of 3rd millennium BC. The intentional and constant use of fire is also pointed out. This may have a ritual significance. Attention is drawn to the engravings found on the inner orthostats.

1. LOCALIZAÇÃO DO MONUMENTO, SEU ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO E OBJECTIVOS DA ESCAVAÇÃO

A mamoa 1 do Castelo implanta-se no topo aplanado de uma pequena colina de encostas muito suaves, destacando-se da paisagem envolvente, ainda que a sua visibilidade esteja condicionada em certas direcções devido à existência de pontos de cotas mais elevados nas proximidades.

Monumento já conhecido da população e da bibliografia¹, a mamoa 1 do Castelo foi realocada durante a prospecção realizada no âmbito do projecto LAMARL².

* Departamento de Ciências e Técnicas de Património (DCTP) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: msanches@letras.up.pt).

** Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (e-mail: susana.andreia@netcabo.pt).

*** Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

¹ É praticamente inexistente a bibliografia sobre este tipo de vestígios pré-históricos na região; a única referência que encontramos deve-se a António Luís Pinto da Costa: “Na freguesia de Jou e no lugar do Castelo, existem, a quinhentos metros do castro, três mamoas, bem salientes na paisagem planáltica do sítio. Uma parece estar intacta, mas as duas restantes já não têm a laje de cobertura. Não parecem ter corredor de acesso; se o têm, é de pequenas dimensões.” (Costa, 1992: 29)

² “Levantamento Arqueológico de Murça e Área Adjacente à Ribeira de Lila” (LAMARL), desenvolvido pelas signatárias e ainda por Rafael Morais, durante os anos de 1998 a 2001, apoiado pelo Instituto Português de Arqueologia e pela Câmara Municipal de Murça. Este programa foi ainda inscrito na linha de Pré-história do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto (FCT) tendo sido financiado neste âmbito.

Originalmente fazia parte de um núcleo de pelo menos 3 monumentos, que incluía ainda as mamoas 2 e 3 do Castelo, destruídas recentemente, e que se localizariam a cerca de 350 metros para sul³.

Administrativamente integra-se no lugar do Castelo, freguesia de Jou, concelho de Murça, distrito de Vila Real (Trás-os-Montes) e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: latitude – 41º 29' 04" N; longitude – 7º 24' 5.3" W (meridiano internacional), a 709 metros de altitude (segundo a “Carta Militar de Portugal”, escala 1:25 000, folha 75 – Santa Maria de Émeres, 2ª ed., 1998).

A mamoa 1 do Castelo insere-se no território que denominamos de “Terras de Jou”⁴, no qual os 13 *tumuli* que se conhecem se distribuem de forma isolada ou em pequenos núcleos de 2 a 3 monumentos. Integra-se ainda no “conjunto”/ necrópole do Castelo, que compreende um total de 8 *tumuli* (Sanchez e Nunes no prelo) e até à escavação, que ocorreu em simultâneo à da Mamoa d’Alagoa não se conhecia a estrutura interna de nenhum destes monumentos.

A mamoa 1 do Castelo inseria-se numa propriedade privada utilizada para cultivo de centeio, sendo que em especial a sua metade sul era todos os anos alvos de lavradio, o que arrastava os sedimentos do topo para a base. A sua metade norte, embora coberta por pinhal, encontrava-se mais bem preservada.

Após negociações com o dono do terreno, e através da Junta de Freguesia de Jou, foi adquirido pela Câmara Municipal de Murça o terreno onde aquela se situava⁵. Apesar das acções destrutivas de que era alvo todos os anos, a mamoa 1 do Castelo aparentavam estar bem conservada na sua estrutura megalítica, uma vez que não apresentava cratera de violação (Fig.3). A escavação veio mostrar que assim não era: a câmara encontrava-se destruída e fora posteriormente entulhada⁶.

Com o objectivo de conhecer a arquitectura da sua massa tumular e da sua estrutura interna, programou-se a sua escavação, constando também do programa inicial a conservação e musealização do monumento, caso este fosse susceptível de tais acções⁷.

2. CARACTERIZAÇÃO GEOMORFOLÓGICA E CLIMÁTICA DA REGIÃO

O território das “Terras de Jou” apresenta-se como uma sucessão de pequenas colinas de topo aplanado e encostas suaves, cujas altitudes oscilam entre os 500 e os 800 metros, que descem da Padrela, a W, para a Bacia de Mirandela, a Este.

Em termos geológicos integra-se numa área de substrato composto por rochas metassedimentares (xistos e quartzitos).

Segundo a Carta Biogeográfica de Portugal (COSTA *et al.*, 1998) esta região integra-se na Província Carpetano – Ibérico-Leonesa, sector Lusitano – Duriense, superdistrito da Terra Quente, com um clima que varia de sub-húmido na Serra de Santa Comba, a sub-húmido seco no restante território. Caracteriza-se por bosques mistos de sobreiro e zimbro (*Rusco aculeati* – *Quercetum suberis juniperetosum oxycedri* inéd.), matos pré-florestais (com *Cytisus*, *Lavandula* e *Retama*) e estevais (Figueiral e Sanchez, 1998-1999: 72).

³ Para além de informações orais recolhidas entre os habitantes da aldeia do Castelo que referem a existência dos dois monumentos já desaparecidos, a mamoa 1 do Castelo como as mamoas 2 e 3 encontram-se identificadas na Carta Geológica de Portugal, fl. 6D (Vila Pouca de Aguiar), escala 1/50 000 (ed. 1998), sendo duas delas (a mamoa 1 e uma das restantes) visíveis na fotografia aérea de 1958 (voo de USAF).

⁴ Cf. Sanchez e Nunes (no prelo).

⁵ Foi adquirida uma área de 60 por 60 metros em que se inclui apenas o monumento propriamente dito, e não aquela que actualmente é considerada necessária a este tipo de estudos.

⁶ Já durante a escavação, uma das pessoas contratadas na aldeia do Castelo, o Sr. Fernando Alves, contou-nos como em criança se abrigava do frio no interior duma cratera aberta no local da câmara, enquanto guardava as suas ovelhas. Também aí fazia lume para se aquecer.

⁷ As escavações realizaram-se nos meses de Abril e Maio de 2001 e em Julho de 2002 e foram integradas no Programa da disciplina de Trabalhos Práticos I de 1999/2000 e de Trabalhos Práticos I e II de 2000/2001, da licenciatura de Arqueologia da FLUP. Neste âmbito participaram 30 daqueles alunos.

3. ALGUMAS NOTAS SOBRE A METODOLOGIA DE ESCAVAÇÃO E DE REGISTO

Antes do início dos trabalhos propriamente ditos procedeu-se ao registo fotográfico do monumento, a que se seguiu a limpeza da vegetação que o cobria, constituída maioritariamente por carquejas e pinheiros.

Posteriormente foi marcado um quadriculado orientado aproximadamente pelos eixos N-S (a que foram atribuídas letras, excluindo-se a letra I para evitar confusões com a letra J) e E-W⁸ (a que foram atribuídos números), que se materializou num quadrado de 26 metros de lado, de forma a abarcar o monumento, subdividido em quadrículas de 2 metros de lado.

Após a implantação da quadriculagem no terreno procedeu-se ao levantamento topográfico, realizado de dois em dois metros⁹ (Fig.3).

Seguidamente foram marcadas 4 sanjas – a serem posteriormente decapadas e escavadas¹⁰ –, desencontradas, mas unidas no local onde se pensava ser o centro do monumento (Fig.3).

O desenrolar dos trabalhos conduziu ao alargamento da área a escavar, nomeadamente no quadrante este do monumento, tendo em vista a compreensão da zona da câmara e das suas estruturas de acesso (vestíbulo e corredor intratumular), da sua zona fronteira (átrio) e do “fecho” da couraça pétreia.

A decapagem e escavação do monumento foram feitas sempre por camadas naturais e o seu registo sistemático por “complexos” – Lx. (Sanches e Nunes, 2004).

Os materiais exumados foram referenciados à quadrícula e ao “complexo”, sendo, sempre que possível, “coordenados” segundo o sistema X, Y, Z, no contexto da quadrícula.

Em diferentes momentos da escavação foram recolhidos macrorrestos carbonizados, por flutuação e de modo insistente em todos os “complexos” do monumento (excepto na massa tumular de argila uniforme onde, aliás, nem existiam), tendo em vista o seu estudo antracológico e carpológico, e ainda a realização de análises radiocarbónicas, sempre que o contexto o permitisse.

4. MAMOIA 1 DO CASTELO

4.1. Construção/ uso e encerramento

Baseando-nos na documentação recolhida e tal como fizemos para a mamoa d’Alagoa (Sanches e Nunes, 2004) vamos propor e discutir para a mamoa 1 do Castelo uma hipótese formal de sequência/ “faseamento” de acções que correspondem à construção, uso e encerramento.

Estes dois monumentos, que distam entre si somente 1450 m, embora apresentem uma estrutura interna distinta, partilham semelhanças ao nível da sua construção, ou seja, ao nível da sucessão genérica de acções que foram realizadas desde o início até à sua condenação.

4.2. Construção e encerramento: faseamento e descrição

A sequência de acções da mamoa 1 do Castelo pode ser formalmente sintetizada em 6 “tempos construtivos”, embora não tenhamos condições de avaliar e de comparar o tempo que decorre em cada uma das acções no interior da sequência.

⁸ O alinhamento do quadriculado, patente na sanja norte, está desviado 20º para Este do N Magnético, conforme se verifica nas plantas.

⁹ O levantamento foi feito com um nível óptico, pelo que as cotas são todas negativas. Foi escolhido para ponto 00 de referência o ponto mais elevado que corresponde ao único esteio então visível da câmara.

¹⁰ As sanjas marcadas correspondem às seguintes quadrículas: sanja sul - C9 a J 9; sanja norte - L10 a O10; sanja oeste - J5 a J8; sanja este - K10 a K15; o prosseguimento dos trabalhos veio a demonstrar que a sanja este estava demasiado desviada para norte, o que obrigou à abertura de uma alargada área a leste, de forma a se poderem escavar e perceber a câmara, estruturas de acesso ao dólmen - vestíbulo e corredor intratumular - e átrio; foram assim abertas as quadrículas L14 a L15 K9, J10 a J16, H10 a H16, G10 e G11 (parcial), G13 a G16.

Adiantamos que a Mamoa 1 do Castelo encerrava no seu interior um dólmen de vestíbulo, composto por uma câmara poligonal alargada formada, segundo cremos, por 9 esteios (Fig.4 e 5). Este dólmen teria uma câmara poligonal alargada, com uma área interna de 7,3 m² (2,00 m de eixo maior – N-S –, por 2,60 m de eixo menor – E-W)¹¹ – e, pelo menos, 1,70 m de altura interior (altura do esteio 4 que se encontrava ainda enterrado em cerca de 10-15 cm).

De entre os 9 conservaram-se somente 5 fincados no solo e, à excepção do esteio 4, o único quase intacto, estavam todos fragmentados e tombados para o interior. Os esteios da câmara, de quartzito, foram colocados em fossas abertas no solo geológico e sustentados por calços, encontrando-se na seguinte situação: os esteios 1, 2 e 3 estavam fragmentados na sua parte superior e inclinados para o interior, jazendo parte do esteio 2 no interior da câmara entre os sedimentos da violação; o esteio 4, como já referimos, o único completo apesar de “atacado” com um pico metálico na sua parte superior, estava inclinado para o interior e para sul, o que provocou a deslocação da sua base no lado noroeste; o esteio 5 – laje de cabeceira – de que só restava a parte inferior e que estava parcialmente tombado para o interior da câmara, já não tinha face interna, pois que a “lâmina” rochosa que a formava, e que tinha cerca de 5 cm de espessura, havia desaparecido quase por completo; o esteio 9, bem como o esteio 10, encontravam-se deslocados da sua posição original, tombado sobre os sedimentos remexidos da câmara.

A câmara abre-se a nascente através de um vestíbulo formado por dois esteios assentes sobre o seu lado maior: esteios 7 e 8, com 1,85 e 1,70 m de comprimento, por 76 e 75 cm de altura, respectivamente (Quadro 1). Tal como os esteios da câmara, os do vestíbulo eram sustentados por calços. Não tendo sido afectado por violações, o vestíbulo encontrava-se tal como foi abandonado após a sua condenação intencional, simultânea à do corredor intratumular.

| Esteio nº | Alt. real (cm) | Alt. teórica (cm) | Largura (cm) | Esp. Real (cm) | Esp. Teórica (cm) | Volume (cm ³) | Densidade (g/ cm ³) | Peso (Kg) |
|------------------|----------------|-------------------|--------------|----------------|-------------------|---------------------------|---------------------------------|----------------|
| 1 | 120 | 185 | 55 | 15 | 15 | 152625 | 2,569 | 392,09 |
| 2 | 116 | 185 | 165 | 17 | 17 | 518925 | 2,586 | 1341,94 |
| 3 | 110 | 185 | 76 | 18 | 18 | 253080 | 2,618 | 662,56 |
| 4 | 185 | 185 | 70 | 15 | 15 | 194250 | 2,617 | 508,35 |
| 5 | 119 | 185 | 121 | 21 | 26 | 582010 | 2,600 | 1513,23 |
| 9 | 90 | 185 | 56 | 16 | 16 | 165760 | 2,600 | 430,98 |
| 10 | 99 | 185 | 62 | 16 | 16 | 183520 | 2,600 | 477,15 |
| 7 | 76 | 76 | 185 | 15 | 15 | 210900 | 2,609 | 550,24 |
| 8 | 75 | 75 | 170 | 15 | 15 | 191250 | 2,600 | 497,25 |
| P Ext e | 98 | 98 | 51 | 19 | 19 | 94962 | 2,600 | 246,90 |
| P Ext d | 97 | 97 | 45 | 19 | 19 | 82935 | 2,600 | 215,63 |
| Pilar int | 80 | ? | 37 | 8 | | ? | ? | ? |

Quadro 1 – Mamoa 1 do Castelo: densidade/ peso dos esteios e dos Pilares. A densidade dos esteios 9 e 10, bem como dos Pilares Externos esquerdo e direito é aproximada.

No exterior da câmara identificaram-se dois esteios (pilares? - Pilar ext. esquerdo e Pilar .ext. direito 2) que encostavam, pelo exterior, aos esteios 1 e 8, e aos esteios 10 e 7, respectivamente, mas estavam tombados (e talvez partidos na sua parte superior). Entre a zona violada da câmara e a zona não violada do vestíbulo jazia tombada, mas ainda com a base fincada no solo geológico,

¹¹ Medidas interiores.

uma pequena laje delgada (levemente partida na parte superior), que cremos ser um pequeno pilar situado na passagem do vestíbulo à câmara¹².

Cremos que aqueles que denominamos de Pilar ext. e e Pilar ext. d poderiam ser os esteios que, erguendo-se acima das pedras do vestíbulo, suportariam alguma laje ou “porta” de encerramento da entrada da câmara. *O restauro foi realizado em função desta interpretação.*

Cabe desde logo realçar a volumetria e peso dos esteios que ainda se conservavam, ainda que, à excepção daquele nº 4, 7 e 8, bem como dos pilares exteriores, só restassem as partes inferiores, tal como consta do Quadro 1. Partindo do princípio de que todos os esteios da câmara teriam aproximadamente a mesma altura, esta foi então extrapolada do esteio 4, quer para o cálculo do peso de cada um¹³, quer para o posterior restauro da câmara. À excepção da tampa, que não pudemos calcular, mas que devia ultrapassar 4 toneladas, os restantes esteios seriam mais fáceis de manusear, tal como se verificou no decurso do restauro. Os esteios 2 e 5 pesariam entre 1300 e 1500 Kg, mas os restantes esteios da câmara e vestíbulo e pilares teriam pesos mais modestos, entre 400 e 500 Kg aprox.; por seu turno, os pilares, andariam em torno a 200-250 Kg.

4.2.1. 1º Tempo

Num momento prévio à construção de todo o monumento, o solo parece ter sido limpo da vegetação local através de fogo. É o que sugere o solo negro existente na periferia da mamoa em D-E/9 (Lx. 5) e, provavelmente, em G-H-J-K/15-16, que também contém solo negro (Lx. 19.1), ou castanho muito escuro (Lx. 8). Em D-E/9 este solo subjaz à terra do *tumulus*. Independentemente desta acção (a realização de fogo) ter sido ou não ritual, parece-nos intencional a grande concentração de seixos (blocos angulosos de quartzo, alguns com vestígios de talhe), lascas com vestígios de talhe, cristais (ou blocos de cristais), esquírolas de quartzito, tudo envolvido nestes sedimentos negros e ainda aqueles da periferia da mamoa em N/10 (Quadros 2 e 3). Assim, a deposição de “artefactos” terá começado logo no início, antes da construção da mamoa, mas desconhecemos se antes da construção do dólmen. Por razões formais colocamo-la aqui.

4.2.2. 2º Tempo

Num primeiro momento do 2º Tempo terá sido construído o dólmen, começando pela laje de cabeceira, na qual se “apoiam” os restantes esteios. Os esteios, após sustentados em pé por calços (ou em simultâneo à colocação destes), foram contrafortados exteriormente tanto na câmara como no vestíbulo. Este contraforte já sustém os Pilares exteriores esquerdo e direito. O contraforte é composto por lajes de quartzito alongadas e de média dimensão, dispendo-se em escama pelo exterior em relação aos ortostatos verticais e assentando no solo geológico. Apresentava-se muito destruído na sua metade sul, devido às violações a que esta zona esteve sujeita, mas nas partes conservadas media cerca de 1,20 m de largura máxima e cerca de 80 cm de altura.

Uma amostra de cortiça recolhida entre as pedras do contraforte (quadrado J11) foi datada pelo C14 (CSIC 1818), colocando o momento de construção do monumento num período entre 3979-3798 cal AC (método A, 2 sigma) (ver comentários adiante).

¹² No restauro este pilar foi indevidamente colocado encostado de modo paralelo ao esteio 7, quando na realidade deveria ser-lhe perpendicular. Fica aqui esta nota até que se possa proceder à devida correcção *in situ*.

¹³ A densidade do xisto quartzítico de cada esteio não foi medida no caso daquele nº 9 e 10, bem como nos Pilares exteriores. As medições (pesagens) foram realizadas pelo Dr. José Feliciano (geólogo), do Instituto Geológico e Mineiro e Consultor científico do projecto LAMARL, a quem agradecemos.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| G9 | Lx. 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G10 | Lx. 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G10 | Lx. 17.1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H9 | Lx. 2 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| H10 | Lx. 8 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H10 | Lx. 2 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H11 | Lx. 2 | 19 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| J9 | Lx. 14 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J9 | Lx. 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J10 | Lx. 2 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 3 | 0 | 3 | 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J11 | Lx. 2 | 14 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| K10 | Lx. 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 42 | 0 | 8 | 4 | 1 | 6 | 0 | 3 | 8 | 3 | 3 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 2 |

Quadro 2 – Construção (Lx.2 + Lx.14 + Lx.15 + Lx.17).

Legenda extensível aos quadros 2,3, 4, 6, 8, 9 e 10—1 – cristais de quartzo leitoso; **2** – cristais de quartzo hialino; **.4**–lascas de 3ª geração; **.5** – lascas de 2ª geração; **.6** – lascas de 1ª geração; **.7** – lascas com negativos de talhe; **.8** – núcleos com negativos de extracção; **.9** – esquirolas de quartzo; **.10** – blocos de quartzo angulosos; **.11** – esquirolas de quartzito; **.12** - esquirolas de xisto; **.13** – fragmentos de vasos da resina; **.14** – núcleos de quartzito; **.15** – grandes núcleos ou núcleos/percutores muito grandes; **.16** – lascas com retoques

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|-----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| G16 | Lx. 8/19 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G16 | Lx. 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H15 | Lx. 19.1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H15 | Lx. 8/19 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H16 | Lx. 19.1 | 10 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 0 | 0 | 11 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| H16 | Lx. 1/19 | 4 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Lx. 19.1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H16 | Lx. 8/9 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| J15 | Lx. 1/19 | 17 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J15 | Lx. 8/19 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| J16 | Lx. 8/19 | | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| K14 | Lx. 4/19 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| L14 | Lx. 1/19 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| L15 | Lx. 1/19 | 16 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 76 | 0 | 16 | 0 | 1 | 0 | 1 | 1 | 7 | 5 | 2 | 17 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 |

Quadro 3 – Uso/ construção do átrio (Lx.1/19 + 4/19 + 8/19 + 19.1).

4.2.3. 3º Tempo

Simultaneamente à construção do contraforte terá sido lançada e acumulada a primeira terra do *tumulus* (Lx. 2) que originou uma colina artificial de contorno subcircular e perfil semicircular.

A construção da mamoa incluiu a deposição material variado que consta dos Quadros 4 e 2.

No decurso desta acção foram ainda depositados cristais de quartzo na parte posterior e norte da câmara, particularmente próximo dos esteios 2 e 3, e, junto destes, colocadas algumas pedras. Os sedimentos de cor escura junto destes dois esteios parecem denunciar a realização de uma pequena fogueira após a construção do contraforte.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|------------|-----------|-----------|------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| E9 | Lx. 4/5 | 27 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 64 | 28 | 49 | 63 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G13 | Lx. 4/5 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 | 0 | 0 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G14 | Lx. 4/5 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J6 | Lx. 4/5 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| K13 | Lx. 4/5 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| M10 | Lx. 4/5 | 31 | 0 | 7 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 0 | 0 | 67 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| N10 | Lx. 4/5 | 90 | 0 | 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 26 | 0 | 0 | 69 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 163 | 0 | 21 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 103 | 28 | 49 | 199 | 23 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Quadro 4 – Couraça e sob couraça (Lx.4 + Lx.5 + Lx.4/5).

Posteriormente, e naquele que podemos considerar um segundo momento deste 3º tempo, toda a massa tumular foi coberta por fogo intenso que, a julgar pela quantidade de carvão, deve ter ficado em combustão mais do que um dia. Sobre as cinzas, mas sobretudo sobre as brasas ainda vivas, foram sendo colocadas pedras que definem o arco de couraça exterior. Por sobre estas primeiras pedras continuou-se a realizar fogo à medida que iam sendo colocadas outras até terminar a construção da couraça.

Durante a construção da couraça foi igualmente depositada uma série de “artefactos”, nomeadamente cristais de quartzo leitoso, blocos com cristais de quartzo leitoso, lascas, núcleos, esquirolas e blocos de quartzo angulosos (Quadro 4).

Apesar de os sedimentos que indicariam esta situação (Lx. 4) não se detectarem na parte alta da mamoa nem tocarem nos esteios, o corte estratigráfico 2 (Fig.7) denuncia que esta camada se prolongaria para o topo do monumento, tendo sido destruída pela agricultura e pela erosão. De qualquer modo, dada a ausência de couraça nessas áreas, é provável que o incêndio na parte superior da mamoa, a ter realmente tido lugar, tivesse aí uma menor expressão. Cremos que além da acção ritual envolvendo o fogo, este terá proporcionado uma mais rápida consolidação do solo argiloso do *tumulus*, particularmente se o monumento tivesse sido construído com argila húmida, mais fácil de “enformar”.

A couraça marca o limite exterior da mamoa, desenhando uma forma subcircular que é interrompida / aberta, em cerca de 6 m, na zona do corredor intratumular. É composta por elementos pétreos de pequena e média dimensão, encaixados entre si de modo diferente conforme os locais (apresenta uma maior imbricação na sanja norte). Trata-se de uma couraça periférica, já que só avança por sobre a massa tumular numa extensão não superior a 1,20 m.

As amostras recolhidas nestes sedimentos mostram que foram queimadas quase exclusivamente urzes, que criam uma combustão eficaz e prolongada, e ainda alguns codeços/tojos e *Quercus* (Figueiral, no prelo)¹⁴

Foram datadas pelo C14 duas amostras deste conjunto, recolhidas, uma na sanja norte e a outra na sanja oeste, na terra queimada sob e entre as pedras da couraça. A amostra CSIC 1816 (do quadrado J6) coloca a construção da mamoa – no momento em que o montículo esteve coberto pelo fogo – entre 2397-2140 cal AC (método A, 2 sigma), resultado que, por apontar para uma cronologia muito recente, nos parece anómalo no conjunto das datas obtidas para o monumento. Este resultado poderá eventualmente ser atribuído à presença duma “rede” de raízes de pinheiro e de tojo.

A amostra Ua 19121 (do quadrado M10) situa este momento num período entre 3504-3032 cal AC (método A, 2 sigma), ou, mais provavelmente (84,6%), entre 3504-3032 cal AC (método B, 2 sigma). Estas datas serão discutidas adiante no ponto 4.3.

¹⁴ Amostras MC/SW-00-3-C; MC/SN-00-7-C; MC/SN-00-41-C; MC/SW-00-45-C.

Em termos formais a mamoa 1 do Castelo apresentava um *tumulus* de forma subcircular, levemente alongado no sentido W-E; teria originalmente cerca de 17,20 metros de eixo N-S e 23,10 metros de eixo W-E. Na parte central tinha cerca de 1,68 metros de altura máxima, embora, como verificámos no decurso da escavação, o monumento havia sido construído sobre uma pequena elevação natural, o que lhe conferia uma altura de cerca de 1,90 metros em relação ao terreno circundante, como evidencia o levantamento topográfico. Pensamos que a altura original aproximada seria de cerca de 2m, uma vez que o esteio 4, o único não partido e só levemente tombado, quando devolvido à sua posição original media cerca de 1,80 metros e sobre este assentaria ainda a tampa do monumento.

Ainda neste 3º tempo terá sido construído o corredor intratumular, que se desenvolvia frente ao vestíbulo, numa extensão de cerca de 3 metros, e consistia numa depressão alongada, com perfil em U, mais fechado junto do vestíbulo e mais aberto no extremo oposto.

Frente ao vestíbulo o corredor intratumular define-se, nos primeiros 1,84 metros, sobre o solo geológico; a partir daqui eleva-se de forma gradual por sobre o *tumulus* em cerca de 72 cm definindo-se já como uma depressão na massa tumular. Ao contrário do que foi detectado em outros monumentos desta região, em que o corredor intratumular é construído com elementos pétreos (como no caso da Mamoa 1 de Madorras - Sabrosa), o da Mamoa 1 do Castelo, tal como o da vizinha mamoa d'Alagoa, é moldado em argila que, depois de endurecida, dispensaria tais elementos.

O átrio desenvolve-se frente ao corredor intratumular e consiste num espaço demarcado fisicamente por uma fiada de pequenas pedras e seixos que unem de lado a lado a couraça interrompida nesta área, Este fecho estende-se pelos quadrados G14-15, H15, J15, K14-15 e L14.

Destacamos na área do átrio o aparecimento de seixos rolados, predominantemente negros com veios brancos (Quadro 5) alguns ainda fincados na vertical, mas a maioria tombados e arrastados pela acção dos cultivos. Esta área possuía terra muito negra e carvão, “composto “ este que integra uma série de “artefactos” que podem estar relacionados com ritualizações nesta área *antes e durante sua construção*: cristais de quartzo leitoso, blocos com cristais, cristais pequenos, lascas e núcleos com vestígios de extracção, esquirolas e blocos de quartzo angulosos (Quadro 3). A estratigrafia não permite distinguir se as espécies florísticas foram queimadas na construção, no uso ou no processo de condenação do dólmen. Dominam as urzes, aparece ainda tojo/codeço bem como cortiça, tal como em todas as zonas “queimadas” (Figueiral, 2004)¹⁵.

4.2.4. 4º e 5º Tempos

A ausência de níveis intactos na câmara e a presença no vestíbulo dos sedimentos da condenação intencional não permitiram distinguir o encerramento terminal – 5º tempo –, da utilização funerária e/ou doutra da câmara – 4º tempo. Assim, talvez o material encontrado na câmara possa ter pertencido ao “uso”, mas também poderá ser atribuído ao encerramento intencional. Nos sedimentos da violação da câmara foi recolhida uma grande quantidade de cristais (sendo nesta área que se encontram em maior número), assim como blocos com cristais, lascas (com e sem retoques), núcleos com negativos de extracção, esquirolas, blocos de quartzo angulosos, que poderão ter estado relacionados com a utilização original deste espaço (Quadro 6). Para além destes artefactos foram ainda recolhidos 39 fragmentos cerâmicos, todos em fabrico manual, a maioria em mau estado de conservação, que, pelas pastas e/ou decorações, parecem pertencer a 5 recipientes diferentes (ver adiante ponto 5).

¹⁵ Amostras MC/ZN-00-25-A e MC/ZN-00-47-A

A MAMOIA 1 DO CASTELO (JOU) – MURÇA (TRÁS-OS-MONTES):
RESULTADOS DOS TRABALHOS DE ESCAVAÇÃO E DE RESTAURO DUM DÓLMEN DE VESTÍBULO

| N.º Inv. | Quadr. | Coordenadas (cm) | | | Contexto | Forma | Perfil | Dimensões max. (cm) | | | Estado de conservação |
|----------|---------|------------------|-----|-----|----------|-----------------|---------------------------|---------------------|-------|------|-----------------------|
| | | X | Y | Z | | | | alt. | larg. | esp. | |
| 1 | H15 | 100 | 92 | 166 | Lx. 8 | Oval | Sub-rectangular | 9,5 | 6,3 | 3,1 | regular |
| 2 | H15 | 195 | 55 | - | Lx. 19.1 | Subcircular | Sub-rectangular | 7,5 | 5,2 | 3,1 | fracturado |
| 3 | J15 | 17 | 53 | - | Lx. 1 | Sub-rectangular | Sub-rectangular | 7,9 | 4,9 | 2,1 | bom |
| 4 | J15 | 80 | 115 | - | Lx. 1 | Subtriangular | Sub-rectangular | 10,6 | 7,1 | 3,5 | bom |
| 5 | J15 | 124 | 44 | 173 | Lx. 8 | Elíptica | Subtriangular | 9,5 | 5,2 | 5,1 | bom |
| 6 | L14 | 117 | 173 | 141 | Lx. 1 | Sub-rectangular | Sub-rectangular | 13,2 | 5,9 | 2,5 | bom |
| 7 | J15 | 18 | 32 | - | Lx. 1 | Subtriangular | Sub-rectangular | 10,7 | 7,1 | 2,8 | regular |
| 8 | J16 | 54 | 109 | - | Lx. 1 | Elíptica | Elíptica | 6,9 | 5,5 | 3,0 | regular |
| 9 | J15 | 20 | 40 | - | Lx. 1 | ? | Sub-rectangular ? | ? | 6,6 | 2,2 | fracturado |
| 10 | J15 | 104 | 40 | 171 | Lx. 2 | Oval | Sub-rectangular irregular | 7,5 | 4,6 | 1,6 | bom |
| 11 | J16 | 12 | 8 | - | Lx. 1 | Subtriangular | Sub-rectangular | 10,7 | 8,2 | 2,9 | regular |
| 12 | H-J15 | 41 | 0 | - | Lx. 1 | Oval | Sub-rectangular | 7,1 | 4,1 | 2,8 | bom |
| 13 | J16 | 137 | 21 | - | Lx. 1 | Sub-rectangular | Sub-rectangular | 9,7 | 4,4 | 2,1 | bom |
| 14 | J16 | 137 | 21 | - | Lx. 1 | Oval | Plano-convexa | 7,1 | 4,8 | 4,8 | regular |
| 15 | J15 | - | - | - | Lx. 1 | Oval | Sub-rectangular | 15,0 | 6,9 | 4,8 | bom |
| 16 | N15 | - | - | - | Lx. 1 | Subpentagonal | Sub-rectangular | 9,8 | 8,2 | 3,5 | bom |
| 17 | O15 | - | - | - | Lx. 1 | Circular | Sub-rectangular | 7,7 | 7 | 1,9 | bom |
| 18 | M15 | - | - | - | Lx. 1 | ? | Sub-rectangular? | 8,1 | 3,7 | ? | fracturado |
| 19 | Superf. | - | - | - | Lx. 1 | Oval | Oval | 9,6 | 7,0 | 4,2 | bom |
| 20 | Superf. | - | - | - | Lx. 1 | Oval | Plano-convexa | 9,3 | 7,3 | 2,6 | regular |

Quadro 5 – Mamoa 1 do Castelo: seixos rolados.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| H9 | Lx. 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H10 | Lx. 3 | 121 | 0 | 4 | 1 | 2 | 4 | 0 | 0 | 9 | 16 | 0 | 2 | 5 | 1 | 1 | 0 | 1 | 0 |
| H11 | Lx. 3 | 24 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H11 | Lx. 1/3 | 21 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J9 | Lx. 7 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| J9 | Lx. 3 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J10 | Lx. 3 | 67 | 1 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 12 | 0 | 0 | 19 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J10 | Lx. 7 | 11 | 0 | 1 | 2 | 0 | 1 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J11 | Lx. 3 | 64 | 0 | 5 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 14 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 316 | 1 | 20 | 4 | 2 | 5 | 0 | 0 | 23 | 16 | 1 | 35 | 5 | 1 | 1 | 0 | 1 | 1 |

Quadro 6 – Violação da câmara (Lx.3 + Lx.7).

As estruturas de acesso à câmara – vestíbulo e corredor intratumular –, e cremos que a própria câmara, foram, a certa altura, “condenadas”. Esta condenação iniciou-se pelo preenchimento do interior do vestíbulo e, provavelmente, da base do corredor intratumular, com cristais, blocos com cristais, esquírolas, lascas com negativos de talhe e blocos de quartzo angulosos (Quadro 7), enquanto aí era realizado fogo, de que resultaram sedimentos queimados e grandes quantidades de carvão. Urzes, e, em menor grau, fabáceas e cortiça dão conta do material lenhoso utilizado (Figueiral, 2004)¹⁶

De seguida, os esteios do vestíbulo foram tombados para o interior e procedeu-se à colmatação total do espaço por sobre esta estrutura e o corredor intratumular, que consistiu, novamente,

¹⁶ Amostra MC/ZN-00-31.3-V

num preenchimento ordenado deste espaço com argila, blocos de quartzo, alguns com cristais incorporados, e mesmo alguns cristais, lascas (com e sem retoques), núcleos, esquirolas e blocos de quartzo angulosos (Quadro 8), ao mesmo tempo que aí se realizavam insistentes “queimadas” de elementos vegetais (Figueiral, 2004)¹⁷. O local situado frente às lajes do vestíbulo, como que encerrando este na sua comunicação com o corredor intratumular, também contou com as deposições que constam do Quadro 9.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| J11 | Lx. 24 | 36 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 25 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 36 | 0 | 6 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 25 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Quadro 7 – Encerramento do vestíbulo (Lx.24).

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|------------|----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| H11 | Lx. 6 | 16 | 0 | 5 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H12 | Lx. 6 | 12 | 0 | 4 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H13 | Lx. 6 | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J11 | Lx. 6 | 15 | 0 | 4 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 6 | 5 | 0 | 15 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J12 | Lx. 6 | 47 | 0 | 19 | 4 | 4 | 0 | 0 | 2 | 13 | 2 | 0 | 19 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| J13 | Lx. 6 | 11 | 0 | 6 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 4 | 39 | 2 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 104 | 0 | 39 | 12 | 5 | 0 | 0 | 2 | 21 | 12 | 48 | 36 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Quadro 8 – Encerramento do corredor intratumular.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| H11 | Lx. 18 | 2 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| H11/12 | Lx. 18 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | 2 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Quadro 9 – Deposição frente às lajes do vestíbulo (Lx.18).

A imagem terminal da condenação dá conta de um espaço tumular totalmente fechado, mas que é marcado, na parte superior, por uma área alongada com pedras, onde destacamos grandes blocos de cristais, terra queimada e carvão que contrasta (ria) nessa área com os sedimentos argilosos, de cor laranja uniforme, da mamoa (Fig.9).

As espécies florísticas queimadas no decurso da condenação destas estruturas são as urzes e giestas, destacando-se, no entanto, o facto de ser aqui que ocorrem as concentrações mais importantes de cortiça¹⁸, que pode ter sido utilizada por ser um combustível de longa duração (Sanchez e Nunes, 2004). Merece igualmente destaque a presença do teixo numa das amostras recolhidas na condenação do corredor intratumular, actualmente em vias de extinção em Portugal¹⁹. Esta planta, de folhas tóxicas e sementes venenosas, é associada por Isabel Figueiral à morte voluntária (suicídio) entre alguns povos da Idade do Ferro peninsular (Figueiral, 2004).

Para o momento de condenação e encerramento da mamoa 1 do Castelo possuímos 4 amostras: uma delas – CSIC 1815 – (do quadrado J11) provém da zona do vestíbulo e as restantes – CSIC 1814 (quadrado H11), Ua 19122 (quadrado H12), e CSIC 1817(quadrado J12), – foram recolhidas em diferentes níveis da condenação do corredor intratumular, por sobre o vestíbulo.

¹⁷ Amostras MC/ZN-00-33.2-CI; MC/ZN-00-28.1-CI; MC/ZN-00-42-CI; MC/ZN-00-38-CI; MC/ZN-00-23.1-CI; MC/ZN-00-49-CI; MC/ZN-00-44-CI; MC/ZN-00-36-CI.

¹⁸ Cf. Figueiral (2004).

¹⁹ Amostra MC/ZN-00-33.2-CI.

Como comentaremos adiante, deveremos atender aos resultados destas 3 últimas, aliás estatisticamente semelhantes – que situam a condenação entre 2857-2502 cal AC; este resultado torna anómala a data do vestíbulo (ver comentário em 4.3).

4.2.5. 6º Tempo

Refere-se às violações. A câmara encontrava-se completamente violada, não tendo sido identificados sedimentos não remexidos coetâneos do monumento. Foram identificados três momentos de violação. Uma, mais antiga, e aquela verdadeiramente responsável pela quase total destruição da câmara (identificada no corte estratigráfico 2 - V1), atingiu a sua base na zona sul, onde faltam por completo quer os esteios, quer a grande maioria das pedras do contraforte. Por essa razão aí só foram parcialmente identificadas as fossas dos esteios e respectivos calços. A parte norte da câmara foi destruída pelo seu lado exterior e, também aí foram feitas fogueiras, provavelmente por pastores, quando aí se encontrava uma fossa ou cratera. Identifica-se aí uma segunda violação (V2), que poderá ter-se estendido à câmara, onde terá sido destruída por uma terceira violação (V3). Relatos orais de pessoas da aldeia do Castelo deram-nos conta de uma das utilizações recentes do monumento. Nos dias frios, enquanto os rebanhos pastavam na periferia, o pastor abrigava-se na depressão central da mamoa, onde podia fazer lume e, pondo-se em pé, vigiar as ovelhas. Tal faz supor que a mamoa teve em tempo recente uma cratera aberta na sua parte superior (anos de 1960-70). Esta cratera será aquela cujo enchimento identificamos como V3, mas nesta unidade estratigráfica poderão estar presentes várias violações recentes, uma das quais corresponde a uma tentativa do proprietário do terreno verificar se ali existiam tesouros.

| Quadrado | Complexo | .1 | .2 | .3a | .3b | .3c | .4 | .5 | .6 | .7 | .8 | .9 | .10 | .11 | .12 | .13 | .14 | .15 | .16 |
|----------|--------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| E9 | Lx. 1 | 5 | 0 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| G13 | Lx. 1 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J10 | Lx. 1 | 9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| J11 | Lx. 1 | 3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| K9 | Lx. 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| K11 | Lx. 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| N10 | Lx. 1 | 10 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Lx. 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |
| | TOTAL | 32 | 0 | 3 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 1 | 4 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

Quadro 10 – Superfície (Lx.1).

Os fragmentos de vasos de resina testemunham as “utilizações” em tempos recentes da câmara e o Quadro 6 inventaria os “artefactos” líticos aí exumados.

4.3. A RELAÇÃO ENTRE A CRONOLOGIA ABSOLUTA E A HIPÓTESE DE FASEAMENTO PROPOSTO

Na mamoa 1 do Castelo foram recolhidas diversas amostras de carvão e cortiça para datação, dispondo-se no momento do resultado de 7 delas; o contexto de recolha foi referido no ponto anterior e os resultados figuram no Quadro 11 e Gráfico 1.

Com três destas amostras pretendia-se datar o contexto da construção do monumento – CSIC 1818, Ua 19121 e CSIC 1816. Eliminando a última – CSIC 1816 –, que como referimos anteriormente nos fornece um resultado anómalo, comentaremos as duas restantes.

A primeira – CSIC 1818 –, que se refere a cortiça semicarbonizada, foi recolhida entre as pedras do contraforte, relacionando-se com o momento de construção desta estrutura de escora-

mento da câmara; integra-se assim no 2º Tempo. O resultado desta amostra coloca a construção do dólmen no 1º quartel do IVº milénio AC, num período entre 3979-3798 cal AC (método A, 2 sigma). A segunda – Ua 19121 –, realizada sobre carvão vegetal e recolhida entre as pedras da couraça (sanja norte), situa o momento da construção da mamoa, no momento em que esta esteve coberta pelo fogo, em meados/ finais do IVº milénio, entre 3504-3032 cal AC (método A, 2 sigma), ou mais provavelmente (84,6%), entre 3382-3081 cal AC (método B, 2 sigma).

Assim, dispomos de duas datas para o momento de construção do monumento, que nos permitem colocar duas hipóteses alternativas.

| Ref. Lab | Datação BP | Calibração (AC) | | | | | | Obs. |
|----------------|------------|-----------------|-----------|--|---|--|----------------------------|--|
| | | Método A | | Método B | | | | |
| | | 1 sigma | 2 sigma | 1 sigma | % | 2 sigma | % | |
| Ua 19121 (AMS) | 4560±65 | 3369-3104 | 3504-3032 | 3488-3472 3371-3306 3287-3285 3568-3265 3238-3168 3163-3102 | 6,1 31,5 1,0 1,3 31,9 28,3 | 3505-3425 3422-3414 3382-3081 3067-3029 | 12,0 0,5 84,6 3,0 | Carvão vegetal. Entre as pedras da couraça (sanja norte). M10; Lx. 4.1 (MC/SN-00-41-C) |
| CSIC 1816 | 3806±32 | 2291-2152 | 2397-2140 | 2290-2199 2157-2153 | 96,9 3,1 | 2396-2385 2341-2316 2315-2140 | 1,6 4,4 93,9 | <i>Idem.</i> Entre as pedras da couraça (sanja oeste). J6; Lx. 4; (MC/ZW-00-3-C) |
| CSIC 1818 | 5112±36 | 3964-3811 | 3979-3798 | 3965-3937 3876-3871 3862-3807 | 36,1 3,4 60,5 | 3977-3906 3902-3864 3881-3799 | 43,1 2,0 55,0 | Cortiça. Entre as pedras do contraforte. J11; Lx.20.1; (MC/ZN-00-28.3-CI) |
| CSIC 1815 | 3862±33 | 2455-2215 | 2463-2202 | 2455-2452 2430-2423 2403-2363 2353-2285 2248-2234 2216-2214 | 1,5 4,3 28,4 56,4 8,3 1,1 | 2460-2272 2255-2227 2223-2204 | 85,4 9,4 5,2 | Carvão vegetal. Condenação do vestíbulo (base do vestíbulo). J11; Lx.24; (MC/ZN-00-31.3-V) |
| CSIC 1814 | 4136±33 | 2863-2602 | 2877-2579 | 2861-2829 2822-2809 2756-2721 2702-2659 2651-2623 | 21,4 8,4 22,7 29,3 18,2 | 2873-2799 2785-2619 2610-2596 2592-2583 | 28,5 66,2 3,6 1,7 | <i>Idem.</i> Condenação do eixo da entrada, por sobre o vestíbulo. H11; Lx. 13 (16); (MC/ZN-00-44-CI) |
| Ua 19122 (AMS) | 4080±70 | 2858-2494 | 2879-2646 | 2857-2813 2739-2725 2697-2559 2535-2531 2524-2496 | 19,1 4,9 62,2 1,4 12,5 | 2873-2800 2784-2470 | 18,1 81,9 | <i>Idem.</i> Condenação do eixo da entrada, por sobre o vestíbulo (recolhida a uma cota superior à da amostra anterior). H12; Lx. 6 (10); (MC/NZ-00-36-CI) |
| CSIC 1817 | 4057±33 | 2620-2497 | 2837-2473 | 2825-2825 2657-2653 2622-2606 2603-2559 2536-2529 2525-2495 | 0,6 2,1 16,2 44,7 4,5 31,9 | 2839-2817 2665-2645 2642-2472 | 5,7 5,9 88,4 | <i>Idem.</i> Condenação do corredor intratumular. J12; Lx. 6 (MC/ZN-00-33.2-CI) |

Quadro 1 – Mamoa 1 do Castelo: datas de ¹⁴C.

A amostra CSIC 1818 coloca a construção da mamoa 1 do Castelo num período entre 3979-3798 cal AC, período em que na Beira Alta são construídos dólmenes de vestíbulo como o dólmen do Picoto do Vasco (Vila Nova de Paiva) e o dólmen 2 da Lameira de Cima (Penedono) (Cruz, 2001). Contudo, o facto de estarmos a datar cortiça, cuja longevidade e reaproveitamento é conhecido, aconselha cautela neste resultado. Já a amostra Ua 19121 coloca a construção da mamoa num

momento mais tardio, entre 3504-3032 cal AC, período próximo ao qual, na zona ocidental do território das “Terras de Jou”, terá sido construída a mamoa 1 de Madorras (Sabrosa), entre 3693-3377 cal AC (Cruz, 2001: 285-286). Enquanto não dispusermos de mais dados ao nível regional não nos podemos pronunciar em favor de uma ou de outra.

Com as restantes amostras – CSIC 1815, CSIC 1814, Ua 19122 e CSIC 1817 – pretendiam-se datar o(s) momento(s) de condenação e encerramento do dólmen. As três últimas amostras, recolhidas no momento da condenação do corredor intratumular, ou seja, no momento de encerramento do dólmen, são estatisticamente semelhantes, o que nos permitiu obter a sua média ponderada, que coloca a condenação num período entre 4095 ± 23 BP²⁰, ou seja, entre 2857-2502 cal AC (método A, 2 sigma). Tal resultado inviabiliza aquele da amostra CSIC 1815 pois cumulativamente esta amostra, da base do vestíbulo, era recoberta por todos os sedimentos que continham aquelas 3 acima.

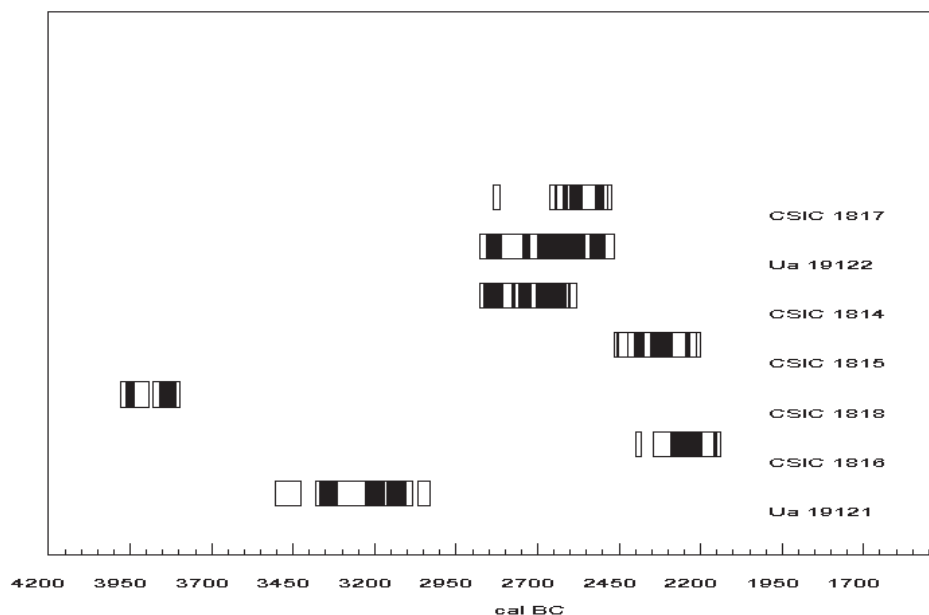


Gráfico 1 – Mamoa 1 do Castelo: representação gráfica das datações de ¹⁴C.

O momento de encerramento da mamoa 1 do Castelo parece estar assim bem definido, situando-se na 1ª metade do IIIº milénio AC, ao contrário do momento da sua construção, o que implica comentar novamente as datas obtidas.

Se aceitarmos a hipótese lançada pela amostra CSIC 1818, que coloca a construção da mamoa 1 do Castelo no 1º quartel do IVº milénio AC, e dado que o momento de encerramento do monumento parece estar bem determinado, teremos de considerar que o dólmen terá estado aberto e em funcionamento durante um período de tempo muito longo (bastante superior a um milénio). Embora em alguns monumentos se tenham registado períodos de funcionamento longos, como parece ser o caso da Orca das Castonairas (Vila Nova de Paiva)²¹, estes são a exceção num conjunto de monumentos cuja construção, utilização e encerramento parecem ocorrer num período curto, por vezes indistinguíveis em termos de cronologia absoluta. Se aceitarmos a data Ua 19121 teremos um intervalo entre construção e encerramento mais curto (claramente inferior a um milénio). A tipologia do espólio arqueológico, como veremos, também não abona mais em favor de nenhuma destas hipóteses.

²⁰ Teste estatístico T' – 2,62; Xi2 (.05) – 5,99.

²¹ Trata-se de um dólmen de corredor, cuja utilização inicial se situará entre 3968 e 3710 cal AC, tendo a sua utilização final, na zona do átrio e do corredor intratumular, decorrido na 2ª metade do IVº/inícios do IIIº milénio AC (Cruz, 2001).

5. SOBRE AS PEÇAS INTEGRADAS NA CONSTRUÇÃO E USO DA MAMOIA 1 DO CASTELO

A escavação deste monumento levou-nos a assumir um conceito abrangente de “espólio”, quer pela sua natureza (ser fabricado pelo homem ou ter sido trazido na sua forma natural doutro lugar), quer pelo seu contexto específico: deposto na couraça, no *tumulus*, no átrio, no vestíbulo, etc.

Exluímos desta rubrica alguns elementos estruturais, como as pedras da couraça e os esteios, enfatizando assim artefactos ou “peças” cuja inclusão no monumento – construção, uso e encerramento – não cumpre uma função imediatamente construtiva. Queremos dizer que em muitos casos poderia ter sido utilizado outro tipo de “matéria-prima”, em detrimento daquela que foi efectivamente utilizada, particularmente nos sedimentos do contraforte, no átrio, corredor intratumular, vestíbulo e mesmo na câmara.

Este grupo de “peças”/artefactos inclui: a) cristais individualizados em quartzo leitoso (só apareceu um cristal em quartzo hialino); b) blocos de quartzo de diversos tamanhos com estrutura cristalina muito desenvolvida, ou seja, visualmente são aglomerados de cristais (Fig. 11) (“cachos de cristais”); c) dejectos de talhe/núcleos e lascas com extracções. Naturalmente, consideramos espólio os seixos rolados, o machado e a cerâmica que também exumámos na Mamoa 1 do Castelo. Este material móvel consta dos quadros 2 a 4 e 6 a 9 e o seu elevado número atesta que não se trata de algo casuístico, mas duma intenção clara de colocar certas “peças”, que teriam um valor específico, em diferentes momentos da vida do monumento.

No Quadro 10 vêm inventariadas as peças deste grupo que apareceram à superfície (contexto Lx.1), cujo contexto original, no monumento, desconhecemos. Também desconhecemos o contexto do “machado” encontrado à superfície, sobre a mamoa, durante as prospecções de 1997. Trata-se duma peça muito polida, cuja forma e perfil sugere um machado, mas o desgaste – boleamento—, de toda a peça, e em particular, da zona do gume, faz-nos duvidar que esta peça algum tenha sido *funcionalmente* um machado. É de admitir que a sua presença no monumento se possa dever precisamente ao facto de sugerir um machado, o que num contexto deste tipo seria, a nosso ver, admissível: o conceito poder-se-ia ter sobreposto à função. Evidentemente que também podemos admitir que se trata dum artefacto gasto, em desuso, incluído no monumento como tal, ao qual a erosão, potenciada pelos cultivos, terá obliterado todas as arestas e gume. Tem 9,4 cm de comprimento, 5, 4 cm de largura e 2,6cm de espessura na parte central (Fig.9).

Nas terras violadas da câmara, junto do esteio 2, foi exumada uma laje com uma covinha, podendo ser um fragmento de esteio decorado ou então, simplesmente, um “artefacto” móvel, agora deslocado. Localização: J10; X- 117; Y-62; Z-102cm (Fig. 11).

Como dissémos atrás, na entrada do átrio encontraram-se 20 pequenos seixos polidos, embora 3 estivessem fracturados (Quadro 5; Fig. 11 e 12). Têm dimensões que variam entre os 6,5 e os 15 cm de altura, e formas bastante variadas. A característica que permite assumi-los como um conjunto (além do contexto e de serem seixos polidos pelas águas) é a sua cor, predominantemente negra, onde sobressaem veios brancos que “desenham” formas variadas. Mesmo assim, 2 de entre eles – o nº 12 e 19 –, são quartzitos branco opaco e não têm veios, mas sim manchas cor-de-rosa que permeiam a superfície.

Foram recolhidos 39 fragmentos cerâmicos, todos em fabrico manual, a maioria em mau estado de conservação, que, pelas pastas e/ou decorações, parecem pertencer a 5 recipientes todos recolhidos na área violada da câmara (Lx.3) ou, dentro desta, na fossa também destruída de um esteio (Lx.25).

Recipiente 1 – dele restam 5 fragmentos recolhidos em H e J10 (Lx.3), mas a diferentes profundidades (entre 146 e 245 cm), o que denuncia o grande revolvimento da câmara. É um recipiente de forma globular, aberto, decorado pela técnica de puncionamento arrastado feito com

punção de ponta triangular (o denominado “boquique” neolítico) (Fig. 9). Definem-se aí duas áreas decoradas: uma contígua ao bordo, formada por duas linhas paralelas entre si e simultaneamente paralelas ao bordo, e, seguida, na horizontal de um espaço vazio delimitado por nova linha paralela às anteriores. A esta segue-se uma zona de triângulos abertos ou zig-zags (pois a fragmentação não permite captar adequadamente o desenho). Apesar do mau estado de conservação revela superfícies polidas no exterior e interior, de cor castanha-escuro, e de núcleo ainda um pouco mais escuro. Apresenta uma pasta de textura homogénea, com desengordurante fino e uniformemente distribuído, formado por pequeníssimos elementos de feldspato, quartzo e mica.

Recipiente 2 – trata-se de um recipiente liso exumado em H10, H11 e J10, também na violação da câmara (Lx.3) e, num caso, no complexo 25 (Lx.25). Dele temos 22 fragmentos, correspondendo um deles a um fragmento muito pequeno de bordo. Tratar-se-ia de um recipiente globular, fechado, mas os fragmentos não admitem as colagens que definiriam melhor o vaso. O mau estado de conservação leva, em muitos casos, à ausência de superfícies externas. Nas partes conservadas revela que teria superfícies bem alisadas no interior e exterior, ambas de coloração castanho-claro (e núcleo da mesma cor). Parece ter sido feito pela técnica de rolo. Apresenta textura compacta, com pasta similar à do recipiente 1.

Recipiente 3 – refere-se a 4 fragmentos recolhidos em H10 no complexo 3, sendo este recipiente possivelmente decorado, pois um dos fragmentos apresenta uma linha incisa larga, mas muito delida. Desconhece-se a forma. Apresenta superfícies bem alisadas no interior e exterior, de cor castanho-claro no exterior e núcleo e um pouco mais escuras no interior. A pasta é compacta com desengordurantes semelhantes aos dos recipientes anteriores.

Recipiente 4 – 6 fragmentos (recolhidos em H10 e J10), sendo que 2 apresentam uma decoração formada por linhas incisivas largas, paralelas entre si, e que parecem ter percorrido horizontalmente o vaso. Desconhecemos o tratamento das superfícies por estarem muito destruídas. Parece ter tido cor castanha-escuro e pasta compacta, mas o desengordurante, de quartzo, mica e feldspato, é mais grosseiro do que o dos restantes 3 recipientes. Parece ter sido também fabricado pela técnica de rolo.

Recipiente 5 – trata-se somente de um fragmento, recolhido em H10 (Lx.3), com a superfície externa polida e interna alisada, de cor castanho-claro, com uma mancha negra e núcleo cinzento. Apresenta pasta compacta e desengordurante similar ao dos recipientes 1, 2 e 3, tendo sido fabricado também pela técnica de rolo.

6. A COR NATURAL DOS ESTEIOS E SUAS GRAVURAS

O dólmen de vestíbulo do Castelo 1 possuía gravuras na câmara que se destinavam a ser vistas; porém, em dois esteios, a laje de cabeceira – esteio 5 –, bem como uma das lajes do vestíbulo – esteio 7 – foram gravados motivos na sua parte traseira, isto é, na parte escondida pela mamoa e portanto não visíveis após a construção desta.

Falemos destas últimas em primeiro lugar.

A laje de cabeceira seria uma laje de grandes dimensões (Quadro 1), de quartzito cinzento esverdeado, com manchas de cor vermelho vinho e amarelas; é diferente dos restantes esteios na cor, textura e dureza. Aliás, uma das notas marcantes do dólmen no seu interior é precisamente a variedade de texturas e de cores que ainda exibem os esteios que restaram das destruições.

A laje de cabeceira permite uma gravura mais fácil pois é menos dura, mais “xistosa” e menos quartzítica. Dela só resta a parte inferior (cerca de 1/3) e na face voltada ao interior da câmara já lhe falta uma “lâmina” de xisto de 5cm de espessura. Deste modo, nunca mais teremos possibilidade de saber se existiriam aí gravuras (ou pinturas), ou se se trataria duma superfície sem iconografias.

Na parte posterior foi gravada pela técnica de picotagem contínua e descontínua (sem movimento abrasivo posterior), e aí definem-se 3 motivos esquemáticos que ocupam toda a superfície conservada. Tal facto faz supor que a laje poderia ter tido muitos mais motivos. Organizam-se por planos horizontais que se sucedem verticalmente – *sequência* vertical. O plano inferior conta com 2, dispostos lado a lado, e acima destes, noutra plano, define-se um terceiro, que consiste em 7 linhas paralelas verticais, unidas na base por uma linha horizontal (Fig.13, em cima). A composição parece estar organizada segundo o eixo vertical, já que em todos os motivos dominam as linhas verticais. Se assim for, então é possível que esta laje tenha sido gravada *in situ*, sabendo-se de antemão que iria estar posicionada verticalmente. Em alternativa, poderia ter sido trazida doutro sítio já gravada, mas nesse outro presumível local deveria estar já também em posição vertical.

O esteio 7, do vestíbulo, foi gravado também na parte posterior com pequenas picotagens, que hesitamos em denominar de covinhas. Se aquelas do lado superior esquerdo, pela irregularidade, podem ser marcas de pico, *tout court*, as do grupo central, dispostas de modo aproximadamente circular, parecem-nos claramente intencionais (Fig. 13, em baixo).

Este esteio é rectilíneo no lado voltado à câmara, e tem forma arredondada no extremo oposto. Pode-se então colocar também a hipótese de eventualmente ter sido projectado para ocupar uma posição vertical, assente num dos seus lados menores— ou seja, naquele rectilíneo; ou pode mesmo, temporariamente, ter ocupado essa posição, neste ou noutra local. Nesse caso as gravuras poderiam ter sido vistas enquanto o mesmo estava noutra posição. De qualquer modo, a construção da mamoa, tal como no caso anterior da laje de cabeceira, colocou-as para sempre no segredo.

Dos esteios da metade sul da câmara só restava a parte inferior do 9 e 10 (os dois primeiros da entrada do lado esquerdo) (Fig.5, 6). Tal constatação relativiza o facto de 3 dos 4 esteios da metade norte estarem gravados; quer dizer, a metade direita da câmara está gravada, mas a metade sul quase não se conservou.

O esteio 1, da entrada, embora fragmentado, exhibe uma figura circular feita por picotagem descontínua, pouco profunda, a cerca de 70 cm da base (Fig. 14).

O esteio 3, também fragmentado, tem, do lado direito, e em sequência vertical, dois planos: cada um deles exhibe uma figura formada por linhas rectas verticais ou subverticais, aproximadamente paralelas entre si e unidas na base por uma linha horizontal. Trata-se de figuras formalmente similares àquela da laje de cabeceira, embora aqui a técnica utilizada – picotado seguido de abrasão insistente – confira ao traço uma regularidade muito grande. O sulco é pouco profundo, talvez devido à dureza do xisto, mas também é provável que o mesmo, tal como no esteio 1, se destinasse a receber e melhor fixar pinturas. Os veios esbranquiçados que sobressaem da superfície acinzentada e dura podem ter sido importantes na configuração da composição que parece afectar somente a metade direita daquele esteio (Fig. 14 e 15, em baixo).

O esteio 4, quase completo, é aquele que ladeia a laje de cabeceira pelo seu lado direito (Fig. 5,6, 10,14 e15). Apresenta quer em termos imagéticos, quer em termos de contorno, uma forma vagamente antropomórfica estruturada por uma sequência vertical de planos horizontais bem delimitados por meio de veios naturais da rocha. A superfície deste esteio foi extremamente difícil de gravar já que se trata de quartzo quase puro, de cor alaranjada. Assim, nas gravuras verticais, algo similares às do esteio anteriormente descrito, a técnica utilizada foi a mesma daquele. Nas gravuras que desenham linhas curvas, percebem-se perfeitamente os picotados do pico utilizado, pois somente os traços mais largos foram sujeitos a processos abrasivos.

Neste esteio as gravuras, as irregularidades da rocha e os veios *salientes* horizontais formam um conjunto que deve a nosso ver ser visto como tal. Quer dizer, como uma composição unitária que joga com a cor da superfície – laranja –, com a imagem dos veios esbranquiçados e com as gravuras picotadas, sujeitas ou não a polimento posterior.

Se as gravuras se organizam em planos sucessivos horizontais (dispostos em sequência), o efeito é o de um personagem com um “manto” decorado, dividido em tramos horizontais, tendo a “face” puxada para o lado esquerdo; esta é marcada inferiormente por uma linha curva alongada, à qual se seguem duas covinhas ligadas por um arco, como que sugerindo uma “face oculada” (embora o nosso desenho não seja suficientemente sugestivo a esse respeito).

A variedade cromática das pedras da câmara parece ter sido outro dos objectivos pois em esteio lado a lado vai-nos surgindo uma variedade que se nota logo de entrada. Do lado direito esteio 1 é castanho amarelado; o 2 cinzento acastanhado; o 3 cinzento com veios brancos; o 4 laranja com veios brancos e partes mais esbranquiçadas; o 5 cinzento esverdeado, com manchas de cor vermelho vinho e amarelas. Do lado esquerdo, os esteios 9 e 10 são similares ao esteio 1, castanho amarelados (Fig. 15, em baixo).

Trata-se duma variedade cromática que existe nas rochas da região, mas tal facto não impede que a cromatografia das pedras não tenha sido um factor importante, ou até determinante, na escolha.

7. ALGUMAS NOTAS FINAIS

Vamos expor dum modo necessariamente sintético aquilo que nos parece ser de realçar no monumento megalítico do Castelo 1.

Integra-se numa região – Trás-os-Montes oriental onde começam a rarear os dólmenes, tendendo estes a surgir isolados ou então agrupados em pequenos “conjuntos” que se vão disseminando na paisagem ondulada, mas onde cada monumento pode distar do anterior entre 300 a 500 metros (Fig.2).

Partilha com o vizinho monumento da Alagoa muitas das suas características construtivas e rituais, mormente no que respeita à *utilização do fogo como elemento indissociável da construção e do encerramento* (da condenação), bem como os diferentes “passos construtivos”. Dada a violação não nos podemos pronunciar sobre a “utilização” propriamente dita, ou seja, a frequência da câmara e corredor. Partilha ainda, a nosso ver, a abertura do eixo do corredor, que se volta a nascente, na direcção do pico mais alto da contígua Serra de Passos/Stª Comba. Assim, *a Serra de Passos, habitada e frequentada desde o 5º mil. AC, parece continuar a ser um elemento da paisagem conceptual que estes dólmenes querem reforçar e perpetuar.*

Mesmo que os dólmenes d’Alagoa e do Castelo 1 não sejam exactamente contemporâneos no seu uso – pois o dólmen do Castelo só foi encerrado cerca de 1 milénio após o da Alagoa— as características apontadas no ponto anterior, bem como a deposição insistente de “artefactos” como cristais, núcleos com talhe, lascas com talhe, etc., apontam no sentido duma tradição arreligada no modo de construir e encerrar dólmenes que se manteve nesta região cerca de 1 milénio ou 1,5 milénios (do início do 4º mil. aos meados do 3º mil. AC).

Porém, estes dólmenes mantêm diferenças que não devem ser menosprezadas. O dólmen do Castelo é de maiores dimensões, possui câmara e vestíbulo (e não câmara e corredor), e praticamente não possuía o espólio que habitualmente se encontra nos dólmenes²²: machados, enxós, goivas, micrólitos, pontas de seta, contas de colar. Se tal ausência pode ser devida em parte às violações, o certo é que nem no corredor, intacto, não se encontrou tal tipo de espólio, mas somente alguns fragmentos de recipientes na câmara. Esta particularidade, repetimos, deve ser devidamente avaliada na hora de perceber quais poderiam ter sido as idiosincrasias do dólmen do Castelo 1, isto é, as motivações particulares que teriam distinguido a sua construção e uso da dos demais dólmenes.

²² No NW peninsular em geral, ou mesmo nos vizinhos dólmenes de Alagoa (Sanches e Nunes, 2004) Madorras 1 (Sabrosa) (Gonçalves e Cruz, 1994) e Fonte Coberta da Chã de Alijó (Carvalho e Gomes, 2000).

Não podemos saber se a câmara do monumento da Alagoa tinha ou não iconografias, já que lhe faltavam todos os esteios; mas a presença de pequenas “estelas” na câmara desta pode ter sido mais uma marca nas diferenças relativamente à do Castelo.

Esta comparação, feita em primeiro lugar com um monumento do mesmo conjunto tem como objectivo mostrar que embora ambos os monumentos possam ter sido construídos em momentos próximos, no início do 4º milénio (se aceitarmos a data mais antiga do Castelo 1), cada monumento corporiza um cruzamento de ideias que advêm da tradição (que pode ler-se como cosmogonia arreligada entre estas populações regionais) com intenções particulares que estão na base da programação e erecção de cada monumento.

A deposição de seixos nos átrios, uns de forma antropomorfa, ou somente com formas e cores sugestivas (segundo a nossa perspectiva, contemporânea) embora não possa ser considerada como sendo um facto “rotineiro” em monumentos do NW peninsular, já é suficientemente repetitivo para que este procedimento possa ser considerado um elemento cultural partilhado à distância com outras comunidades, mas onde em cada região ganha, naturalmente, especificidades diversas. A presença de esteios antropomorfizados (no Castelo 1), bem como de lajes soltas—estelas (na Alagoa) – parece indiciador de que haverá seres, divindades, que se assume corporizam este espaço de segredo onde residem ou guardam os ancestrais.

8. RESTAURO E “MUSEALIZAÇÃO”

A mamoa do Castelo foi objecto de restauro, embora a musealização/divulgação propriamente dita ainda não tenha tido lugar até à data por falta de meios, é certo, mas sobretudo pelo desinteresse do novo executivo municipal neste tipo de acções (Fig. 15).

O dólmen é visitável. Fica a cerca de 200 m duma estrada alcatroada— na entrada da aldeia do Castelo—, e imediato a um estradão de terra batida que conduz a Zebras, Aboleira e Toubres; porém, no momento em que terminamos este texto (Fevereiro de 2006), verificamos que o dólmen não é visitado porque simplesmente permanece desconhecido. Nem um desdobrável no posto de turismo de Murça, nem qualquer placa indicativa em qualquer acesso por estrada o anunciam.

Todo o monumento foi restaurado em 2000 e 2001; esse restauro partiu, naturalmente, da interpretação que a escavação nos deu da estrutura monumental e de opções relativas a uma boa preservação do monumento. O restauro foi dirigido por uma das signatárias (MJS), e realizado com o apoio da Junta de Freguesia de Jou e da Câmara Municipal. Participaram nesse restauro, além de alunos da FLUP e do Dr. Marcelino Augusto, funcionário da Câmara Municipal, os Senhores Evaristo Moreira, José Teixeira e José António da aldeia de Palheiros, bem como o Sr. Fernando Alves da aldeia do Castelo.

Os esteios 1, 2, 3, 4, 5, 7 e 8, bem como os pilares exteriores direito e esquerdo, foram soerguidos (colocados na vertical); os esteios 9 e 10 estavam fora das suas fossas de assentamento e foram encaixados nas fossas que nos pareceram as mais prováveis. Somente o esteio 4 parecia manter as dimensões originais. Deste modo, a sua altura serviu como ponto de referência para o alteamento das paredes de toda a câmara.

Dado que os esteios estavam partidos, foi construída em torno a toda a câmara (pelo seu lado exterior), uma parede de pedra seca (ou solta, sem argamassa) em xisto quartzítico, que teve como função escorar a estrutura megalítica central. Na metade sul da câmara essa parede preenche também o lugar dos dois esteios que não foram encontrados, mas segue o desenho planimétrico dado pelas suas fossas de inserção. Chegada à altura de cada esteio fragmentado, tal parede exterior “espessa”, avançando por sobre a fractura dos esteios partidos (esteios 1, 2,3,5,9 e 10) até perfazer a altura do esteio 4.

Dada a ausência da laje de cobertura, e para que a estrutura ficasse segura (se conservasse), foi construída uma cobertura em cimento armado.

A mamoa foi também restaurada. Nas sanjas norte, sul, e oeste, as crateras da escavação foram preenchidas com sedimentos argilosos, mas a couraça não foi reconstituída pois a solidez da argila tornou tal pormenor dispensável. Nas zonas somente decapadas – particularmente na área leste— procedeu-se somente a uma cobertura com sedimentos argilosos.

Sedimentos argilosos foram também lançados por sobre a laje de cobertura, para melhor a proteger da intempérie. De qualquer modo, neste caso desconhecíamos se a original estaria ou não coberta pela mamoa; quer dizer, nunca saberemos se seria ou não visível do exterior, particularmente após a condenação.

Seguindo o desenho original do corredor intratumular (que estava selado no momento da escavação), foi de novo moldado em argila um outro. Tal tarefa revelou-se bastante difícil porque iniciada em tempo seco (mês de Julho), em que era quase impossível conseguir a adequada hidratação dos sedimentos; por tal razão teve de ser completada mais tarde, no mês de Outubro, quando a terra argilosa já se encontrava mais húmida e mais fácil de enformar e de fixar.

Em Dezembro de 2004 verificámos que a parte norte do corredor intratumular, junto da câmara, por sobre as lajes do vestíbulo, ruiu parcialmente. Tal facto vem mostrar que estes monumentos no passado necessitavam de alguma manutenção, tal como necessitam no presente.

Ainda no Verão de 2003, quando desenvolvíamos escavações no Crasto de Palheiros, procedemos ao corte de alguma da vegetação que já cobria a mamoa: gramíneas, giestas com certo porte, tojos e pinheiros jovens (com 20-30 cm de altura). No presente (Fevereiro de 2006), a mamoa necessita de nova limpeza pois caso contrário, dentro de poucos anos terá enormes pinheiros cobrindo de novo toda a massa tumular.

Esta ocorrência fez-nos reflectir no aspecto com que estes monumentos se apresentariam no passado (3º mil. AC) após o encerramento. Se a renovação da vegetação é tão rápida neste local, seria obrigatoriamente a manutenção da colina artificial que lhe daria o aspecto pretendido (que julgamos pretendido).

Uma nota final. Temendo que a penetração de águas que ocorre através do corredor/vestíbulo se detivesse em poça na câmara de solo argiloso, procurámos um escoamento contínuo dessa água. Não sabemos como tal problema teria sido resolvido no 4º-3º mil. AC, sendo até provável que muitos dos monumentos, que não se destinavam propriamente a serem visitados em qualquer época do ano e por muita gente, simplesmente acumulassem água e humidade.

Antes do restauro do corredor e de toda a zona leste, abrimos, no solo de base, uma vala de cerca de 50 cm de largura por 25-30cm de profundidade, que, partindo do centro da câmara escoasse as águas para o exterior da mamoa, a cerca de 3 m de distância do átrio. Esta vala foi cavada com uma inclinação de 5% (descia 5 cm por cada metro), preenchida com gravilha e por sobre esta foram colocadas lajes planas para impedirem que os sedimentos argilosos preenchessem os interstícios da gravilha. Também o piso da câmara foi coberto com gravilha (numa espessura de entre 8 e 10 cm) para permitir uma melhor limpeza bem como para prevenir que os visitantes escorregassem no solo húmido e resvaladiço.

Verificamos com agrado que qualquer que seja a época do ano em que visitemos o dólmen do Castelo, não se encontra humidade nem no solo, nem nas paredes.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se ao Sr. António A. Aires, presidente da Junta de Freguesia de Jou, a dedicação contínua a este trabalho, bem como a preocupação pessoal do Sr. José Gomes e do Sr. Eng. A. Bessa Guerra, presidente e vice-presidente da Câmara de Murça, respectivamente, e sem a qual a

escavação e restauro não se poderiam ter realizado. Agradece-se ainda a colaboração de vários habitantes da aldeia do Castelo e em particular ao Sr. Fernando Alves. Ao arqueólogo Rafael Morais devemos a realização de imagens topográficas e a Paulo Santos a ajuda na digitalização de imagens.

Queremos agradecer também à Sra. D. Filomena, ao Sr. Manuel Borges, à D. Alcina e à D. Paula, da Residencial Borges - Murça, por nos terem dado um suporte logístico que ia além da sua obrigação; destacamos somente o fornecimento de lenha e de cobertores para a Casa dos Serviços Florestais da Serra da Garraia, e sem os quais a equipa não poderia ter suportado o frio e a chuva (e as trovoadas) dos meses de Abril e Maio do ano 2000.

BIBLIOGRAFIA

- AGROCONSULTORES E COBA (1991), *Carta dos solos, carta do uso actual da terra e carta da aptidão da terra do Nordeste de Portugal*, UTAD, Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado de Trás-os-Montes (com “Memórias” e “Anexos” policopiados).
- AZEVEDO, M. de (1895), “Notícias archeológicas de Trás-os-Montes”, *O Archeologo Português*, vol. I, Lisboa, pp. 130.
- CARVALHO, P.S. e GOMES, F.C.(2000)- O dólmen da Fonte Coberta (Alijó, Vila Real). In *Estudos Pré-históricos*. 8. Viseu. CEPBA. pp. 19-47.
- COSTA, A. L. Pinto da (1992), *O concelho de Murça (retalhos para a sua história)*, Câmara Municipal de Murça.
- COSTA, J. C. et al. (1998), “Biogeografia de Portugal Continental”, *Quercetea*, vol. 0, Associação Lusitana de Fitossociologia, Bragança, pp. 5-56.
- CRUZ, D. J. (2001), *O Alto Paiva: megalitismo, diversidade tumular e práticas rituais durante a Pré-História Recente*, Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FIGUEIRAL, I. (2004), “Antracologia e Megalitismo na região Corgo/ Tua (NE Portugal): as mamoa d’Alagoa e Castelo”, *Portugália*, Nova Série, vol. 25, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 43-51.
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. (1998-1999), “A contribuição da antracologia no estudo dos recursos florestais de Trás-os-Montes e Alto Douro durante a Pré-história recente”, *Portugália*, Nova Série, vol. XIX-XX, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 71-101.
- GONÇALVES, A. H. B. e CRUZ, D. J.(1994) – Resultados dos trabalhos de escavação da mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Portugal), *Estudos Pré-históricos*.2.Viseu.CEPBA. pp. 171-232.
- SANCHES, M. J. (1994), “Megalitismo na bacia de Mirandela”, *Actas do Seminário “Megalitismo no Centro de Portugal”*, (Mangualde, Nov. 1992), Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira Alta, pp.249-284.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2004), “Monumentos pétreos do 4º e 3º mil. BC: suas formas, topografias e contextos na área central de Trás-os-Montes (Nordeste de Portugal)”, *Actas do 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre da Europa Atlântica – Sinais da Pedra* (Évora, 24-26 Janeiro 2003), Fundação Eugénio de Almeida, Publicado em CD, pp.1-26.
- SANCHES, M. J.; NUNES, S. A. (2004), “Resultados da escavação da mamoa d’Alagoa (Toubres, Jou) – Murça (Trás-os-Montes)”, *Portugália*, Nova Série, vol. 25, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, pp. 5-42.
- NUNES, S. A. (2003), *Monumentos sob tumulus e meio físico no território entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes): aproximação à questão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2 vols. (policopiada).
- NUNES, S. A. (no prelo), “Reflexões sobre a paisagem tumular entre o Corgo e o Tua (Trás-os-Montes, NE de Portugal)”, *Actas do 4º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Faro, Setembro de 2004.
- TABORDA, V. (1987), *Alto Trás-os-Montes. Estudo geográfico*, “Colecção Espaço e sociedade”, 2ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.

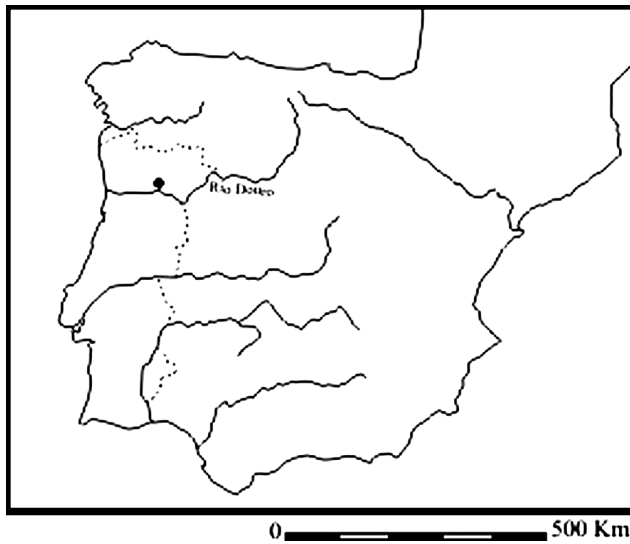


Fig. 1 – Localização da Mamoia 1 do Castelo na Península Ibérica e com o nº 1, na “Carta Militar de Portugal”, na escala 1:25 000, fl. 75, Sta. Maria de Émeres, 2ª edição, 1998.



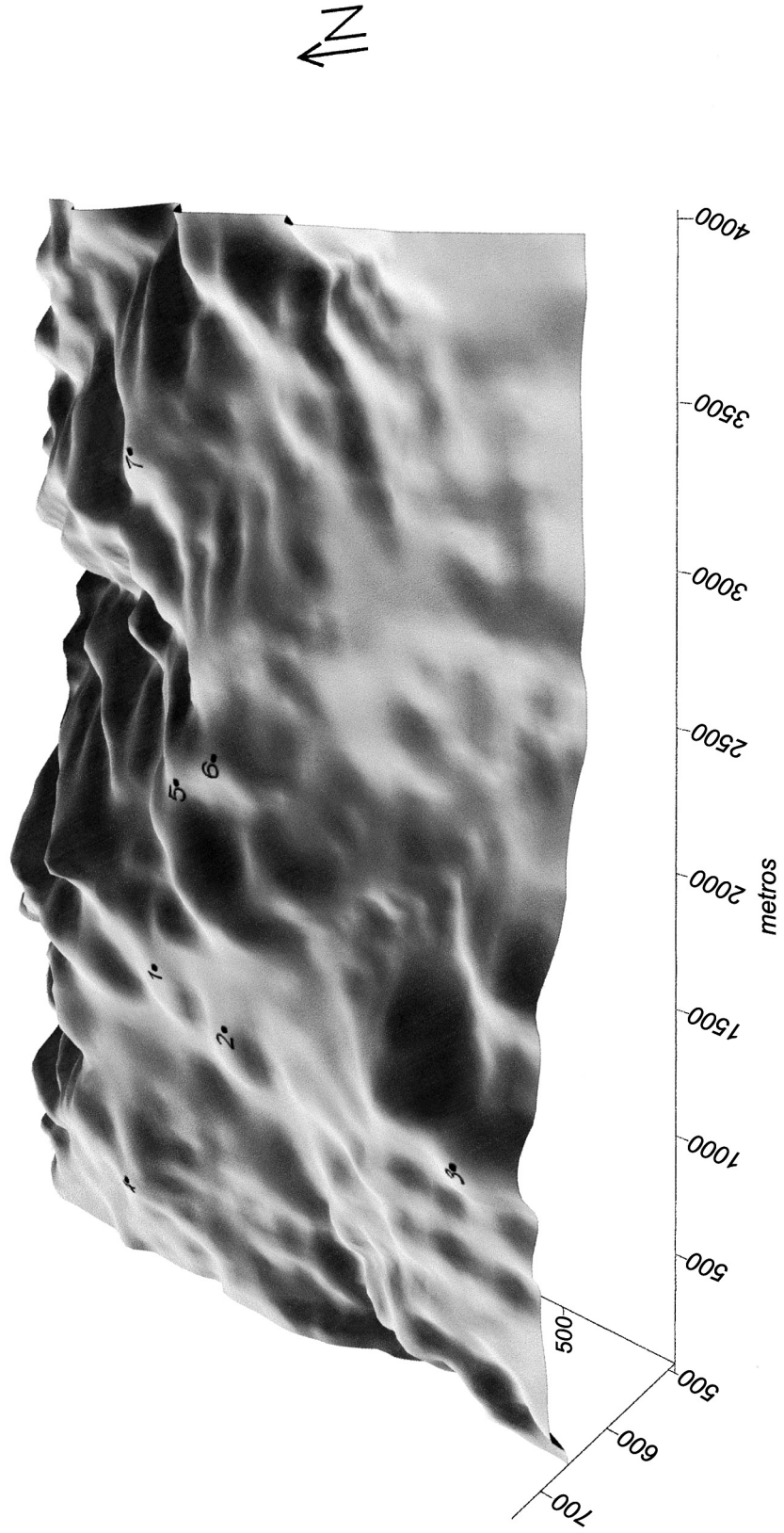


Fig. 2 – Localização do conjunto do Castelo: **1** – Mamoa 1 do Castelo; **2** – Mamoas 2 e 3 do Castelo; **3** – Mamoa d'Alagoa; **4** – Mamoa dos Borrallheiros; **5** – Mamoa 1 do Tremedeiro; **6** – Mamoa 2 do Tremedeiro; **7** – Mamoa do Cabeço d'Assedande. Vista em perspectiva wireframe (aplicação do software Surfer 8).

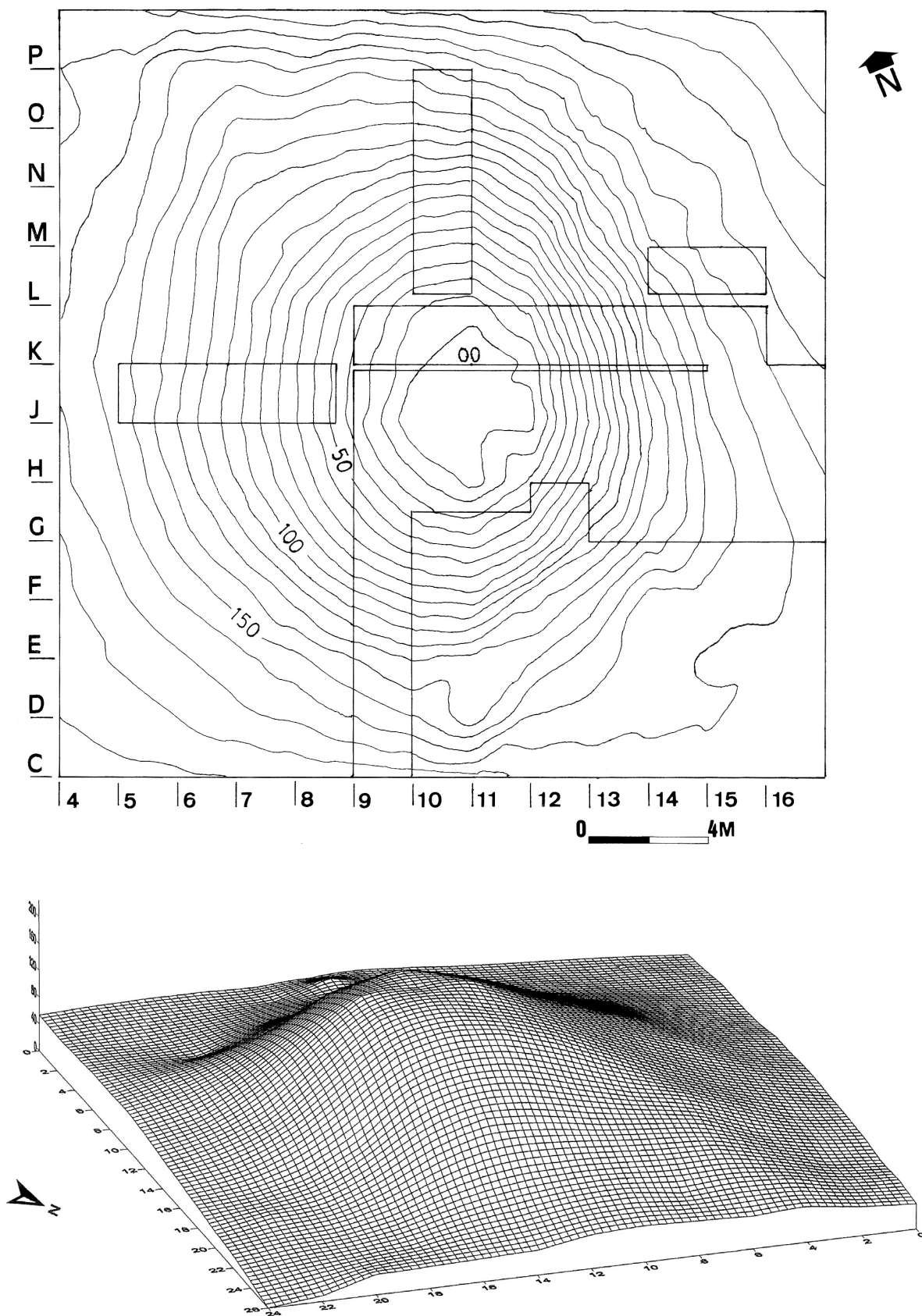


Fig. 3 – Mamoa 1 do Castelo: levantamento topográfico com a marcação da área escavada (em cima) e vista em perspectiva wireframe (aplicação do software Surfer 8) (em baixo).

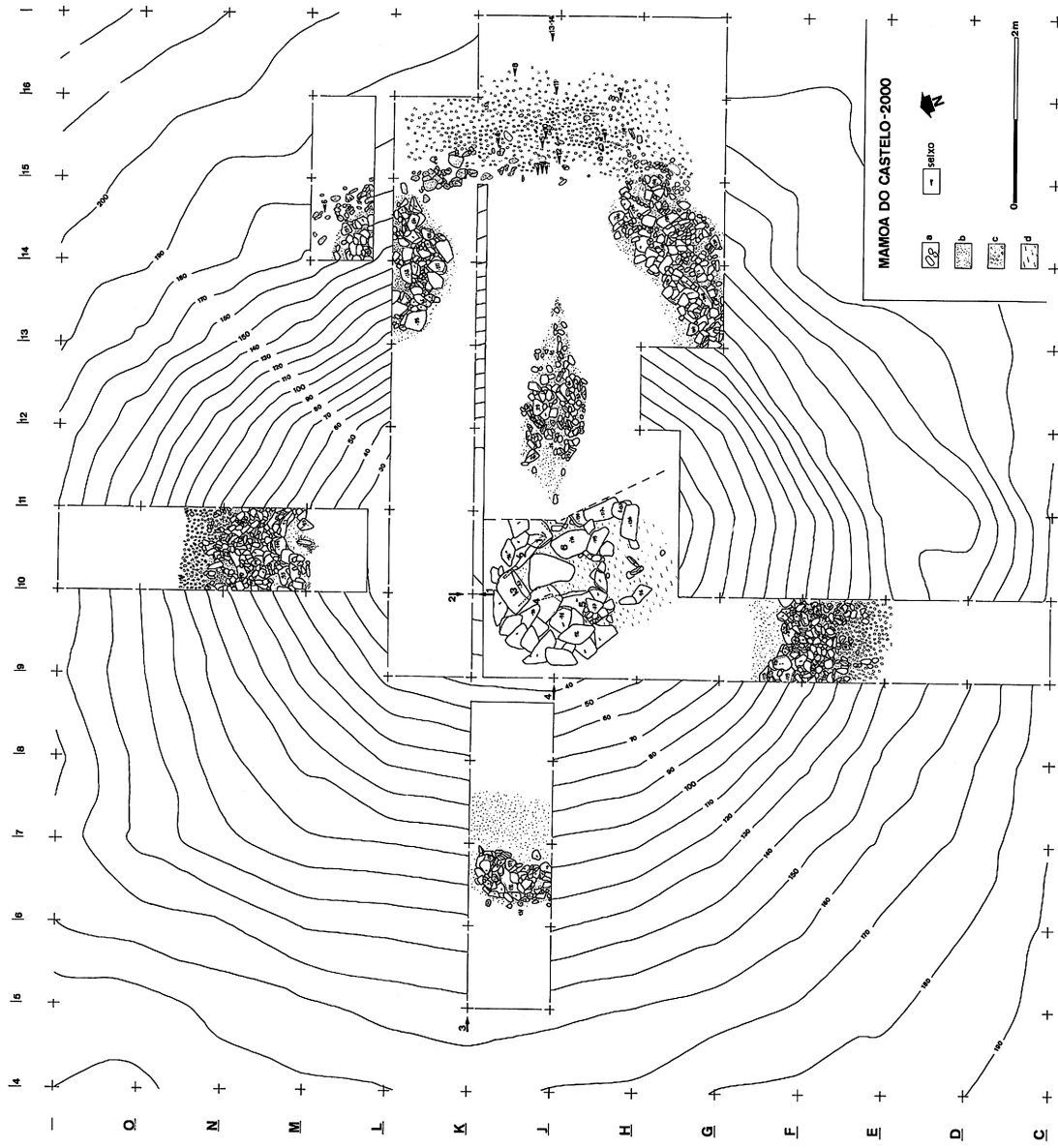


Fig. 4 – Mamoa 1 do Castelo: planta geral.
a – Pedras do fecho do átrio. **b** – Terra queimada e carvão. **c** – Acumulação de pequenos seixos de quartzo leitoso. **d** – Sedimentos da violação da câmara.

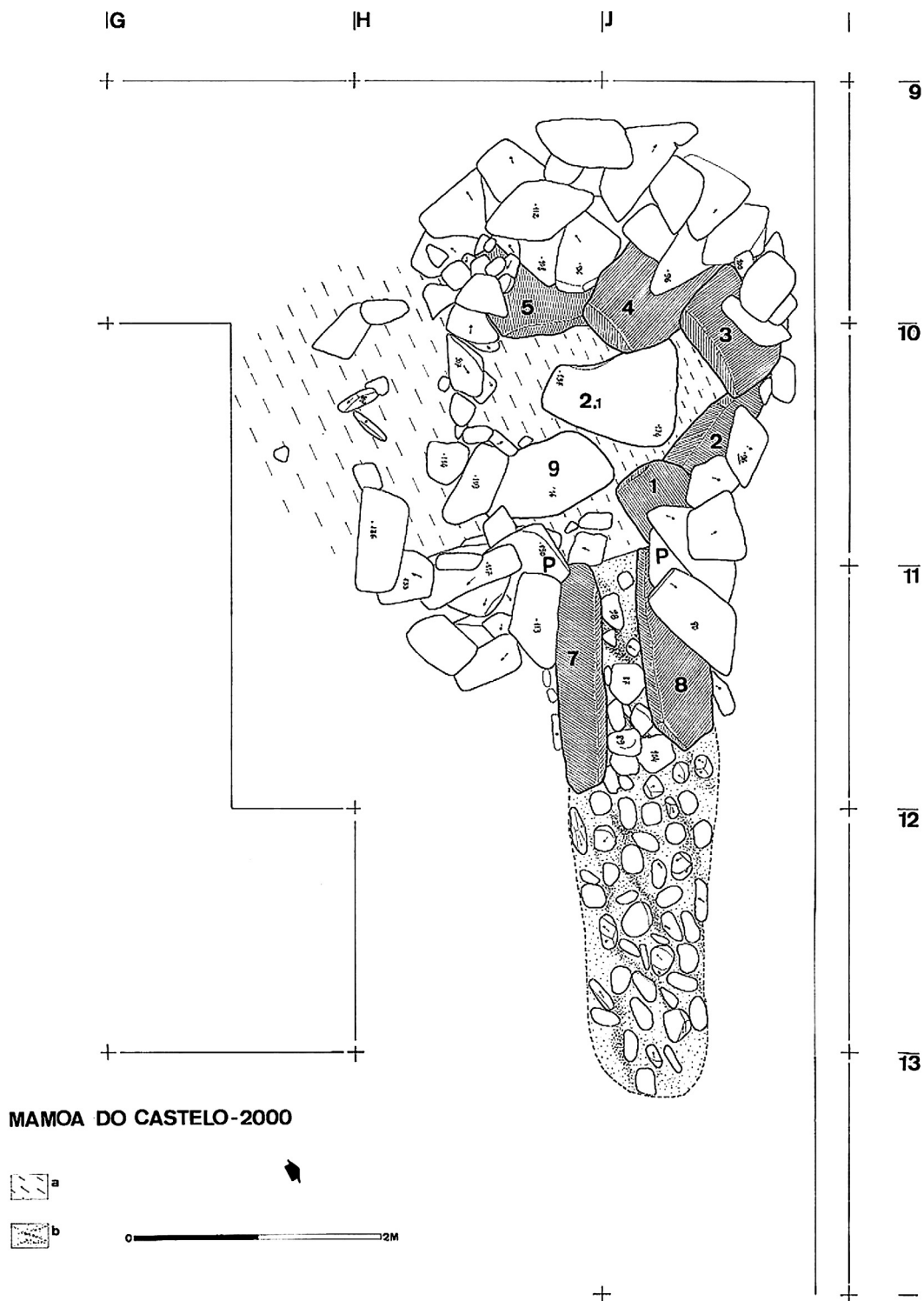


Fig. 5 – Planta da câmara, do vestíbulo e do corredor intratumular no momento da condenação deste e do vestíbulo.

a – Sedimentos da violação da câmara (que não atingiu o vestíbulo). **b** – Carvão e terra queimada decorrente da realização de fogo simultânea à colocação de pedras no momento de fecho do corredor intratumular e vestíbulo. **1, 2, 3, 4 e 5** – esteios que ainda se encontravam na sua posição original ou só levemente inclinados para o interior; **7 e 8** – esteios do vestíbulo e que foram intencionalmente inclinados para o interior no momento da condenação; **6** – esteio da câmara deslocado da sua posição original; **2.1** é uma das partes do esteio 2 que foi partido e jazia tombado no interior da câmara, entre os sedimentos da violação. **P** – pilares exteriores, tombados, situados no exterior da passagem da câmara ao vestíbulo.

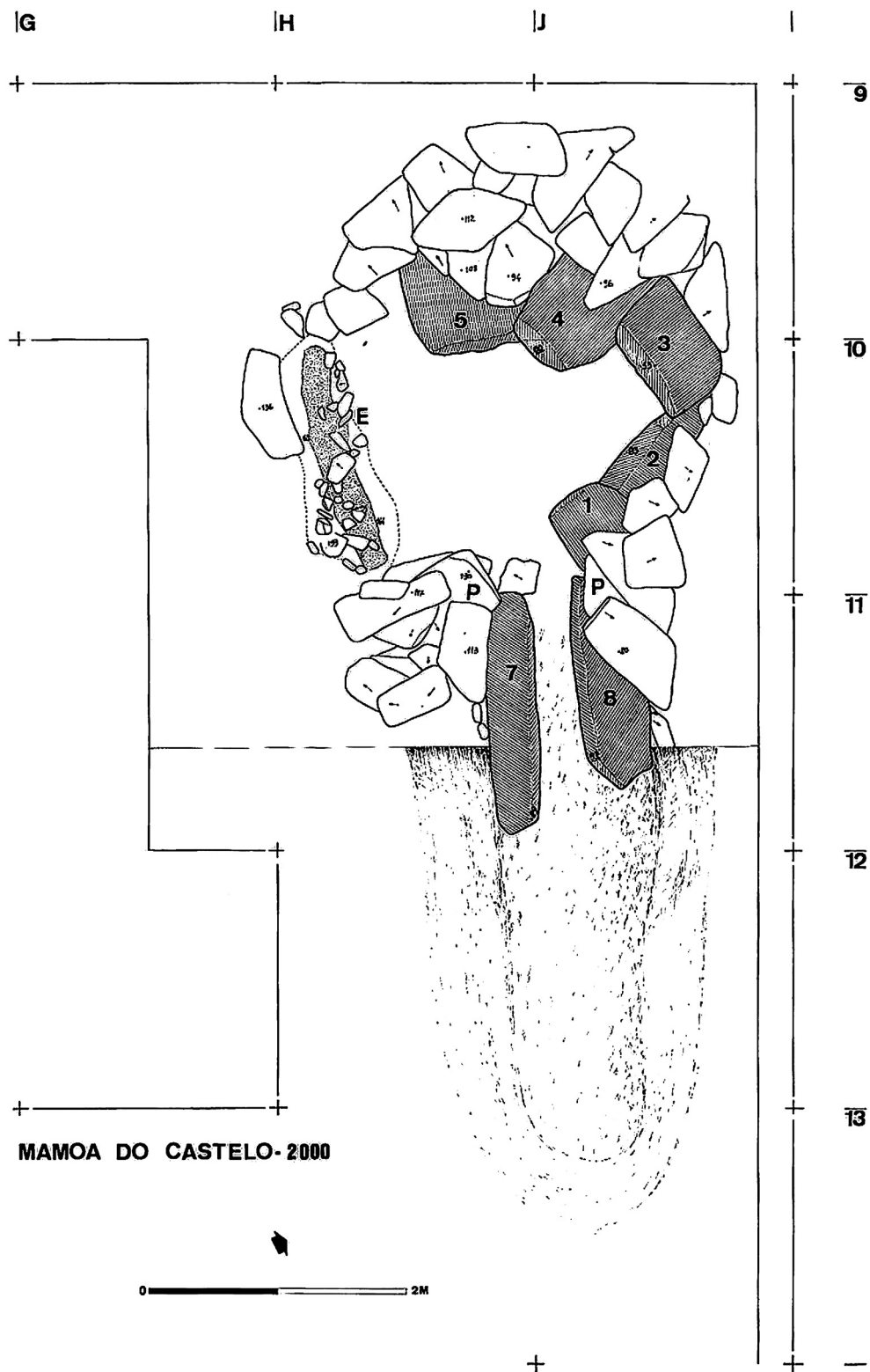
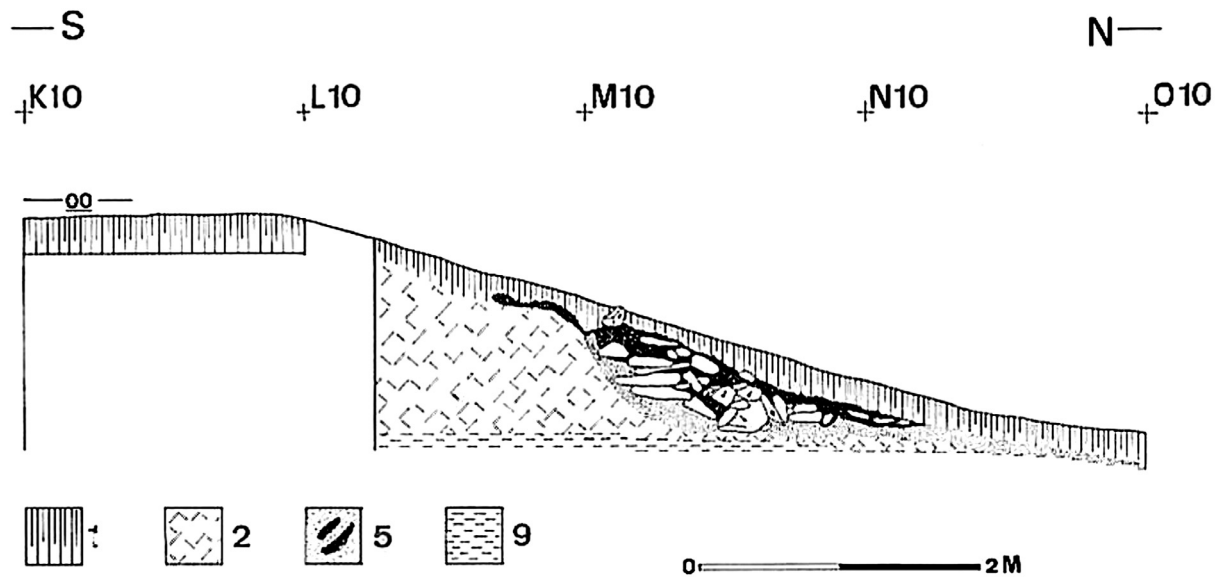
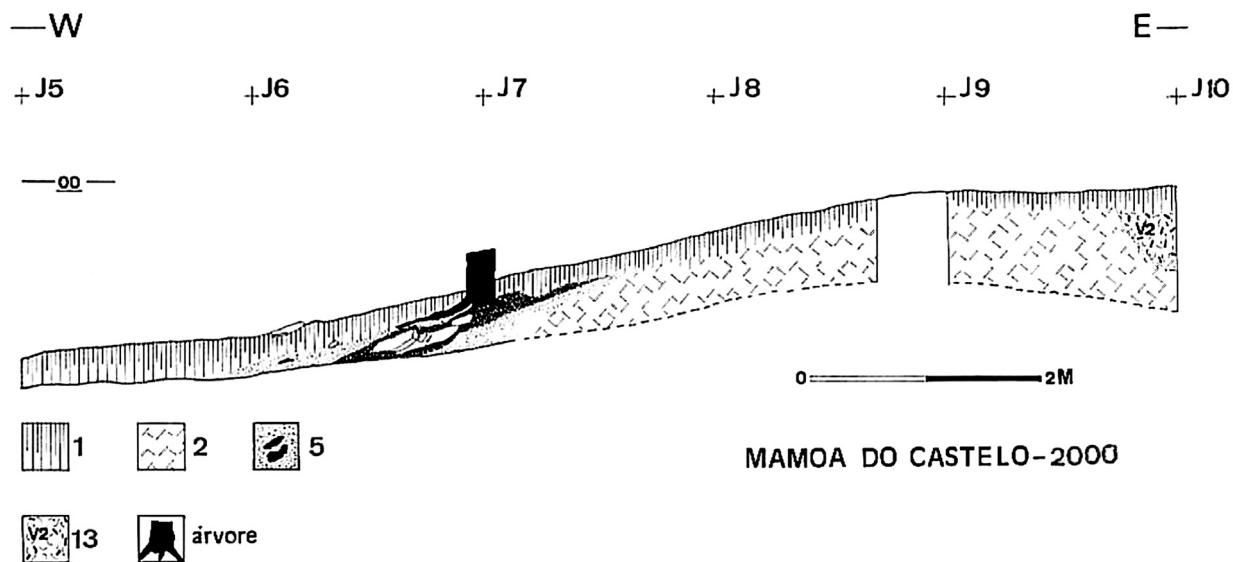


Fig. 6 – Planta da câmara, do vestíbulo e do corredor intratumbular após a escavação total.

1, 2, 3, 4 e 5 – esteios que ainda se encontravam na sua posição original ou só levemente inclinados para o interior; **7 e 8** – esteios do vestíbulo e que foram intencionalmente inclinados para o interior no momento da condenação; **6** – esteio da câmara deslocado da sua posição original; **2.1** é uma das partes do esteio 2 que foi partido e jazia tombado no interior da câmara, entre os sedimentos da violação. **E** corresponde a uma fossa alongada de inserção de um ou dois esteios. **P** – pilares exteriores, tombados, situados no exterior da passagem da câmara ao vestíbulo. Frente ao vestíbulo define-se o corredor intratumbular, moldado em argila.



MAMOA DO CASTELO-2000



MAMOA DO CASTELO-2000

Fig.7 – Cortes estratigráficos 2 (S-N), na sanja norte (em cima) e 1 (W-E), na sanja oeste (em baixo).

1 - terra humosa, argilosa (Lx. 1).

2 - terra do *tumulus*, argilosa, muito compacta, de cor amarelo-alaranjada com manchas ora mais amarelas, ora mais alaranjadas, e raramente negras (Lx. 2).

5 - terra do *tumulus*, de cor negra e com muito carvão (representada a negro) ou cinzenta/ castanho-escuro. Decorre da realização de fogo intenso sob e sobre as pedras da couraça (Lx. 4). Originalmente estender-se-ia por sobre toda a terra subjacente do *tumulus* (Lx.2).. 9 - solo geológico (argila compacta) (Lx. 29).

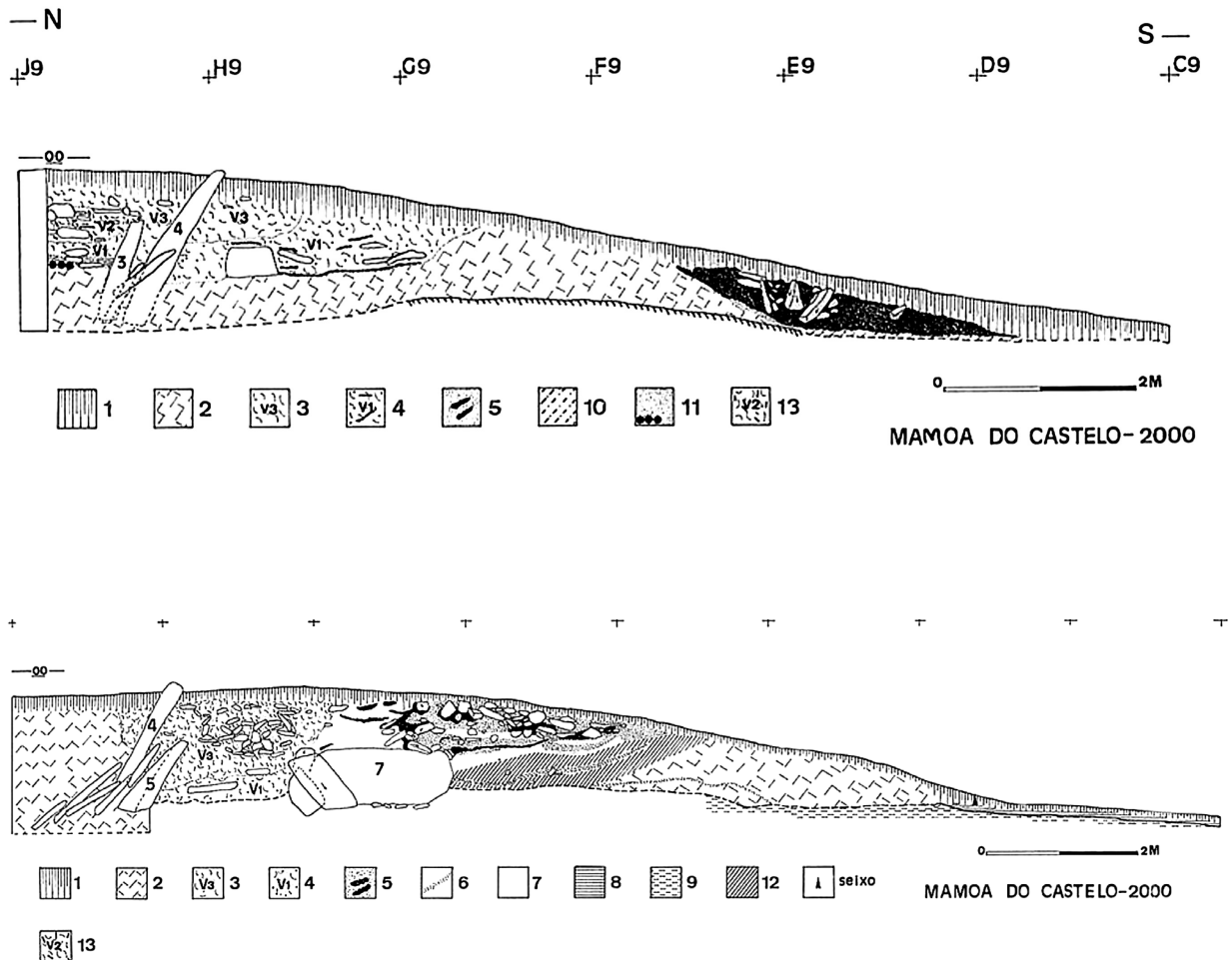


Fig. 8 – Cortes estratigráficos 3 (N-S), na sanja sul (em cima) e 4 (E-W) na sanja leste (em baixo).

1 – terra humosa, argilosa (Lx. 1). 2 – terra do *tumulus*, argilosa, muito compacta, de cor amarelo-alaranjada com manchas ora mais amarelas, ora mais alaranjadas, e raramente negras (Lx. 2). 3 – terra da mais recente violação da câmara, de natureza humosa, relativamente solta e com algumas pedras, de cor castanha-escura (Lx. 3). 4 – terra da mais antiga violação da câmara, também de natureza argilosa, mas mais compacta que a anterior. Possui manchas de dimensão e cor muito variada: alaranjadas, castanho-claras ou negras, sendo estas decorrentes da realização de fogueiras (V1 e V2, e esta somente no Corte 3, correspondem à mais antiga violação da câmara). 5 – terra do *tumulus*, de cor negra e com muito carvão (representada a negro) ou cinzenta/ castanho-escuro. Decorre da realização de fogo intenso sob e sobre as pedras da couraça (Lx. 4). Originalmente estender-se-ia por sobre toda a terra subjacente do *tumulus* (Lx.2). 6 – terra argilosa, de cor castanho muito escuro, quase negra nalgumas áreas, resultante da realização de fogo pouco intenso quer no decurso da formação do corredor intratumular, quer durante a fase inicial da condenação daquele. 7 – Argila uniforme muito plástica, de cor laranja, utilizada na condenação do corredor intratumular e do vestíbulo. 8 – sedimentos negros sobre o solo geológico, no fecho do átrio e que integravam seixos e muito cascalho de quartzitos brancos e cristais. 9 – solo geológico (argila compacta) (Lx. 29). 10 – solo negro, com muito cascalho de quartzitos brancos e cristais. 11 – terra negra, queimada, atrás da câmara (esteios 3, em J9), que denunciava a realização de fogo e sob esta uma concentração de cristais de quartzo (indicados com um asterisco) (Lx.14). 12 – terra argilosa de cor avermelhada, ora mais escura ora mais clara, utilizada na condenação do corredor intratumular e vestíbulo. Com um triângulo marcam-se os seixos predominantemente negros com veios brancos integrados nos sedimentos negros descritos em 8.



Fig. 9 – (Em cima) duas imagens da Mamoa do Castelo no decurso da escavação. Na primeira observa-se a cou-raça, o corredor intratumular selado, bem como o âtrio; a segunda é um pormenor do corredor intratumular sela-do (seixos e sedimentos negros). (Em baixo) Recipiente decorado com a técnica de “boquique neolítico” e possí-vel machado).



Fig. 10 – (Em cima) Vista de sul: da câmara, do vestíbulo e do corredor intratumular selados (estes dois últimos no decurso da escavação); (Em baixo) Vestíbulo selado com pedras e sedimentos queimados e câmara bastante destruída, também no decurso da escavação. Indicam-se, além dos esteios, os Pilares exteriores esquerdo e direito (P).

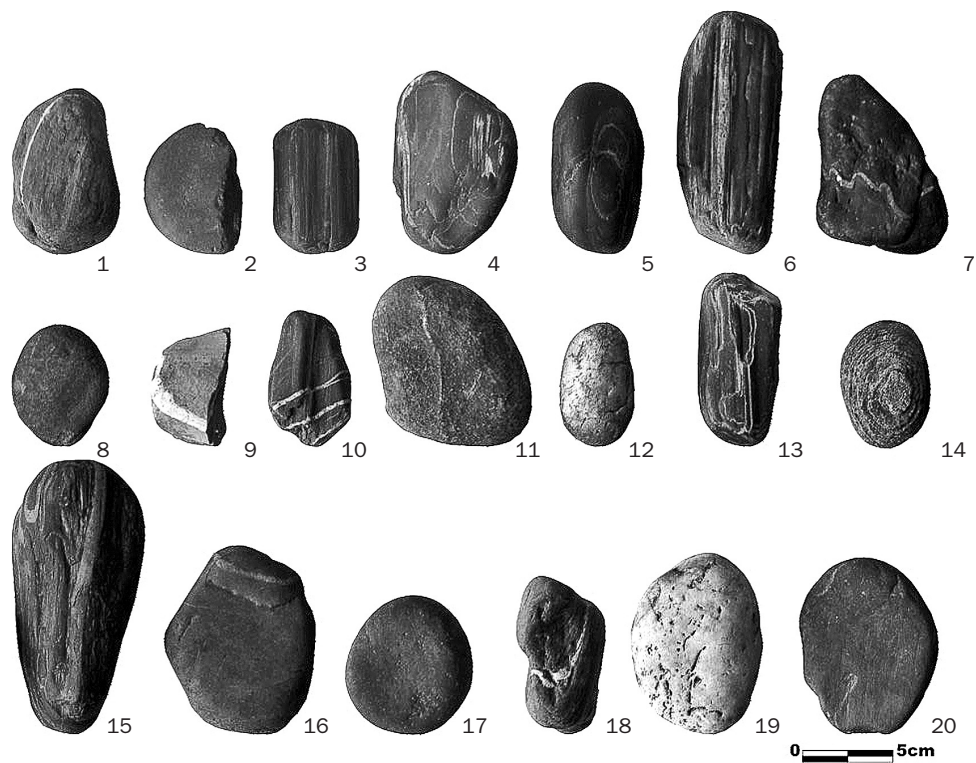


Fig. 11 – (Em cima) Seixos “negros” do átrio da Mamoa do Castelo: da esquerda para a direita 1 a 7 (fila superior); 8 a 14 (fila do meio); 15 a 20 (fila inferior). Em baixo: seixo 5, pedra com covinha e bloco de cristais (estas duas com escala. em centímetros).



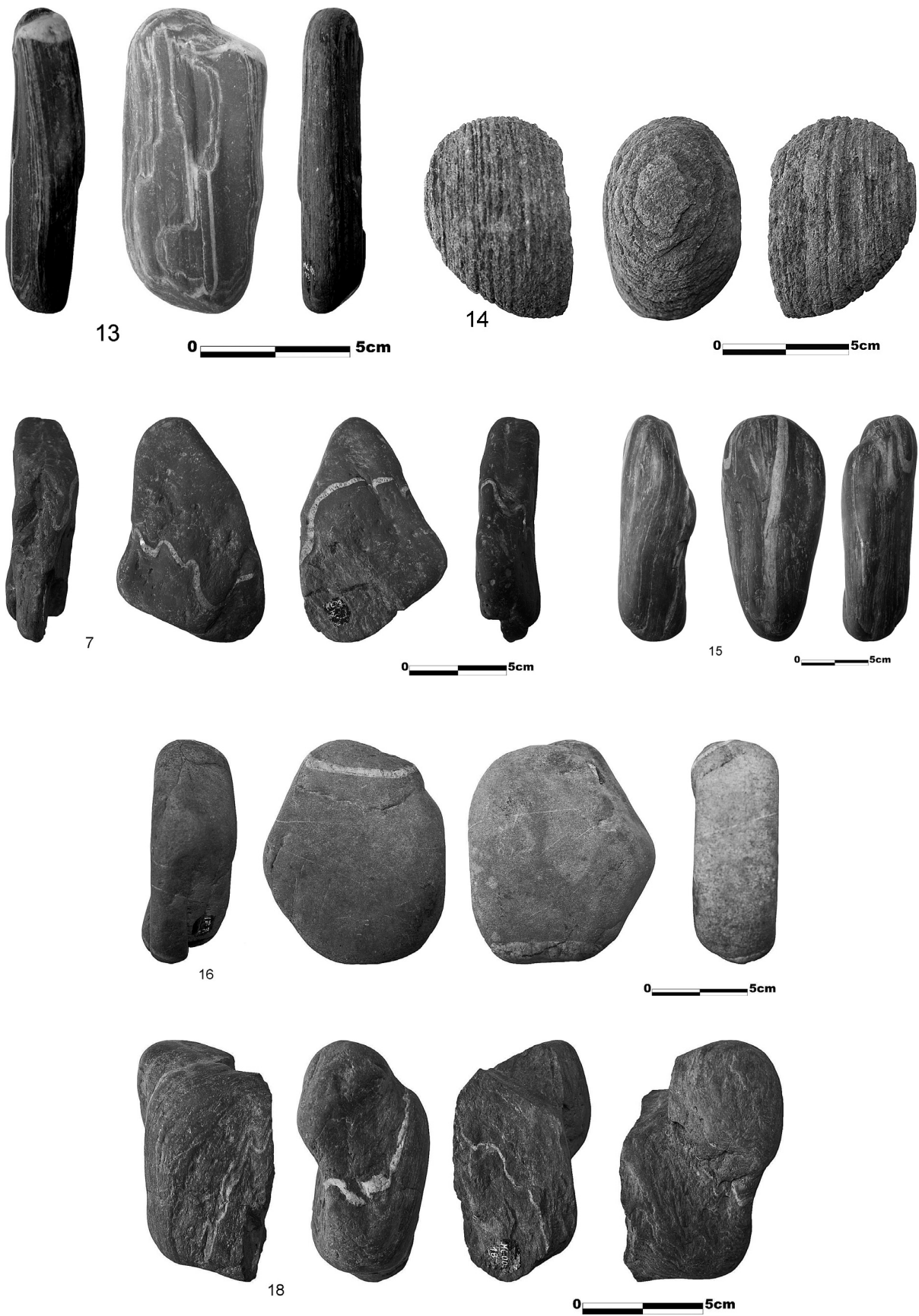


Fig. 12 – Seixos 13, 14, 7, 15, 16 e 18).

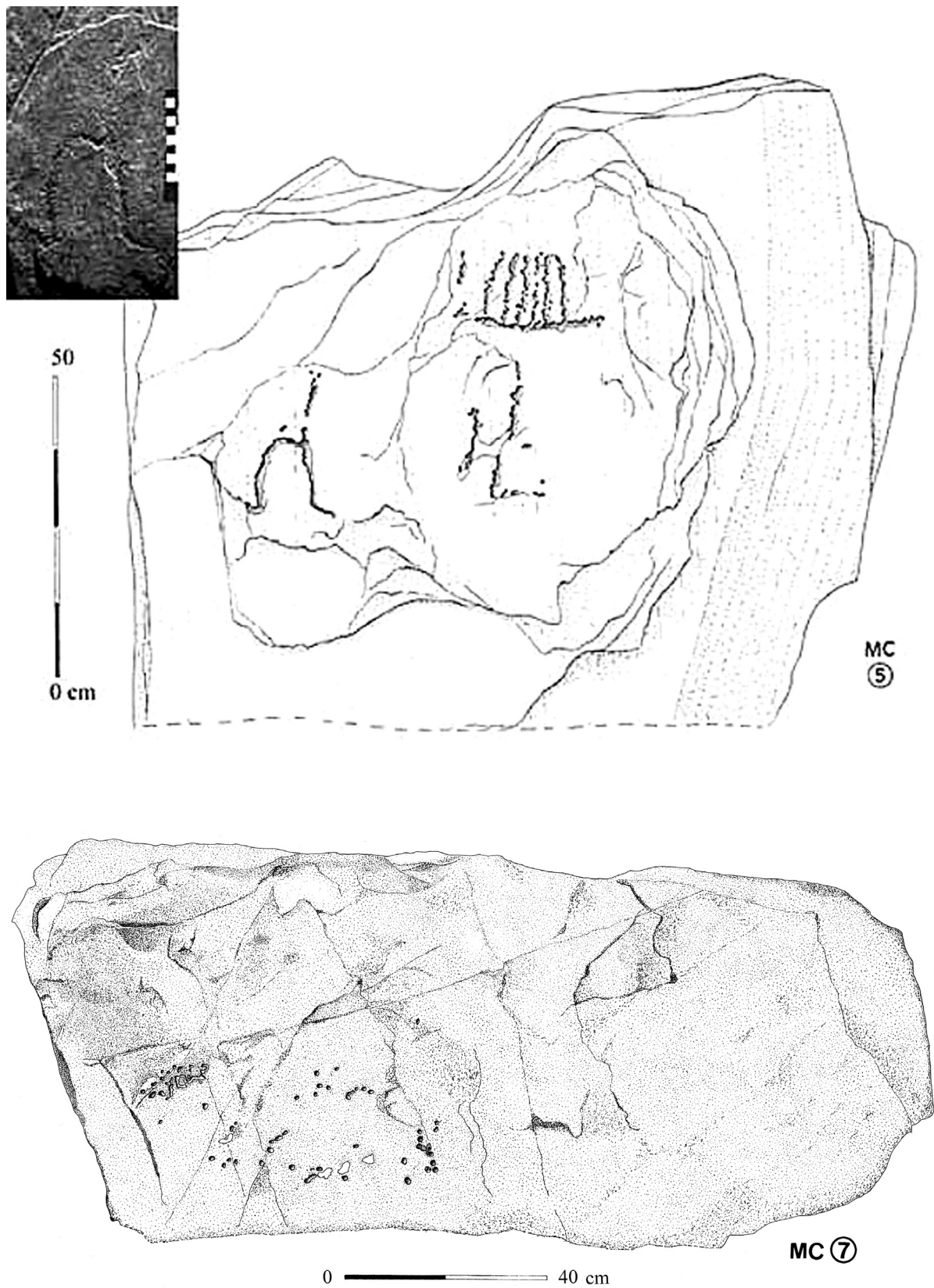


Fig. 13 – Gravuras “escondidas” na parte posterior da laje de cabeceira (Esteio 5, em cima) e na parte posterior do esteio 7 (do vestíbulo, em baixo).

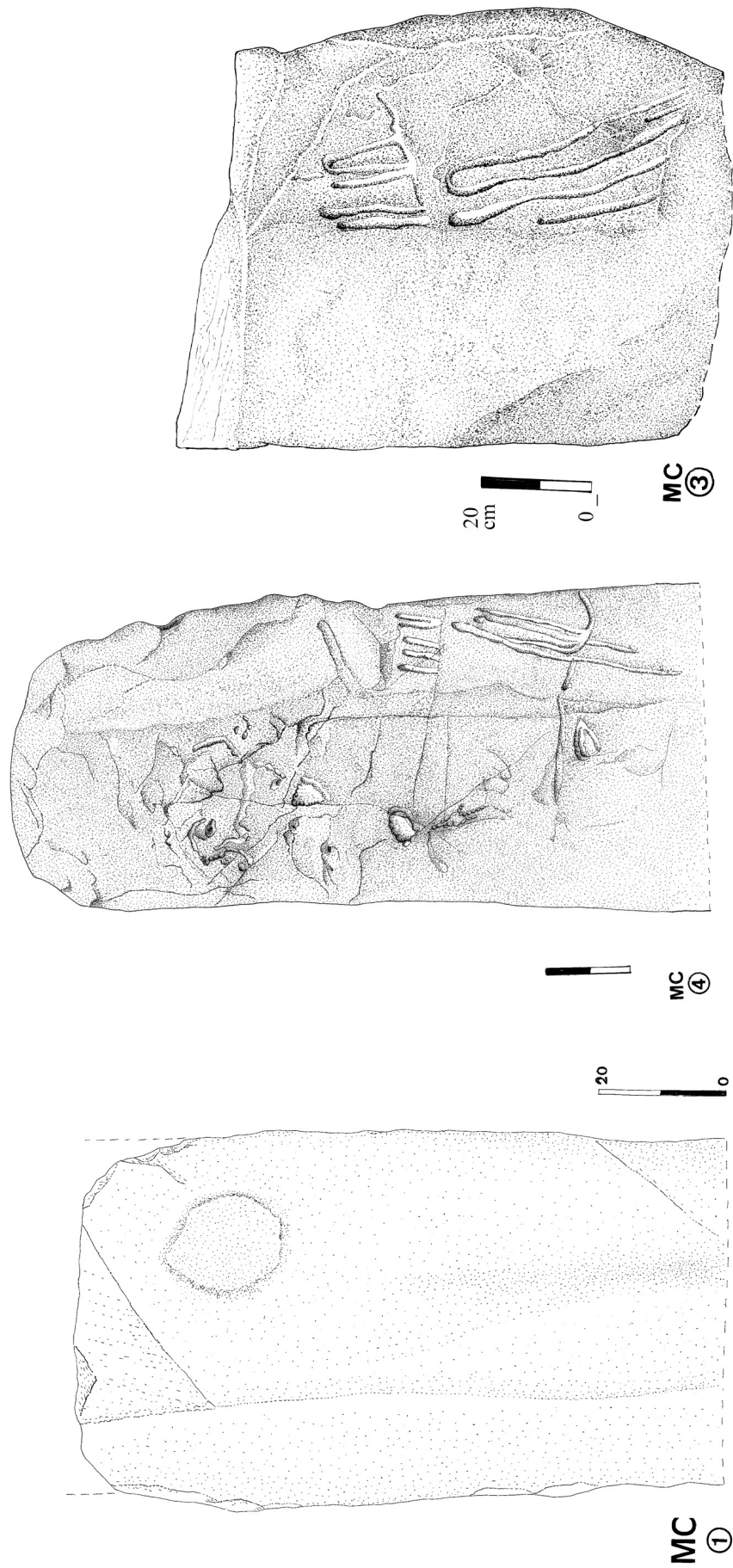
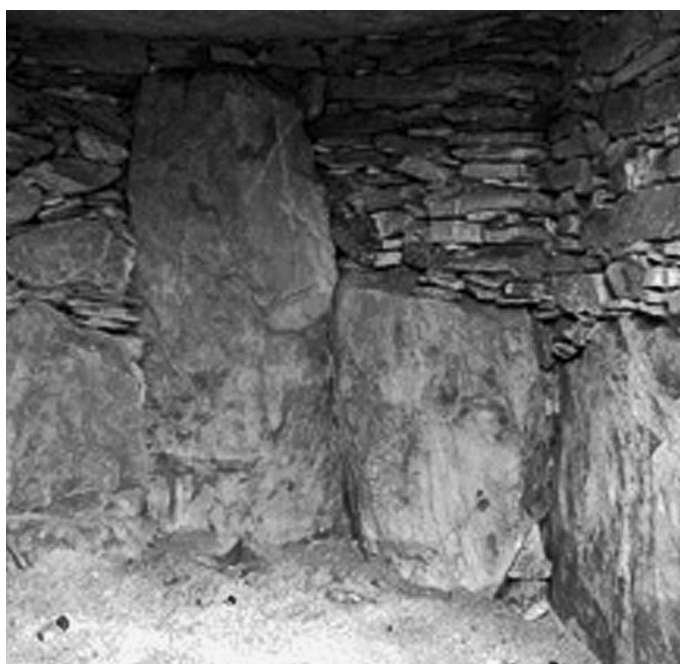


Fig.14 – Gravuras dos esteios 1, 3 e 4).



Fig. 15 – Três aspectos da Mamoa do Castelo após restauro. (Em cima) Aspecto geral com vista de NE (foto de J. Teixeira em Fev. de 2006); (Em baixo) Vista do interior da câmara para o exterior (foto do lado esquerdo); e aspecto do interior da câmara na sua parte norte: esteios 2,3,4 e 5 (foto do lado direito; estas últimas de A. Rolo, tiradas em 2005).



Sítio pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): principais conclusões das escavações de 2005

João Muralha¹,
Ana Margarida Vale²,
Vitor Oliveira Jorge³,
Leonor Sousa Pereira⁴,
Gonçalo Leite Velho⁵

ABSTRACT

The authors describe, very briefly, the main conclusions of the last archaeological work in Castanheiro do Vento, a prehistoric settlement, located in the northeast of Portugal (in the municipality of V^a N^a de Foz Côa).

1. LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO

Freguesia: Horta do Douro;

Concelho: Vila Nova de Foz Côa;

Distrito: Guarda;

Coordenadas geográficas (segundo a *Carta Militar de Portugal*, à escala 1: 25 000, folha 140, e recorrendo a um ponto central da estação):

41° 03' 49" Lat. N.

07° 19' 18" Long. W. Gr.

A aérea escavada situa-se no topo de um morro de substrato xistoso, definido pela curva de nível dos 720 metros. Actualmente, conserva uma área preservada de cerca de 100 metros, no sentido Norte/ Sul, e de 80 metros, no sentido Este/ Oeste. Esta área encontrava-se coberta por vegetação arbustiva, o que impedia uma percepção clara do terreno e a progressão das escavações, e impunha barreiras visuais para quem, do sítio, observava para Oeste. No sentido de colmatar este problema e com o objectivo de preparar os trabalhos de escavação, a primeira actividade da campanha de 2005 centrou-se no corte e remoção de toda a vegetação existente no topo do monte (em Junho de 2005, por uma equipa reduzida).

¹ Estudante de Doutoramento, Universidade do Porto. Bolseiro da FCT. E-mail: j muralha@gmail.com

² Estudante de Doutoramento, Universidade do Porto. Bolseira da FCT. E-mail: ana.m.vale@gmail.com

³ Professor do DCTP-FLUP. E-mail: vojorge@clix.pt

⁴ IPA-Extensão de Vila do Conde. E-mail: leonorsp@gmail.com

⁵ Docente no IPT, estudante de doutoramento, Universidade do Porto, E-mail: gonvelho@ipt.pt

Mas a dispersão de materiais cerâmicos e líticos não se limita apenas a esta área. Estende-se para sul, numa plataforma com mais de 100 metros de extensão, hoje cultivado com cerejeiras, e para norte e leste, numa sequência de rampas ou plataformas, destruídas pela abertura de valas destinadas ao plantio de eucaliptos.

De facto, estamos perante uma “colina monumentalizada”, no sentido em que o sítio não se restringe à área de escavação (onde provavelmente os vestígios de vivências no III/II milénio a.C. são mais visíveis), mas se estende a toda a colina, que também só pode ser entendida na sua interacção com o território envolvente, e, a um primeiro nível de abordagem, com o vale da Ribeira da Teja, sobre cuja área Castanheiro de Vento detém um amplo domínio visual.

Sendo dominante a visão do sítio de Castanheiro do Vento para leste, apreende-se uma vasta área da bacia da Ribeira da Teja, assim como do próprio vale; e o morro de Castanheiro do Vento surge destacado na paisagem que daí se observa. Também da área a N/NW do sítio este surge como um dos elementos geomorfológicos mais proeminentes.

A relação visual do sítio com o território e deste com o sítio parece assumir especial relevo na concepção da cenografia de Castanheiro do Vento. Este local era para ser visto de longe e detinha um amplo domínio visual sobre a paisagem.

Em termos cronológicos, as datas de C14 permitem situar o sítio entre 2900 e 1500 a.C., o que encaixa nas tradicionais designações de Calcolítico e Bronze Inicial. Provavelmente o sítio como monumento data dos meados, segunda metade do III milénio a.C./ primeira metade do II milénio a.C.

Existe, também, um conjunto significativo de datas de C14 que nos remete para o I milénio a.C., genericamente entre os séculos VIII e IV a.C., assim como alguns materiais, entre eles uma peça em electro. Estes dados são de difícil articulação com as actividades a que poderiam estar ligados. Corresponderiam a uma utilização completamente diferente daquela datada do Calcolítico/Idade do Bronze, mas surgem em contextos pouco definidos, parecendo, no entanto, estar conectados com áreas de combustão.

2. CAMPANHA ARQUEOLÓGICA DE 2005

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 3 de Julho e 23 de Setembro de 2005, com a presença de toda a equipa responsável, com o apoio de alunos universitários em regime de avaliação e voluntariado, e ainda com a participação de colaboradores que têm vindo a desenvolver trabalhos científicos na região.

O projecto de investigação em Castanheiro do Vento contou com um programa Interreg, elaborado em conjunto pela ACDR de Freixo de Numão e pela Universidade de Salamanca, ficando a Prof. Dr.ª Socorro López Plaza como responsável da equipa desta última instituição, que, através de alunos e daquela docente, participou nos trabalhos de campo de 2005.

As escavações arqueológicas foram também integradas no projecto “ArchSigns - Prehistoric architectures, the building of the monumental Europe” financiado através do programa Cultura 2000, projecto este que envolveu a Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a Universidade de Málaga e a Universidade de Montpellier.

O objectivo destas iniciativas prende-se sobretudo com a criação de bases para uma rede temática a nível europeu, que tem em Freixo de Numão um potencial lugar de encontro e de reflexão. Este esforço no sentido de estabelecer parcerias a nível internacional foi reforçado com a presença de outros investigadores que não se encontravam inicialmente afectos ao projecto, nomeadamente da Dr.ª Lesley McFadyen (Universidade de Leicester, Reino Unido), que não só participou activamente na campanha de escavações como também apresentou uma palestra no auditório municipal de Vila Nova de Foz Côa.

Atendendo a este enquadramento institucional, procedeu-se, durante três meses, à escavação de um total de 339 quadrículas, de 2mx2m, perfazendo um total de 1356m² de área escavada.

Um dos objectivos gerais da escavação prendia-se com a percepção e registo da planta geral do sítio; neste sentido, realizou-se um trabalho em área de decapagem superficial. Raros foram os contextos alvos de uma escavação em profundidade.

No final dos trabalhos as estruturas postas a descoberto foram protegidas com manga plástica coberta com pedras e/ ou gravilha;

O espólio cerâmico e lítico encontra-se em fase de tratamento (lavagem e marcação) e estudo. Uma amostragem selectiva de material cerâmico, assim como de espólio metálico, será remetido ao ITN para análise, ao abrigo dos concursos: *Caracterização química de cerâmicas arqueológicas*, categoria A e *Caracterização química de metais e ligas metálicas pré-históricas*, categoria B.

Foram também seleccionados ecofactos para análise:

- Antracologia: remetidos para o Laboratório de Botânica da Universidade de Montpellier (França), onde serão estudados pela Dr.^a Isabel Figueiral;
- Radiocarbono: as análises de radiocarbono foram efectuadas no Department of Engineering Sciences, Division of Ion Physics – Uppsala Universitet, Suécia.
- Fauna: encontra-se em estudo pela Dr.^a Cláudia Costa, que iniciou a sua dissertação de mestrado em Arqueozologia na Universidade do Algarve, com materiais provenientes de Castanheiro do Vento, e pelo Prof. João Luís Cardoso (Univ. Aberta).

3. RESULTADOS DA CAMPANHA DE 2005

Os trabalhos arqueológicos permitiram pôr a descoberto uma vasta área, genericamente caracterizada por muretes interceptados por «bastiões» e passagens ou entradas, assim como revelou uma complexa organização do espaço intra e entre muretes, como comprovam várias estruturas circulares ou ovaladas e estruturas geminadas, que descreveremos adiante.

Até ao momento das investigações, a morfologia geral do sítio de Castanheiro do Vento é basicamente definida⁶: pelo **murete 1** (M1), de tendência curvilínea, constituído por um conjunto de troços de murete e «bastiões»; pelo **recinto secundário** (RS) que intersecta o murete 1 na periferia a SE e possui duas entradas e dois «bastiões»; pelo **murete 2** (M2), segunda linha de murete, igualmente de tendência curvilínea e constituído por troços de murete e «bastiões»; pelo **murete 3** (M3), terceira linha de murete, em tudo semelhante ao anterior e que parece ser a linha que define o **recinto principal** (RP) onde se situa uma grande estrutura que se denominou «Grande Torre», ou «Torre Principal».

O murete 1 e o recinto secundário foram escavados entre 1998 e 2004. Só em 2005 foi possível identificar os outros componentes atrás enunciados. Assim, passaremos a definir as estruturas detectadas durante a última campanha de trabalho de campo, que interceptavam as duas linhas de murete (M2 e M3), ou estão com estas, aparentemente, conectadas:

- **«Bastião» H** (BH) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura deste tipo genérico mas de vão aberto, na sua parte interna. A decapagem desta estrutura permitiu identificar um nível de terras escuras, onde se encontrou um conjunto apreciável de fauna. Este «bastião» parece estar relacionado com uma estrutura (n.º4) localizada imediatamente a Norte.
- **Estrutura circular n.º4** (Ec4) – Definida por pedras obliquamente dispostas (parte superior voltada para fora). Possivelmente, seriam as bases de uma estrutura (parede) feita a partir de um entrançado de ramos, revestido a argila.

⁶ Ver croquis geral da área escavada.

- **Estrutura circular n.º5** (Ec5) – Em tudo idêntica à anterior, com a diferença de que as pedras que a definiam eram constituídas por elementos de moinhos de granito, fracturados. Em redor desta estrutura não se detectou a continuação do murete.
- **Estrutura circular n.º3** (Ec3) – Idêntica à Ec4, embora de raio mais pequeno. Foi integralmente escavada, até à sua linha basal, oferecendo um sedimento homogéneo e muito argiloso.
- **Estruturas geminadas n.ºs 1,2 e 6** (Eg1/2/6) – Localizadas junto à face exterior do murete 2 (M2), entre os «bastiões» G e I. São estruturas acopladas, onde as lajes delineadoras de uma podem servir (na face oposta) de delimitantes da estrutura adjacente. A estrutura 1, já tinha sido detectada no final da escavação de 2004, mas só em 2005 se procedeu à sua correcta delimitação, levando à identificação da Eg2 e Eg6. As estruturas 1 e 2 possuíam um pequeno nível de lajes de xisto muito fracturadas no seu topo.
- **«Bastião» I** (BI) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo bastião, mas de vão aberto, na sua parte interna. Acompanha a inflexão do murete 2, no sentido NE.
- **«Bastião» J** (BJ) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo bastião, mas de vão aberto, na sua parte interna. A decapagem superficial do interior deste «bastião», permitiu definir uma micro-estrutura delimitada por elementos de moinho fracturados, à semelhança dos «bastiões» A, D e F, e ainda todo um interior estruturado em pequenos espaços.

A ligação entre o «bastião» I e o J é definida por dois muretes de curvatura longa, um unindo efectivamente os dois «bastiões», outro partindo do «bastião» I e terminando a meio do primeiro murete.

O prolongamento do murete para Norte, após a definição da concavidade produzida pelo «bastião» J, termina numa **Passagem (n.º6)**. O murete parece ter sofrido uma alteração, com o propósito de o monumentalizar. Esta passagem muito estreita (0,60m) foi colmatada pela construção de um troço de murete que faz a ligação entre este murete 2 e o murete 3. O lado Norte da passagem 6 é definido por um troço de murete quase triangular, estando o seu topo Norte junto ao bastião K.

- **Estrutura circular n.º12** (Ec12) – Pequena estrutura sub-circular detectada numa área de difícil compreensão, pois toda esta zona, junto ao murete de planta triangular, parece estar muito alterada por problemas pós-deposicionais.
- **«Bastião» K** (BK) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo «bastião», mas de vão aberto, na sua parte interna. A decapagem superficial deste «bastião» permitiu definir uma estrutura circular no seu interior encostada à parede norte.
- **Estrutura circular n.º10** (Ec10) – Embora pareça ser uma estrutura sub-circular, a sua escavação não foi feita; apenas se delimitou o topo das lajes de xisto que a estruturavam.
- **Estruturas geminadas n.ºs 7,8 e 9** (Eg7/8/9) – Localizadas num espaço delimitado, junto ao murete de união entre os recintos intermédio e o interior/complexo. A existência a Norte de um pequeno murete, no final do «bastião» K, parece circunscrever este espaço.

Entre o «bastião» K e o L, foi detectada uma outra **Passagem (n.º7)**. Não se encontra monumentalizada, pelos menos no estado actual da sua escavação. O seu eixo de acesso ainda não está bem definido, e não foram detectadas estruturas de colmatação.

- **«Bastião» L** (BL) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo «bastião», mas de vão aberto, na sua parte interna.

O troço de murete que continua para NO após a curvatura do «bastião» L, termina num pequeno troço de murete, que inflecte para NE e subitamente termina. Embora a decapagem nesta área não tenha sido abandonada, não se detectou nenhum alinhamento a norte deste, inserido no recinto intermédio.

A parte interior do **Recinto Principal** foi detectada em processo de escavação, quando se definiu o murete que partia junto à passagem 6 e que depois se veio a perceber que terminava no centro da curvatura do «bastião» M. Este recinto aparenta ter uma forma ovalada, embora a sua delimitação ainda não esteja definida.

- «**Bastião**» **M** (BM) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo «bastião», mas de vão aberto, na sua parte interna.
- «**Bastião**» **P** (BP) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura do tipo «bastião», mas de vão aberto, na sua parte interna. Apenas se definiram os seus alinhamentos. Adossado à parede externa desta estrutura, existe um pequeno murete de apenas 2,5m de carácter monumental que termina num vão. Após essa abertura, o murete parece continuar; mas não houve oportunidade para se definir melhor esta zona. No entanto, pensamos tratar-se de uma **passagem (9)**.

Para Norte do «bastião» M, além de um pequeno troço de murete rectilíneo, detectou-se outra **passagem (8)**, bem definida e sem estruturas de colmatação.

- «**Bastião**» **N** (BN) – «Bastião» em forma de “D”, que consiste numa estrutura de vão muito aberto, neste caso, assemelhando-se a uma metade de círculo. Encontra-se voltado para a zona mais central do recinto interior/complexo.
- «**Bastião**» **O** (BO) – Estrutura em forma de «bastião» mas destruída na sua área norte, impedindo uma mais correcta interpretação da mesma estrutura.

Perto do final dos trabalhos arqueológicos detectou-se uma estrutura circular que denominamos **Torre Principal**. Consiste numa estrutura monumental localizada na possível área interna do recinto principal. A sua complexidade é grande e encontra-se ainda em processo de escavação. Tem a NO e a SE uma complexa **contrafortagem** à qual, a SE, encostam duas estruturas geminadas: **estruturas geminadas n.ºs 11 e 13** (Eg11/13).

4. CONCLUSÕES DOS TRABALHOS DE 2005

As escavações em Castanheiro do Vento durante a campanha de 2005 vieram acentuar a complexidade deste local e sublinhar o seu “ar de família” com outros sítios de altura datados do calcolítico, situados no rebordo meridional e ocidental da Península Ibérica e zona francesa mediterrânica. Referimo-nos a recintos delimitados por uma ou mais linhas de muretes, interceptados por bastiões. Podemos enunciar, a título de exemplo, Los Millares em Espanha, e em território português, os sítios de Santa Justa, Zambujal, Leceia, Vila Nova de S. Pedro e Castelo Velho de Freixo de Numão, entre muitos outros.

Em 1994, Susana Oliveira Jorge ensaiou um estudo comparado dos chamados “povoados fortificados” calcolíticos, demonstrando a inconsistência desta mesma determinação funcional, que abrangia todas as interpretações explicativas destes locais. Neste momento, seria de extrema importância prosseguir essa linha de trabalho, atendendo a novos dados provenientes da escavação arqueológica, e a novas linhas interpretativas que se vão tecendo, resultantes da interacção da arqueologia com outros domínios da ciência, não apenas para aportar conceitos e estruturas de outros ramos do conhecimento e aplicá-los ao estudo arqueológico, mas para estabelecer a arqueologia num sistema de saberes interactivos e criativos.

No entanto, algumas ideias podem ser sublinhadas na análise comparativa de Castanheiro do Vento com outros recintos, contemporâneos, e morfologicamente semelhantes (ainda que seja uma análise que necessita de um estudo futuro mais aprofundado). Estes sítios localizam-se em áreas de onde se detém um amplo espectro visual do território, e podem ser observados destas

longas distâncias. Os morros onde se situam parecem também adquirir uma polivalência visual, consoante o local de onde são avistados. Tratar-se-ia de colinas monumentalizadas, onde, no seu topo, uma ou várias linhas de muretes incorporando «bastiões», formariam uma espécie de labirinto, criariam circuitos ora rectilíneos, ora serpenteantes, ora estreitos, ora abertos em grandes recintos. Nestes espaços interiores, provavelmente, ocorreriam deposições várias que poderiam materializar a união de grupos, simbolizar e negociar o sentido de comunidade. Estes monumentos comunitários plasmariam em última análise “formas de habitar”, onde o espaço vivencial era tecido a uma ampla escala, ou seja num território envolvente.

Estes espaços construídos no topo das colinas implicariam o trabalho de várias comunidades, não só na fase de erecção das estruturas, cujos socos hoje pomos a descoberto, e que deveriam ser de materiais perecíveis e argila, mas também na manutenção do próprio sítio. Uma construção em terra envolve cuidados regulares, em princípio anuais, depois da época das chuvas, o que teria implicações de ordem social, no sentido que pressupunha a mobilização periódica de pessoas e bens em larga escala. Estes espaços comunitários poderiam evidenciar nos seus «bastiões» ou em outro tipo de estruturas, diferentes grupos, agregados em rede pela própria arquitectura destes sítios.

A construção em argila confere às paredes e às fachadas uma grande plasticidade, a capacidade de (re)moldar espaços, rasgar ou fechar aberturas, janelas, que condicionavam a percepção do espaço exterior. Pode potenciar capacidades de expressão das fachadas, em termos de cor e organização decorativa, enquanto transmissoras de significados múltiplos.

Num território que não era apenas construído por adições de material, mas sim de um imbricado de actividades e significados, o estudo das construções de um recinto como Castanheiro do Vento não pode ser realizado através de itens que hoje em dia a arquitectura e a engenharia utilizam para caracterizar “formas de fazer”: materiais construtivos, técnicas construtivas, soluções técnicas, mão-de-obra, custos e tempo empregue...

Na linha de Tim Ingold, o espaço é tecido, o que pressupõe uma interligação entre todos os elementos. A escavação de 2005 fornece-nos um exemplo prático desta relação entre materiais construtivos, técnicas construtivas e a própria construção (que não podem ser tidos como unidades independentes): o embasamento do murete 3 (M3) é realizado com xisto e quartzo branco, enquanto que, nos restantes, o soco pétreo é feito quase exclusivamente em xisto. Contudo, uma vez “construída” a super-estrutura em argila, esta singularidade não seria perceptível, pois, em princípio, mesmo as faces das paredes em pedra seriam barreadas. A presença do quartzo branco, que no processo de escavação arqueológica é tão marcante, pontuando intensamente o terceiro troço de murete de “manchas” brancas, distinguindo-o em termos visuais dos restantes, diluir-se-ia na construção, fazendo parte de uma tecitura mais global, que seria constituída pelo próprio sítio e pelo seu meio.

Vários contextos evidenciam, ainda, um fechamento intencional de algumas estruturas, que pela sua morfologia criariam espaços de circulação, como «bastiões» e passagens, através de níveis de pedra estruturados. Este acto de colmatar pressupunha, muito provavelmente, a destruição intencional da super-estrutura, pois era ao nível da base pétreo que esta acção se realizaria. Uma das implicações desta operação, para nós arqueólogos, refere-se ao próprio estudo das paredes do sítio. Intencionalmente, no passado, estas foram destruídas e não abandonadas, deixando apenas o registo de uma momento final (se considerarmos que deixa de ser um sítio aberto, susceptível de circulação no seu interior, para um sítio fechado, coberto de pedras).

Para concluir, o estudo do sítio de Castanheiro do Vento, e sobretudo após os trabalhos de 2005, pela área escavada e esforço envolvido, evidencia, sobretudo, a complexidade crescente do local, o que exige uma análise cada vez mais profunda, à micro-escala, dos contextos específicos do sítio, e à macro-escala, da arquitectura de Castanheiro do Vento, ou seja, a relação da estação com o espaço envolvente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AAVV, (2005), *Arquitecturas de Terra em Portugal*, Lisboa, Argumentum.
- JORGE, Susana Oliveira, (2005), *O Passado é Redondo. Dialogando com os Sentidos dos Primeiros Recintos Monumentais*, Porto, Edições Afrontamento.
- INGOLD, Tim, (2000), *The Perception of the Environment. Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*, Londres, Routledge.
- JORGE, Susana Oliveira, JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá, (2004), “Reflexões preliminares a propósito de formas de organização do espaço e de técnicas de construção em sítios pré-históricos recentes (Calcolítico/Idade do Bronze) do tipo de Castelo Velho e de Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa) – semelhanças e diferenças em relação às construções megalíticas e afins”, *Sinais de Pedra – 1º Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica*, Évora, Janeiro de 2003, edição electrónica.
- JORGE, Vítor Oliveira, (2005), *Vitrinas muito Iluminadas*, Porto, Campo das Letras.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2005), “Morfologia Construtiva do Recinto pré-histórico de Castanheiro do Vento, (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): o exemplo das convencionalmente designadas “estruturas de condenação”, *Almadan*, II série, nº13, pp. 25-35.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002a), “Castanheiro do Vento, um sítio monumental pré-histórico do Concelho de Vila Nova de Foz Côa (Horta do Douro)”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 4, pp. 73-93.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2002b), “Castanheiro do Vento and the significance of monumental Copper/ Bronze age sites in northern Portugal”, *Monuments and Landscape in Atlantic Europe* (ed. Chris Scarre), Londres, Routledge, pp.36-50.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003a), “O Recinto Pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa): balanço sucinto das pesquisas realizadas de 1998 a 2003”, *Portugália*, Nova Série, vol. XXIV, Porto, DCTP, FLUP, pp.5-24.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003b), “Campanha de escavações arqueológicas no ano de 2002 no sítio do Castanheiro do Vento Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 5.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003c), Castanheiro do Vento, a late prehistoric monumental enclosure in the Foz Côa region, Portugal – recent research (1998-2002); *Journal of Iberian Archaeology*, Vol. 5.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá (2003d), “A propósito do recinto monumental de Castanheiro do Vento (Vª Nª de Foz Côa) ”, *Recintos Murados da Pré-História Recente*, Porto/ Coimbra, FLUP-DCTP e CEAUCP-FCT, pp.79-114.
- JORGE, Vítor Oliveira, CARDOSO, João Muralha, PEREIRA, Leonor Sousa e COIXÃO, António Sá, VALE, Ana Margarida (2004), “O recinto monumental pré-histórico de Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vª. Nª. de Foz Côa), após os trabalhos de 2003. Breve relatório”, *Côavisão, Cultura e Ciência*, 6.
- THOMAS, Julian, (2004), *Archaeology and Modernity*, Londres, Routledge.



Fig. 1 – Localização do sítio de Castanheiro do Vento na Península Ibérica.

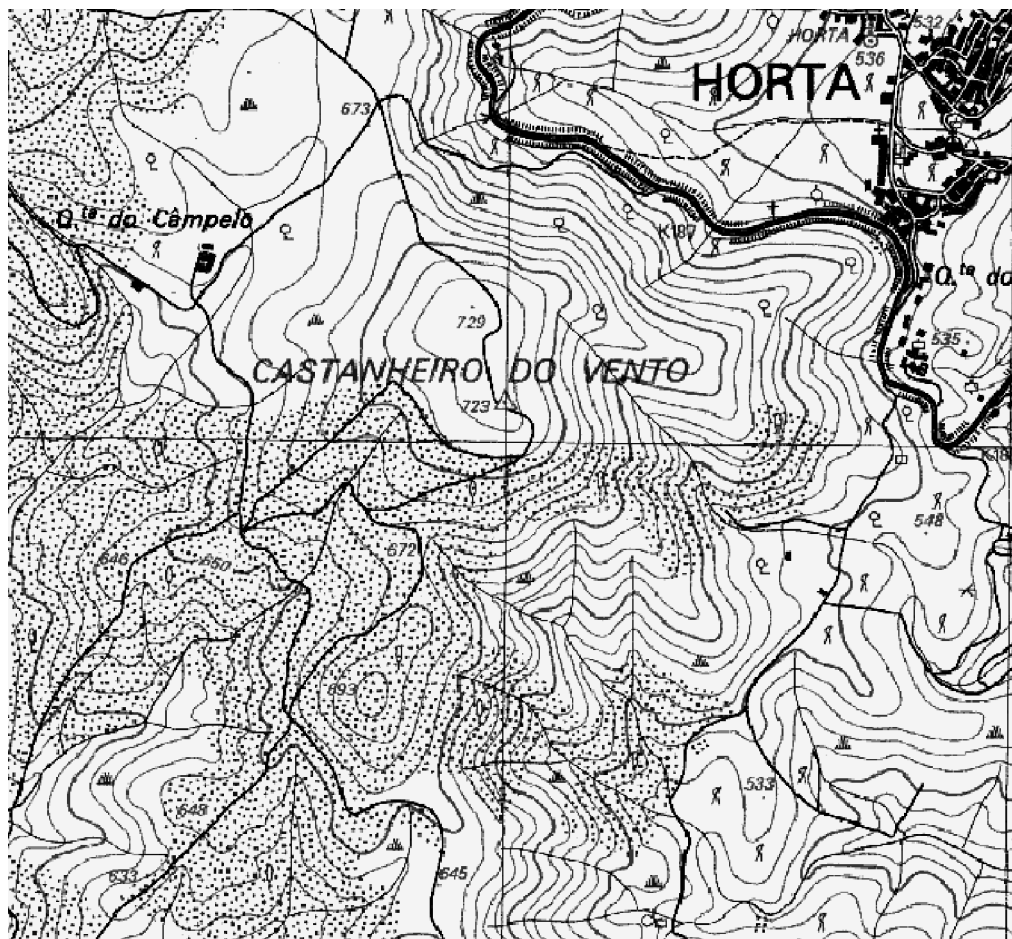


Fig. 2 – Localização de Castanheiro do Vento na Carta Militar de Portugal, Folha nº 140, originalmente na Esc. 1:25 000.

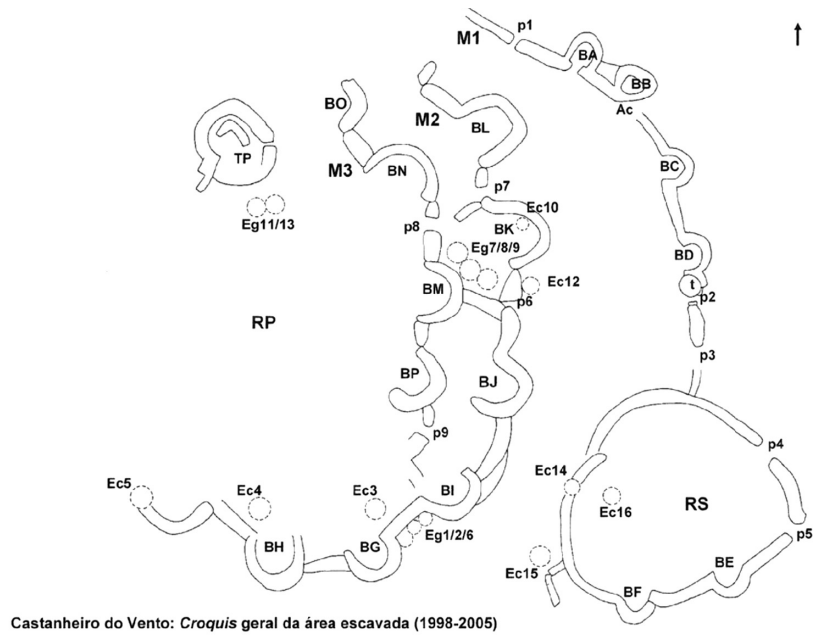


Fig 3 – *Croquis* de Castanheiro do Vento, após a campanha de trabalhos arqueológicos de 2005.



Fig 4 – Vista geral do murete 2 (M2) e do murete 3 (M3), a partir de NW.

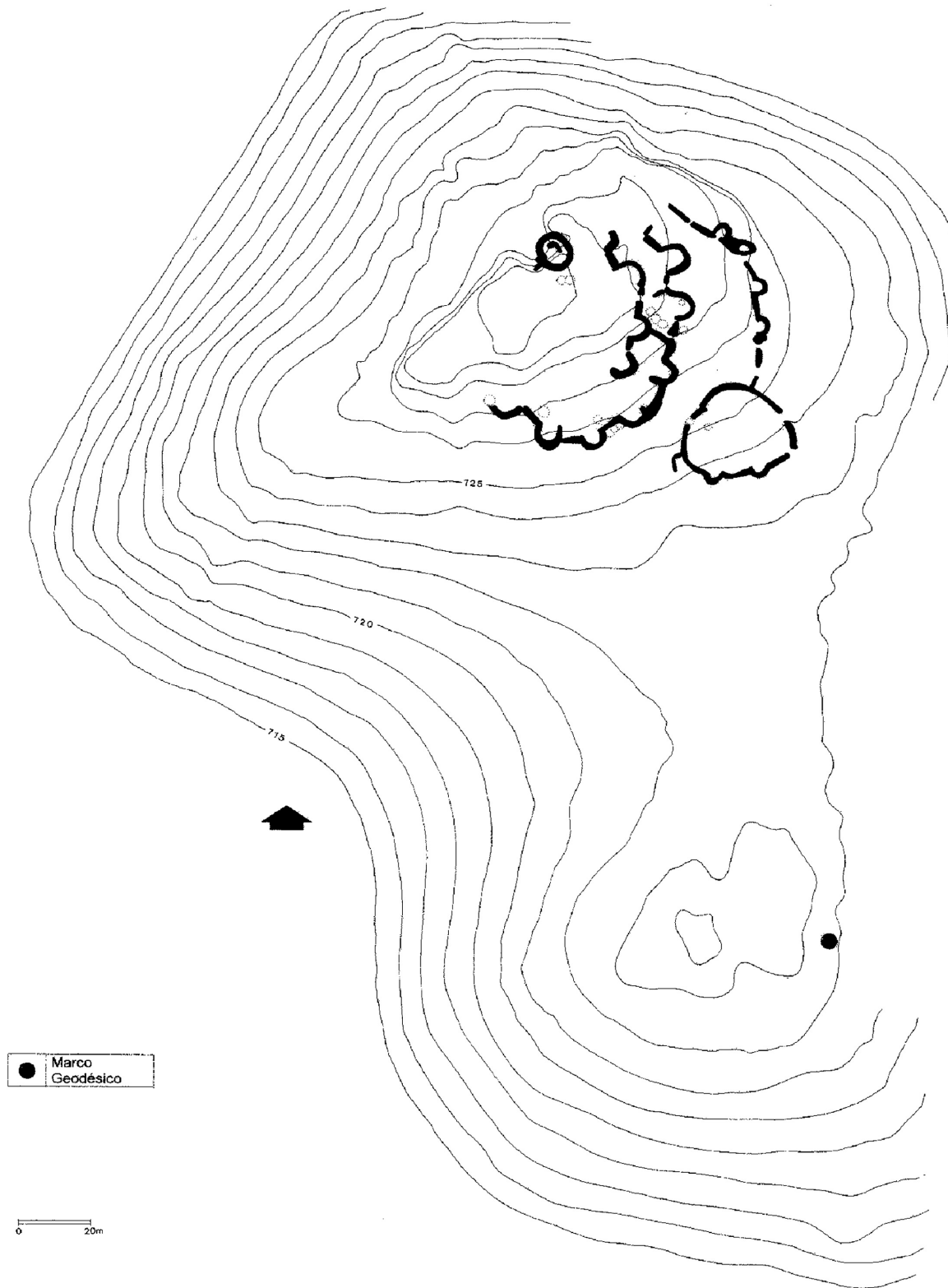


Fig 5 – Planta geral do topo da superfície em escavação, após os trabalhos de 2005. Equidistância das curvas de nível: 1m.



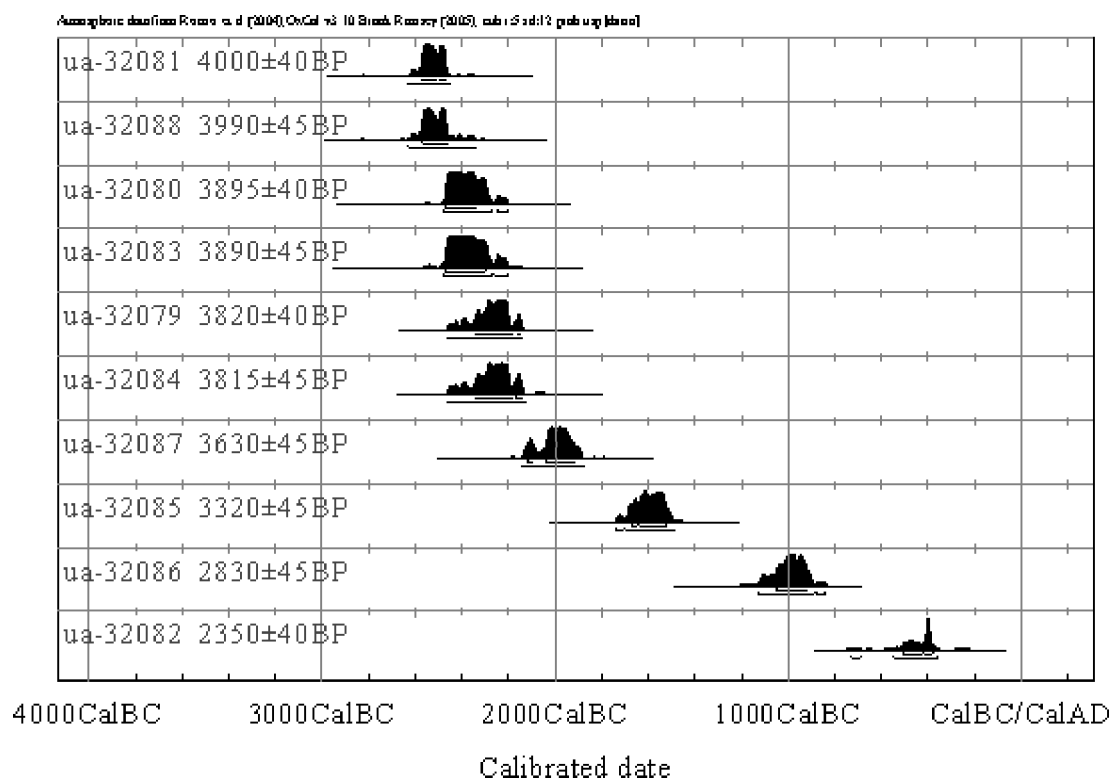
Fig 6 – «Bastião» J. No seu interior foi detectada uma micro-estrutura, sub-circular, constituída por elementos fracturados de moinhos manuais, em granito.



Fig 7 – «Torre Principal», vista de norte. Estrutura circular muito complexa, ainda em processo de escavação.

| Datas calibradas a 2 sigma | Comentários | Número do laboratório |
|----------------------------|---|-----------------------|
| 2630-2450 cal BC | Perto da face interna do murete 2. Sedimentos cinzentos, da camada 3. Relaciona-se com as estruturas principais do sítio. | Ua-32081 |
| 2630-2340 cal BC | Entre pedras de contrafortagem do recinto secundário. Na camada 3. Neste caso pode corresponder à construção da contrafortagem neste local. | Ua-32088 |
| 2480-2200 cal BC | Interior da estrutura circular 3, numa área com argila queimada. Todos os sedimentos desta estrutura eram argilosos e amarelados. | Ua-32080 |
| 2480-2200 cal BC | Entre o murete 2 e o 3. Perto do «bastião» L. Camada 3. | Ua-32083 |
| 2460-2130 cal BC | Na entrada do «bastião» K. Na camada 3. | Ua-32084 |
| 2140-1880 cal BC | Interior da estrutura circular 6, geminada com a 1 e 2. Camada 3. | Ua-32087 |
| 1740-1490 cal BC | Contrafortagem interna da estrutura denominada “Torre Principal”. O interior desta estrutura ainda não se encontra completamente escavado. | Ua-32085 |
| 1670-1450 cal BC | Junto ao grupo de estruturas geminadas números 1,2 e 6. Camada 3. | Ua-32079 |
| 1130-840 cal BC | Topo da camada 3, do «bastião» J. Nível de pequenas pedras. | Ua-32086 |
| 730-360 cal BC | Área de intersecção das estruturas geminadas 11 e 13, conectadas com a “Torre Principal”. | Ua-32082 |

Quadro 1 – Síntese da informação das datações da campanha de 2005. Datações calibradas BC a 2 sigma. Programa Oxcal v3.1.



Precisiones metodológicas acerca de los indicios paleopalinológicos de agricultura en la Prehistoria de la Península Ibérica

J. A. López Sáez *
L. López Merino *

ABSTRACT

The separation of the pollen of wild Poaceae species from that of domesticated cereal crops is of considerable importance to archaeologist studying Holocene vegetational and agricultural change. This paper assesses the reliability of one available key for identifying sub-fossil grass pollen from the Iberian Peninsula Prehistory.

1. INTRODUCCIÓN

Las relaciones entre los pueblos prehistóricos y su medio ambiente, del cual ellos mismos formaban parte, es, posiblemente, una de las problemáticas más interesantes que se le plantean a la Arqueología (MCDONNELL y PICKETT, 1993; ALMQUIST-JACOBSON y SANGER, 1995). Investigaciones en este sentido han mostrado que el ambiente prehistórico ha influido el desarrollo cultural y material de las poblaciones humanas, que por ende se han convertido en el principal agente de influencia sobre el entorno (LÓPEZ SÁEZ y LÓPEZ GARCÍA, 1992; LÓPEZ GARCÍA *et al.*, 1997). En este sentido, la aplicación de estudios paleopalinológicos en las investigaciones arqueológicas (Arqueopalinología) ha permitido dilucidar pautas de evolución de la vegetación a escala regional, así como inferir hipótesis de tipo paleoclimático (BRYANT y HOLLOWAY, 1983; BERGLUND, 2000, 2001).

Sin embargo, creemos que para un arqueólogo el principal interés de la Palinología radica, precisamente, en cuestiones de tipo “local” o “extralocal”, que delimitan el tipo e intensidad de las actividades antrópicas (BEHRE, 1988).

Muy particularmente, no debemos olvidar que la Palinología arqueológica aporta elementos de discusión a la problemática propia de cada yacimiento arqueológico (DIOT, 1984/1985), informando sobre la deforestación del entorno de un yacimiento, su antropización y el enriquecimiento de los suelos con nutrientes como fósforo y nitrógeno, la utilización selectiva de alguna especie, la existencia de una cabaña ganadera, el establecimiento de cultivos (fundamentalmente cereales y leguminosas), sobre el grado de contaminación de las aguas y la evolución temporal del

¹ Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto de Historia, Departamento de Prehistoria, Laboratorio de Arqueobotánica. C/ Duque de Medinaceli, 6 – 28014 Madrid. E-mail: alopez@ih.csic.es

trofismo, la utilización selectiva del fuego, el origen natural o antrópico de los incendios, la relación entre los períodos de sequedad y humedad, el nivel de circulación del agua, la variación del nivel de la capa freática, el grado de erosión, e incluso del mismo nivel de antropización de un yacimiento en el sentido de poder cuantificar el grado de ocupación y las fases de abandono (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 1998, 2000, 2003; GALOP y LÓPEZ SÁEZ, 2002).

No obstante, creemos que la Arqueopalinología no debe convertirse, únicamente, en la herramienta que nos permita la reconstrucción del medio, sino que su objetivo ha de ser también la explicación de su participación como factor determinado y determinante en el proceso de construcción social del paisaje (VICENT *et al.*, 2000). El paisaje es, ante todo, el espacio de las relaciones sociales: la relación de la comunidad con el entorno no es distinta de las relaciones sociales, como tampoco lo es la explotación de los recursos o la manera en que una comunidad percibe su mundo (MCDONNELL y PICKETT, 1993).

La percepción palinológica de las primeras actividades antrópicas reposa en la utilización clásica de los llamados “indicadores polínicos de antropización” (IVERSEN, 1949; BEHRE, 1981, 1986, 1988). A pesar de que la caracterización de las primeras trazas de antropización es aún delicada (RICHARD, 1994), pues a menudo se apoya sobre indicadores polínicos muy discretos o puntuales a nivel porcentual, que revelarían una presión antrópica débil o actividades extensivas lejanas, por precaución sólo la convergencia de varias señales de antropización debe ser considerada como significativa de una intervención antrópica (BARBIER *et al.*, 2001).

Si el desarrollo de actividades pastoriles es fácilmente constatable a nivel palinológico, gracias a la aparición de cortejos polínicos específicos (*Chenopodiaceae*, *Urtica dioica* tipo, *Rumex acetosa* tipo, *Rumex acetosella* tipo, *Plantago lanceolata* tipo, *Plantago major/media* tipo, etc.) (GALOP, 1998, 2000; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003), o de microfósiles no polínicos de ecología coprófila indicadores de tales actividades (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2000; GALOP y LÓPEZ SÁEZ, 2002), la cuestión sobre la aparición de los cereales, y por tanto de las primeras manifestaciones polínicas de agricultura, resulta aún una problemática a resolver (BOWER, 1998; TWEDDLE *et al.*, 2005). Desde que el hombre comenzara a arar la tierra, los cereales han sido el grupo más importante de plantas cultivadas, aportando una contribución única a la nutrición humana y teniendo un papel determinante en el desarrollo de la agricultura. Por tanto, las investigaciones sobre los cereales se enmarcan directamente en el seno de cualquier investigación arqueobotánica, muy especialmente con respecto a las evidencias fundamentadas en su cultivo (RÖSCH *et al.*, 1992; BOWER, 1998).

El objetivo fundamental de este trabajo será, por tanto, discernir en el registro paleopalinológico cuáles son los criterios que se deben seguir a la hora de establecer qué porcentajes de cereal determinados, y bajo qué condiciones tafonómicas concretas, pueden ser considerados como válidos para admitir la existencia de actividades agrícolas en el entorno inmediato de un yacimiento arqueológico.

2. MORFOLOGÍA POLÍNICA DEL TIPO CEREALIA: CRITERIOS Y DIAGNOSIS

Uno de los mayores problemas con que se enfrenta un palinólogo, que trabaje en contexto arqueológico, es la interpretación paleoecológica y paleoeconómica que debe darle a los porcentajes con que aparece el polen de cereal, esté presente o no en los espectros polínicos (BOWER, 1992; BUI-THI, 2003; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003). Esta cuestión resulta muy interesante en aquellas regiones donde ciertos géneros cuentan tanto con especies domésticas como silvestres, habiendo sido estas últimas sometidas a un proceso de domesticación progresiva por el hombre con la consiguiente selección genética (DIOT, 1992).

Afortunadamente, la morfología polínica nos permite diferenciar sin problema alguno el polen de cereales o gramíneas domesticadas del de aquéllas de carácter silvestre. En general, el diáme-

tro del grano de polen en *Cerealia* es superior a 40-45 μm –algunos autores como MOORE *et al.* (1991: 100) sitúan el tamaño límite en 37 μm - y el diámetro exterior del anillo que rodea el poro (*anulus*) debe sobrepasar 8-10 μm , mientras que en las gramíneas silvestres los diámetros son inferiores (BEUG, 1961; FEDOROVA, 1964; KÖHLER y LANGE, 1979; MOORE *et al.*, 1991; DIOT, 1992; REILLE, 1992, 1995; IRIARTE y ARRIZABALAGA, 1995). Algunos laboratorios especializados en investigaciones paleopalinológicas, fundamentalmente en contexto higróturboso, cometen el error de rehidratar sus muestras, lo que conlleva un elevado aumento de la talla de todos los pólenes, con el consiguiente riesgo de confusión entre las gramíneas silvestres respecto de las cultivadas (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003).

Una vez que un grano de polen ha sido identificado y asignado al tipo *Cerealia*, puede resultar muy interesante una identificación morfológica más precisa utilizando contraste de fase (BEUG, 1971; ANDERSEN, 1978) o microscopia electrónica de barrido (KÖHLER y LANGE, 1979), sobre todo si se cuenta paralelamente con otros datos arqueobotánicos de índole carpológica. Especialmente, el contraste de fase permite diferenciar los pólenes de los géneros *Triticum*, *Hordeum* y *Avena* (BEUG, 1961: 39).

En los trigos (*Triticum* sp) la exina aparece ornamentada de islotes de pequeñas punteaciones, mientras que en la cebada (*Hordeum* sp) la ornamentación es más regular (no en islotes) de punteaciones más gruesas. En la avena (*Avena* sp) aparecen manchas irregulares, no punteaciones. El centeno (*Secale*) es mucho más fácil de identificar, pues se diferencia del resto de cereales por su forma oval, y porque el anillo que rodea al poro es festoneado, con un contorno muy irregular (REILLE, 1992: 406). Lo mismo podría afirmarse del maíz (*Zea mays*), que si bien tiene la típica forma circular del polen de las gramíneas, el diámetro de éste es excepcionalmente grande, superior a las 60-70 μm (FAEGRI *et al.*, 1989: 285; REILLE, 1992: 407). El esparto (*Lygeum spartum*), una gramínea silvestre de ambientes áridos, tiene un polen alargado, no circular como la gran mayoría de especies de la familia, con un diámetro del lado mayor que puede llegar incluso a medir 80 μm (REILLE, 1992), aunque sin embargo su típica forma alargada y su apariencia de *boomerang* nos permite su identificación inequívoca a nivel específico.

Por otro lado, muchas especies de gramíneas alopoliploides (*Festuca*), u otras que por efecto de la hibridación o de aspectos relacionados con la variación nutricional (*Agropyrum*, *Hordeum*, *Glyceria*, *Lygeum*), exhiben granos de polen de tamaño equiparable al de las especies y variedades cultivadas de cereal (BEUG, 1961; VAN ZEIST *et al.*, 1975; ANDERSEN, 1978; O'CONNELL, 1987). Cuando estas plantas aparecen en momentos claramente preagrícolas, la confusión entre unas y otras se obvia fácilmente; mientras que cuando lo hacen en ámbitos de incipiente o desarrollada actividad agrícola, o en las inmediaciones de la adopción de tales prácticas, incorrectas interpretaciones pueden originar serios problemas (MARTÍNEZ CORTIZAS *et al.*, 1993: 458-459).

La talla absoluta de un polen es un carácter palinomorfológico esencial para la diagnosis a nivel de género o especie, por lo que la relación entre dicha talla y el clima es un factor que debe tenerse muy en cuenta (USINGER, 1979: 51). De hecho, algunas gramíneas silvestres, de ambientes húmedos, en ocasiones tienen pólenes que pueden fácilmente confundirse con los de un cereal, pues su diámetro de grano puede ser incluso superior a las 40 μm (TWEDDLE *et al.*, 2005: 16). Éste es el caso de algunas especies de los géneros *Aegilops* (*A. triaristata*), *Agropyrum* (*A. junceum*, *A. repens*), *Ampelodesmos*, *Bromus* (*B. erectus*), *Glyceria* o *Melica* (*M. ciliata*) (PEÑALBA, 1989; REILLE, 1992, 1995). Estos hechos, de cualquier manera, deben considerarse como excepciones dentro del patrón morfométrico de cada género respectivo, pues obedecen a particularidades específicas concretas que no pueden generalizarse al resto de especies de cada uno de los géneros antes nombrados.

Una práctica aconsejable para evitar problemas diagnósticos es considerar que el diámetro mínimo que ha de tener un polen de cereal sea de 45 μm , ya que esta talla es difícilmente alcan-

zable incluso por las gramíneas silvestres antes citadas que excepcionalmente alcanzan diámetros fuera de lo común. En cualquier caso, como queda reflejado en el trabajo de TWEDDLE *et al.* (2005), la separación morfológica entre las especies cultivadas y las silvestres de la familia Poaceae no siempre es fácil, especialmente en muestras fosilizadas, y únicamente una perfecta preservación de éstas puede permitir tal diagnóstico.

Para facilitar lo hasta ahora comentado, aportamos a continuación una clave diagnóstica, modificada de FAEGRI *et al.* (1989: 285), que permite separar los distintos tipos polínicos de la familia Poaceae (Gramineae) (P = diámetro polar; E= diámetro ecuatorial):

| | |
|---|--|
| 1. Polen > de 60 µm | 2 |
| 1. Polen 40-60 µm: Cereal tipo (= <i>Cerealia</i> tipo) | 3 |
| 1. Polen < 40 µm. Diámetro del anillo < 10 µm: Gramíneas silvestres | 7 |
| 2. Polen circular (P/E = 1) | <i>Zea mays</i> |
| 2. Polen alargado no circular (P/E > 1) | <i>Lygeum spartum</i> |
| 3. P/E > 1.25. Poro lateral | <i>Secale cereale</i> |
| 3. P/E < 1.5. Poro (sub-)apical | 4 |
| 4. Diámetro del anillo > 12 µm | 5 |
| 4. Diámetro del anillo entre 10-12 µm: <i>Hordeum</i> tipo | 6 |
| 5. Exina con estructura de grano simple (en islotes pequeños de punteaciones): | <i>Triticum</i> tipo |
| 5. Exina con estructura de grano doble (con machas irregulares, no punteaciones): | <i>Avena</i> tipo |
| 6. Polen > 44 µm. Límite exterior del anillo indiferenciable | <i>Elymus</i> s.l. |
| 6. Polen < 47 µm. Incluye: | <i>Triticum</i> tipo, <i>Hordeum</i> tipo, <i>Agropyrum</i> tipo |
| 7. Polen < 26 µm. Columela indistinta | <i>Phragmites</i> |
| 7. Polen 26-40 µm | Gramineae silvestres indiferenciadas |

Un hecho muy importante, que no podemos pasar por alto, es el medio de montaje de las láminas palinológicas, pues dependiendo del elegido los tamaños medidos pueden variar sustancialmente y hacernos caer en el error (BEUG, 1961). FAEGRI *et al.* (1989: 285) y MOORE *et al.* (1991: 100) señalan que para convertir medidas realizadas sobre pólenes montados en aceite de silicona a las respectivas en gelatina de glicerina son necesarios factores de conversión del orden de x 1.1 a x 1.3 en el tamaño del grano de polen y de x 1.1 a 1.5 en el diámetro del poro. Es probable que muchas referencias a tamaños excepcionalmente grandes de pólenes de algunas especies de gramíneas silvestres obedezcan precisamente a este error metodológico, más cuando en las publicaciones concernientes no queda reflejado el medio de montaje de las láminas palinológicas.

El estudio de CUSHING (1961), a tal respecto, es bien significativo, pues demuestra claramente como la conservación de los pólenes en gelatina de glicerina altera las propiedades físicas de la exina polínica, provocando una deformación plástica del polen, el cual toda vez montado en un porta puede sufrir la presión derivada del cubre, aumentando así su tamaño. Estos hechos parecen acentuarse según aumenta el tiempo en que los pólenes permanecen conservados en tal medio de montaje, siendo mucho menor su incidencia si la lectura al microscopio óptico se realiza inmediatamente tras finalizar los procesos químicos inherentes a la disciplina paleopalínológica.

3. LA PERCEPCIÓN PALEOPALINOLÓGICA DE ACTIVIDADES AGRÍCOLAS

En los casos anteriores, sobre todo cuando se trabaja en contextos húmedos (turberas, paleolagos) en términos de dinámica de la antropización e inicio de las actividades agrícolas (GALOP,

1998), surge la duda sobre si los pólenes asignados a cereales en los análisis polínicos corresponden realmente a éstos o a gramíneas silvestres que, por vivir en estos ambientes húmedos, tienen pólenes relativamente grandes y fácilmente confundibles con los de *Cerealia*. Realmente, podríamos considerar que la presencia por sí sola de pólenes de cereal atribuibles al tipo *Cerealia* no debería constituir una evidencia irrefutable del desarrollo de actividades agrícolas, sino que sería la conjunción de todo un elenco de factores los que podrían atestiguar sin duda alguna tales hechos.

Muy acertadamente, VISSET *et al.* (2002), en referencia al desarrollo de la agricultura durante el Mesolítico final en el noroeste de Francia, consideran que la presencia por sí sola de polen de cereal no justifica el desarrollo de actividades agrícolas, sino que éstas se confirman, a parte de por la identificación de polen de *Cerealia*, por la constatación conjunta de evidencias de deforestación, incendio, desarrollo de landas arbustivas típicas de las etapas degradativas del bosque y, finalmente, por un conjunto de palinomorfos indicadores de la antropización del medio en los términos establecidos por BEHRE (1981).

De hecho, las evidencias aisladas de granos de polen atribuibles al tipo *Cerealia* son frecuentes durante los dos primeros milenios del Holoceno e incluso durante el Pleistoceno superior en diversos estudios paleoambientales de Europa Occidental (PEÑALBA, 1989; AUBERT, 1993; VAN DER KNAPP y VAN LEEUWEN, 1994, 1995; JALUT *et al.*, 1996), sin que ningún otro indicador de antropización aparezca, en períodos en que toda posible domesticación vegetal que implique cultivo debe ser rechazada. Estas ocurrencias puntuales en ningún caso deben ser consideradas como la prueba de una actividad agrícola (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003). En estos casos, es preferible suponer la existencia de granos de polen de Poaceae adscribibles al tipo *Cerealia*, como algunos de los palinomorfos antes referidos. Además, algunas especies de cereales “silvestres” pudieron haber tenido un papel relativamente importante en los cortejos esteparios del final del Tardiglaciario, e incluso en los inicios del Holoceno (JALUT *et al.*, 1996). Esto último, por ejemplo, podría eventualmente sugerir la presencia de pólenes de *Secale cereale* en niveles del final del Tardiglaciario en la secuencia irlandesa de Tory Hill (O’CONNELL *et al.*, 1999), de una curva continua de *Cerealia* en algunas secuencias tardiglaciares de Serra da Estrela en Portugal (VAN DER KNAPP y VAN LEEUWEN, 1997; LÓPEZ SÁEZ, 2005).

En comunidades agrícolas, es lógico esperar la documentación de elementos que impliquen la destrucción de la vegetación natural, las diversas introducciones de las especies cultivadas, la presencia de malas hierbas asociadas a tales cultivos e incluso a actividades de arado, quema y pastoreo (BEHRE, 1981, 1986; LÓPEZ GARCÍA *et al.*, 1997; LÓPEZ SÁEZ y LÓPEZ GARCÍA, 2004); e incluso la recuperación de la vegetación que sigue el abandono del sitio, que normalmente no se recupera hasta el punto de la cubierta original (DELCOURT, 1987). Sin embargo, el reconocimiento de posibles actividades preagrícolas, a partir de los estudios polínicos, es más difícil de prever. Como en toda investigación que suponga la recreación de comunidades del pasado (paleoconstrucciones), el estudio florístico y geobotánico de las comunidades agrícolas modernas y su lluvia polínica, pueden ayudar a entender los efectos de las actividades humanas sobre la vegetación del pasado (GALOP y LÓPEZ SÁEZ, 2002).

4. DISCUSIÓN Y CONCLUSIONES

Consideramos que la opción más válida, sin duda indiscutible, es afirmar el desarrollo de actividades de cerealicultura cuando, además de la identificación de pólenes de cereal, se constatan en los espectros polínicos actividades indirectas relacionadas con los cultivos (roza, quema, deforestación para aclarados, erosión de la capa superficial del suelo, aparición de pirófitas, antropización del medio, etc.).

Es posible que, en ocasiones, se de la convergencia de todos los factores antes comentados, pero no se identifique polen de cereal. En estos casos, aun cuando pudiéramos afirmar el desarrollo de actividades de cerealicultura de manera indirecta -la ausencia de evidencia no implica evidencia de ausencia-, la prudencia es el mejor aliado en cuanto no tenemos evidencias directas por la presencia de pólenes de cereal. Y aún incluso aunque se llegaran a identificar pólenes de cereal, tendríamos que tener en cuenta en qué porcentaje.

BERGLUND (1985) ha demostrado que la ausencia de cereales en los espectros polínicos no revela la inexistencia de actividades agrícolas, sino posiblemente un cierto retraso en el registro polínico de esta actividad, cuyo origen pudiera ser imputado al efecto “filtro” causado por la cobertura forestal o la lejanía de las zonas cultivadas. Estos elementos podrían explicar el *décalage* existente entre las primeras señales polínicas de antropización y la aparición de los primeros pólenes de cereales registrados en los espectros polínicos. Esta asincronía es frecuente en secuencias polínicas procedentes de zonas altas, mientras que son más raros en las situadas a media o baja altitud (GALOP, 1998, 2000; GALOP *et al.*, 2003).

Los cereales pertenecientes a los géneros *Avena*, *Hordeum* y *Triticum* son autógamos, es decir que se autopolinizan, por lo que la dispersión de su polen por el viento es obviamente baja (HEIM, 1970; BOTTEMA, 1992; BOWER, 1992). VUORELA (1973) ha constatado que la dispersión polínica de *Avena* y *Hordeum* es muy limitada durante la floración pero se incrementa considerablemente durante el proceso de cosecha y molienda. Incluso, a lo largo de la ruta de transporte del cereal recogido, se produce una eliminación de ciertos desperdicios, implicando una redistribución del polen. SUBBA REDDI y REDDI (1986: 56) han demostrado, además, que muchos cereales tienen una producción polínica muy baja: *Avena sterilis* (32-3200 granos por antera), *Hordeum vulgare* (2410 granos/antera), *Panicum millaceum* (1050 granos/antera), *Triticum aestivum* (2910 granos/antera) o *Zea mays* (2000-3400 granos/antera).

Ambos factores -dispersión y producción polínica escasas- limitan la evidencia de cultivos prehistóricos en los espectros polínicos derivados de yacimientos arqueológicos, incluso cuando el área de cultivo estuviera cercana a la zona de muestreo (BOWER, 1992, 1998; LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003). Esto último contrasta fuertemente con la situación observada en suelos que fueron cultivados previamente, donde no son infrecuentes grandes cantidades de pólenes de cereal (BEHRE, 1976, 1981). En conclusión, las diferencias observadas en la concentración polínica en las especies autógamas de cereal, en suelos precultivados o basureros, e incluso en niveles de habitación asociados a actividades humanas, es evidente en los análisis polínicos (BEHRE, 1981: 227), pues conllevan porcentajes altos de tales palinomorfos.

RICHARD (1994) hace también mención a la polución polínica proveniente de aquellos vegetales consumidos o conservados *in situ* (*Cerealía*, *Allium* sp), cuya sobrerrepresentación puede enmascarar la de otros palinomorfos y, por otro lado, dar la sensación de representar un cultivo muy cercano o extenso que no es tal. VUORELA (1973), ROBINSON y HUBBARD (1977), LIESEKLEIBER (1990), BOWER (1992, 1998), DIOT (1992) y JOOSTEN y VAN DEN BRINK (1992) han resumido perfectamente tales hechos, demostrando que porcentajes excesivamente altos de polen de cereal no suelen obedecer a un cultivo cercano sino al aporte indirecto de los granos de polen junto a espigas, espiguillas u otras estructuras florales, en el momento de la recolecta o durante la conservación de los granos de cereal para su posterior manufacturación. En suma, todos estos inconvenientes no vienen sino a enfatizar la dificultad de reconstruir el patrón de cultivo del cereal en las etapas pioneras de la agricultura.

El centeno (*Secale cereale*), a diferencia de la mayoría de cereales, es una especie alógama, con una gran productividad polínica y una buena capacidad dispersiva de su polen, siendo la presencia de éste el mejor indicador de cultivo (BEHRE, 1981: 227). Sin embargo, VUORELA (1973), en su estudio sobre la lluvia polínica actual alrededor de campos cultivados en Finlandia, enfatiza la escasa

capacidad polinizadora del centeno, la cual es debida -parcialmente- al elevado tamaño relativo de su grano de polen, el cual puede afectar sensiblemente a su transporte y dispersión por el aire. Curiosamente, el centeno tiene una alta producción polínica de hasta 13200-19000 granos por antera (SUBBA REDDI y REDDI, 1986: 56), en comparación con otros cereales que antes se comentaron. Los estudios que nosotros hemos realizado, sobre la capacidad dispersiva de este taxon en la estepa arbolada de la zona situada al sur de los Urales (Rusia), parte de los cuales han sido ya publicados (VICENT *et al.*, 2000), están de acuerdo con las conclusiones derivadas del estudio de VUORELA (1973), pues en ninguna de las muestras apareció polen de *Secale cereale* en la lluvia polínica actual, cuando en cambio es uno de los cereales cultivados hoy en día en la región.

A menudo se ha considerado, en referencia al polen de cereal, que porcentajes polínicos altos en los espectros arqueopalinológicos respondían a la proximidad inmediata a la zona de estudio de campos cultivados de cereal. Sin embargo, estudios de lluvia polínica actual han mostrado resultados muy dispares. HEIM (1970) afirma que porcentajes del orden del 10 al 15% de polen de cereal reflejarían una proximidad ciertamente cercana de campos de cereal; BEAULIEU (1977), en cambio, constata que los cereales no sobrepasan el 1% de la suma base polínica más que a distancias siempre inferiores a 100 metros de las zonas cultivadas, desapareciendo completamente a mayores distancias.

Puesto que no solamente importa la distancia respecto a las áreas cultivadas, sino también el grado de cobertura de la vegetación herbácea local, la densidad forestal, el método de cosecha y las posibles vías o factores que hayan podido afectar a la dispersión del polen, una presencia aislada de *Cerealia* no debe significar obligatoriamente la presencia de agricultura en una determinada zona (VUORELA, 1973: 12). Durante la Prehistoria, cuando tuvo que desarrollarse una agricultura primitiva, los campos de cultivo variaban su posición constantemente, siguiendo los aclarados realizados en el bosque y bajo un sistema de barbecho que mantuviera la riqueza potencial de los suelos. Por lo tanto, una presencia aislada de pólenes de cereales debería ser interpretada en términos de práctica agrícola global, quizá a nivel regional, no implicando la existencia de zonas cultivadas en el mismo punto de muestreo. Además, otras prácticas antrópicas, como la trashumancia o trasterminancia ganaderas, se constituyen también como eventuales vectores de transporte de los granos de polen de cereales (DAVIDSON, 1980; MOE y VAN DER KNAPP, 1990), redundando en una práctica social que no debe encerrarse en un marco geográfico delimitado, más cuando los porcentajes de *Cerealia* son realmente bajos.

RICHARD (1985), por su parte, en sus investigaciones paleopalinológicas de los hábitats lacustres neolíticos del Jura (Francia), ha confirmado igualmente los problemas de interpretación que conllevan los porcentajes de cereal en los diagramas polínicos, al afirmar que, en ocasiones, porcentajes desproporcionados de cereal, en zonas en las que hipotéticamente era imposible cualquier tipo de cultivo a no menos de 300 metros de distancia, podían obedecer bien a un aporte humano en la recolección de cereal en su momento óptimo de floración (y polinización), bien al transporte no intencionado del polen junto a sus estructuras productoras (espigas o espigillas de las inflorescencias de gramíneas) hasta la zona de estudio. El estudio de lluvia polínica llevado a cabo por el mismo autor (RICHARD, 1983, 1985) demostró que los porcentajes de polen de cereal en la actualidad nunca sobrepasaron el 2% en el seno de campos de cultivo, confirmando entonces que el análisis palinológico emprendido en el entorno de sus yacimientos arqueológicos reflejaba un cortejo polínico que no respondía a su deposición natural, sino que venía fuertemente influenciado por las actividades de origen antrópico contemporáneas a tal deposición. Además, RICHARD (1985) demostró que la realización de un estudio paleopalinológico paralelo en sedimentos de origen natural (paleolago), que no arqueológicos, sí reflejaba fidedignamente una lluvia polínica sin influencia antrópica en el proceso de sedimentación, en el cual el porcentaje de cereal jamás alcanzaba valores desproporcionados (siempre fueron inferiores al 1%).

De la misma manera, VUORELA *et al.* (1992) confirman porcentajes de cereal de hasta el 15-35% entre los siglos XIII y XVI AD en Finlandia, y llegan a la misma conclusión: “estos porcentajes no se deben a un cultivo local, sino que proceden posiblemente del almacenamiento de cereal por el hombre para su alimentación o la del ganado”. En conclusión, RICHARD (1985) no pudo por menos que admitir la existencia, como en la gran mayoría de los yacimientos arqueológicos, de ciertas anomalías tafonómicas en la sedimentación polínica, que son generalmente debidas a fenómenos de origen antrópico, y que en la mayoría de los casos dificultan, impiden o, incluso, han dado lugar a interpretaciones paleoecológicas y paleoeconómicas totalmente erróneas.

Aun estando fuertemente de acuerdo a lo apuntado por los autores anteriores, no podemos por menos que especificar que los problemas tafonómicos derivados del contexto arqueopalinológico no pueden ser extrapolables a todos los yacimientos (LÓPEZ SÁEZ *et al.*, 2003), sino que cada uno de ellos tiene sus propias particularidades, a partir de las cuales deben realizarse las correcciones interpretativas pertinentes (GROENMAN-VAN WAATERINGE, 1993; VICENT *et al.*, 2000). Y en este caso, la mejor estrategia a seguir es, posiblemente, la realización de estudios de lluvia polínica locales, que nos permitan discernir aquellos factores que intervienen en la sedimentación polínica en una determinada comarca, resolviendo incógnitas sobre la presencia/ausencia de polen de cereal con respecto a factores bióticos o abióticos del medio (LIESE-KLEIBER, 1990; VICENT *et al.*, 2000).

Con el fin de resolver algunas de las interrogantes antes planteadas, DIOT (1992) propuso un interesantísimo y pionero estudio de la lluvia polínica actual, efectuado sobre cultivos experimentales de diversos trigos, tanto silvestres diploides (*Triticum boeoticum aegilopoïdes*) como domésticos (*T. monococcum* -diploide, 2n-, *T. dicoccum* -tetraploide, 4n-, *T. compactum* y *T. spelta* -hexaploides, 6n-), y el trigo moderno (*T. aestivum*). Su investigación le permitió determinar la capacidad de las estructuras florales de estas plantas (espigas) y de la paja para conservar los pólenes de cereal, lo que podría explicar su abundancia en aquellos lugares donde el trigo fue conservado (silos) o utilizado (áreas de descascarillado), donde sus porcentajes alcanzaban valores altísimos del 20-27%. Igualmente pudo determinar el radio de dispersión del polen de cereal, confirmando que los trigos dispersan muy poco: 10% en el interior de los cultivos, ca. 3% al borde mismo de los campos cultivados, 2,5-3,5% a 10 m de estos, 1,4% a 50 m de distancia.

Finalmente, queremos hacer mención aquí a ciertas asunciones que a veces se consideran, creemos que de manera errónea. ZAPATA (1996), por ejemplo, considera que los datos que aporta la Palinología no son demasiado fiables como indicadores de la presencia de taxones domésticos en la medida en que la discriminación de especies presenta dificultades y tiene, en la mayoría de los casos, una precisión bastante limitada; llegando incluso a admitir que el estudio de los pólenes es poco adecuado para identificar y definir prácticas agrícolas. Estamos completamente de acuerdo en estas apreciaciones, en tanto y en cuanto, salvo raras excepciones, la Paleopalinología no permite una identificación polínica a nivel específico, lo que impide precisar el tipo de cultivo llevado a cabo y las prácticas agrícolas concretas derivadas de éste. Sin embargo, afirmaciones tan acertadas como las de Zapata (*op. cit.*) pueden llevar a ciertos autores (e.g. GUTIÉRREZ CUENCA, 1999) a llegar a suponer que, “salvo en caso extremos -leáse estadísticamente extremos- la Palinología no puede aportar evidencias directas sólidas de la presencia de especies vegetales cultivadas en el registro arqueológico de la Prehistoria Reciente ...”. Esta última afirmación es, por supuesto, completamente errónea e inadecuada; pues si bien, como ya se ha reiterado, la Paleopalinología no es hoy capaz de discernir el cultivo específico de un determinado cereal, sí es capaz, en contra, de aportar evidencias muy sólidas sobre la existencia de actividades agrícolas en la Prehistoria.

BIBLIOGRAFÍA

- ALMQUIST-JACOBSON, H., SANGER, D. (1995), "Holocene climate and vegetation in the Milford drainage basin, Maine, U.S.A., and their implication for human history", *Vegetation History and Archaeobotany*, 4, pp. 211-222.
- ANDERSEN, S. T. (1978), "Identification of wild grass and cereal pollen", *Danmarks Geologiske Undersøgelse Arbog*, 1978, pp. 69-92.
- AUBERT, S. (1993), *Étude palynologique de la tourbière de la Bassa d'Ules (val d'Arán, Espagne)*, Toulouse, Université de Toulouse-le Mirail.
- BARBIER, D., BURNOUF, J., VISET, L. (2001), "Les diagrammes société/végétation : un outil de dialogue interdisciplinaire pour la compréhension des interactions homme/milieu", *Quaternaire*, 12 (1-2), pp. 103-108.
- BEAULIEU, J. L. (1977), *Contribution pollenanalytique à l'histoire tardiglaciaire et holocène de la végétation des Alpes méridionales françaises*, Marseille, Université de Marseille III.
- BEHRE, K. E. (1976), "Beginn und Form der Plaggenwirtschaft in Nordwestdeutschland nach pollenanalytischen Untersuchungen in Ostfriesland", *Neue Ausgrabungen und Forschungen in Niedersachsen*, 10, pp. 197-224.
- BEHRE, K. E. (1981), "The interpretation of anthropogenic indicators in pollen diagrams", *Pollen et Spores*, 23, pp. 225-245.
- BEHRE, K. E. (1986), *Anthropogenic indicators in pollen diagrams*, Rotterdam, A. A. Balkema.
- BEHRE, K. E. (1988), "The rôle of man in Europe vegetation history". In: HUNTLEY, B. y WEBB, T. (eds.), *Vegetation History*, Dordrech, Kluwer Academic Publications, pp. 633-672.
- BERGLUND, B. E. (1985), "Early agriculture in Scandinavia: research problems related to pollen analytical studies", *Norwegian Archaeological Review*, 18, pp. 77-105.
- BERGLUND, B. E. 2000. "The Ystad Project – A case study for multidisciplinary research on long-term human impact", *Pages Newsletter*, 8 (3), pp. 6-7.
- BERGLUND, B. E. 2001. "Cultural landscapes in NW Europe. Is there a link to climate changes? ", *Terra Nostra*, 2001/3, pp. 68-75.
- BEUG, H. J. (1961), *Leitfaden der Pollenbestimmung für Mitteleuropa und angrenzende Gebiete*, Stuttgart, Gustav Fisher Verlag.
- BOTTEMA, S. (1992), "Cereal-type pollen in the Near East as indicators of wild or domestic crops". In : ANDERSON, P. C. (ed.), *Préhistoire de l'agriculture: nouvelles approches expérimentales et ethnographiques. Monographie du CRA*, 6, Sophia-Antipolis, Centre de Recherches Archéologiques, Éditions du C.N.R.S., pp. 95-106.
- BOWER, M. A. (1992), "Cereal pollen dispersal: a pilot study", *Cambridge Archaeological Journal*, 2, pp. 236-241.
- BOWER, M. A. (1998), *A critical path to the characterisation of agriculture through the pollen of cereals*. Cambridge, University of Cambridge.
- BRYANT, V. M., HOLLOWAY, R. G. (1983), "The role of palynology in archaeology", *Advances in Archaeological Method and Theory*, 6, pp. 191-224.
- BUI-THI, M. (2003), "Les pollens comme témoins d'activités agricoles". In : ANDERSON, P. C., CUMMINGS, L. S., SCHIPPERS, T. K. y SIMONEL, B. (eds.), *Le traitement des récoltes : un regard sur la diversité, du Néolithique au présent. XXIII^e Rencontres Internationales d'Archéologie et d'Histoire d'Antibes*, Antibes, Éditions APDCA, pp. 493-506.
- CUSHING, E. J. (1961), "Size increase in pollen grains mounted in thin slides", *Pollen et Spores*, 3 (2), pp. 265-274.
- DAVIDSON, I. (1980), "Trashumance in Spain and ethnoarcheology", *Antiquity*, 54, pp. 144-147.
- DEL COURT, H. R. (1987), "The impact of prehistoric agriculture and land occupation on natural vegetation", *Trends in Ecology and Evolution*, 2, pp. 39-44.
- DIOT, M. F. (1984/1985), "Aspects particuliers de la démarche palynologique. 2. La palynologie des époques historiques en France", *Nouvelles de l'Archéologie*, 18, pp. 23-26.
- DIOT, M. F. 1992. "Études palynologiques des blés sauvages et domestiques issus de cultures expérimentales". In : ANDERSON, P. C. (ed.), *Préhistoire de l'agriculture: nouvelles approches expérimentales et ethnographiques. Monographie du CRA*, 6, Sophia-Antipolis, Centre de Recherches Archéologiques, Éditions du C.N.R.S., pp. 107-111.

- FAEGRI, K., KALAND, P. E., KRZYWINSKI, K. (1989), *Textbook of Pollen Analysis* (4th. Edn.), Chichester, John Wiley y Sons.
- FEDOROVA, R. V. (1964), "Ocurrence of pollen grains of synanthropic and cultured plants in archaeological monuments", *Pollen et Spores*, 6 (1), pp. 141-146.
- GALOP, D. (1998), *La forêt, l'homme et le troupeau dans les Pyrénées. 6000 ans d'histoire de l'environnement entre Garonne et Méditerranée*, Toulouse, Geode / Laboratoire d'Ecologie Terrestre.
- GALOP, D. (2000), "Propagation des activités agro-pastorales sur le versant nord-pyrénéen entre le VI^e et le III^e millénaire av. J.-C. : l'apport de la palynologie". In : *Société et espaces. Actes des Rencontres méridionales de Préhistoire récente, Toulouse 1998*, Toulouse, Éditions des Archives d'Ecologie Préhistorique, pp. 101-108.
- GALOP, D., LÓPEZ SÁEZ, J. A. (2002), "Histoire agraire et paléoenvironnement: les apports de la palynologie et des microfossiles non-polliniques", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 42 (1-2), pp. 161-164.
- GALOP, D., MAZIER, F., LÓPEZ SÁEZ, J. A., VANNIERE, B. (2003), "Palynologie et histoire des activités humaines en milieu montagnard. Bilan provisoire des recherches et nouvelles orientations méthodologiques sur le versant nord des Pyrénées", *Archéologie du Midi Médiéval*, 21, pp. 159-170.
- GROENMAN-VAN WAATERINGE, W. (1993), "The effects of grazing on the pollen production of grasses", *Vegetation History and Archaeobotany*, 2, pp. 157-162.
- GUTIÉRREZ CUENCA, E. (1999), "La agricultura en la Prehistoria reciente de la región cantábrica: evidencia arqueológica y modelos explicativos", *Nivel Cero*, 6-7, pp. 61-84.
- HEIM, J. (1970), *Les relations entre les spectres polliniques récents et la végétation actuelle en Europe occidentale*, Louvain, Université de Louvain.
- IRIARTE, M. J., ARRIZABALAGA, A. (1995), "Aportación de la palinología al conocimiento de la primera economía de producción en Euskal Herria", *Cuadernos de Sección. Prehistoria-Arqueología*, 6, pp. 141-153.
- IVERSEN, J. (1949), "The influence of prehistoric man on vegetation", *Danmarks Geologiske Undersøgelse*, IV (3, 6), pp. 5-22.
- JALUT, G., AUBERT, S., GALOP, D., FONTUGNE, M., BELLET, J. M. (1996), "Type regions F-zg and F-r, the northern slope of the Pyrenees". In: BERGLUND, B. E., BIRKS, H. J. B., RALSKA-JAZIEWICZOWA, M. y WRIGHT, H. E. (eds.), *Palaeoecological events during the last 15000 years – Regional syntheses of Palaeoecological studies of lakes and mires in Europe*, Chichester, John Wiley y Sons Ltd., pp. 612-632.
- JOOSTEN, J. H. J., VAN DEN BRINK, L. M. (1992), "Some notes on pollen entrapment by rye (*Secale cereale* L.)", *Review of Palaeobotany and Palynology*, 73, pp. 145-151.
- KÖHLER, E., LANGE, E. (1979), "A contribution to distinguishing cereal from wild grass pollen grains by LM and SEM", *Grana*, 18, pp. 133-140.
- LIESE-KLEIBER, H. (1990), "Les pollens de céréales: un indicateur pour les types d'économies préhistoriques?". In: *Un monde villageois. Habitat y Milieu Naturel en Europe de 2000 à 500 AV. J.-C.*, Besançon, Ministère de la Culture et de la Communication, pp. 135-142.
- LÓPEZ GARCÍA, P., ARNANZ, A., UZQUIANO, P., LÓPEZ SÁEZ, J. A. (1997), "Los elementos antrópicos en los análisis arqueobotánicos como indicadores de los usos del suelo". In: GARCÍA RUIZ, J. M. Y LÓPEZ GARCÍA, P. (eds.), *Acción humana y desertificación en ambientes mediterráneos*, Zaragoza, Instituto Pirenaico de Ecología, pp. 41-59.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A. (2005), "Precisiones paleopalínológicas sobre la aparición de la agricultura en la Serra da Estrela (Portugal)", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 45 (3-4), pp. 175-183.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A., LÓPEZ GARCÍA, P. (1992), "Dinámica del paisaje: un modelo de interpretación a través de la Paleopalínología". In: MARTÍN DUQUE, J. F. (ed.), *V Jornadas sobre el Paisaje: Transformaciones del Paisaje en áreas de influencia de grandes núcleos urbanos*, Segovia, Academia de Historia y Arte de San Quirce, pp. 375-385.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A., LÓPEZ GARCÍA, P. (2004), "La agricultura en el Valle Amblés (Ávila, España) durante el III milenio cal BC. Consideraciones arqueopalínológicas", *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 44 (3-4), pp. 169-180.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A., LÓPEZ GARCÍA, P., BURJACHS, F. 2003. "Arqueopalínología: Síntesis crítica", *Polen*, 12, pp. 5-35.

- LÓPEZ SÁEZ, J. A., VAN GEEL, B., FARBOS-TEXIER, S., DIOT, M.F. (1998), "Rémarques paléoécologiques à propos de quelques palynomorphes non-polliniques provenant de sédiments quaternaires en France", *Revue de Paléobiologie*, 17 (2), pp. 445-459.
- LÓPEZ SÁEZ, J. A., VAN GEEL, B., MARTÍN SÁNCHEZ, M. (2000), "Aplicación de los microfósiles no polínicos en Palinología Arqueológica". In: OLIVEIRA JORGE, V. (coord. ed.), *Contributos das Ciências e das Tecnologias para a Arqueologia da Península Ibérica. Actas 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, vol. IX, Vila-Real, Portugal, setembro de 1999*, Porto, Adecap, pp. 11-20.
- MARTÍNEZ CORTIZAS, A., RAMIL REGO, P., LLANA RODRÍGUEZ, C. (1993), "Edafología y palinología: aplicación al estudio de yacimientos al aire libre en Galicia". In: OLIVEIRA JORGE, V. (coord.), *Actas 1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Porto, 12-18 de Outubro de 1993, Vol. I, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 23 (1-2), Porto, pp. 449-469.
- MCDONNELL, M. J., PICKETT, S. T. A. 1993. *Humans as components of ecosystems: the ecology of subtle human effects and populated areas*, New York, Springer Verlag.
- MOE, D., VAN DER KNAPP, W. E. (1990), "Transhumance in mountain areas: additional interpretation of three pollen diagrams from Norway, Portugal and Switzerland", *PACT*, 31, pp. 91-102.
- MOORE, P. D., WEBB, J. A., COLLINSON, M. E. (1991), *Pollen analysis*, 2nd. edition. London, Blackwell Scientific Publications.
- O'CONNELL, M. (1987), "Early cereal-type pollen records from Connemara, Western Ireland and their possible significance", *Pollen et Spores*, 29 (2/3), pp. 207-223.
- O'CONNELL, M., HUANG, C. C., EICHER, U. (1999), "Multidisciplinary investigations, including stable-isotope studies, of thick Late-glacial sediments from Tory Hill, Co. Limerick, western Ireland", *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*, 147, pp. 169-208.
- PEÑALBA, M. C. (1989), *Dynamique de la végétation tardiglaciaire et holocène du centre-nord de l'Espagne d'après l'analyse pollinique*, Marseille, Université d'Aix-Marseille III.
- REILLE, M. (1992), *Pollen et Spores d'Europe et d'Afrique du Nord*, Marseille, Laboratoire de Botanique Historique et Palynologie.
- REILLE, M. (1995), *Pollen et Spores d'Europe et d'Afrique du Nord. Supplement 1*, Marseille, Laboratoire de Botanique Historique et Palynologie.
- RICHARD, H. (1983), *Nouvelles contributions à l'histoire de la végétation franc-comtoise tardiglaciaire et holocène à partir des données de la palynologie*, Besançon, Université Franche-Comté.
- RICHARD, H. (1985), "Un exemple de pollution anthropique dans les analyses polliniques: les habitats néolithiques du Grand Lac de Clairvaux (Jura)". In: RENAULT-MISKOVVVKY, J., BUI-THI, M. y GIRARD, M. (eds.), *Palynologie Archéologique. Actes des Journées du 25-26-27 janvier 1984. Notes et monographies techniques N° 17*, Paris, Éditions du C.N.R.S., pp. 279-297.
- RICHARD, H. (1994), "Indices polliniques d'une néolithisation précoce sur le premier plateau du Jura (France)", *Comptes Rendus de l'Académie de Sciences de Paris, série Ila*, 318, pp. 993-999.
- ROBINSON, M., HUBBARD, R. N. L. B. (1977), "The transport of pollen in the bracts of hulled cereale", *Journal of Archaeological Science*, 4, pp. 197-199.
- RÖSCH, M., JACOMET, S., KARG, S. (1992), "The history of cereals in the region of the former Duchy of Swabia (*Herzogtum Schwaben*) from the roman to the post-medieval period: results of archaeobotanical research", *Vegetation History and Archaeobotany*, 1, pp. 193-231.
- SUBBA REDDI, C., REDDI, N. S. (1986), "Pollen production in some anemophilous angiosperms", *Grana*, 25, pp. 55-61.
- TWEDDLE, J. C., EDWARDS, K. J., FIELLER, N. R. J. (2005), "Multivariate statistical and other approaches for the separation of cereal from wild Poaceae pollen using a large Holocene dataset", *Vegetation History and Archaeobotany*, 14, pp. 15-30.
- USINGER, H. (1979), "Une relation entre la taille du pollen et le climat?", *Mémoires du Muséum National d'Histoire Naturelle, Série B Botanique*, 27, pp. 51-55.
- VAN DER KNAAP, W. O., VAN LEEUWEN, J. F. N. (1994), "Holocene vegetation, human impact, and climatic change in Serra da Estrela, Portugal", *Dissertationes Botanicae*, 234, pp. 497-535.

- VAN DER KNAAP, W. O., VAN LEEUWEN, J. F. N. (1995), "Holocene vegetation and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra da Estrela, Portugal", *Review of Palaeobotany and Palynology*, 89, pp. 153-211.
- VAN DER KNAAP, W. O., VAN LEEUWEN, J. F. N. (1997), "Late Glacial and early Holocene vegetation succession, altitudinal vegetation zonation, and climatic change in the Serra da Estrela, Portugal", *Review of Palaeobotany and Palynology*, 97 (3/4), pp. 239-285.
- VAN ZEIST, W., WOLDRING, H., STAFERT, D. (1975), "Late Quaternary vegetation and climate of Southwestern Turkey", *Palaeohistoria*, 17, pp. 53-143.
- VICENT, J. M., RODRÍGUEZ ALCALDE, A. L., LÓPEZ SÁEZ, J. A., DE ZAVALA MORENCOS, I., LÓPEZ GARCÍA, P., MARTÍNEZ NAVARRETE, M. I. (2000), "¿Catástrofes ecológicas en la estepa? Arqueología del Paisaje en el complejo minero-metalúrgico de Kargaly (Región de Orenburg, Rusia)", *Trabajos de Prehistoria*, 57 (1), pp. 29-74.
- VISSET, L., CYPRIEN, A. L., CARCAUD, N., OUGUERRAM, A., BARBIER, D., BERNARD, J. (2002), "Les prémices d'une agriculture diversifiée à la fin du Mésolithique dans la Val de Loire (Loire armoricaine, France)", *Comptes Rendus Paleovol*, 1, pp. 51-58.
- VUORELA, I. (1973), "Relative pollen rain around cultivated fields", *Acta Botanica Fennica*, 102, pp. 1-27.
- VUORELA, I., SAKSA, A., LEMPIÄINEN, T., SAARNISTO, M. (1992), "Pollen and macrofossil data on deposits in the wooden fortress of Käkisalmi, dated to about AD 1200-1700", *Annales Botanici Fennici*, 29, pp. 187-196.
- ZAPATA, L. (1996), "Modos de subsistencia en el Cantábrico oriental durante el cuarto milenio B.C.". In: *I Congreso del Neolítico a la Península Ibérica. Gavà-Bellaterra, 1995, Rubricatum*, 1 (1), pp. 101-108.

Restos faunísticos do Crasto de Palheiros (Murça). Contributo para o conhecimento da alimentação no Calcolítico e na Idade do Ferro no Nordeste português

João Luís Cardoso¹

ABSTRACT

We present the results of the study of the faunal remains found on the excavation site of Crasto of Palheiros, dated from the Calcolithic and Iron Age. Both occupations showed no significant differences. By decreasing order of importance, the animals consumed were cows, followed by goats, sheep and finally pigs.

1. BREVE ENQUADRAMENTO CRONOLÓGICO-CULTURAL DAS AMOSTRAS

O Crasto de Palheiros, no concelho de Murça (Trás-os-Montes), implanta-se num alto rochoso constituído por quartzitos do Ordovícico, sendo parcialmente envolvido por duas plataformas artificiais ocupadas em dois períodos bem diferenciados: o Calcolítico e a Idade do Ferro. A cronologia das duas fases mais antigas, ambas do Calcolítico, situa-se entre 2800 e 2200 cal. BC; a ocupação doméstica verificada na Plataforma Inferior, por volta de meados do III milénio BC sofreu profunda remodelação, enquanto a Plataforma Superior foi a única que forneceu materiais campaniformes.

O Crasto de Palheiros constituía, deste modo, mercê da sua implantação, um local de evidente importância, no quadro do povoamento calcolítico regional.

A ocupação da Idade do Ferro, por seu turno, desenvolve-se entre meados do século V BC e o século I AD; o abandono definitivo do povoado verificou-se antes de meados do século II AD.

No total, a extensão máxima do sítio arqueológico, abarcou 2,5 ha (SANCHES, 2000/2001; SANCHES, 2003; SANCHES, 2004).

2. AS FAUNAS DO CALCOLÍTICO

2.1. *Bos taurus* (boi doméstico)

O boi doméstico é, tanto em número de restos, como, por maioria de razão, em quantidade de carne consumida, a espécie dominante.

¹ Professor Catedrático. Universidade Aberta (Lisboa). arqueolo@univ-ab.pt

Estão presentes diversas partes do esqueleto notando-se, contudo, a falta de elementos vertebrais, bem como de costelas; ao contrário, são frequentes peças do esqueleto apendicular e dentes soltos, estes últimos, naturalmente, por constituírem elementos mais resistentes à destruição química devida aos agressivos solos existentes no local.

No conjunto, identificaram-se 35 peças atribuíveis a boi doméstico. A maioria (19 exemplares), corresponde a esquirolas de ossos longos, por vezes com evidentes marcas de fogo, que se traduziram por modificações cromáticas, tanto à superfície como no interior: quando muito intensas, tais marcas correspondem a superfícies cinzento-esbranquiçadas e a interiores anegrados. A atribuição das referidas esquirolas a boi doméstico baseou-se essencialmente na ausência de restos de outras espécies de tamanho compatível. De notar que a sujeição ao calor aumentou a resistência química destes restos, por mineralização, com eliminação da matéria orgânica, favorecendo deste modo a sua conservação, face aos restantes. Isto significa que poderiam existir originalmente muitas outras esquirolas que, por não terem sido sujeitas à referida acção, não se conservaram.

O segundo grupo mais numeroso de restos atribuível a boi doméstico corresponde a elementos dentários soltos, cuja maior resistência explica a conservação diferencial face a outros elementos do esqueleto. No entanto, a agressividade dos solos atacou, na maior parte dos casos, a dentina e o cemento dentários, tendo como consequência a separação das placas e dobras de esmalte inicialmente unidas, o que tornou difícil qualquer classificação anatômica de pormenor. Estão presentes 12 exemplares da dentição jugal superior e inferior em diversos estádios de desgaste, incluindo alguns germes dentários, o que revela o abate de animais de idades variadas, incluindo juvenis. De notar, contudo, que não ocorrem dentes com forte desgaste, o que prova que os animais eram abatidos antes de atingirem a senilidade. Tal facto é compatível com a utilização como força motriz (carros, arados), além da produção de carne e do leite.

Os restantes exemplares correspondem a peças ósseas anatomicamente determinadas: um fragmento craniano; um osso cárpico; e um astrágalo. Este último, revela indivíduo de pequena corpulência, pouco maior que a de veado, como é usual em contextos pré-históricos.

2.2. *Ovis aries*/*Capra hircus* (Ovelha/Cabra)

Esta designação engloba indistintamente, por não ser viável a desejável distinção, os restos dos dois géneros e espécies. Com efeito, o material estudado pertencente a qualquer uma (ou a ambas) as espécies referidas, é escasso e apresenta-se em estado muito fragmentário, facto em parte explicado pela já aludida acidez dos solos, que não permitiu conservação adequada.

No total, foram atribuídos a este grupo 21 restos identificáveis anatómica e taxonomicamente, além de várias esquirolas, pertencentes a ossos longos de pequenas dimensões, em número indeterminado. Tal como o verificado no grupo anterior, o conjunto é essencialmente constituído por esquirolas de ossos longos, frequentemente com marcas de terem sido sujeitos a calor mais ou menos intenso, o que favoreceu, como se referiu, a respectiva conservação.

Os dentes, inteiros ou fragmentados, estão representados por 9 exemplares. Correspondem a dentes jugais superiores e inferiores, com desgaste muito variável, de fraco a forte.

Por último, os segmentos anatomicamente determináveis pertencem a omoplata, costelas, sacro, humero, rádio e uma primeira falange. Tal como já observado no grupo anterior, faltam os elementos vertebrais.

2.3. *Sus domesticus*/*Sus scrofa* (Porco doméstico/Javali)

Os restos de suídeos escasseiam; apenas se identificaram um germe dentário correspondente a um primeiro molar superior, e um último dente decidual superior, cujo tamanho indica

javali, além de uma primeira falange lateral, que pertencem a indivíduo juvenil, doméstico ou selvagem.

3. AS FAUNAS DA IDADE DO FERRO

Trata-se do conjunto mais numeroso, abarcando uma cronologia entre o séc. VI a.C. e o século I d.C. Contudo, a maioria dos materiais não ultrapassa o séc. I a.C.

3.1. *Bos taurus* (Boi doméstico)

Representado por 16 dentes ou fragmentos de dentes jugais (sempre molares), mas com estados de desgaste muito distintos: germe, desgaste fraco, médio e forte, o que indica idades de abate também muito diversas, de acordo com critérios que hoje nos escapam. Não espanta esta predominância de dentes face a outros elementos do esqueleto, dada a sua maior resistência, física e química, já atrás evocada.

O segundo conjunto é o das esquirolas de ossos longos, algumas das quais poderiam ser incluídas em outro grupo faunístico de corpulência idêntica, como o veado, caso esta espécie estivesse representada por elementos claramente determinados, o que não sucede. Entre as onze esquirolas identificadas de ossos longos, apenas três foram reportadas a segmentos anatómicos conhecidos: trata-se, invariavelmente, de metápodos.

O terceiro conjunto é o dos ossos anatomicamente identificados, com poucas transformações, representado por uma primeira falange incompleta.

3.2. *Ovis aries*/*Capra hircus* (Ovelha/Cabra)

A este grupo pertencem 5 fragmentos de dentes jugais, muito fragmentados e incompletos, nalguns casos reduzidos às muralhas externa ou interna de esmalte, bem como numerosas esquirolas de ossos longos inclassificáveis, conservadas, na maioria dos casos, por terem sofrido mineralização parcial pela acção do calor. Os únicos elementos ósseos anatomicamente definidos correspondem a uma cabeça de fémur e a um astrágalo, ambos de pequenas dimensões.

3.3. *Sus domesticus*/*Sus scrofa* (Porco doméstico/Javali)

Dois germes incompletos, respectivamente de um terceiro molar superior e de outro inferior, completam o conjunto da Idade do Ferro.

4. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Os resultados obtidos do estudo arqueozoológico dos dois conjuntos cultural e cronologicamente representados no Crasto de Palheiros podem apresentar-se, resumidamente, no seguinte Quadro:

| | Calcolítico | Idade do Ferro |
|-----------------------------------|-------------|----------------|
| <i>Bos taurus</i> | | |
| Dentes | 12 | 16 |
| Ossos ou fragmentos determináveis | 3 | 4 |
| Esquírolas indetermináveis | 19 | 9 |
| <i>Ovis/Capra</i> | | |
| Dentes | 9 | 5 |
| Ossos ou fragmentos determináveis | 12 | 2 |
| Esquírolas indetermináveis | nº. ind. | nº. ind. |
| <i>Sus sp.</i> | | |
| Dentes | 2 | 2 |
| Ossos ou fragmentos determináveis | 1 | – |
| Esquírolas indetermináveis | – | – |

Quadro 1 – Restos faunísticos identificados no Crasto de Palheiros

Tanto no conjunto calcolítico, como no da Idade do Ferro, é clara a dominância do boi doméstico na economia alimentar das sucessivas populações que ocuparam o local.

Os escassos elementos disponíveis sugerem animais abatidos em diversos estádios etários, desde os juvenis – apenas para consumo de carne – até aos adultos a caminho da senilidade, quando já não se justificava a sua manutenção como força motriz ou produção de leite. O tamanho – apenas evidenciado por uma peça óssea, um astrágalo, a par da pequenez dos dentes jugais – sugere indivíduos de pequenas dimensões. A presença de restos relacionados com partes da carcaça com escasso valor alimentar, como é o caso dos dentes, parece indicar que o abate, ou pelo menos o desmanche, era efectuado na área do povoado. É intrigante, todavia, a ausência de ossos relacionados com as partes de maior interesse alimentar, como é o caso de elementos do esqueleto axial; a ausência de vértebras, extensiva também ao grupo dos ovinos/caprinos, parece encontrar a sua melhor explicação na menor resistência destes elementos, mais do que na hipótese de serem as carcaças destes animais desmanchadas em áreas fora do povoado, alternativa que é contrariada pelo alto interesse alimentar das correspondentes partes moles, consumidas intramuros.

O segundo grupo mais abundante em ambos os conjuntos considerados é o dos ovinos/caprinos. Trata-se, tendo presentes os tamanhos das peças ósseas, de indivíduos também de muito pequenas dimensões e de diferentes estádios etários. Os restos encontram-se muito fragmentados, reduzidos a esquírolas, pertencentes na maioria a ossos longos inclassificáveis, denunciando intensa intervenção antrópica, e com frequentes marcas de intenso calor (colorações que atingem o cinzento-esbranquiçado); tal acção, contudo, está na origem da conservação destes elementos, assim parcialmente mineralizados e tornados, por esta via, mais resistentes à agressividade química dos solos, de natureza ácida.

Por último, o grupo dos suínos encontra-se representado, tanto no Calcolítico como na Idade do Ferro, por fragmentos de dentes jugais com escasso ou nenhum desgaste, que tanto podem corresponder a javali como a porco doméstico, sendo mais provável este último, pelas pequenas dimensões dos exemplares; contudo, o único exemplar dentário completo, um dente decidual superior (D\4) desprovido de desgaste, é nitidamente maior que exemplar homólogo pertencente a indivíduo selvagem do sexo feminino, oriundo da Tapada de Mafra: tratar-se-ia, deste modo, da única evidência segura da actividade cinegética praticada pelos habitantes do povoado. É de referir que o javali/porco doméstico ocupa o segundo lugar, em termos de carne consumida, no contexto calcolítico doméstico do Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), o que denuncia a prática arreigada, desde o Calcolítico, do consumo de suídeos, selvagens ou domésticos (CARDOSO & COSTA, 2004).

No conjunto, a dominância do boi doméstico, a par, eventualmente, do porco doméstico, indica evidente sedentarização das populações do Crasto de Palheiros, tanto no Calcolítico como

na Idade do Ferro. Nos terrenos adjacentes do povoado, seriam também criados rebanhos de ovelhas e/ou cabras, mais provavelmente mistos, que completavam a componente proteica da alimentação (carne e leite).

Importa sublinhar a ausência quase absoluta da componente cinegética: não foram identificados restos de veado, espécie que, contudo, deveria estar presente na região. Talvez os habitantes do Crasto não tivessem na caça uma prática frequente, à semelhança de outras populações calcolíticas ou castrejas do norte de Portugal; tal situação foi, com efeito, também verificada – ainda que com reservas dada a escassez da amostragem – no castro do Coto da Pena (Caminha), em contexto do Bronze Final e na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), em contexto de cronologia ulterior ao século III a.C.: em ambos os casos, estavam presentes exclusivamente os grandes bovídeos e os ovino-caprinos (e, acessoriamente, os suídeos), tal como no caso em apreço (CARDOSO, 1996). A irrelevância do contributo da caça também se observa no conjunto faunístico calcolítico do sítio doméstico de Bitarados (Esposende) onde, contudo, é nítida, ao contrário do verificado no Crasto de Palheiros, a dominância do conjunto constituído pelos ovinos/caprinos sobre os bovinos, sem que se possam invocar condições adversas à prática da bovinicultura, a qual seria até incentivada pela implantação da estação no sopé de uma encosta suave e próxima de linhas de água.

Estes resultados, por pouco representativos que possam ser, afiguram-se de interesse, por serem até ao presente quase os únicos para a área geográfica e a época em apreço, justificando-se assim comparações com a região galega. Nesta, foram recentemente estudadas as associações de mamíferos de duas grutas, Pala da Vella (Ourense) e Tres Ventanas (León) (FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ & PÉREZ ORTIZ, no prelo).

Na primeira, ao Nível 2, correspondente ao Neolítico Final/Calcolítico, corresponde a seguinte associação, no que às espécies com maior interesse alimentar diz respeito:

Boi doméstico – 4 restos identificados (4,8 %)
Ovelha – 6 restos identificados
Ovelha/Cabra – 52 restos identificados (69,9 %)
Veado – 14 restos identificados (16,9 %).

No Nível 1, atribuído ao Bronze Antigo, a distribuição observada é a seguinte:

Boi – 4 restos identificados (5,1 %)
Ovelha – 3 restos identificados
Ovelha/Cabra – 155 restos identificados (75,5 %)
Cabra – 4 restos identificados
Veado – 5 restos identificados (6,2 %)
Porco doméstico – 25 restos identificados (11,5 %).

Os restos recuperados na gruta de Tres Ventanas, pertencentes ao Calcolítico pré-campaniforme, denotam a seguinte distribuição:

Boi doméstico – 57 restos identificados (26 %)
Ovelha – 4 restos identificados
Ovelha/Cabra – 80 restos identificados (39,7 %)
Cabra – 3 restos identificados
Veado – 27 restos identificados (12,3 %)
Corço – 22 restos identificados (10,0 %)
Porco doméstico – 19 restos identificados (8,7 %)
Javali – 2 restos identificados (0,9 %).

Ao contrário das anteriores, esta distribuição evidencia nítida dominância do consumo do boi doméstico, em detrimento dos ovinos/caprinos. Com efeito, considerando o peso da carne consumida, os autores do referido estudo indicam a percentagem de 58,0 % para o primeiro, contra apenas 15,9 % para o segundo conjunto, enquanto o veado ocupa o terceiro lugar, com 15,6 % da carne consumida. Este grupo faunístico exhibe maior diversidade que os anteriores, com a presença do corço e do javali.

As diferenças apontadas foram interpretadas como consequência das diferentes condições vigentes nas regiões envolventes de cada um dos casos. Assim, enquanto que na região da gruta de Pala da Vella se desenvolveriam pastagens, devido às condições dominantes, propícias à bovinicultura, já na região da gruta de Tres Ventanas o relevo, mais acidentado, teria determinado o predomínio dos rebanhos de ovinos/caprinos. Tal explicação é concordante com a presença do corço, espécie que, já então teria sido remetida para domínios mais montanhosos, ao contrário dos seus domínios primitivos de distribuição (relembre-se a ocorrência da espécie nas campinas ribatejanas da região de Muge, no decurso do Mesolítico).

Importa, ainda, ter em consideração outros conjuntos oriundos de estações de idêntica cronologia, do norte do País, embora situadas já na região transmontana. Além do estudo das faunas de grandes mamíferos recuperadas no povoado fortificado calcolítico do Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa), já atrás mencionado, o qual evidenciou uma economia alimentar proteica baseada no consumo de bovinos e de suínos (domésticos e/ou selvagens), detendo os ovinos/caprinos uma pequena importância (apenas 4 restos identificados), extensível também ao veado, representado por somente um resto, importa referir os resultados obtidos nos povoados da Vinha da Soutilha e da Pastoria, ambos do concelho de Chaves (LOPES, in JORGE, 1986).

Na Vinha da Soutilha, a associação é muito pobre, tendo sido apenas identificados 8 restos de ovelha/cabra e 1, com incerteza, de suídeo, para além de Lagomorfos, Roedores e Aves. A nítida dominância do grupo dos ovinos/caprinos está, pois, em sintonia com a realidade observada em Bitarados; tal como aqui, os restos apresentam-se muito fracturados, reduzidos via de regra a esquirolas, embora ocorram fragmentos de peças dentárias; pontualmente, é referida também a acção do fogo.

O conjunto do povoado da Pastoria é mais numeroso, mas, no tocante às espécies domésticas, continua a verificar-se apenas a presença dominante de ovinos, caprinos e ovinos/caprinos. Com efeito, foi possível, tal como no caso dos conjuntos faunísticos galegos, efectuar a diferenciação entre as duas espécies em causa; mas, no caso português, a autora baseou-se em critérios que merecem sérias reservas: é o caso da diferenciação dos corpos vertebrais e das costelas, bem como da 1^a. 2^a. falanges, a qual não é, evidentemente, possível, com peças soltas e escassas, para mais apresentando-se por vezes incompletas. Deste modo, considera-se mais adequado tratar os ovinos e os caprinos como apenas um único lote, representado por 25 peças, contra 36 de suídeo. É de estranhar, contudo, que sejam deste último conjunto as 17 omoplatas, mais ou menos fragmentadas identificadas na estação, motivo que conduz a encarar a credibilidade destes resultados com a máxima cautela.

Verifica-se, deste modo, existir uma assinalável diversidade de situações, no concernente à maior ou menor importância da presença do boi doméstico, atingindo a sua máxima expressão em Tres Ventanas e no Crasto de Palheiros, a que se poderia juntar o Castanheiro do Vento, implantado em região com características semelhantes, onde a presença dos bovinos é igualmente dominante, em termos de potencial carne consumida; do atrás exposto, verifica-se que estas incidências não se podem explicar por condições ambientais especialmente propícias à presença da espécie: com efeito, se, no caso da gruta galega, foi invocada tal razão, já a mesma não pode ser valorizada no sítio em apreço, nem no Castanheiro do Vento, da mesma forma que existem outras situações, como Bitarados que, apesar de favoráveis à referida presença, esta não se veri-

fica. Crê-se, pois, que a explicação para a maior ou menor incidência do boi doméstico não pode ser dissociada da natureza e funcionalidade desempenhada por cada estação onde ocorre, independentemente das condições naturais, propícias ou não, prevalecentes na região envolvente.

No caso do Crasto de Palheiros, a composição qualitativa e quantitativa dos dois conjuntos faunísticos considerados é semelhante. Tal situação indica a manutenção, nos seus traços essenciais, do mesmo tipo de economia alimentar desde o Calcolítico ao final da Idade do Ferro.

Como se disse, a evidente dominância da criação de gado bovino, em termos de peso, contrastando com a muito menos importante presença de ovinos/caprinos, pode afigurar-se algo desajustada face às condições naturais existentes na região em ambas as épocas: com efeito, estas afiguram-se mais propícias à criação de gado ovino/ caprino do que à de gado bovino, aspecto que os resultados dos estudos paleoflorísticos efectuados corroboram (FIGUEIRAL, SANCHES & CARDOSO, no prelo). Esta contradição pode residir no papel social de destaque que os grandes bovinos desempenhariam na economia das comunidades sediadas no Crasto de Palheiros, tanto na agricultura como no transporte de pessoas e de mercadorias, incluindo, naturalmente, o leite e os produtos dele derivados, incluindo o contributo cárnico.

A importância do gado bovino no quotidiano das populações transcendia-se na carga simbólica que lhe era atribuída, bem evidenciada em diversos povoados calcolíticos: enterramento ritual de pelo menos um bovino no povoado fortificado de Vila Nova de São Pedro (Azambuja), interpretado como um ritual fundacional (PAÇO, 1943); deposição ritual de mandíbula de boi doméstico no fundo de um silo escavado na rocha no povoado do Carrascal (Oeiras, escavações inéditas do signatário); ou, no próprio Crasto de Palheiros, de deposição intencional de dentes jugais em estruturas encerradas com pedras (informação de Maria de Jesus Sanches), para já não falar de santuários rupestres, como o do Escoural, onde as representações de bucrânios assumem papel esmagador (GOMES *et al.*, 1983). Aliás, a abundância da espécie no Neolítico Final de Leceia (Oeiras), foi associada à importância do boi como animal de tracção, mais do que de fornecedor de carne (CARDOSO, SILVA & SOARES, 1996).

A presença de grandes bovinos e os testemunhos da sua ritualização ocorre, certamente, apenas nos povoados que detinham significado á escala regional: por outras palavras: o encerramento ritual de restos de grandes bóvidos encontrava-se, deste modo, estreitamente relacionado com a importância dos sítios escolhidos para o efeito, assim se explicando a falta da espécie em outros sítios coevos do norte de Portugal.

No respeitante a práticas culinárias observadas tanto no Calcolítico como na Idade do Ferro, a clara predominância de esquirolas de bovinos indicia elevado grau de transformação antrópica, no caso relacionado com a prática de cozidos, nos quais os ossos longos, previamente fracturados, permitiam que a medula se libertasse no caldo. Tal prática culinária era extensiva ao consumo de ovino-caprinos; com efeito, as marcas de intenso calor que a maioria deles exhibe, devem ser explicadas pela prática, também corrente em outros contextos pré e proto-históricos do centro interior e do norte de Portugal, de lançar os fragmentos de ossos de animais para o lume, depois de consumida a carne (ANTUNES, 1992; CARDOSO & COSTA, 2004) e não pela realização de grelhados ou churrascos; tal prática constituía, também, uma contribuição para alimentar as fogueiras, devido às matérias combustíveis contidas nos ossos. No entanto, certos ossos, com coloração uniformemente anegrada, são compatíveis com a prática de churrascos: é o caso do astrágalo de *Ovis/Capra* representado na Fig. 1, exposto directamente ao calor.

AGRADECIMENTOS

A Maria de Jesus Sanches ao ter confiado para estudo os materiais agora apresentados, bem como pelos esclarecimentos prestados sobre as respectivas condições de jazida, a cronologia e o enquadramento cultural do Crasto de Palheiros, cuja exploração arqueológica decorreu sob sua direcção.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, M. T. (1992) – Povoados do Bronze Final da Beira Baixa – Alegrios, Moreirinha e Monte do Frade: elementos arqueozoológicos. *Conimbriga*, 31, Coimbra, p. 31-39.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Bases de subsistência em povoados do Bronze Final e da Idade do Ferro do território português. O testemunho dos mamíferos. In ALARCÃO, J. (Coord. de), *De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio a.C.*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 160-170.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, C. (2004) – A study of the faunal assemblage from the prehistoric enclosure of Castanheiro do Vento (Vila Nova de Foz Côa). *Journal of Iberian Archaeology*, 6, Porto, p. 83-92.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, C. Tavares da & SOARES, J. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras). Materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 6, Oeiras, p. 47-89.
- FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, C. & PÉREZ ORTIZ, L. (no prelo) – Caza y domesticación en el noroeste de la Península Ibérica durante la Prehistoria. Datos arqueozoológicos.
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. & CARDOSO, J. L. (no prelo) – Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal): a case study on diet and material culture, from the third to the first millennium BC.
- GOMES, M. V. *et al.* (1983) – O santuário exterior do Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Zephyrus*, 36, Salamanca, p. 287-307.
- LOPES, T. Cunha (1986) – Análise do material ósseo da Vinha da Soutilha (Mairos) e da Pastoria (Chaves). In JORGE, S. O., *Povoados da Pré-História recente da região de Chaves-Vª. Pª. de Aguiar*, Vol. 1-B, Porto: Faculdade de Letras do Porto, p. 1099-1123.
- PAÇO, A. do (1943) – Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São-Pedro. *Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942)*. Actas, 8, Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 132-143.
- SANCHES, M. J. (2000/2001) – O Crasto de Palheiros (Murça): do Calcolítico à Idade do Ferro, *Portugália*, nova série, 21-22, DCTP-FLUP, Porto, p. 5-40.
- SANCHES, M. J. (2003) – Crasto de Palheiros-Murça. Reflexões sobre as condições de estudo e de interpretação duma mega-arquitectura pré-histórica do Norte de Portugal. In JORGE, s.d. (Coord. de), *Recintos Murados da Pré-história Recente*, S.O. Jorge coord., Porto-Coimbra, DCTP-FLUP, p. 115-18.
- SANCHES, M. J. (2004) – Crasto de Palheiros-Murça. Considerations on the study and interpretation of a prehistoric mega-construction, *Journal of Iberian Archaeology*, 6, Porto, p. 117-145.
- VILAÇA, R. (1992) – Integração cultural dos restos faunísticos de três povoados do Bronze Final da Beira Baixa. *Conimbriga*, 31, p. 5-29.



Fig. 1 – Restos faunísticos do Crasto de Palheiros; da esquerda para a direita:

Em cima: M/3 esquerdo de *Bos taurus*, com desgaste médio, de pequeno tamanho (UET.03.46 TEM - Idade do Ferro); M/1 ou M/2 esquerdo de *Bos taurus* com desgaste médio (E/T.EN 37/40, Lx 16 - sem contexto estratigráfico); esquirola de osso longo de *Bos taurus* fracturada longitudinalmente. **Ao centro:** cabeça de fêmur de *Ovis/Capra* esquerdo (?) de pequeno tamanho (UET.03.36 PIN - Idade do Ferro); M/3 direito, incompleto, de *Sus* sp. com desgaste fraco (UET.03.2 TEL - Idade do Ferro); M/3 esquerdo, incompleto, de *Sus* sp. com desgaste fraco (EET. 98.1 - Calcolítico). **Em baixo:** astrágalo direito de *Ovis/Capra* de pequeno tamanho, totalmente incarbonizado (UET.03.32 PIN - Idade do Ferro); M/3 direito de *Ovis/Capra* com desgaste forte ((UET.98.12 - Calcolítico); M/2 esquerdo de *Ovis/Capra* com desgaste médio (Am. 9. 97 - Calcolítico). Foto J. L. Cardoso.



Fig. 2 – Restos faunísticos do Crasto de Palheiros; da esquerda para a direita:

Em cima: P\2 esquerdo de *Bos taurus* com desgaste forte; primeira falange lateral de *Sus* sp.; D\4 direito sem desgaste de *Sus scrofa*; M\1 ou M\2 esquerdo com desgaste forte de *Bos taurus*; astrágalo direito de *Bos taurus*, de pequeno tamanho, com marcas punctiformes profundas e de roedura de carnívoro, compatível com cão ou lobo (todos da UET.98.3 - Calcolítico). **Em baixo:** diáfise de rádio esquerdo de *Ovis/Capra* roída em ambas as extremidades; metade distal de húmero esquerdo de *Ovis/Capra*, do mesmo indivíduo (?) (Am. 17.97 - Calcolítico); M\3 direito de *Bos taurus* com desgaste fraco (UET.03.1 TEL - Idade do Ferro).



Fig. 3 – Restos faunísticos do Crasto de Palheiros (todos da Am. 10.97. UE - Calcolítico); da esquerda para a direita:

Em cima: M\2 esquerdo de *Bos taurus* com desgaste médio; M\3 esquerdo com desgaste fraco, do mesmo indivíduo (?). **Em baixo:** P\4 esquerdo de *Bos taurus*, com desgaste médio, do mesmo indivíduo dos exemplares anteriores (?); grande esquirola de osso longo de *Bos taurus*, escurecida pelo fogo.

Notas para a caracterização da estação do Puio – Picote, Miranda do Douro

Dulcineia C. B. Pinto¹

ABSTRACT

This article is the product of a bibliographic research about archaeological findings at Picote during the XIX – XX century and also an archaeological study (ceramics and metal artefacts) of the settlement Puio, located at Picote, Miranda do Douro. This article aims to help to understand the chronological and cultural definition of this important site – Puio - in the history of proto-historic societies in the region.

1. INTRODUÇÃO – A CONTROVERSA DEFINIÇÃO DO “CASTRO DE PICOTE”

Este artigo visa o estudo de uma estação arqueológica, de características muito particulares. É um esporão de reduzidas dimensões, que faz parte integrante das arribas do Douro Internacional, localizado num dos extremos da aldeia de Picote, em Miranda do Douro. Neste sítio foram encontrados numerosos achados arqueológicos (fragmentos cerâmicos, metálicos, duas esculturas zoomórficas – também denominadas de berrões – e várias estelas de forma antropomorfa) que revelam uma intensa ocupação humana. No entanto este esporão é uma plataforma aparentemente desprovida de estruturas pétreas visíveis facilmente identificáveis com muralhas, parapeitos ou unidades habitacionais de cariz nitidamente arqueológico.

O sucessivo aparecimento, ao longo do século XIX e XX, de materiais arqueológicos da Idade do Ferro e romanos provenientes da aldeia de Picote levou a apontar a existência de um “Castro”. No entanto, o “Castro de Picote”, inúmeras vezes citado na bibliografia arqueológica, nunca foi cabalmente definido em relação à sua localização. O “Castro de Picote” foi abordado por vários autores (Alves: 1937, Lemos: 1993, Lopo: 1987, Mourinho: 1988, Santos Jr.: 1975) que propuseram várias hipóteses interpretativas relacionadas com o aparecimento de determinados achados arqueológicos.

O “Castro de Picote” foi, primeiramente, localizado num local muito próximo da aldeia (Lopo: 1897, 1899-1900, 1900, 1902, 1987) donde pareciam provir determinados materiais metálicos. No entanto apesar de existirem materiais arqueológicos a localização não era muito específica, facto que se explica pelas próprias características da Arqueologia praticada na época. Pela mesma

¹ Bolseira de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; investigadora associada do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto; dcbpinto@sapo.pt

altura deu-se o aparecimento de estelas funerárias (Lopo: 1899-1900) que vieram gerar uma certa confusão na localização do sítio. Por um lado as estelas provinham da capela do Santo Cristo (fig. 2 e 3), num dos extremos da aldeia, por outro lado, os materiais metálicos aparecidos eram referenciados ao dito “Castro de Picote”.

Nos anos 50, Santos Jr. realiza uma intervenção arqueológica num esporão a sul da aldeia, no extremo diferente do da capela do Santo Cristo – o Puio – que denominou de Castelar (Santos Jr.: 1975, 1984, 1985) (fig. 2 e 4). Esta escavação visava a contextualização de um berrão achado naquela plataforma (fig. 17 e 18), no entanto os materiais provenientes desta escavação não foram estudados e a cronologia apontada, posteriormente (Lemos: 1993), não foi justificada pela cultura material exumada na escavação, mas sim por achados mais ou menos descontextualizados².

Estudos dos anos 80 e 90 (Marcos: 1994 e Lemos: 1993) pareciam apontar para que o sítio da Idade do Ferro – Castro de Picote – não existisse (comentário de Lemos em Lopo: 1987) e fosse uma espécie de equívoco literário. Os autores afirmaram que a ocupação no Puio e sua extensão até à capela do Santo Cristo (que seria o local da necrópole do povoado) (fig. 3) seria de fundação romana. Os autores, fundamentados no aparecimento de moedas – um ás de Augusto (27 a. C.- 14 d. C.) cunhado em Turiaso e um ás de Tibério (14-37) cunhado em Calaguris (Centeno: 1987) – e nas numerosas estelas funerárias romanas, que indicariam a possível localização da necrópole, propuseram a fundação do povoado romano a partir do séc. I d. C.

Prospecções levadas a cabo em 2001 (Sanches: 2001) levaram a repensar a ocupação da plataforma escavada por Santos Jr. (ver localização aproximada da escavação na fig. 4), objecto de estudo neste artigo. Nesta plataforma e suas encostas surgiram duas estelas calcolíticas (Sanches: 2004) e numerosos fragmentos cerâmicos manuais que pareciam apontar para a Pré-História e Proto-História local.

Pensamos que o esporão do Puio, dada a quantidade e qualidade de achados arqueológicos aí encontrados, poderia ser o dito “Castro de Picote”, no entanto o Puio não possui as características geográficas e arquitectónicas que definem habitualmente os castros³.

Deste modo, para podermos compreender a ocupação do Puio e colocar a hipótese de o Puio ser de facto o dito “Castro de Picote”, resolvemos estudar os materiais provenientes da escavação de Santos Jr., em 1952 / 1953 e integrá-los nos muitos materiais recolhidos à superfície, neste mesmo esporão, nas prospecções levadas a cabo em 2001 e dirigidas por Maria de Jesus Sanches.

2. HISTORIOGRAFIA DE PICOTE

A primeira referência conhecida relacionada com Picote encontra-se nas Memórias Paroquiais de 1758 (Vasconcelos: 1895). José Leite de Vasconcelos publica um extracto destas memórias como pertencentes ao Dicionário Geográfico do Padre Luís Cardoso (Vasconcelos: 1895), no entanto Pedro de Azevedo refuta a origem do extracto (Azevedo: 1895). Independentemente da origem, este extracto refere apenas a capela do Santíssimo Cristo (donde provêm as estelas funerárias) (fig. 2 e 3) e o povoado “Cigaduenha”, descrevendo-o correctamente como povoado fortificado (amuralhado) com campo de pedras fincadas. Refere também o Castelo de Las Ruelas, a nascente, com uma fraga a pico, onde se encontrou um alfange em metal todo amarelo.

A segunda referência conhecida é a de Albino Pereira Lopo (Lopo: 1897) que menciona o Castro de Picote, sem que seja feita uma breve descrição e localização desse “Castro”.

² Até aqui todos os elementos usados para indicação de cronologia foram os achados do Castro de Picote e do termo da povoação, nomeadamente o ás de Augusto, cunhado em Turiaso, que se encontra à guarda do Museu Municipal de Bragança.

³ Sem queremos ser extensivos, gostaríamos de referir que habitualmente os “castros” têm sido definidos como sítios em altura, normalmente povoados, providos de sistemas arquitectónicos (muralhas, parapeitos, taludes ou fossos artificiais) que foram lidos quase sempre como estruturas de carácter defensivo. O Puio não se encaixa neste “modelo”.

As notícias dos primeiros achados relacionados com Picote surgem entre os anos de 1897 a 1900. Em 1898, José L. de Vasconcelos (Vasconcelos: 1898) enumera os achados oferecidos ao Museu Municipal de Bragança pelo abade de Picote e todos achados num castro junto a Picote: uma moeda de cobre do tempo de Augusto⁴, um broche de bronze antigo, um fragmento de uma gargalheira de cobre. Além destes objectos foi também encontrado no *termo* da mesma povoação um machado de pedra.⁵

Em 1899-1900 Lopo indica que foram encontrados uma fíbula, algumas moedas romanas e outros objectos de cobre provenientes do “Castro de Picote” (Lopo: 1899-1900) que foram enviados pelo reitor da mesma povoação para o Museu Municipal de Bragança. Estes achados podem ser ou não os mesmos que Vasconcelos refere no artigo de 1898. Em 1900 o mesmo reitor envia ao museu cinco estelas funerárias, encontradas no termo da mesma povoação (Lopo: 1900). As notícias de Lopo são mais completas do que a de Vasconcelos, no entanto Lopo não conhecia Picote. Na primeira notícia diz que os achados metálicos vieram do Castro mas na segunda diz que as estelas e os objectos vieram do *termo* da povoação. Como não podia afirmar ao certo a origem dos achados remete o leitor para o artigo de Vasconcelos, de 1895, copiado das Memórias Paroquiais, onde é feita uma descrição de Picote, mas onde não é referido o Castro.

Em 1902, surge uma quarta notícia de um achado onde se pode ver uma fotogravura de uma lança encontrada novamente no termo de Picote (Lopo: 1902).

Nos Apontamentos Arqueológicos, Albino Lopo⁶, afirma que as lápides funerárias, as moedas, outros objectos de cobre e entre eles a fíbula e a lança provinham todos do Castro de Picote, dividindo este sítio daquele do povoado “Cigaduenha”. Aparentemente Lopo acreditava e afirmava que estes objectos tinham vindo de um Castro muito próximo da aldeia de Picote, sendo que a Cigaduenha se encontra a cerca de uma hora a pé da aldeia.

O posterior estudo da fíbula, da lança e da moeda gerou uma certa confusão sobre a proveniência dos achados. Esta confusão foi ampliada pelo Abade Baçal que nas suas memórias (Alves: 1934) republicou todas as notícias até então publicadas, no entanto desrespeitou a fonte e dividiu a informação. Quer dizer, cada notícia não é uma cópia exacta da anterior é uma “colagem” de vários achados de diferentes proveniências que ele juntou numa só proveniência modificando substancialmente a notícia original. No fundo, é uma re-interpretação. Refere, por exemplo, que no Castelo de Las Rucas – sítio não localizado – foi achado um alfange todo amarelo e uma fíbula de cobre ou bronze (Alves; 1934, 152), quando a fíbula não é referida na notícia que descreve o achado do alfange amarelo, o único achado deste sítio.

Posteriormente outros autores como Höck e Coelho (1972) vão, por exemplo, afirmar que a lança provinha do Castro de Picote, quando na notícia original provinha do termo da povoação (uma referencia abrangente e que não localizava o sítio do achado).

Estas primeiras notícias de achados arqueológicos, noticiadas até aos inícios do século XX, relacionadas com Picote, parecem apontar para dois sítios distintos de proveniência dos achados, um, o “Castro de Picote”, o outro, o “termo da povoação”. No entanto apesar desta aparente distinção de origem, o local de proveniência dos achados continua a ser uma incógnita.

O termo da povoação possui três significados diferenciados que podem modificar, neste caso, a origem dos achados. Em primeiro lugar, “termo”, dentro da toponímia local, significa o território que pertence à freguesia (é uma área circunscrita que pertence a uma só administração e que está delimitada por marcos). Em segundo lugar, o significado académico de “termo” pode querer dizer

⁴ Moeda referida e estudada por Rui Centeno em: “Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192”, Porto, tese policopiada.

⁵ As notícias foram extraídas do Jornal “O Norte Transmontano” de 1897.

⁶ Os apontamentos Arqueológicos de Albino Pereira Lopo (1860-1933) foram publicados em 1987, por Francisco de Sande Lemos e pela Universidade de Braga.

periferia da povoação, que vem da origem da própria palavra termo – *terminus* – que tem como significado limite, fim ou extremidade⁷. Em terceiro lugar, o termo da povoação pode querer dizer apenas o fim da povoação, isto é, o fim das casas da aldeia⁸.

Os achados que são referenciados ao “Castro de Picote” possuem uma localização toponímica, quer dizer, sabemos que as pessoas denominavam de Castro de Picote um determinado sítio de onde são provenientes alguns achados. Os achados provenientes do termo podem estar relacionados com qualquer sítio dentro da área da freguesia de Picote.

A freguesia de Picote possui 3 sítios com uma possível ocupação da Idade do Ferro, o povoado da Cigaduenha, a estação do Puio, também conhecida como Castelar, e o Castro, também denominado de Picões do Diabo pela população de Sendim. Cremos que se os achados encontrados no “Castro de Picote” fossem provenientes da Cigaduenha teriam sido relacionados com este povoado, pois ele é conhecido como tal pelo menos desde que começaram a surgir notícias arqueológicas.

Creemos que o Puio não corresponde ao dito “Castro de Picote”, pois, em primeiro lugar, não seria fácil para a população local identificar neste esporão um castro, isto é, um povoado fortificado. Em segundo, a estação do Puio, não se localiza no extremo do território administrativo pertencente a Picote, e como tal, não se encaixa dentro do significado académico dado à palavra termo.

Por último, o dito Castro de Picote poderia corresponder ao “Castro”, um esporão, de menores dimensões e com encostas mais abruptas que o Puio, onde ocorrem cerâmicas de fabrico manual, provavelmente proto-históricas. No entanto, temos que referir que este *Castro* é um sítio não romanizado, possui dimensões muito reduzidas, não aparenta ser um povoado e possui apenas uma linha de muralha ou talude. Creemos que seria difícil as moedas romanas serem provenientes deste local, e por isso a identificação deste sítio com o Castro de Picote é improvável.

Assim, tendo em conta a ambiguidade do significado da palavra termo aliada à pobreza das referências geográficas, admitimos que não sabemos a proveniência certa de todos estes materiais e portanto eles não mais serão relacionados, por nós, com o sítio do Puio, bem como com qualquer um dos outros dois sítios.

Propomos que estes achados sejam referidos tal qual na notícia original. A fíbula, a moeda e outros objectos metálicos foram encontrados no dito “Castro de Picote” – independentemente da sua localização –; as lápides, o machado e a lança foram encontrados no termo da povoação.

Durante o século XX até à actualidade continuam a surgir novos achados, mas destes é já conhecida a sua proveniência. Em 1937 o Abade Baçal publica 10 estelas provenientes de Picote, da Capela do Santo Cristo (Alves: 1934; tomo IX, 65-71; tomo X, 815), sendo que 5 delas já se encontravam publicadas⁹, no entanto, como já foi dito, a sua localização original era o termo da povoação (ver a localização da capela do Santo Cristo na fig. 2 e 3).

Em 1951 dá-se o achado de um grande berrão na aldeia de Picote, no sítio do Puio e nos dois anos seguintes são realizadas intervenções arqueológicas por Santos Jr., que encontra durante esse tempo um outro berrão de menor tamanho (fig. 19).

⁷ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto António Houaiss de Lexicografia, Portugal – Temas e Debates, Lisboa 2003.

⁸ Este parece ser o significado da palavra termo, pelo menos para uma das notícias. As primeiras lápides funerárias romanas encontradas provinham do termo da povoação, no entanto sabemos que estas lápides provinham do edifício e da área envolvente da Capela do Santíssimo Cristo. Nesta notícia o termo da povoação significa apenas o fim da povoação (aldeia), pois a Capela do Santo Cristo localiza-se num dos extremos da aldeia.

⁹ Lopo, Albino Pereira (1900) Picote (Miranda do Douro), O Archeologo Português, 1ª série, vol 5, Lisboa, pp. 143-145e por Hubner, Ephemeris Epigraphica, IX.

Nos finais dos anos 50, a construção da barragem de Picote e a colocação dos postes de alta tensão que partem desta, vão atingir irremediavelmente o sítio que Santos Jr. escavou, pois vários daqueles implantam-se na plataforma/esporão do Puio.

Nos anos 80, nas obras de remodelação de uma das casas da aldeia (perto da capela do Santo Cristo), foi descoberto e destruído um compartimento rectangular de construção romana. Domingos Marcos recolheu dessa destruição tijolos circulares e rectangulares, um torques em liga de cobre e dois anéis, que estão actualmente à guarda da Sala-Museu de Mogadouro (comentário de Lemos em Lopo: 1987; Lemos 1993; vol. IIa, 230; Marcos e Lemos: 1988).

Em 1988, António Mourinho publica 8 estelas (Mourinho: 1988), todas encontradas em Picote entre os anos de 1947 a 1988. Com esta publicação ficam contabilizadas em 18 as estelas provenientes de Picote¹⁰.

Em Outubro de 2000, a Associação FRAUGA, fez o pedido a Maria de Jesus Sanches para realizar o estudo de uma gravura descoberta num afloramento, na quebra da plataforma do Puio, sobre a arriba do Douro. O estudo da gravura foi realizado em Agosto e Setembro de 2001, publicado em 2002 (Sanches e Pinto: 2002), e a prospecção sistemática da área envolvente da Fraga do Puio implicou a recolha de numeroso espólio, essencialmente cerâmico, no solo recém lavrado do esporão. Entretanto foi construído pelo PNDI¹¹ um miradouro no extremo SW do esporão do Puio mas felizmente não se procedeu a arranjos no caminho de acesso, arranjos esses que implicariam a destruição de muros e movimentação de terras.

Este estudo realizado em 2001 revelou mais uma vez a importância desta plataforma, em termos de ocupação humana. O aparecimento de uma gravura, dentro de um espaço em que anteriormente já tinham sido encontrados tantos materiais – os berrões e os materiais arqueológicos metálicos e cerâmicos provenientes da escavação (a seguir descritos), apontava novamente para uma longa e expressiva ocupação deste sítio.

Em 2005, é novamente, encontrado um grande berrão, quando um particular procedia a obras de demolição de uma casa, entre o Bário e a Fontósia, a poucos metros do Puio (fig. 22). De acordo com Armando Redentor, “este elemento, está atribuído a um período datável dos séculos IV ao II AC, em função de outros exemplares, cujo contexto arqueológico é melhor conhecido”¹².

Também em 2005 ocorre uma nova destruição do sítio. A renovação de um poste de alta tensão leva à escavação para novos alicerces e à entrada de máquinas, como escavadoras e guias dentro do “recinto” arqueológico. E assim, nem a importância deste sítio levou a repensar a linha de alta tensão (fig. 21) e a ter os devidos cuidados ligados à movimentação de terras e derrube de muros provocados por aquelas pesadas máquinas¹³.

3. DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA E TOPOGRÁFICA DO ESPORÃO PUIO

O esporão do Puio localiza-se na freguesia de Picote, concelho de Miranda do Douro, distrito de Bragança. Este esporão de topo aplanado avança a plataforma ocupada pela povoação para Sul, desenhando-se abruptamente sobre uma curva do rio Douro (fig. 2 e 3). Trata-se de um esporão alongado, no sentido Norte-Sul, rodeado por dois ribeiros, afluentes do Douro e dele se domina todo o troço do rio Douro. O esporão define-se a Este pela Ribeira da Nossa Senhora dos Aflitos, a Sul pela arriba do rio Douro, a Oeste novamente por uma ribeira menor e a Norte prolonga a plataforma da aldeia de Picote (fig. 2 e 3), que é em si, uma extensão, a uma cota mais baixa, do planalto Mirandês.

¹⁰ Para ver mais pormenores sobre a proveniência das estelas aconselhamos a leitura da bibliografia relacionada.

¹¹ Parque Natural do Douro Internacional.

¹² Notícia de Francisco Pinto, no Jornal do Nordeste em:

<http://www.jornalnordeste.com/noticia.asp?idEdicao=77&id=2381&idSeccao=651&Action=noticia>

¹³ Esta movimentação de máquinas foi permitida e acompanhada no local pelo responsável do IPA (Instituto Português de Arqueologia) da Extensão de Macedo de Cavaleiros, Dr. Luís Pereira, nos meses de Maio e Junho de 2005.

A topografia permite verificar que o esporão teria aproximadamente, 12 500 m² de área na sua zona aplanada, sendo que as encostas Leste, Sul e Oeste, de grande pendente, apontam para a existência de barreiras naturais e/ou construídas que tivessem sustentado e mantido o topo aplanado. Encontramos nestas encostas várias linhas de muros, alguns com cerca de 2 metros de altura, dos quais não podemos saber qual a sua origem construtiva e cronológica, ainda que possamos pensar que esta tenha uma origem pré-romana (fig. 4).

Este esporão é um sítio grandemente construído pelo Homem, quer dizer, ele apenas existe – tal como se nos afigura hoje ou mesmo como se revelou a Santos Jr. em 1952/53 (com grande potência estratigráfica chegando a escavação à profundidade de 2,20 metros) porque as comunidades, ao longo do tempo, sustentaram e mantiveram as encostas que o cercavam.

A topografia aponta para a existência de um muro contínuo ou alternado com penedos, ou então de um talude, *que teria contornado o esporão pelo menos do lado nascente, sul e SW* (fig. 4). Este limite arquitectónico é apontado pela topografia específica da parte leste do caminho de acesso ao miradouro. Este caminho ladeado de muros actuais (mas que do lado leste parecem ter fundação proto-histórica) (fig. 21) alinha-se longitudinalmente pelo limite leste do esporão, aproveitando precisamente o aplanamento que cremos ter sido também conseguido, repetimos, pela existência de estruturas arquitectónicas de sustentação da encosta. Quer dizer, foram construídos muros e/ou taludes intercalados com alguns penedos, aproveitando as características topográficas do local, tal como acontece em tantos povoados conhecidos da Idade do Ferro do Nordeste Transmontano e da vizinha província de Zamora (Arroyo: 1986).

Na ausência duma “barreira” física, seja natural ou totalmente construída, seja só parcialmente construída, não se poderia ter mantido o esporão tal como se nos apresenta, não só do ponto de vista topográfico, mas também sedimentar, como já foi referido. Apesar dos escorrimentos pela encosta, a manutenção da grande potência de sedimentos na parte superior, é indicadora da existência de barreiras periféricas que contornarão o esporão e que serão por certo identificadas logo que aí se façam sondagens conduzidas precisamente com o objectivo de delimitar espacialmente e caracterizar minimamente a ocupação deste esporão (ver com atenção a fig. 3).

4. MATERIAIS DE SUPERFÍCIE DA ESTAÇÃO PUIO – PROSPECÇÃO DE 2001

Os materiais de superfície estudados do esporão do Puio foram recolhidos em Setembro de 2001, no decurso de prospecção aturada dirigida por Maria de Jesus Sanches. A prospecção e recolha de material arqueológico, foi organizada do modo que se segue. O espaço do esporão foi dividido em 4 sectores de tamanho similar, S1, S2, S3, S4 (fig. 4). No sector 1 foram recolhidas duas estelas antropomórficas¹⁴ e nos outros sectores, fragmentos cerâmicos. Do sector 5 são provenientes alguns dos fragmentos de sigillata e do sector 7 é proveniente um fundo (fig. 6, n.º 19).

No total, em 2001, foram recolhidos 751 fragmentos cerâmicos integrando 54 bordos, 30 fundos, 7 asas, 8 fragmentos decorados, 3 tampas, e nos restantes não foi possível identificar a forma. Apresentamos as características gerais do conjunto através de gráficos e optamos por apresentar apenas algumas formas que achamos relevantes¹⁵.

¹⁴ Uma na plataforma e outra na encosta (fig. 4), no sector 3, além se uma moeda romana, recolheu-se cerâmica; este último material é dominante nos 4 sectores.

¹⁵ Somente alguns fragmentos foram desenhados devido, em primeiro lugar, a alguns deles serem modernos e os outros que não são modernos são fragmentos muito pequenos dos quais não conseguimos perceber minimamente a forma e a dimensão da forma, nomeadamente do diâmetro. Assim, apenas registamos através do desenho aqueles fragmentos maiores e de maior interesse.

4. 1 Metodologia de estudo dos materiais cerâmicos

No conjunto de materiais cerâmicos provenientes da estação do Puio usamos uma metodologia de estudo que agrupa os fragmentos cerâmicos em grupos de pastas¹⁶.

As formas encontradas foram registadas em relação à sua pasta, mas também foi registada a sua cor, a espessura de parede (registada no desenho) e o tratamento da superfície. Registamos 6 categorias de cores, VE – vermelho escuro, VC – vermelho claro, rosas e laranjas, P – pretos ou cinzentos-escuros, B – cinzentos-claros ou brancos, A – amarelos, castanhos-claros ou bejes e C – castanhos-escuros. A espessura da parede foi registada no desenho respectivo. O tratamento de superfície possui 5 categorias, a saber; Nf – Não identificado (quando a superfície do fragmento se encontra muito deteriorada), Ali – Alisado, Pol – Polido, Rug – Rugoso (quando esta rugosidade é intencional e não fruto da deterioração da superfície) e Esp – Espatulado.

Com a metodologia de estudo de pastas pretendíamos entender os vários tipos de cerâmicas presentes à superfície e com o estudo das formas pretendíamos perceber a relação das pastas com cada grupo de formas. O objectivo final era fazer a aproximação possível aos vários períodos cronológico-culturais presentes nos materiais de superfície do esporão do Puio.

4.2 Estudo dos materiais cerâmicos

O estudo dos materiais cerâmicos da estação Puio revelou a presença de 7 tipos de pastas cerâmicas, 5 pastas (caracterizadas a seguir, A, B, C, D, E), telha e cerâmica moderna. O conjunto da telha engloba, maioritariamente fragmentos de imbrex, sendo que não sabemos se são modernos ou mais antigos, e em menor quantidade alguns fragmentos de tégula. O conjunto da cerâmica moderna é constituído por fragmentos com forma e sem forma da época actual, muito provavelmente provenientes da antigo Quartel do Guarda Fiscal e dos lixos da própria aldeia.

Pasta A

| ENP | Natureza | Dimensão | Percentagem | Distribuição |
|---------|------------|------------|-------------|--------------|
| Mica | Adicionada | 0,5 a 1 mm | 30 % | Boa |
| Quartzo | Natural | <1 mm | 5 % | Má |
| Xisto | Natural | <1 mm | 5 % | Má |

Descrição – A pasta A é uma pasta uniforme, de aspecto homogéneo e bastante resistente à fractura. Esta pasta possui uma grande quantidade de mica, bem distribuída e de reduzidas dimensões, o que lhe confere, repetimos, homogeneidade e também um aspecto extremamente brilhante, chegando até a ser reluzente. Os outros constituintes – quartzo e xisto – possuem também dimensões reduzidas, mas encontram-se muito raramente e mal distribuídos, e por isso, foram considerados por nós como elementos naturais provenientes do barro recolhido para a manu-

¹⁶ Este método exige, em primeiro lugar, uma numeração sequencial dos fragmentos para que estes possam ser estudados e registados individualmente. Em segundo, os fragmentos são fracturados levemente (com o auxílio de um alicate de pontas) para que o seu cerne possa ser devidamente analisado. Neste caso, a análise do cerne foi feita a olho nu (apenas com o auxílio de uma lupa de pouco aumento – 8 vezes). Após a análise empírica do cerne dos fragmentos, é avaliado o desengordurante ou ENP (elemento não plástico) tendo em conta a sua natureza, dimensão, percentagem e distribuição.

Quanto à natureza um desengordurante pode ser natural no barro ou adicionado e portanto achamos importante perceber se o desengordurante é adicionado ou não. Optamos por dizer que o desengordurante é adicionado quando este possui determinadas características, a saber; quando a dimensão de todos os elementos presentes na fractura é muito homogénea, quando a percentagem de elementos é muito elevada e quando a sua distribuição é boa, querendo dizer que se encontra homogeneizado na pasta. Desengordurantes adicionados sugerem pastas bastante homogéneas, de caracterização fácil, pois a variabilidade dos seus elementos não plásticos é praticamente inexistente.

A dimensão dos desengordurantes é apontada em relação ao elemento de maior tamanho encontrado, isto é, se o tamanho for 1,9 mm referimos que os ENP são <2mm, independentemente de medirem, 0,5 mm ou 1,5 mm. O que conta na avaliação das pastas é amplitude do tamanho dos ENPs, pois como já foi referido, uma variação pequena nos tamanhos revela uma pasta homogénea e uma grande variação revela uma pasta pouco homogénea. A percentagem e distribuição dos ENPs é medida através dos gráficos apresentados em Clive Orton, Paul Tyers e Alan Vince (1997).

Esta metodologia é descrita em pormenor em: “La cerâmica en Arqueología” de Clive Orton, Paul Tyers y Alan Vince, 1997, Editorial Critica.

factura dos vasos. A má distribuição destes elementos não plásticos (ENP) pode estar relacionada com a sua escassez e não com uma manufactura deficiente em termos de amassar o barro.

De facto, esta pasta aparente grande qualidade, um elevado grau de resistência aliado a óptimo aspecto, concedido pela enorme quantidade de micas.

Os vasos fabricados com esta pasta foram realizados exclusivamente a torno. Os fragmentos possuem todos cores vermelhas ou bejes, mas pensamos que tal facto tem haver com uma cozedura oxidante não só com a cor da argila. Todas as características apresentadas nos levam a pensar que esta pasta tenha sido usada no período romano, na manufactura da cerâmica comum.

Pasta B

| ENP | Natureza | Dimensão | Percentagem | Distribuição |
|---------|----------|----------|-------------|--------------|
| Mica | Tempera | <1 mm | 30 % | Boa |
| Quartzo | Natural | <1 mm | 5 % | Má |

Descrição – A pasta B, tal como a pasta A é bastante homogénea. Esta pasta possui muita mica de reduzidas dimensões, o que lhe confere um aspecto muito brilhante, evidenciado pela cor escura das cerâmicas. Ao nível de desengordurantes apenas foram detectados mica e quartzo (não tendo sido detectados nem feldspatos nem xistos) o que revela possivelmente, um certo controlo na manufactura da pasta (recolha, limpeza e trituração).

Os vasos fabricados com esta pasta possuem um fabrico manual e a torno. Apresentam um grau de resistência grande ainda que menor que a pasta A. Esta menor resistência dos fragmentos pode estar aliada à cozedura redutora sendo que a grande maioria dos fragmentos apresentam cores escuras – pretos e castanhos.

Os fragmentos que pertencem a esta pasta possuem tratamento de superfície onde predomina o alisado, que ajuda à percepção da mica – esta fica orientada e é muito visível.

Esta pasta é similar a uma pasta presente no Crasto de Palheiros – pasta VIII – onde predominam outros tratamentos de superfície como os cepilhados, os rugosos e areados que “disfarçam” a mica, tornando o aspecto dos vasos mais opaco. No entanto no seu cerne os fragmentos de ambos os sítios são similares. No Crasto de Palheiros a pasta VIII aparece predominantemente nas ocupações mais tardias, entre o séc. II a. C. ao I d. C. Por analogia cremos que na estação do Puio a pasta B corresponda a uma manufactura de vasos indígenas ainda que inseridos já dentro de uma cronologia do século I d. C. continuando, possivelmente, a serem usados nos séculos seguintes.

Pasta C

| ENP | Natureza | Dimensão | Percentagem | Distribuição |
|------------|----------|----------|-------------|--------------|
| Mica | Natural | <1 mm | 5 % | Má |
| Quartzo | Natural | <2 mm | 10 % | Média |
| Feldspatos | Natural | <1 mm | 10 % | Boa |

Descrição – A pasta C é uma pasta de carácter ligeiramente grosseiro. Esta pasta possui um número elevado de desengordurantes, ainda que estejam bem ligados e a pasta seja, no geral, bastante homogénea. O elevado número de desengordurantes fragiliza a pasta ao nível da resistência térmica e do choque.

Os recipientes desta pasta possuem um fabrico exclusivamente manual. Apresentam um grau de resistência muito fraco, que está aliado à constituição da pasta e à cozedura redutora de todos os fragmentos estudados.

A pasta C da estação do Puio é similar a uma pasta (pasta III) muito usual em toda a ocupação do Crasto de Palheiros, tanto Pré-Histórica como Proto-Histórica. A diferença mais evidente entre a pasta C do Puio e a pasta III de Palheiros é que a pasta C tem um aspecto mais opaco (muito menos brilhante) a que se deve a uma maior percentagem de quartzo e a uma menor percentagem

de mica. Esta diferença deve ser tida em conta quando estudamos individualmente cada povoado; no entanto quando procuramos entender uma região devemos procurar a unidade e não as diferenças, principalmente quando estas são pouco evidentes.

A pasta C do Puio e a pasta III de Palheiros parecem pertencer a um fundo regional, quer dizer, são pastas que aparecem em toda a região transmontana. Por isso pensamos que estas pastas foram utilizadas tanto na Pré-história como na Proto-história. No entanto na Proto-história os fragmentos evidenciam um maior grau de homogeneidade o que revela, provavelmente, uma melhoria do tratamento das pastas.

Pasta D

| ENP | Natureza | Dimensão | Porcentagem | Distribuição |
|---------|----------|----------|-------------|--------------|
| Quartzo | Tempera | <1 mm | 5 % | Má |

Descrição – A pasta D é uma pasta muito depurada, muito homogénea, sem desengordurantes aparentes, sendo que apenas alguns fragmentos possuem quartzos pequenos. É uma pasta de grande qualidade em que as fracturas dos fragmentos são quase vítreas. Os 10 fragmentos estudados possuem uma superfície muito estragada. Os vasos fabricados com esta pasta possuem um fabrico exclusivamente a torno.

Pensamos que esta pasta possa estar relacionada com as cerâmicas finas romanas.

Pasta E

| ENP | Natureza | Dimensão | Porcentagem | Distribuição |
|------------|----------|----------|-------------|--------------|
| Mica | Natural | <0,5 mm | 10 % | Média |
| Quartzo | Natural | 1 a 3 mm | 20 % | Má |
| Feldspatos | Natural | <2 mm | 5 % | Má |
| Seixo | Natural | <2 mm | 5 % | Má |

Descrição – A pasta E é uma pasta grosseira: Possui 4 tipos diferentes de desengordurantes que aparecem em número elevado. Estes constituintes apresentam-se mal ligados à pasta, isto é, os desengordurantes desagregam-se com facilidade da pasta. Daí que esta pasta possui um aspecto nada homogéneo sendo também pouco compacta, exactamente porque se desagrega. A desagregação dos constituintes pode estar relacionada com a má constituição da pasta, aliada a uma má manufactura (pouco cuidado na transformação do barro – limpeza e trituração) e com uma cozedura mal controlada.

Os vasos fabricados com esta pasta possuem um fabrico exclusivamente manual. Os fragmentos possuem todos cores escuras, evidenciando uma cozedura redutora.

Esta pasta é tradicionalmente identificada com o fabrico pré-histórico, sendo usual em toda a pré-história regional. Por isso pensamos que estes fragmentos estarão eventualmente relacionados com uma ocupação pré-histórica neste esporão, ou então com pervivências no modo de fabricar entre as populações da Idade do Ferro.

4.3 Resultados do estudo dos materiais cerâmicos

Analisando o conjunto de materiais recolhidos à superfície e excluindo a cerâmica moderna (17 %) e a telha (8%), vemos que 58 % do conjunto são cerâmicas da pasta A e B, fragmentos de vasos a torno, de aspecto tardio, muito provavelmente relacionadas com a ocupação romana de Picote, atestada já pelas inúmeras estelas e outros materiais romanos, como moedas. Cerca de 38 % do conjunto diz respeito às pasta C e E, pastas estas que por analogia com cerâmicas da região serão proto-históricas e pré-históricas, respectivamente. As sigillatas e alguns fragmentos de cerâmicas finas perfazem 4 % da colecção.

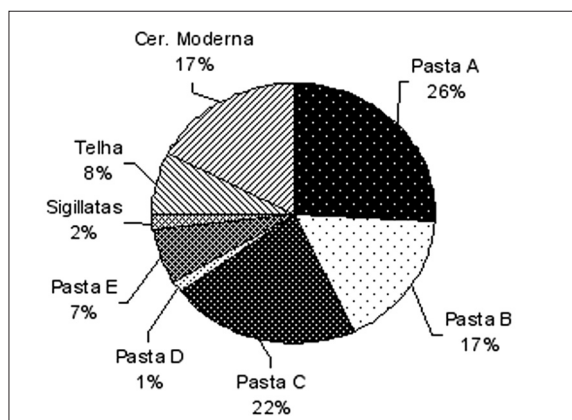


Gráfico 1 – Distribuição total dos fragmentos cerâmicos (em todos os sectores) na estação Puio, provenientes da prospecção de 2001.

Valores absolutos: Pasta A – 196, Pasta B – 127, Pasta C – 163, Pasta D – 10, Pasta E – 51, Sigillatas – 14, Tégula – 61, Cerâmica Moderna – 129.

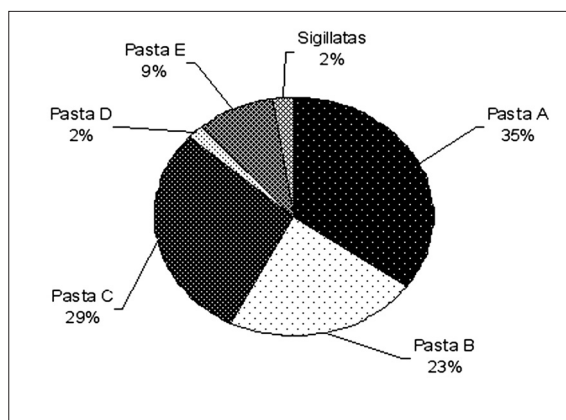


Gráfico 2 – Distribuição dos fragmentos cerâmicos, excluindo a cerâmica moderna e a telha, (em todos os sectores) na estação Puio, provenientes da prospecção de 2001.

Analisando a distribuição das pastas no sector S2, aquele mais próximo do local da escavação de Santos Jr., em 1952, vemos que 38 % são pastas A e B e 59 % são pastas C e E. A pasta D e sigillatas são 3 % do conjunto. Este sector é aquele que possui uma percentagem mais baixa de pastas A e B e mais elevada de pastas C e E. (ver tabela 1 e gráfico 3) Os fragmentos recolhidos pertencentes à pasta C eram de grande tamanho, com superfícies preservadas, tanto alisadas como polidas.

Pensamos que esta percentagem elevada de cerâmicas proto-históricas e pré-históricas no sector 2 possa estar relacionada com a escavação de Santos Jr. em 1952. O espólio cerâmico estudado por nós proveniente desta escavação era muito pequeno e sabemos por pessoas da aldeia que Santos Jr. peneirava todas as terras da escavação. Por isso o espólio deveria ser muito mais numeroso. Pensamos que muitos dos fragmentos exumados foram deixados no local e daí as percentagens de cerâmicas pré e proto-históricas serem mais elevadas neste sector.

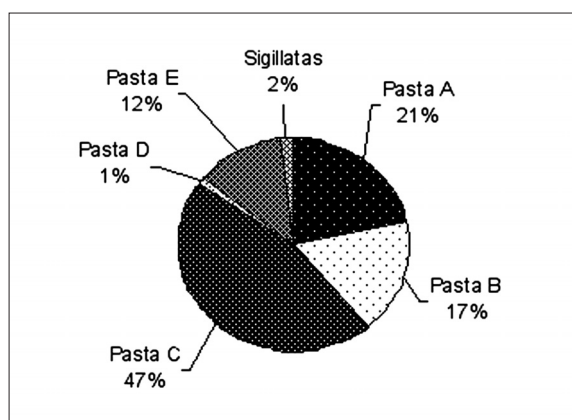


Gráfico 3 – Distribuição dos fragmentos (por pasta) no Sector 2 (S2) aquele mais próximo da área de escavação de Santos Júnior em 1952.

| | Distribuição das pastas por sectores | | | | |
|------------|--------------------------------------|-----|-----|------|------|
| | S2 | S3 | S4 | S5 | S7 |
| Pasta A | 21% | 42% | 26% | 0% | 0% |
| Pasta B | 17% | 22% | 34% | 0% | 0% |
| Pasta C | 47% | 24% | 26% | 0% | 100% |
| Pasta D | 1% | 2% | 0% | 0% | 0% |
| Pasta E | 12% | 8% | 10% | 0% | 0% |
| Sigillatas | 2% | 2% | 4% | 100% | 0% |

Tabela 1 – Distribuição das pastas por sectores de recolha, na estação do Puio, prospecção de 2001.

Analisando as formas encontradas percebemos que 53 % pertencem às pastas A e B, e 25 % pertencem às pastas C e E. Apesar de no conjunto a pasta A e B apenas perfazerem 43 %, as formas são 53 % da colecção. E as pastas C e E perfazem no conjunto 29 %, nas formas apenas são 25 %. Isto revela que a colecção é tendencialmente formada por cerâmicas tardias, já muito ligadas ao mundo romano. Devido a esta tendência da colecção e do nosso especial interesse por perceber a ocupação Pré e Proto-histórica, optámos por não desenhar nenhuma forma das pastas A e D, que são vasos feitos exclusivamente a torno, bem como nenhuma das cerâmicas modernas, em detrimento das formas encontradas com pastas B (em que alguns vasos são manuais), C, e E.

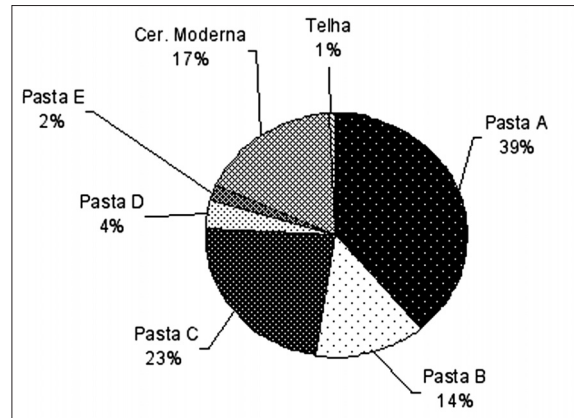


Gráfico 4 – Distribuição das formas por pastas, na estação do Puio. Material recolhido à superfície.

| Formas dos materiais de superfície da estação Puio | | | | | | | |
|--|-------|------|-------|-----------|----------|----------|---------|
| N.º | Tipo | Zona | Pasta | Trat. Sup | Cor | Diâmetro | Fabrico |
| 1 | Bordo | S2 | C | Pol/Pol | P/P/P | 43,5 | Manual |
| 2 | Bordo | S3 | C | Nf/Nf | P/P/P | 24 | Manual |
| 3 | Bordo | S2 | C | Pol/Ali | P/VE/C | 26 | Manual |
| 4 | Bordo | S4 | E | Nf/Nf | C/C/C | 28,4 | Manual |
| 5 | Bordo | S4 | B | Ali/Ali | P/P/A | 48,4 | Manual |
| 6 | Bordo | S3 | B | Ali/Ali | C/P/C | 27 | Manual |
| 7 | Bordo | S3 | B | Ali/Nf | C/C/C | 18 | Manual |
| 8 | Bordo | S3 | B | Ali/Ali | VE/P/C | 25,4 | Torno |
| 9 | Bordo | S4 | B | Nf/Nf | C/P/P | 23,4 | Manual |
| 10 | Bordo | S2 | B | Ali/Ali | P/P/P | 6,8 | Manual |
| 11 | Bordo | S3 | B | Nf/Nf | A/C/A | 11,6 | Manual |
| 12 | Taça | S2 | B | Pol/Ali | P/P/VE | 10,8 | Manual |
| 13 | Bas | S2 | E | Ali/Ali | C/P/C | 10 | Manual |
| 14 | Bas | S2 | C | Pol/Ali | P/P/VE | 12,4 | Manual |
| 15 | Bas | S2 | C | Pol/Pol | VE/VE/VE | 12,4 | Manual |
| 16 | Bas | S3 | C | Ali/Ali | C/P/C | 13,8 | Torno |
| 17 | Bas | S2 | C | Pol/Esp | C/P/P | 15 | Manual |
| 18 | Bas | S2 | C | Ali/Ali | VE/P/VE | 14,6 | Manual |
| 19 | Bas | S7 | C | Ali/Pol | C/P/C | 16,5 | Manual |
| 20 | Bas | S2 | C | Ali/Pol | VE/P/VE | 15 | Manual |
| 21 | Bas | S2 | C | Ali/Ali | P/P/P | 12,4 | Manual |
| 22 | Bordo | S3 | C | Ali/Ali | C/P/P | 20,8 | Torno |
| 23 | Bordo | S3 | C | Ali/Ali | C/P/P | 15,6 | Manual |
| 24 | Bordo | S3 | C | Ali/Ali | VE/C/VE | 15,2 | Manual |
| 25 | Bordo | S3 | C | Ali/Pol | C/C/C | 12 | Manual |
| 26 | Bordo | S4 | C | Nf/Nf | C/C/P | 11 | Manual |

Tabela 2 – Descrição de algumas formas presentes nos materiais de superfície da estação Puio, que correspondem aos desenhos das figuras 5 e 6¹⁷.

¹⁷ Em 4.1 “Metodologia do estudo dos materiais cerâmicos” estão explicadas as siglas usadas neste quadro.

4.4 Conclusões do estudo dos materiais cerâmicos de superfície.

O estudo dos fragmentos cerâmicos recolhidos à superfície na estação do Puio revelou, em primeiro lugar, uma possível ocupação Pré-histórica, com cerâmicas manuais, de aspecto bastante arcaico. As formas desenhadas que poderão corresponder a esta ocupação são a número 1, 2, 3 e 4 da fig. 5 e o número 13 da fig. 6. As quatro primeiras formas são globulares, das pastas C e E, e a última é um fundo recto de pasta E. O aparecimento de globulares realizados em pasta C é para nós normal, tendo em conta o que já foi dito sobre este tipo de pasta. O aparecimento das cerâmicas Pré-históricas estaria de acordo com os achados de estelas Calcolíticas neste mesmo sítio e com o possível “enterramento” ou somente deposição do vasinho na encosta leste.

Em segundo lugar, este estudo revelou uma ocupação Proto-Histórica, nitidamente pré-romana, com cerâmicas manuais, de pastas muito usuais na Proto-história de Trás-os-Montes. As formas desenhadas que poderão corresponder a esta ocupação da Idade do Ferro irão do número 14 ao 18 e do 22 ao 26 da fig. 6, onde podemos ver fundos rectos, alguns ligeiramente curvilíneos no seu interior e bordos esvasados, que por si só não nos dão a informação que requeríamos. Quer dizer, todos estes fragmentos de vasos não nos dão formas completas e por isso é-nos impossível fazer comparações inter-regionais.

Em terceiro lugar, este estudo revelou a presença de cerâmicas – que, ainda que não sejam evidentemente proto-históricas, também não são romanas – de um período de transição, provavelmente correspondente ao século I d. C. As formas desenhadas que poderão corresponder a esta ocupação vão dos números 5 ao 11, da fig. 5. Podemos também inserir nesta ocupação os fundos 19, 20 e 21, fig. 6, ainda que realizados na pasta C, porque evidenciam uma tipologia ligeiramente mais tardia. Como já foi referido, a pasta C é uma pasta muito permeável que se mantém em uso durante muito tempo e por isso não é de estranhar a sua presença em épocas tardias.

Em quarto lugar, este estudo revelou uma intensa ocupação romana, evidenciada pelas pastas A, D e sigillatas (sub-gálicas e africanas) que se mantêm, pelo menos, até ao século IV d. C. Esta ocupação já se encontra bastante bem documentada por Lemos (1993).

Apenas temos a realçar que a presença de sigillatas africanas é bastante interessante tendo em conta que o esporão do Puio se encontra no interior transmontano.

Podemos então concluir que os materiais de superfície da estação do Puio revelaram uma ocupação pré-histórica – iniciada pelo menos no 3º milénio –, e uma ocupação proto-histórica, iniciada antes da romanização.

5. ESCAVAÇÃO REALIZADA NO “CASTELAR”¹⁸ EM 1952/1953

Em 1952 e 1953 são realizadas intervenções arqueológicas na estação do Puio, em consequência do achado do grande berrão de Picote (cerca de 2 m de comprimento) (fig. 17 e 18), actualmente instalado no adro da Igreja. Apareceu em Abril de 1952 na cortinha do Puio, localizada nas traseiras do antigo quartel da Guarda Fiscal (Santos Jr.: 1975; 424), actual sede da Associação FRAUGA (fig. 4 – ponto A).

A localização do achado tal como o da escavação posterior não foi feita ao pormenor. Sabemos que o local tanto do achado do berrão como da escavação é o esporão do Puio, ainda que não possamos referir com absoluta certeza onde é que foi feita a escavação. Sabemos que o berrão apareceu

¹⁸ A estação do Puio foi denominada por Santos Jr como Castelar, no entanto esta denominação é incorrecta. O Puio e o Castelar (e não Castelar) correspondem a duas áreas bem distintas. O Castelar é o topónimo do sopé do monte da capela do Santo Cristo, onde estão as últimas casas da aldeia e onde começa o olival que desce até ao rio. Na sua máxima extensão e para poente, a área correspondente a este topónimo, chegaria quanto muito ao antigo quartel da GF. O Puio corresponde ao esporão que tem o seu ponto mais a poente/sul, na Fraga do mesmo nome (onde se encontra a gravura do Arqueiro) e começa a partir do mesmo quartel.

A distinção dos topónimos Castelar e Puio foi-nos feita por o Professor José Meirinhos, a quem agradecemos.

a uns 30 /40 m do antigo quartel, aproximadamente a meio da referida cortinha (Santos Jr.: 1975; 424) e portanto a escavação estaria englobada no sector 2 da prospecção realizada no local em 2001. Informações orais recolhidas na aldeia também localizam aí a escavação (fig. 4).

Na primeira visita de Santos Jr. ao local do achado, em 11 e 12 de Junho de 1952, realizou-se de imediato, com a ajuda de alguns trabalhadores, uma pequena intervenção arqueológica, que visava o entendimento do contexto do berrão. Os habitantes de Picote afirmavam que o berrão tinha aparecido colocado no centro de uma estrutura pétreo circular, de fabrico rústico e que se encontrava direito e bem calçado dos lados com pedras grandes e pequenas (Santos Jr.: 1975; 426). No entanto, aquando da 1ª intervenção, Santos Jr. apenas constatou que no sítio de onde tinham retirado o berrão se encontrava uma grande cova com cerca de 1 m de profundidade e pelo chão espalhadas muitas pedras (Santos Jr.: 1975; 430) (fig. 14 e 15).

Santos Jr. começou a escavação a partir dessa cova, marcando uma zona de forma elíptica com 2 m de largura por 3 m de comprimento que escavou até 1,7 m de profundidade (Santos Jr.: 1975; 430). A dita parede da estrutura circular nunca apareceu, e alguns habitantes de Picote afirmaram que a tinham destruído sem intenção aquando da retirada do berrão (fig. 15). Santos Jr. continuou a escavar até que encontrou o início de uma parede; depois procurou em sentido oposto outra parede, que encontrou, e assim descobriu um corredor de 9 m de comprimento, por 1,5m de largura (fig. 11 e 13), que desembocava na dita estrutura pétreo, que Santos Jr., por esta altura, já denominava de “câmara” (Santos Jr.: 1975; 431) (ver desenho de Santos Jr. – fig. 12).

A escavação da cova e do corredor foi feita até 2,2 m de profundidade e aí foram recolhidos materiais arqueológicos, – cerâmicos, metálicos, vidros terras e ossos –, alguns dos quais foram guardados no Museu Mendes Corrêa.

Em 1953 dá-se uma 2ª intervenção, Santos Jr. alargou a escavação, escavou para fora do corredor e descobriu que as paredes externas do corredor possuíam calços e eram mais mal feitas que as internas (Santos Jr.: 1975; 435) (ver a parede do lado esquerdo bastante bem construída, fig. 13) e que a uma das paredes do corredor – não é referida qual – se adossavam outras paredes que pareciam pertencer a habitações (Santos Jr.: 1975; 437). Santos Jr. apercebe-se da complexidade do sítio, pede fundos para uma 3ª intervenção em 1954 ou 1955, mas esse fundo não lhe é concedido e nesse tempo de espera o proprietário – que nunca aceitou de bom grado a escavação –, destrói os vestígios arqueológicos.

Apesar de Santos Jr. se ter apercebido da complexidade do sítio nas publicações seguintes (Santos Jr.: 1975a e b; 1984a e b, 1985) reflecte mais a sua opinião pessoal: a de que de facto tinha encontrado um “santuário” onde se prestava culto ao berrão e que era constituído por uma câmara e um longo corredor de acesso (fig. 12), mas que nunca pôde deslindar por novas escavações.

5.1. Materiais da escavação realizada no “Castelar”

Os materiais recolhidos na escavação realizada no “Castelar”¹⁹ (pois assim denominava Santos Jr., o esporão do Puio), eram em número reduzido tendo em conta a extensão da escavação e o facto de as terras terem sido todas peneiradas (Santos Jr.: 1975). Contabilizamos 51 fragmentos cerâmicos (23 formas cerâmicas), 28 artefactos metálicos (alguns são meros fragmentos de objectos), 2 fragmentos de vidro, dois pacotes com terra da escavação e três com fragmentos de ossos²⁰. Também fazem parte do espólio desta escavação uma moeda de Constâncio II, batida

¹⁹ Encontram-se actualmente à guarda do Instituto Mendes Corrêa, na Faculdade de Ciências, Universidade do Porto.

²⁰ Foi realizado um pequeno estudo dos ossos encontrados no “Castelar” publicado em Santos Jr.: 1975. Este estudo revelou a presença de bóvidos, suínos, pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) e coelho, portanto uma grande variedade de animais presentes. Esta variedade encontrava-se aliada a uma grande fragmentação dos ossos que indicava a preparação de refeições. Santos Jr era de opinião que estas refeições tinham um carácter ritual e que tinham sido usadas como oferendas no monumento de culto.

na casa da moeda de Constantinopla, cunhada nos meados do séc. IV (Santos Jr.: 1975; 432), uma agulha e um fragmento de placa, todos em liga de cobre (fig. 16), que se encontram na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo, integradas no acervo de Santos Jr.²¹

5.1.1. Cerâmica

A descrição das cerâmicas, nomeadamente das suas pastas, encontra-se intimamente relacionada com o estudo dos materiais recolhidos em prospeção em 2001. Assim sempre que seja referida uma determinada pasta, esta encontra-se descrita em mais pormenor no capítulo dos materiais de prospeção.

As cerâmicas sem forma nem decoração provenientes desta escavação eram as seguintes: 4 fragmentos de imbrex, 2 de tégula, 1 fragmento romano de grandes dimensões com escória agarrada, 2 de sigillata, 4 fragmentos romanos (pasta A), 2 de cerâmica fina vermelha – provavelmente sigillata com a superfície deteriorada, 3 fragmentos muito deteriorados manuais (pasta E), 5 fragmentos manuais, de superfícies alisadas – um possui superfície interna polida –, de cor castanha (pasta C) e 2 fragmentos a torno (pasta C).

Os vasos a torno da pasta C não estavam presentes nas cerâmicas de superfície e, no Crasto de Palheiros, os vasos manufacturados com pasta III são manuais. No Puio a introdução do torno pode, numa primeira hipótese, ter-se dado eventualmente mais cedo, algo relacionado com a proximidade dos povos da Idade do Ferro da Meseta Espanhola, – que terão introduziram o torno mais cedo (Arroyo: 1986, Llorio: 1997). Numa segunda hipótese a utilização do torno pode ter sido realizada mais tardiamente, em pastas já há muito conhecidas e usadas, tendo a introdução do torno induzido inovações ao nível de criação de novas pastas.

Todos os fragmentos com forma provenientes desta escavação foram desenhados e descritos em pormenor (ver tabela 3 e fig. 7)²². O estudo destas formas revelou o seguinte: 32 % do conjunto pertence às pastas A e B, 44 % pertence às pastas C e E, 8 % são sigillatas e 16 % são pasta D (gráfico 5). Estes dados revelam, em primeiro lugar, que os materiais foram todos misturados, pois aparecem provenientes da mesma escavação, e sem identificação de camada, cerâmicas pré-históricas e sigillata africana. Terá que se referir que esta mistura foi realizada pelo próprio Santos Jr., porque os materiais foram enviados para o Instituto Mendes Corrêa com a mesma identificação que possuem ainda hoje.

Em segundo lugar, há uma predominância evidente da pasta C e de formas manuais, ainda que algumas realizadas em pasta B.

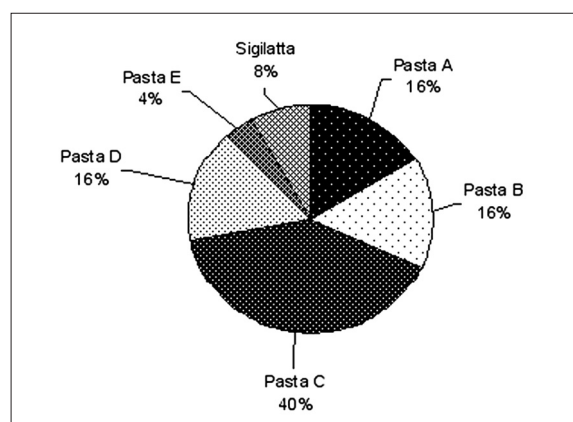


Gráfico 5 – Distribuição das pastas nas formas presentes no espólio da escavação de Santos Jr., realizada na estação Puio em 1952 e 1953.

²¹ Estes dois materiais não se encontram no Instituto Mendes Corrêa porque Santos Jr não os chegou a enviar juntamente com o outro espólio.

²² Tem que se referir que nenhum dos fragmentos cerâmicos estudados no Instituto Mendes Corrêa foi fracturado. Optamos por analisar os fragmentos sem os fracturar, pois eles fazem parte do acervo do Museu. Para além desta razão pensamos que o estudo não foi prejudicado porque conhecíamos bem as características das cerâmicas encontradas à superfície, na estação do Puio.

Pensamos que este conjunto não é fiável em termos estatísticos, porque é muito pequeno e pode estar eventualmente viciado pela selecção de Santos Jr., que recolheu e enviou para o Instituto o material arqueológico.

O elevado número de formas cerâmicas, 25 formas no conjunto de 51 fragmentos revela que Santos Jr. apenas recolheu algum material e que deu mais importância aos fragmentos que revelassem as formas dos recipientes.

A predominância de cerâmicas manuais e de pasta C pode revelar também aspectos peculiares na recolha. Numa primeira hipótese, Santos Jr. recolheria cerâmicas manuais numa percentagem proporcionalmente superior à do total das camadas, talvez porque era um amante da Idade do Ferro. Numa segunda hipótese, e tendo em conta que as formas a torno são 11 de 25 (44 %), Santos Jr. teria recolhido um número proporcionalmente maior de cerâmicas a torno do que existiria na realidade. Pensando que na escavação seriam dominantes as cerâmicas manuais proto-históricas, Santos Jr. recolheria com menos sensibilidade as cerâmicas proto-históricas e escolheria com um pouco mais de atenção as cerâmicas mais tardias.

De qualquer forma, é impossível sabermos o que levou este conjunto possuir determinadas características. Este conjunto é muito heterogéneo, não possui unidade, isto é, as cerâmicas aparecem juntas mas “não parecem ser da mesma estação”, apesar de sabermos que o são. Algumas das formas como a 8, 9, 12, 18, 19, 22 (fig. 7) são bons exemplares, possuem tratamentos de superfície claros, não são ambíguas²³ na classificação das pastas e encontram-se em bom estado. Pensamos que algumas das formas foram escolhidas pela sua beleza.

Tendo em conta o que foi dito, este conjunto não caracteriza o sítio, apenas nos ajuda a perceber o que nele existe e nos revela que a recolha não foi conduzida por uma metodologia actualizada.

| Tabela das formas presentes na fig. 7 | | | | | | |
|---------------------------------------|---------------|-----------|-----------|---------|----------|---------|
| N.º | Tipo | Pasta | Trat. Sup | Cor | Diâmetro | Fabrico |
| 1 | Asa | D | Pol/Pol | P/P | | Manual |
| 2 | Indeterminado | B | Ali/Ali | VE/VE | | Manual |
| 3 | Bordo | E | Nf/Nf | P/P | 28,2 | Manual |
| 4 | Bordo | C | Nf/Ali | P/P | 25,6 | Manual |
| 5 | Bordo | B | Ali/Ali | VE/VE | 33,6 | Manual |
| 6 | Bordo | C | Ali/Pol | VE/P | 18,2 | Manual |
| 7 | Bordo | B | Ali/Ali | C/C | 17,4 | Manual |
| 8 | Bordo | C | Rug/Ali | C/C | 14,8 | Manual |
| 9 | Bordo | C | Ali/Ali | VE/VE | 11,8 | Manual |
| 10 | Fundo | C | Ali/Ali | P/P | 10 | Manual |
| 11 | Bordo | C | Rug/Pol | P/P | 16,2 | Manual |
| 12 | Bordo | C | Rug/Ali | P/P | ? | Manual |
| 13 | Bordo | C | Ali/Nf | C/P | 12,4 | Manual |
| 14 | Fundo | C | Pol/Ali | P/P | 10 | Manual |
| 15 | Bordo | A | Ali/Ali | C/C | 67,4 | Torno |
| 16 | Bordo | A | Ali/Ali | VE/VE | 32 | Torno |
| 17 | Bordo | B | Ali/Ali | C/C | 15 | Torno |
| 18 | Bordo | C | Pol/Ali | P/P | 11,2 | Torno |
| 19 | Bordo | D | Ali/Ali | VE/VE | 8,2 | Torno |
| 20 | Prato | Sigillata | | VE/A/VE | F – 14,4 | Torno |
| 21 | Decorado | Sigillata | | | | Torno |
| 22 | Bordo | D | Ali/Ali | P/P | 11,8 | Torno |
| 23 | Fundo | A | Esp/Ali | P/P | 7,8 | Torno |
| 24 | Prato | D | Ali/Ali | VE/VE | F – 13,8 | Torno |
| 25 | Prato | A | Nf/Ali | P/P | F – 12,2 | Torno |

Tabela 3 – Descrição das formas presentes no espólio da escavação de Santos Jr. (à guarda do Instituto Mendes Correa, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto), na estação Pujo, correspondem aos desenhos da fig. 7.

²³ O que queremos dizer com não ambiguidade, é que estes fragmentos possuem pastas muito homogéneas e portanto de fácil identificação e caracterização.

5.1.2. Metais

Ao nível dos materiais metálicos, foram encontrados 21 elementos em liga de cobre²⁴, sendo 12 identificáveis e 9 não identificados. Os não identificados são fragmentos de que não podemos dizer o tipo de artefacto a que pertencem. Foram também encontrados 13 elementos em ferro, sendo que 5 são identificáveis. Os fragmentos em ferro são mais difíceis de identificar pois a deterioração natural do ferro, veio arruinar por completo a superfície do objecto e muitas vezes a sua forma. Todos são descritos no Quadro descritivo dos artefactos metálicos do “Castelar” – Picote.

Os objectos em liga de cobre 1, 2 e 3 são fíbulas (fig. 8). A fíbula n.º 1 possui semelhanças com as do Tipo Ponte 5 (Ponte: 2001, 149), de “arco roliço” ou de “arco pleno”. Esta fíbula possui um arco morfologicamente semelhante ao do tipo referido, e uma mola unilateral de 3 espiras. No entanto difere do tipo Ponte 5 no descanso de forma rectangular e ligeiramente alongado – que neste tipo é curto, em forma de estribo e não ultrapassa a largura do arco. A fíbula n.º 1 do Puio não se encontra decorada algo que é bastante usual nas fíbulas de tipo Ponte 5.

Apesar de algumas diferenças evidentes entre a fíbula n.º 1 e o tipo 5, valorizamos nesta fíbula do Puio a morfologia do arco e a mola unilateral, desvalorizando a morfologia do descanso e a falta de decoração. A morfologia do arco é importante porque revela o aspecto geral da fíbula – é aquilo que todos vêem – ao contrário da morfologia do descanso, que é apenas um pormenor com pouca visibilidade social, ainda que possa revelar uma técnica local ou regional. A mola é uma técnica com indicações de cronologia relativa e a decoração do arco ou a falta dela é apenas considerado por nós um pormenor de cariz regional. Assim tendo em conta todos estes factores consideramos que esta fíbula não poderá ser posterior ao séc. VI a. C. pois as fíbulas de arco roliço são introduzidas na Península Ibérica entre o séc. VIII-VII a. C. e por volta do século V, as fíbulas vão sofrer uma mutação estrutural ao nível da mola, que se torna bilateral (Ponte: 2001).

A fíbula n.º 2 (fig. 8) do Puio possui semelhanças com o Tipo Ponte 11 (Ponte: 2001, 189) “Golfo de Leão”, mais propriamente com o tipo 11b, de arco laminar de forma losangonal. Esta fíbula possui um descanso que, neste caso, se encontra partido e portanto não podemos saber se este seria longo e com ou sem apêndice caudal. A mola encontra-se também partida e o que dela resta está bastante deteriorado, logo não podemos saber qual o tipo da mola. De uma forma geral, o aparecimento deste tipo de fíbula na Península Ibérica dá-se entre o séc. VII e VI a. C. (Ponte: 2001, 189). Pensamos que no caso do Puio esta fíbula possa estar mais associada ao séc. VI-V a. C., devido à cronologia da outra fíbula encontrada na escavação (fíbula n.º 3).

A fíbula n.º 3 (fig. 8) do Puio possui semelhanças ao nível do arco e do descanso com o Tipo Ponte 4 (Ponte: 2001, 143) “arco em sanguessuga”. A fíbula n.º 3 possui um arco volumoso e cavado, com secção em forma de sanguessuga, feito por molde bivalve e sem decoração; o descanso é tubular, em forma de meia cana. A única diferença evidente entre a fíbula n.º 3 e o tipo Ponte 4 é o tipo de mola. Neste caso esta diferença é essencial para uma indicação cronológica da fíbula. As fíbulas tipo Ponte 4 possuem molas unilaterais (de tradição do Bronze Final) e são introduzidas na península Ibérica entre o séc. VIII-VII a. C. A fíbula n.º 3 possui uma mola bilateral com eixo, sendo que este tipo de mola é associado à II Idade do Ferro, a partir do séc. V-IV a. C. Assim sendo, apesar do aspecto do arco, pensamos que esta fíbula terá uma cronologia que parte do séc. V a. C. cremos que o aspecto arcaizante do arco estará relacionado com um gosto estético local ou regional.

O objecto n.º 4 (fig. 8) é uma placa de pequenas dimensões, decorada com duas bandas de triângulos, preenchidos com três pérolas, delimitados por duas caneluras finas. Esta peça foi fabri-

²⁴ Contando com os três elementos guardados na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo

| N.º | Artefactos | Descrição | Metal |
|-----|-------------------|--|---------------|
| 1 | Fíbula | Fíbula de arco roloço, de secção quase circular, com descanso alongado de forma rectangular, e com mola unilateral de três espiras. Não possui fusilhão, nem decoração. | Liga de cobre |
| 2 | Fíbula | Arco de fíbula alongado, achatado com forma losangonal, de secção laminar, também losangonal. A extremidade que ligaria ao eixo encontra-se bastante corroida, não sendo possível perceber como seria a ligação a este. O descanso encontra-se partido, sendo que não podemos dizer se seria alongado. Não possui fusilhão. Objecto não decorado, apresentando apenas uma leve canelura longitudinal que percorre todo o arco da fíbula. O arco encontra-se fracturado a meio. Aparentemente parece ter sido fabricado por foja. | Liga de cobre |
| 3 | Fíbula | Arco de fíbula com secção de sanguessuga, que terminapor um lado numa anilha onde se seguraria o eixo, e por outro no descanso, alongado e dobrado em meia cana. Não apresenta eixo, que seria externo e bilateral, nem fusilhão. Objecto fabricado por processo de fundição. | Liga de cobre |
| 4 | Placa decorativa | Placa de forma subrectangular, com dois orifícios apostos, de arestas fracturadas. Apresenta na superfície externa uma decoração realizada por estampagem e incisão a quente. A decoração é caracterizada por duas bandas de triângulos, preenchidos internamente por três pérolas, triângulos estes que se seguem uns aos outros continuamente, guiados por uma linha incisa previamente fixada para a realização da estampagem dos triângulos. As duas filas de triângulos são separadas por uma linha incisa fina que liga os dois orifícios. Os orifícios encontram-se bem cabados, sem rebarbas. A superfície interna é lisa. | Liga de cobre |
| 5 | Anel | Aro de secção subrectangular, sem decoração, fabricado por processo de fundição. | Liga de cobre |
| 6 | Adorno ? | Objecto de adorno constituído por dois elementos. O primeiro, uma placa de forma e secção rectangular, laminar, que possui dois orifícios, apostos, nas extremidades de menor dimensão. O segundo, um placa de forma ovalada, de secção laminar, com dois braços mais volumosos, de secção quadrangular e dobrados, que se podem prender na placa rectangular através dos dois orifícios. | Liga de cobre |
| 7 | Placa decorativa | Placa de forma e secção rectangular, é um paralelepípedo. Apresenta extremidades bem acabadas, polidas e tratadas. Uma das superfícies maiores (externa?) apresenta decoração, sendo que a face aposta é lisa. A decoração é constituída por várias caneluras finas, longitudinais, paralelas entre si. A corrosão da peça destruiu quase a totalidade da decoração e por isso não podemos afirmar que a decoração fosse apenas constituída por caneluras. Um dos extremos mais pequenos possui um pequeno apêndice de forma circular. | Liga de cobre |
| 8 | Botão | Peça de reduzidas dimensões, de forma circular, e côncava. Possui um orifício no centro, bastante bem acabado, sem rebarbas. A superfície externa, convexa é polida e a interna, côncava foi pouco tratada encontrando rugosa. | Liga de cobre |
| 9 | Pingo de fundição | Pingo de forma ovalada e de secção subrectangular. | Liga de cobre |
| 10 | O.N.I. | Fragmento fracturado em todas as suas arestas. Tem forma vagamente triangular, com um volume circular aplicado no centro desse triângulo. Este elemento encontra-se bastante corroido. O objecto parece ter sido fabricado por foja. | Liga de cobre |
| 11 | O.N.I. | Fragmentos de placas de reduzidas dimensões, sem forma aparente, de secção laminar, muito fina. Todas as extremidades se encontram fracturadas. | Liga de cobre |
| 12 | O.N.I. | Fragmento fracturado num dos lados é original (o de cima no desenho) o outro encontra-se quebrado (o de baixo) de forma vagamente rectangular, com secção sub-rectangular. Apresenta uma superfície (externa?), ligeiramente abobalada, com uma canelura longitudinal. A superfície contrária encontra-se menos tratada (polida) e é lisa. Objecto aparentemente fabricado por foja. | Liga de cobre |
| 13 | Moeda | Objecto de superfície plana, de forma circular e de secção sub-rectangular. Não decorado e sem marcas. | Liga de cobre |
| 14 | Cinzel | Instrumento de reduzidas dimensões, de forma rectangular e de secção quadrangular. Uma das extremidades é quadrangular e a outra é alongada e de secção rectangular. As extremidades são bastantes lineares e bem acabadas, não possuindo nenhum tipo de fractura. | Liga de cobre |
| 15 | Pinça | Pequeno instrumento constituído por duas hastes flexíveis, de secção rectangular, unidas por uma anilha de secção circular. Apresenta um pequeno aro de secção rectangular, que segura as duas hastes. Objecto não decorado. | Liga de cobre |
| 16 | Rebite | Rebite de grandes dimensões (c. de 2 cm de altura), com cabeça circular e volumosa e pé afunilado. | Ferro |
| 17 | Rebite | Rebite de grandes dimensões (c. de 1.5 cm de altura), com cabeça circular e volumosa e pé afunilado. | Ferro |
| 18 | O.N.I. | Instrumento(?) em forma de paralelepípedo imperfeito, de secção losangonal. As superfícies encontram-se bastante lisas, não mostrando evidências de quebra, o que pode indicar um objecto completo. | Ferro |
| 19 | O.N.I. | Fragmento de objecto de forma rectangular com secção sub-rectangular. Apesar de se encontrar muito fragmentado possui um aspecto laminar que se nota na reentrância da sua secção. | Ferro |
| 20 | O.N.I. | Fragmento de objecto, de forma sub-rectangular e de secção triangular. Encontra-se com todas as suas extremidades quebradas. E a face desenhada mostra uma leve concavidade. | Ferro |
| 21 | O.N.I. | Fragmento de aspecto laminar, apesar de não uniforme. Possui uma secção triangular, lembrando uma lâmina, mas também possui uma secção rectangular, como se fosse parte de um cabo. Todas as extremidades se encontram quebradas. | Ferro |
| 22 | Prego | Prego de grandes dimensões (c. de 4 cm de altura). | Ferro |
| 23 | O.N.I. | Fragmento de objecto, de forma rectangular com secções entre o circular e o sub-rectangular. Apenas uma das extremidades se apresenta quebrada. | Ferro |
| 24 | Cinzel | Instrumento de reduzidas dimensões, de forma rectangular e de secção quadrangular. Uma das extremidades menores é quadrangular e a outra é alongada e de secção rectangular. Todas as extremidades encontram-se bastante deterioradas, no entanto apontamos a que este objecto esteja completo, devido à sua forma. | Ferro |
| 25 | O.N.I. | Pequeno instrumento de forma rectangular, de secções entre o quadrado e o rectangular. Uma das extremidades menores possui acabamento afunilado e com uma marca convexa. | Ferro |
| 26 | O.N.I. | Fragmento de objecto, de forma quadrangular e secção rectangular. Apresenta-se todas as extremidades com extraordinária suavidade. Apesar de não aparentarem estar quebradas pensamos que tal aspecto se deve ao tratamento de restauro. | Ferro |
| 27 | Gancho | Fragmento de objecto, de secção quadrangular, com forma de gancho. A extremidade oposta à extremidade que se assemelha a um gancho, encontra-se quebrada. | Ferro |
| 28 | Arco | Fragmento de objecto, em forma de arco, de secção sub-circular. Encontra-se parcialmente completo, estando apenas quebrado nas suas extremidades menores. | Ferro |

cada através de forja, tanto a placa em si como a decoração. Os motivos triangulares foram martelados um a um, o que levou a pequenas sobreposições e a desfasamentos em cada um dos triângulos em relação aos outros. Os furos foram feitos a frio, sendo que na face interna (não decorada) se podem ver ainda rebarbas. As caneluras finas são incisadas, provavelmente realizadas aquando do martelamento dos triângulos. E, por fim, toda a placa está partida, isto é, todas as arestas se encontram fracturadas.

Este fragmento poderia pertencer, eventualmente, a uma placa de maiores dimensões, de cariz decorativo. A excessiva fragmentação tal como a falta de modelos com que comparar o objecto 4 (tal como o 6 e o 7) impossibilita o estabelecimento da sua funcionalidade. Acreditamos que estes fragmentos (4, 6, 7) poderiam constituir elementos ornamentais compostos que privados do suporte orgânico que lhes daria sentido permanecem de difícil interpretação. No entanto, gostaríamos de referir que o objecto n.º 4 poderia ser aplicado em cinturões feitos de materiais perecíveis, possivelmente de couro, um pouco na mesma linha de fabrico dos diademas-cinturão (Vuelta e Perea: 2001 e Mínguez: 1997, 190-191). O objecto n.º 4 poderia também ser a placa decorativa de determinado tipo de fíbulas muito presentes e marcantes da cultura da Idade do Ferro da Meseta Oriental, nomeadamente dos povos denominados de Celtibéricos (Lorrio: 1997). Estas fíbulas, descritas em pormenor por José Argente Oliver (Oliver: 1994, 96-100), são compostas por duas partes. A fíbula em si – o emaranhado de arames que actua como suporte – e a placa decorada – que se agrega à fíbula –, dando como resultado uma fíbula ricamente ornamentada (Oliver: 1994, 96). Este tipo de fíbulas (denominada de tipo 9 de Oliver) possui vários subtipos, dos quais destacamos *aqueles que mais se assemelham ao objecto 4 de Picote*: o subtipo B1, com placa rectangular; o B2, com placa circular; o B3, com placa lobulada e B4 com placa rectangular de duplo resorte. As decorações destas placas são feitas a incisão e puncionamento (sendo que muitas apresentam “pontilhados”) e a temática decorativa é essencialmente geométrica. Estas fíbulas são de tradição centro-europeia, mais propriamente similares a elementos culturais de Hallstatt, com uma cronologia que se situa no séc. VIII a. C. Na Península Ibérica os achados possuem uma cronologia algo posterior (Oliver: 1994, 100). Em qualquer das hipóteses interpretativas apresentadas para o objecto 4 de Picote este pertenceria sempre a um período claramente inserido na Idade do Ferro.

As analogias feitas são apenas formais pois a decoração dos objectos da Idade do Ferro é sobretudo local (Pinto: 2003) e prende-se com múltiplos aspectos e escolhas – culturais, estéticas e técnicas – que de momento e em relação a este sítio, não poderemos esmiuçar. Podemos dizer que este tipo de decoração é muito usual em toda a Idade do Ferro do Norte da Península Ibérica, tanto nas cerâmicas (Silva: 1986, ver vol. das estampas) como nos metais (Ponte: 2001). As bandas de triângulos sucessivos e preenchidos de diversas formas – tanto com linhas como com pérolas (3 ou 9 – como ocorre num brinco do Crasto de Palheiros – Pinto: 2003) é uma temática corrente desde o início da Idade do Ferro até à romanização.

Assim, não podemos precisar uma cronologia estreita para este fragmento que devido às suas características poderá ocorrer desde o séc. VI ao I a. C. Parece-nos que está ligado formalmente aos objectos de adorno da Meseta, e esteticamente, devido à simplicidade do motivo, não podemos dizer claramente se revela uma influência das decorações usadas na Idade do Ferro do norte Litoral de Portugal.

O objecto n.º 5 (fig. 8) é um anel, sem qualquer tipo de decoração para o qual não pode ser indicada uma cronologia.

Os objectos n.º 6 e 7 (fig. 8) não foram totalmente compreendidos. Como já foi referido pensamos que farão ambos parte de objectos de adorno com vários elementos metálicos e com suportes em materiais perecíveis. O objecto n.º 8 (fig. 8) pode ser um botão, um simples botão de roupa, mas pode também fazer parte de uma fíbula tipo Meseta (Ponte: 2001) com apêndice caudal em

campânula, presente por exemplo, na Necrópole de Las Ruedas em Valladolid (Mínguez: 1997), ou, eventualmente, fazer parte de outro género de peças decorativas que usem este elemento.

Os objectos n.º 10, 11, 12 (fig. 8) e a placa presente na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo (fig. 16) podem fazer parte de um caldeiro metálico. O objecto 12 (fig. 8) pode ser um bordo de caldeiro, que possui semelhanças com os bordos dos caldeiros presentes no Castro de Palheiros (Pinto: 2003) e com os da Necrópole de Las Ruedas (Mínguez: 1997). Devido à exposição a incêndios, em ambos os casos, aparecem muito fragmentados. Teremos que fazer notar que também Santos Júnior encontrou níveis de incêndio bastante carbonizados, algo que pode estar relacionado com a fragmentação destas placas de espessura fina (entre 1 a 2 mm). Os objectos com o n.º 11 (fig. 8) são fragmentos de placas que tanto poderiam pertencer a caldeiros como a outros objectos. O objecto n.º 10 é uma placa com um elemento deteriorado, do qual não podemos dizer se é decoração, se é algo com alguma funcionalidade. Todas estas placas têm uma espessura similar, são muito finas, tal como as placas dos caldeiros do Crasto de Palheiros (Pinto: 2003). Colocando a possibilidade de que estes fragmentos pertenceriam a um caldeiro metálico apenas podemos referir que os caldeiros são usados durante o Bronze Final, perduram durante toda a Idade do Ferro (Pinto: 2003) e persistem no período romano já com uma manufactura mais cuidada e com elementos decorativos mais evoluídos, como os medalhões. Assim, não podemos apontar uma cronologia para estes caldeiros, apenas podemos dizer que tendo em conta os restantes elementos encontrados pensamos que pertenceram à Idade do Ferro.

O objecto 13 (fig. 9) é um objecto que serviria para medir algo, provavelmente valores. Serviria como uma moeda, no entanto não se encontra cunhada. Pensamos que será um elemento de troca de valores, apesar de ser em liga de cobre e portanto bastante leve. Em termos cronológicos pensamos que este objecto se integrará na Idade do Ferro. O objecto 14 (fig. 9) é um pequeno cinzel servindo, provavelmente, para realizar algumas decorações nos objectos metálicos em liga de cobre. E o objecto 15 é uma pinça. Cremos que os objectos 14 e 15 poderão ter uma cronologia romana pois são objectos funcionais e portanto são utilizados em ambos os períodos (tal como a agulha). Assim estes três últimos objectos tanto podem ser romanos como da Idade do Ferro, apesar de Santos Júnior afirmar que a agulha era sem dúvida da Idade do Ferro (Santos Jr.: 1975).

A moeda encontrada nesta escavação e estudada apenas por Santos Jr. foi identificada como uma moeda de Constâncio II, batida na casa da moeda de Constantinopla, cunhada nos meados do séc. IV (Santos Jr.: 1975; 432). Esta moeda está um pouco desfasada dos outros materiais metálicos em liga de cobre, pois estes revelam ser da Idade do Ferro e a moeda é romana tardia. Tal facto pode estar associado a uma recolha muito selectiva dos materiais de escavação, o que levou a serem recolhidos apenas aqueles a que se dava valor. Ao mesmo tempo não há sequência estratigráfica associada a estes materiais que possa elucidar as relações entre eles. Apesar de sabermos que estes materiais provem de uma escavação, repetimos, não possuímos mais nenhum tipo de informação acerca do seu contexto.

Em conclusão, os objectos são no conjunto bastante pobres, quer dizer, são pouco decorados, o que nos dá poucas indicações culturais e cronológicas. Os únicos elementos que podem indicar uma cronologia mais precisa, ainda que relativa, são as fíbulas, e, eventualmente, o objecto n.º 4 – a placa decorativa – que indicam um período entre o séc. VII e V a. C. Todos os outros elementos pertencem a objectos usados durante toda a Idade do Ferro, o que não ajuda a precisar a fundação do povoado. A pobreza ou simplicidade destes objectos, em liga de cobre, une-os de certa forma e eles formam um conjunto bastante homogéneo a nível estético e mesmo formal. Somos de opinião que no geral este conjunto possa ter uma cronologia entre o séc. VI e IV a. C.

Em relação aos fragmentos em ferro, podemos dizer que dos 13 objectos desenhados apenas 4 são identificáveis. Os objectos 16 e 17 (fig. 9) são rebites, o objecto 22 (fig. 10) é um prego e o

objecto 27 (fig. 10) parece-nos um gancho. Pensamos que estes elementos em ferro são tardios dentro da Idade do Ferro e mesmo alguns poderão ser romanos, como o prego.

Os objectos em ferro são utilizados durante toda a Idade do Ferro, com alguma visibilidade nos povoados da Meseta Central e Oriental (área Celtibérica). Esta presença não é assim tão evidente nos povoados da Meseta Norte (Arroyo: 1986) e nomeadamente em Crasto de Palheiros, em Trás-os-Montes. Cremos que no Puio, e tendo em conta que o Puio se insere já numa área de transição entre as culturas do Ferro da Meseta Espanhola e as do Litoral Português, os objectos em ferro poderão ter já uma cronologia romana.

5.2 Conclusões do estudo efectuado à escavação de Santos Jr. no “Castelar” em 1952/1953.

Após o estudo da documentação²⁵ e do material arqueológico proveniente desta escavação, chegamos às seguintes conclusões.

Em primeiro lugar, este estudo revelou uma escavação com uma área muito reduzida, resumia-se a uma vala de 9 m por 1,5 m, rematada por um círculo de cerca de 3 m de diâmetro. Esta vala foi escavada sem quadriculado e sem preocupações com a estratigrafia. Os materiais arqueológicos apresentam-se misturados, quer dizer, há uma mistura total de materiais que por princípio estariam em contextos distintos, como é o caso de 3 fíbulas balizadas entre o século VII-IV a. C. e sigillata africana do século IV d. C.

Em segundo lugar, a escavação de uma área muito reduzida pode não ter permitido compreender totalmente a complexidade do contexto do berrão. Santos Jr. defendeu sempre que tinha escavado um santuário de culto a um berrão, no entanto, aparentemente, baseou esta opinião, não em evidências arqueológicas mas sim nas afirmações dos populares (que provavelmente diziam aquilo que ele queria ouvir e não a realidade dos factos) e numa escavação muito parcial. Senão vejamos. Em primeiro lugar, as paredes da câmara circular não foram encontradas (os populares disseram que a tinham destruído sem intenção, aquando da retirada do berrão). Em segundo, o espólio cerâmico proveniente da vala é constituído tanto por vasos de pequena dimensão (fig. 7, n.º 9, 12, 18, 19, 22) como vasos de grande dimensão (fig. 7, n.º 5 e 16), aparecendo desde cerâmica pré-histórica até cerâmica romana. Por um lado, Santos Jr. afirmava que os vasos pequenos tinham servido para oferendas (Santos Jr.: 1975), no entanto alguns dos vasos presentes na colecção, podem ser vasos de armazenamento (fig. 7, n.º 5, 6, 16). Por outro lado, a existência de cerâmica pré-histórica misturada com cerâmica romana não ajuda sequer à caracterização da vala. Quer dizer, o espólio arqueológico não permite uma caracterização tipológica ou cronológica. Em terceiro, o incontável número de ossos (que infelizmente continua sem ser devidamente estudado) era para Santos Jr. evidência de que eram realizadas naquele sítio oferendas que envolviam animais, no entanto outras hipóteses poderiam ter sido colocadas. Os ossos podiam ser simplesmente os restos das refeições e provirem de habitações nas proximidades ou do local que foi interencionado em 1952.

Em quarto lugar a presença no corredor de terras muito queimadas era evidência, para Santos Jr., de que eram realizados no local cultos que envolviam fogo. No entanto o estudo dos 2 pacotes de terra enviados para o Instituto Mendes Corrêa revelou o seguinte: a terra recolhida a 90 cm de profundidade era de cor castanha-escura, de aspecto arenoso, com muitas pedras (alguma cascalheira), com muitos carvões de médio tamanho, onde encontramos um fragmento pequeno de cerâmica pré-histórica e um fragmento de osso. A terra recolhida a 2,2 m possuía características

²⁵ A documentação desta escavação resume-se às publicações da autoria de Santos Jr. Apesar de termos procurado um possível caderno de campo no acervo de Santos Jr, na Biblioteca Municipal de Moncorvo, este não foi encontrado. Procuramos por este possível caderno na totalidade do acervo, no entanto temos que referir que alguns cadernos pessoais de Santos Jr. continuam lacrados e só serão revelados ao público daqui a alguns anos. Talvez nesses cadernos se possa encontrar mais informação sobre esta escavação.

completamente distintas da primeira, era uma terra de coloração cinzenta, com poucos carvões grandes, muito fina, muito porosa e argilosa. A primeira é uma terra similar, em aspecto, ao solo humoso, a segunda era já um nítido estrato arqueológico. Cremos que o que as unia, ao ponto de serem enviadas por Santos Jr. para o Instituto, era o facto de que ambas possuírem carvão e eram terras carbonizadas, no entanto somos de opinião que não podem ser lidas da mesma forma. Santos Jr. baseou-se nestas terras carbonizadas para alicerçar a sua teoria de culto com fogo. Contudo, ao serem terras diferentes e ao não ser especificada a estratigrafia não podemos associá-las a uma ideia interpretativa correcta.

Em quinto lugar, Santos Jr. baseou a sua imagem do santuário num corredor que ele próprio procurou, e que não pôde – devido a factores externos – alargar. Aparentemente existiam evidências arquitectónicas que apontavam para uma maior complexidade do local: as paredes internas do corredor eram mais perfeitas que as exteriores, e as exteriores possuíam calços; uma das paredes do corredor possuía um outro troço perpendicular – que provavelmente delimitava um espaço – mas que não chegou a ser escavado.

Assim Santos Jr. poderia ter defendido que estava num local com bastante complexidade arquitectónica, complexidade essa que uma escavação alargada poderia ajudar a definir melhor, que poderia até ter escavado uma zona habitacional, com casas providas de socos de pedra, pois as estruturas desenterradas e registadas por ele por serem arqueologicamente ambíguas admitiam outra interpretação alternativa. Ter casas, ou ser um povoado (algo evidenciado até pelas cerâmicas e pelos adornos), não impediria que não tivesse existido naquele local uma penha ou algo formalizado com um berrão.

6. CONCLUSÕES GERAIS

A estação arqueológica do Puio é um esporão alongado sobranceiro à encosta abrupta do rio Douro. Este esporão forma como que um palco que remata sobre o vale uma área aplanada que foi objecto, toda ela, duma longa ocupação humana desde a Pré-História à actualidade. Esta área aplanada levemente descendente é onde se localiza a actual aldeia de Picote (fig. 3).

O estudo da topografia do esporão aponta para a existência de barreiras naturais e/ou construídas que tivessem sustentado e mantido o topo aplanado (fig. 4). Concluímos que é possível a existência de um muro contínuo ou alternado com penedos, ou então de um talude, que teria contornado o esporão pelo menos do lado nascente, sul e SW (fig. 4). Este limite arquitectónico teria que ser de fundação antiga, provavelmente pré-romano ou mesmo Pré-histórico de forma a que o sítio se tivesse mantido com as características topográficas que o caracterizam.

Assim o esporão é um local construído, de dimensões muito reduzidas, delimitado a Este, Sul e Oeste por arribas muito acidentadas e ao qual se acede unicamente a partir do planalto, a norte. É um local bastante afastado do planalto, com uma visibilidade nula para o planalto, mas em compensação com uma visibilidade total para o rio Douro e suas encostas.

Apesar do Puio ser visto como um sítio que sai fora dos padrões que se conhecem para os povoados da Idade do Ferro regional (Lemos; 1993), este sítio revela uma intensa ocupação, nomeadamente proto-histórica, apesar da sua falta de visibilidade ou domínio sobre um alargado território circundante e da sua aparente fragilidade defensiva.

Consideramos que todo este esporão, incluindo as suas encostas, ou pelo menos 30 metros que rodeiam a sua quebra topográfica no sentido descendente, é extremamente “sensível” do ponto de vista arqueológico, pela grande quantidade de informação arqueológica de índole “arquitectónica” e “sedimentar” que cremos manter. Deste modo, se realmente se pretender proteger, em primeiro lugar, e estudar, em segundo, esta estação, então haverá que ter em conta que toda esta área (parte aplanada, o esporão e suas encostas numa extensão de 30 metros, no

mínimo) é já a estação propriamente dita; os remeximentos no solo, sejam feitos a que propósito forem, destruirão inexoravelmente estruturas e seus contextos sedimentares / arqueológicos, particularmente obras de aterros, desaterros e “restauro de muros” que só de um modo “light” ou pouco consciencioso podem ser considerados meramente de históricos ou actuais. Insistimos, a base de vários muros actuais parece apoiar-se em fundações antigas que urge definir antes da destruição a que parece estar votada esta estação se não houver da parte das entidades competentes (o IPA), da parte das associações locais de protecção do Património (a FRAUGA) e da autarquia (Câmara Municipal de Miranda do Douro) uma atenção muito particular ao real entendimento deste “lugar” do passado, como um documento que atravessou o tempo mas manteve conteúdos patrimoniais de extremo valor e por cuja destruição não queremos ser responsáveis perante a sociedade.

Este texto pretende ser assim um contributo ao entendimento do esporão do Puio, já que, mostrando com a documentação arqueológica existente que aponta para interpretações da ocupação deste sítio com finalidade habitacional e porventura cerimonial (berrões) durante a Idade do Ferro, nunca mais se poderá afirmar que essa documentação é “escassa” ou “pouco informativa”.

Além destas observações, passamos a resumir as interpretações mais pertinentes que nos permitiu este estudo.

Em primeiro lugar, que o esporão teve uma ocupação Calcolítica iniciada pelas estelas antropomorfas e ainda pelo achado duma possível “sepultura” ou esconderijo na encosta leste, de que teria sido recolhida “uma espada” (desaparecida) e um vasinho inegavelmente pré-histórico (datável do 3º mil. AC) Acresce que algumas das cerâmicas por nós estudadas e que decorreram da prospecção assemelham-se nas pastas e formas a cerâmicas Calcolíticas regionais, cerâmicas essas que são bem conhecidas através de escavações.

Em segundo lugar, que este lugar possui uma intensa ocupação durante a Idade do Ferro, iniciada no século VII/VI AC, cronologia essa apontada pelos metais exumados por Santos Jr. e cujo estudo crono-tipológico foi também objecto deste texto.

Em terceiro, que a cerâmica recolhida por Santos Jr. e por nós aponta também para uma ocupação intensa e diversificada na Idade do Ferro, muito anterior à romanização, mas que se prolonga até à época romana, quer dizer, para um período onde provavelmente a estação do Puio já faria parte de uma área “urbanizada” de maior dimensão que se estenderia pela aldeia até à capela do Santo Cristo e que é documentada pelas 18 lajes funerárias.

Em quarto, que a presença dos berrões pode indicar que este local, cujas cerâmicas e outros artefactos metálicos, bem como uma grande quantidade de ossos, apontam para um sítio complexo. Apontam para um povoado efectivo, independentemente de uma das duas “especificidades” poder residir no facto de integrar áreas mais ou menos formalizadas como “santuários” com os quais se articulariam proximamente os berrões.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao Director do Instituto Mendes Corrêa, situado na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, que permitiu o estudo destes materiais e mais especialmente à Dr.ª Maria José Cunha, que nos apoiou e nos deu as condições logísticas para realizarmos este estudo.

Gostaríamos também de agradecer à Dr.ª Helena Ponte, directora da Biblioteca Municipal da Torre de Moncorvo, que nos facultou as fotografias originais da escavação de Santos Júnior e amavelmente nos ajudou a recolher informação e artigos publicados pelo mesmo autor.

Igualmente agradecemos à Associação FRAUGA – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Picote –, e ao seu, então, director, Dr. Jorge Lourenço, que apoiou logisticamente todas as equipas de prospecção que trabalharam em Picote.

E em especial, à Professora Maria de Jesus Sanches, que orientou todos os trabalhos de prospecção em Picote e noutras áreas relacionadas com o projecto LADIN²⁶ e incentivou e releu este artigo permitindo a sua melhor conclusão.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1988) – *O domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Sintra.
- ALVES, Francisco Manuel (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança*, tomo X, Porto, págs. 47, 143, 815, 844.
- ALVES, Francisco Manuel (1934) – *Memórias Arqueológico-Históricas do distrito de Bragança*, tomo IX, Porto, págs. 65-71, 152, 475, 600, 684.
- ARROYO, Angel Esparza (1986) – *Los castros de la Edad del Hierro del noroeste de Zamora*, Zamora.
- CARDOZO, Luís (1747) – *Dicionário Geográfico*, Lisboa.
- CENTENO (1987) – *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Porto.
- FORTES, José (1906) – “As fibulas do Noroeste da Península”, in *Portugalia*, II, Porto, pp. 15-33.
- HÖCK, Martin e COELHO, Luís (1972) – “Materiais metálicos da colecção arqueológica do Museu Abade Baçal em Bragança”, *O Arqueólogo Português*, série III, vol. VI, Lisboa, pp. 219-250.
- LEMOS, Francisco de Sande (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*, Universidade do Minho, Braga.
- LOPO, Albino Pereira (1897) – “Miranda Archeologica”, *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 3, Lisboa, pp. 212-213.
- LOPO, Albino Pereira (1899-1900) – “Museu Municipal de Bragança”, in *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 5, p. 336.
- LOPO, Albino Pereira (1900) – “Picote (Miranda do Douro)”, *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 5, Lisboa, pp. 143-145.
- LOPO, Albino Pereira (1902) – “Picote (Miranda do Douro)”, *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 7, Lisboa, p. 54.
- LOPO, Albino dos Santos Pereira (1987) – *Apontamentos arqueológicos*, Pref. Francisco Sande Lemos, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1987.
- LORRIO, Alberto J. (1997) – *Los Celtiberos*, Universidad de Alicante, Universidad Complutense e Madrid, Alicante.
- MARCOS, Domingos dos Santos (1994) – “Catálogo dos Monumentos e sítios arqueológicos do Planalto Mirandês”, *Brigantia – Revista de Cultura*, vol. XIV, N.º 1/2 – Janeiro/Junho.
- MARCOS, Domingos dos Santos e LEMOS, Francisco Sande (1988) – *Sala-Museu, Mogadouro; Mogadouro, Câmara Municipal de Braga: Unidade de Arqueología da Univ. do Minho*.
- MÍNGUEZ, Carlos Sanz (1997) – *Los Vacceos: Cultura y ritos funerarios de un pueblo prerromano del valle medio del Duero. La Necrópolis de Las Ruedas, Padilla del Duero (Valladolid)*, Memórias Arqueología en Castilla y León 6, Junta de Castilla y León.
- MOURINHO, António Maria (1988) – *Epigrafia Latina aparecida entre Sabor e Douro desde o falecimento do Abade Baçal – 1947*, Bragança.
- OLIVER, José Luís Argente (1994) – *Las fibulas de la Edad del Hierro en la Meseta Oriental (Valoración tipológica, cronológica y cultural)*, Ministerio de Cultura, Dirección general de Bellas Artes y Archivos, Instituto de conservación y restauración de bienes culturales.
- ORTON, Clive, TYERS, Paul, VINCE, Alan (1997) – *La cerámica en Arqueología*, Critica, Barcelona

²⁶ Levantamento Arqueológico do Douro Internacional.

- PINTO, Dulcineia (2003) – “Os artefactos metálicos do Crasto de Palheiros (Murça-Trás-os-Montes) e suas relações com a Proto-História Peninsular”, *Bronze Final y Hierro en la Península Ibérica* (coord. António Blanco, Carlos Cancelo y Ángel Esparza), Ediciones Universidad de Salamanca, Salamanca.
- PINTO, Ruy de Serpa (1931) – “As fíbulas do Museu Regional de Bragança”, in *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vo.l 5, Porto, pp. 90-95.
- PONTE, Salete da (1980) – “A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular”, *Actas do seminário de arqueologia do noroeste peninsular*, vol. 2, Barcelos, pp. 111-119.
- PONTE, Salete da (1984) – “Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro”, *Lucerna*, Porto, pp. 111-144.
- PONTE, Salete da (1988) – “Que áreas de produção e de distribuição de fíbulas do tipo transmontano e do tipo meseta no nosso país?”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28 (3-4), Porto, pp.157-164.
- PONTE, Salete da (2001) – *Corpus Signorum das fíbulas proto-históricas e romanas: Portugal* (dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras do Porto), Porto (policopiada)
- SANCHES, Maria de Jesus (2001) – Relatório dos Trabalhos Arqueológicos realizados em Picote – Miranda do Douro – 2001. Relatório apresentado ao Instituto Português de Arqueologia.
- SANCHES, Maria de Jesus (2004) – “Representações proto-escultóricas do neolítico e Calcolítico em Trás-os-Montes: o caso das estelas de Picote (Miranda do Douro)”, *Comunicação integrada no 5º Curso Intensivo do programa Europeu de Estudo de Arte Pré-Histórica Europeia, IPT – UTAD, em Freixo de Espada à Cinta*. O artigo acrescentado e alterado, vai ser publicado nas Actas do XV Congresso de UISPP.
- SANCHES, M.J. e PINTO, D.B. (2002) – “O arqueiro da Fraga do Puio (Picote-Miranda do Douro). Estudo de uma estação com arte rupestre no Parque Natural do Douro Internacional”, *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património*, vol. 1, Porto, pp. 51-72.
- SANTOS JR., J. R. (1975) – “A Cultura dos berrões no Nordeste de Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 22, fasc. 4, Porto, pp. 353-516.
- SANTOS JR., J. R. (1975) – “A cultura dos berrões proto-históricos do Nordeste de Portugal (Conferência)”, *Revista de Guimarães*, vol LXXXV, Janeiro-Dezembro, Guimarães.
- SANTOS JR., J. R. (1984) – “The “berrões”, protohistoric stone statues of the boars, worshipped as idols, object of zoolatry”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24, fasc. 3, Porto, pp. 533-537.
- SANTOS JR., J. R. (1984) – “Dois testemunhos, um galego e outro transmontano, da remota ZOO LATRIA”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 24, fasc. 4, Porto, pp. 689-693.
- SANTOS JR., J. R. (1985) – “A cultura dos berrões proto-históricos fundamente radicada em Trás-os-Montes”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 25, fasc.1, Porto, pp. 31-40.
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- VASCONCELOS, José Leite de (1895) – “Notícia de antigualhas da Terra de Miranda no séc XVIII”, *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 1, Lisboa, pp. 11-12.
- VASCONCELOS, José Leite de (1898) – “Museu Municipal de Bragança”, *O Archeologo Português*, 1ª série, vol. 4, Lisboa, pp. 153-155.
- VUELTA, Óscar Garcia; PEREA, Alicia (2001) – “Las diademas-cinturón castreñas. El conjunto con decoración figurada de Moñes (Villamayor, Piloña, Asturias)”, *AEspA*, 74, pp. 3-23.



Fig. 1 – Localização da estação do Puio / Castelar no mapa da Península Ibérica.

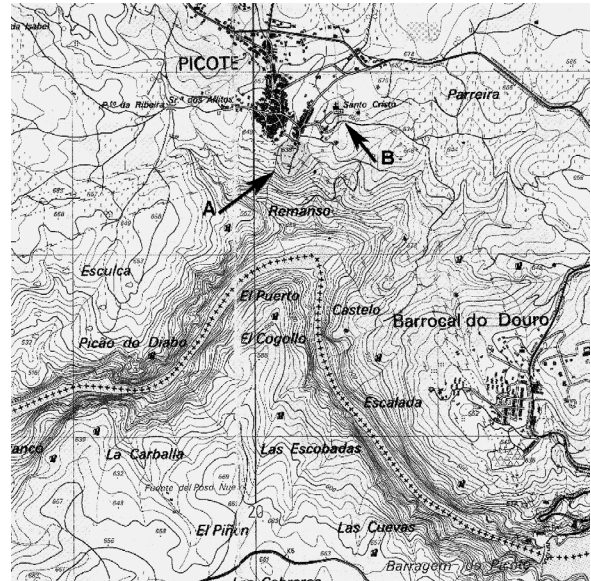


Fig. 2 – Localização da estação do Puio / Castelar (A), e da Capela do Santíssimo Cristo (B) donde provém grande parte das estelas funerárias, (CMP, 1:25000, folha 95, de 1996)

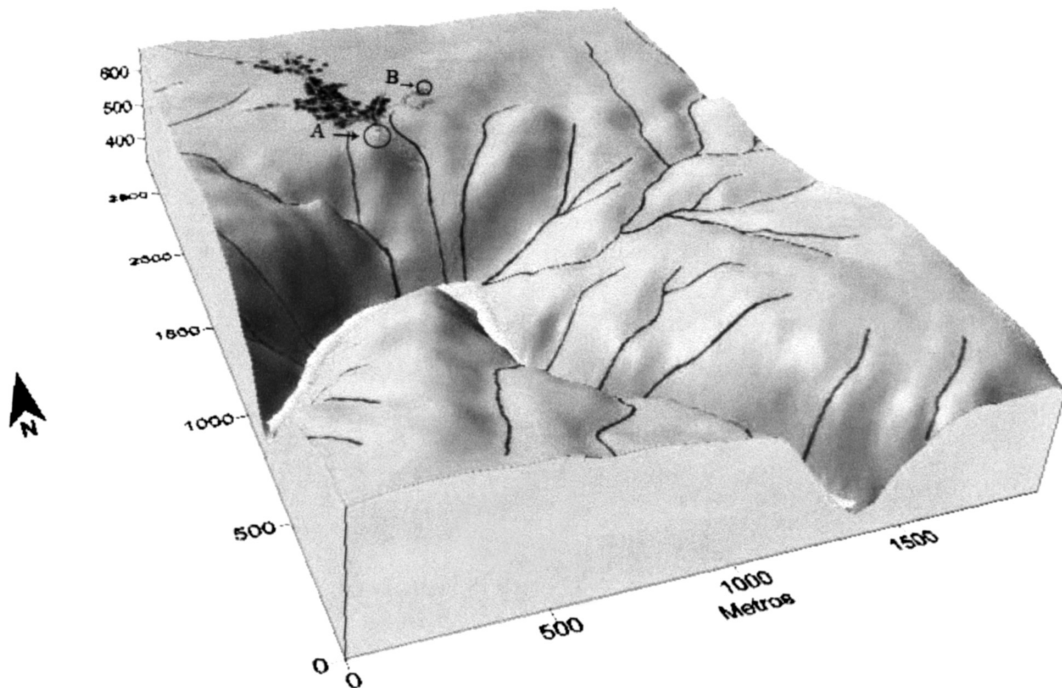


Fig. 3 – Imagem de Picote em 3D, baseada na C.M. de Portugal de fig. 2, (realizada gentilmente por Pedro Rafael Morais e modificada por nós).

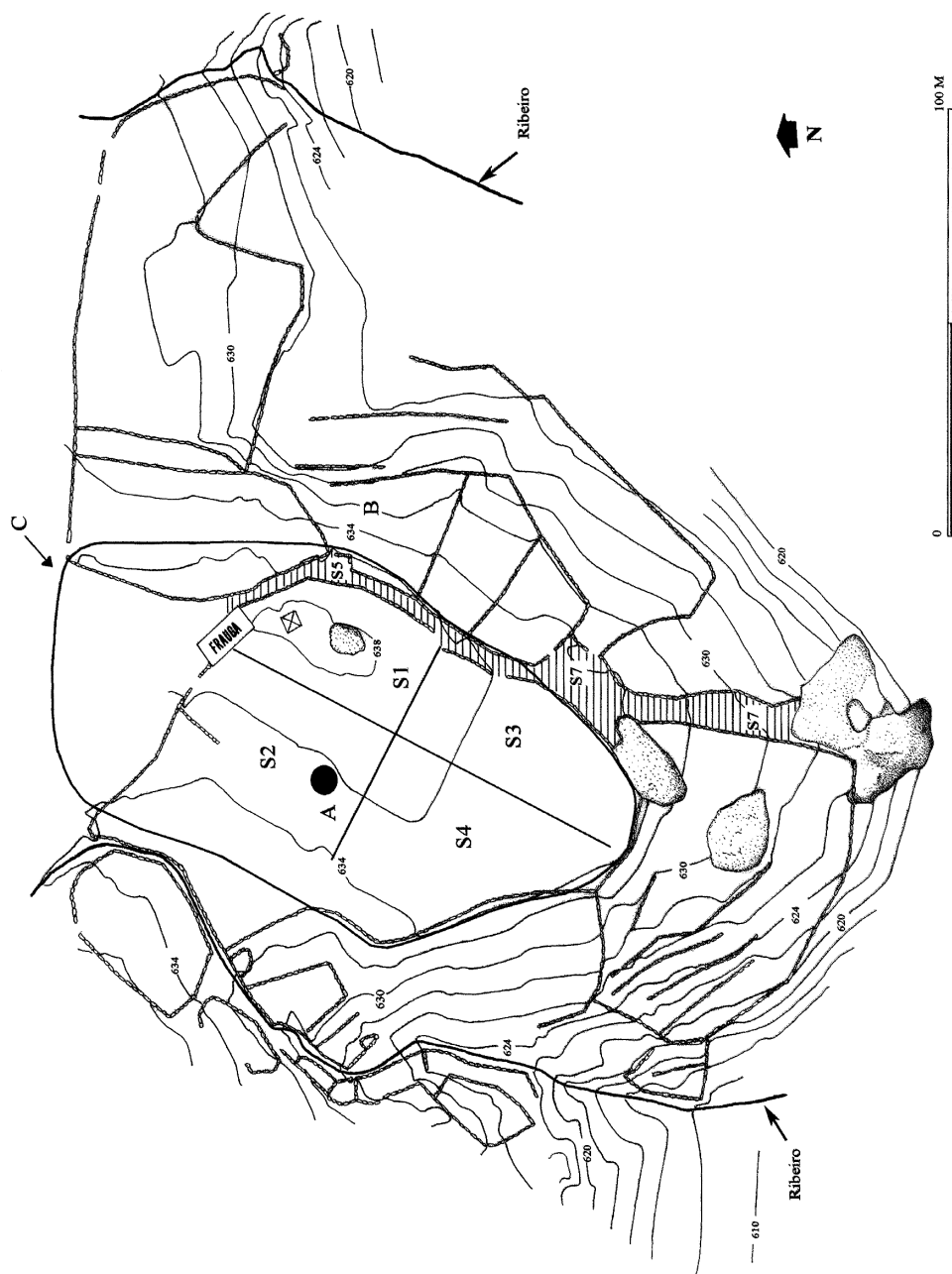


Fig. 4 – Levantamento da estação do Puio / Castelar, a partir do levantamento realizado pelo Gabinete Técnico Local de Miranda do Douro, modificado por Maria de Jesus Sanches (Sanches e Pinto: 2002), e modificado por nós. A – Localização aproximada da escavação de Santos Júnior em 1952, B – Localização aproximada de um achado de um forno e de cerâmicas; C – Limite aproximada da ocupação da plataforma do Puio, ficando de fora estruturas e aterros de contenção; S1, S2, S3, S4, S5, S7 – Sectores onde foram recolhidos os materiais da prospeção efectuada no sítio em 2001 (dirigida por Maria de Jesus Sanches). O tracejado está a localizar o caminho em terra batida de acesso ao esporão e que o circunda pelo lado nascente.

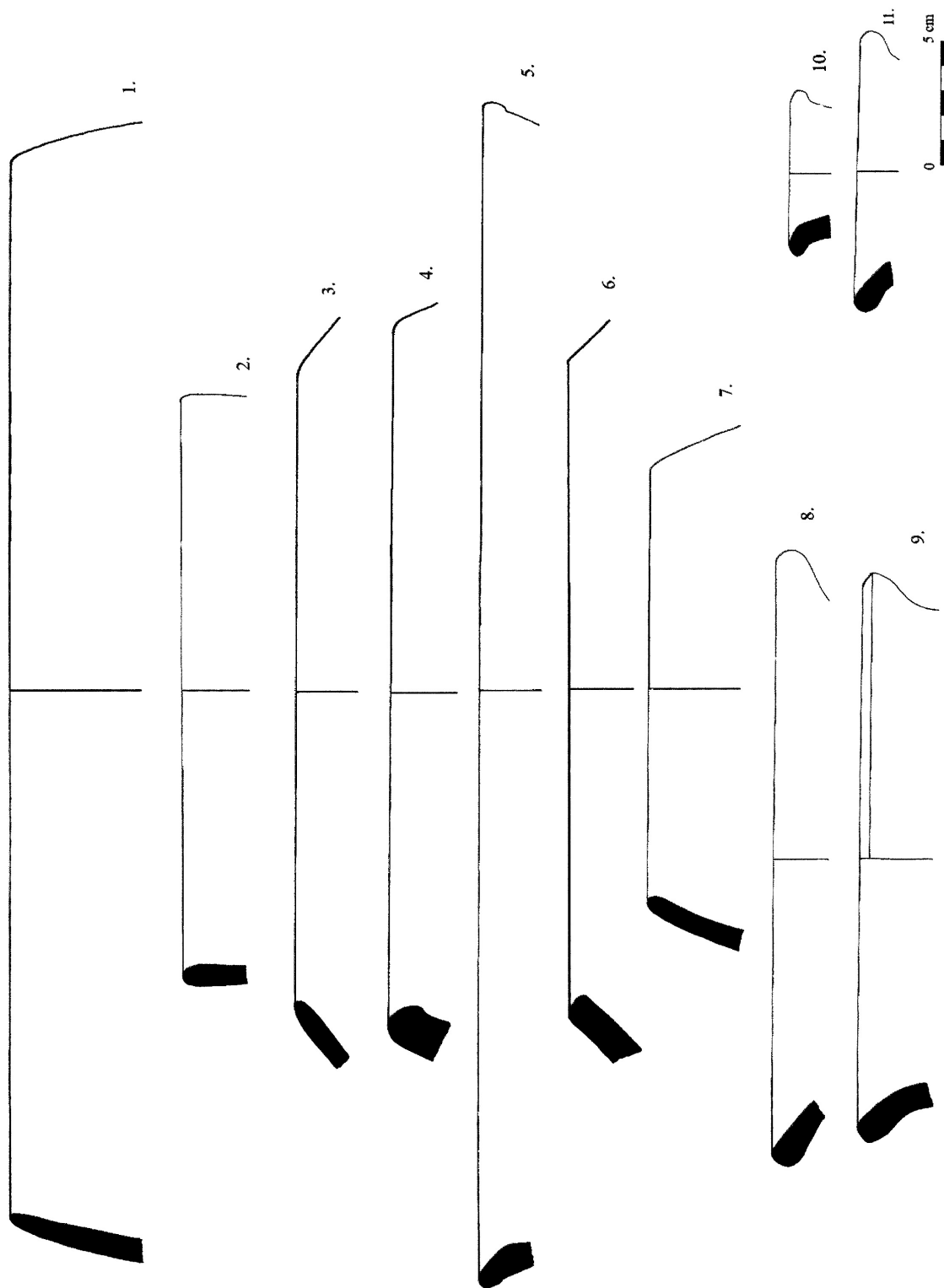


Fig. 5 – Formas cerâmicas provenientes da prospeção realizada na estação Puiu / Castelar em 2001 (n.º 1-11)

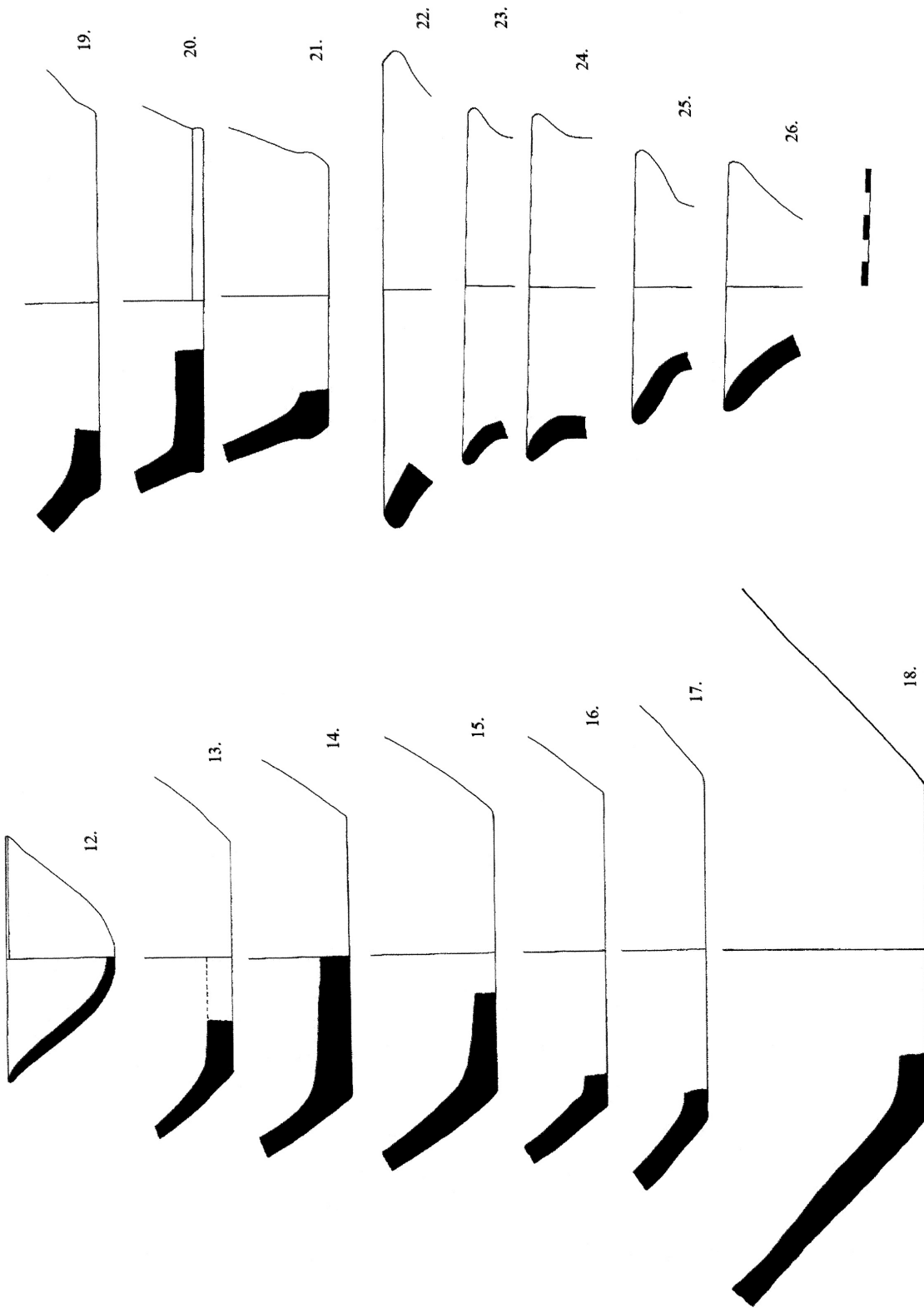


Fig. 6 – Formas cerâmicas provenientes da prospeção realizada na estação Puiu / Castelar em 2001 (n.º 12-26).

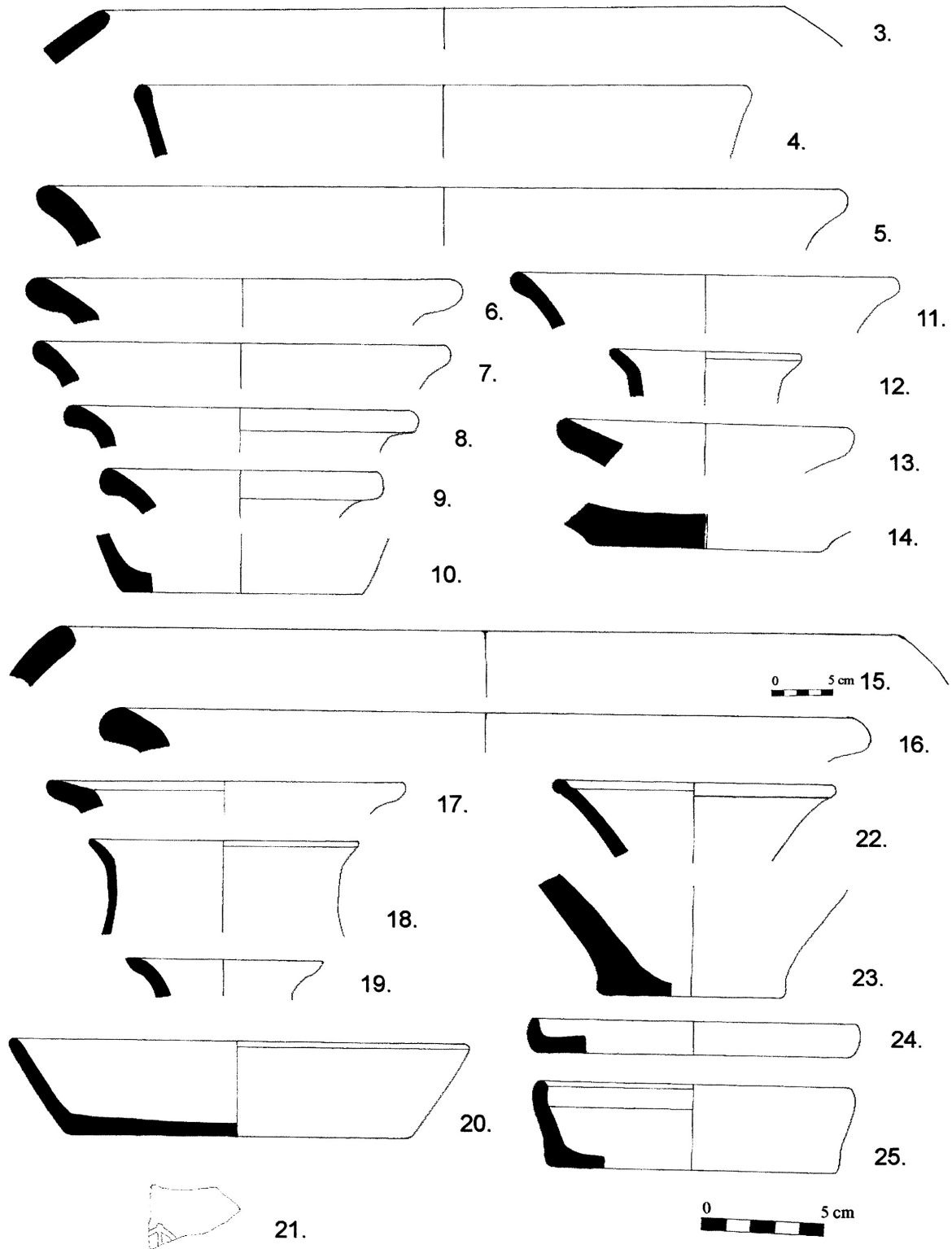


Fig. 7 – Formas cerâmicas (3-25) e fragmento de sigilatta provenientes da escavação de Santos Júnior no “Castelar”, em 1952.

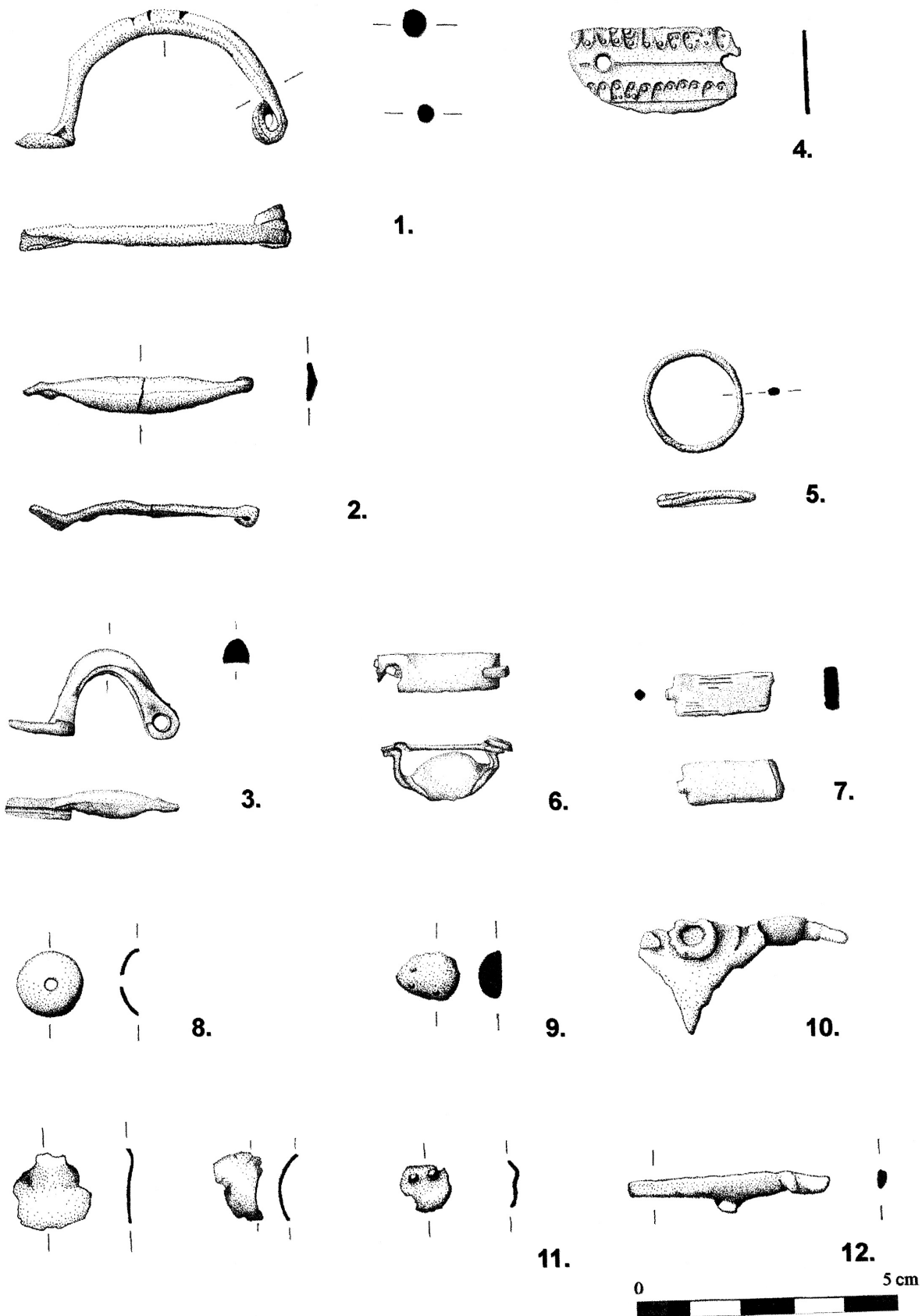


Fig. 8 – Artefactos metálicos em liga de cobre provenientes da escavação de Santos Júnior no “Castelar”, em 1952 (1-12).

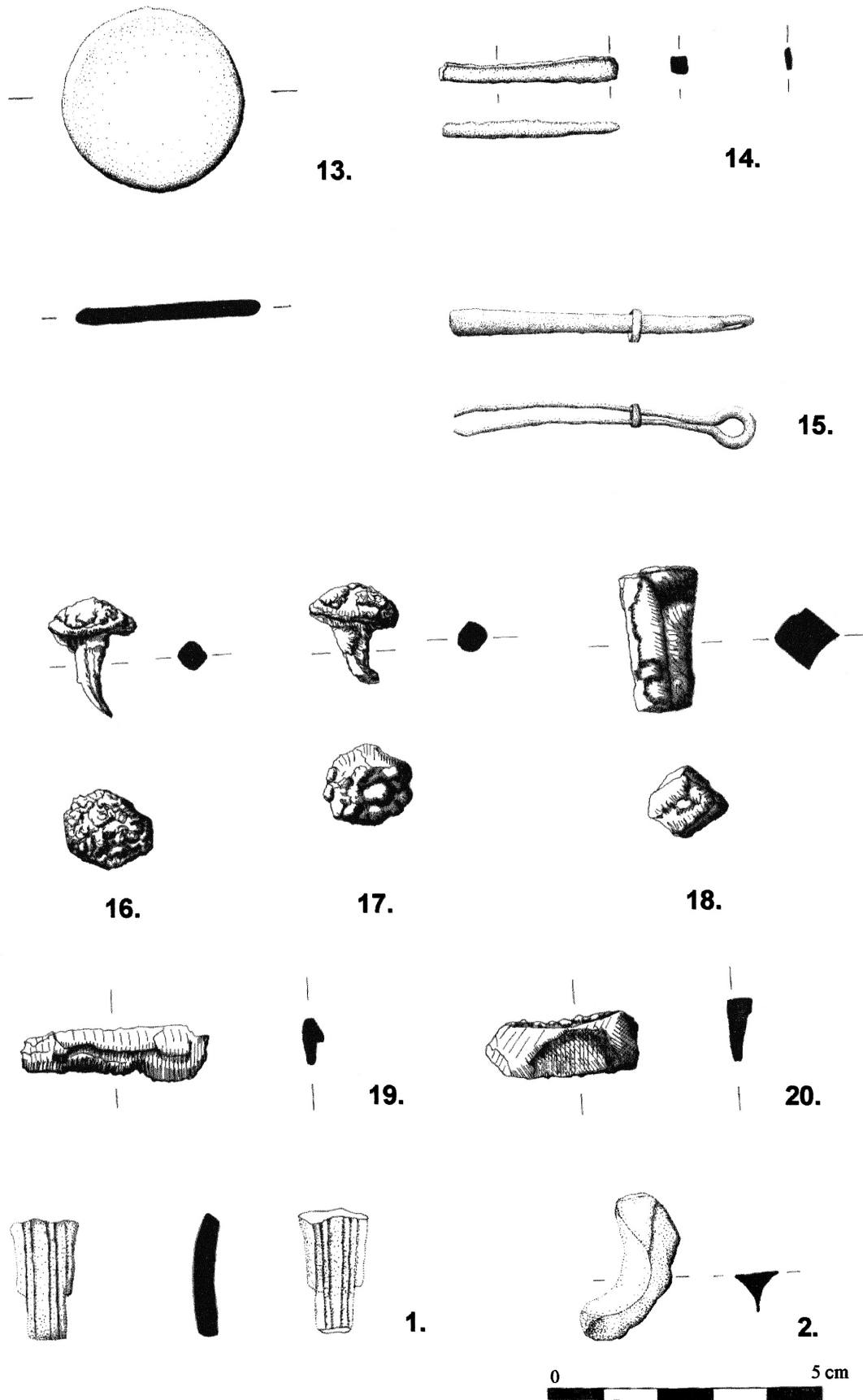


Fig. 9 – Artefactos metálicos em liga e cobre (13-15), artefactos metálicos em ferro (16-20) e fragmentos cerâmicos (1-2) provenientes da escavação de Santos Júnior no “Castelar”, em 1952.

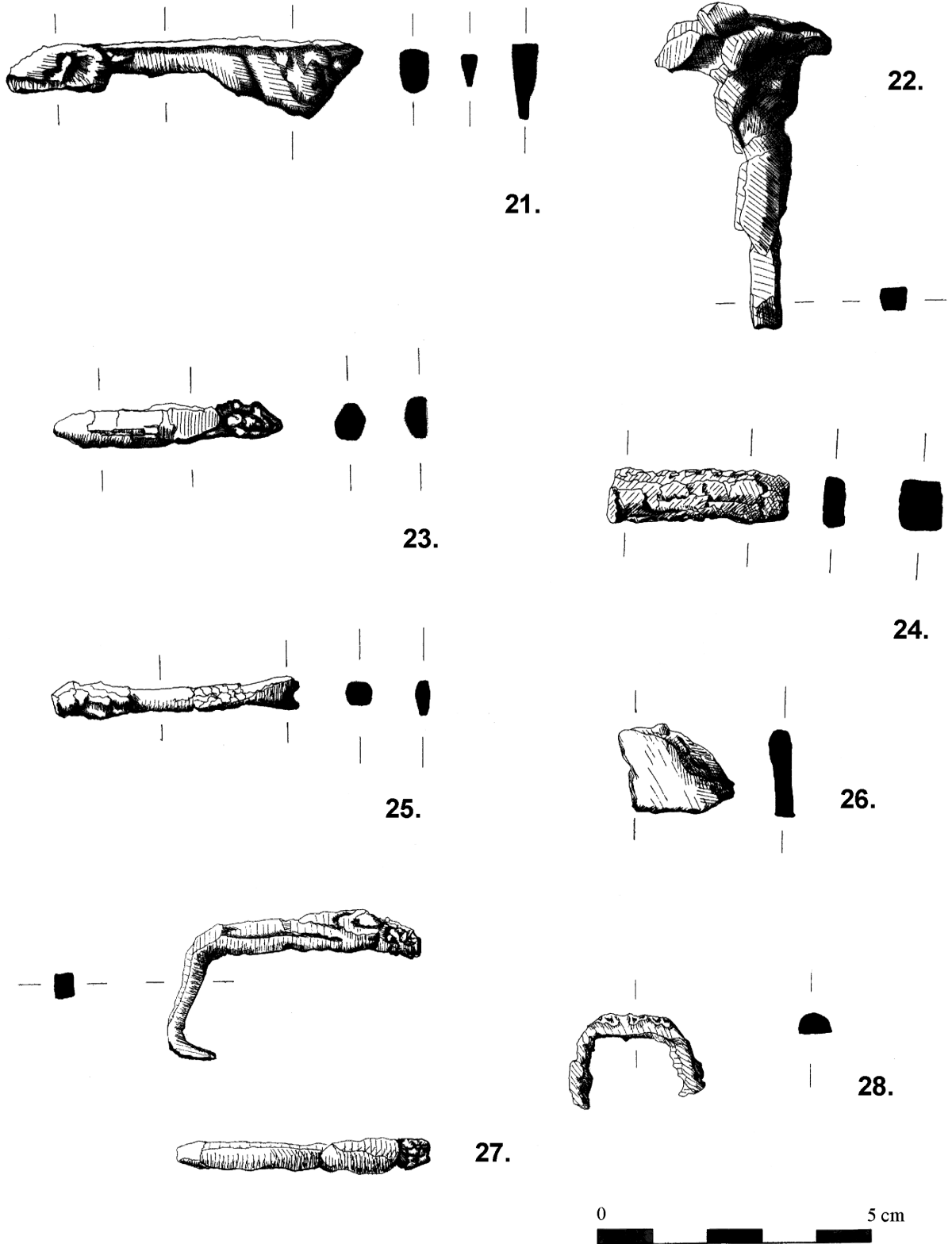


Fig. 10 – Artefactos metálicos em ferro (21-28) provenientes da escavação de Santos Júnior no “Castelar”, em 1952.



Fig. 11 – Aspectos do corredor ou galeria que desembocaria na câmara circular (no fundo da foto é o fim do corredor, não a câmara). Ao fundo na fotografia vêem-se duas pedras mais chegadas ao centro do corredor que faziam uma espécie de entrada ou portelo (Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo).

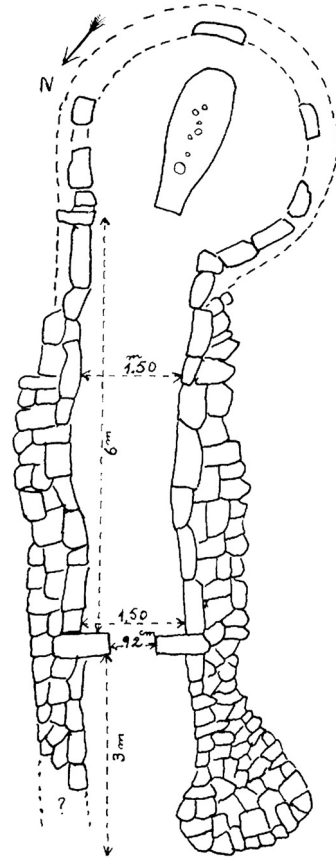


Fig. 12 – Reconstituição da câmara circular onde apareceu o berrão, e do corredor com cerca de 9 m de comprimento e uma espécie de portelo com 92 cm de largura (esquema publicado por Santos Jr: 1975).



Fig. 13 – Aspectos do corredor com algumas pedras da parede lateral tombadas (A câmara está na direcção do canto superior direito da foto). (Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo).



Fig. 14 – Aspectos da escavação do sítio onde apareceu o berrão de Picote, “que era uma câmara circular de parede muito bem feita” (Santos Júnior; 1975), mas que a foto não mostra. (Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo).



Fig. 15 – Aspectos da escavação do sítio onde apareceu o berrão de Picote. (Fotografia cedida pela Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo).



Fig. 16 – Fotografia da agulha e do fragmento metálico sem forma (integrado no espólio do Santos Júnior, na Biblioteca de Torre de Moncorvo) (Foto de Dulcineia Pinto).



Fig. 17 – Perfil do grande berrão de Picote (Foto de Santos Jr publicada em 1975).



Fig. 18 – Traseira do grande berrão de Picote (Foto de Santos JR, publicada em 1975).

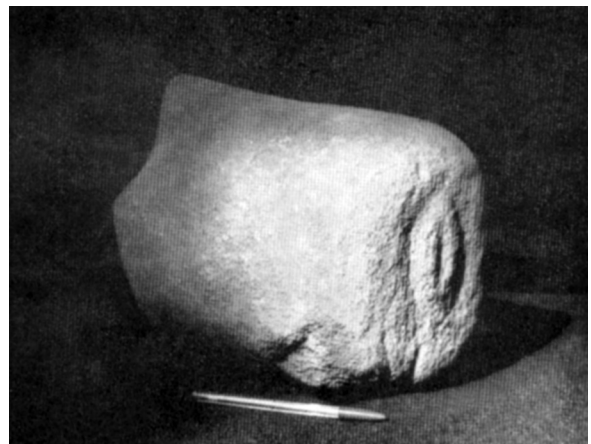


Fig. 19 – O destroço do pequeno berrão de Picote. Saliências testiculares com sulco intertesticular e goteira circundante. A caneta mede 14,5 cm. (Foto de Santos Jr publicada em 1975).

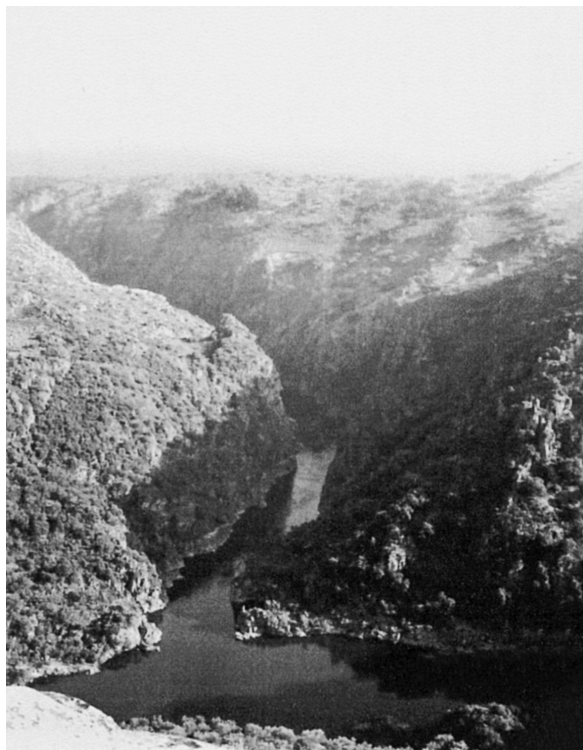


Fig. 20 – Vista da paisagem que se avista do esporão Puio / Castelar, na direcção Este (Foto de Dulcineia Pinto).



Fig. 21 – Vista do caminho que acompanha a quebra do esporão do Puio – assinalado no levantamento (fig. 4). Do lado esquerdo a “horizontalidade” do caminho deve-se ao muro de contenção que surge intercalando, ou ligando, os penedos graníticos. Sob o poste de alta tensão mais próximo vêem-se os indícios das obras de Maio e Junho de 2005 (Foto de Maria de Jesus Sanches).

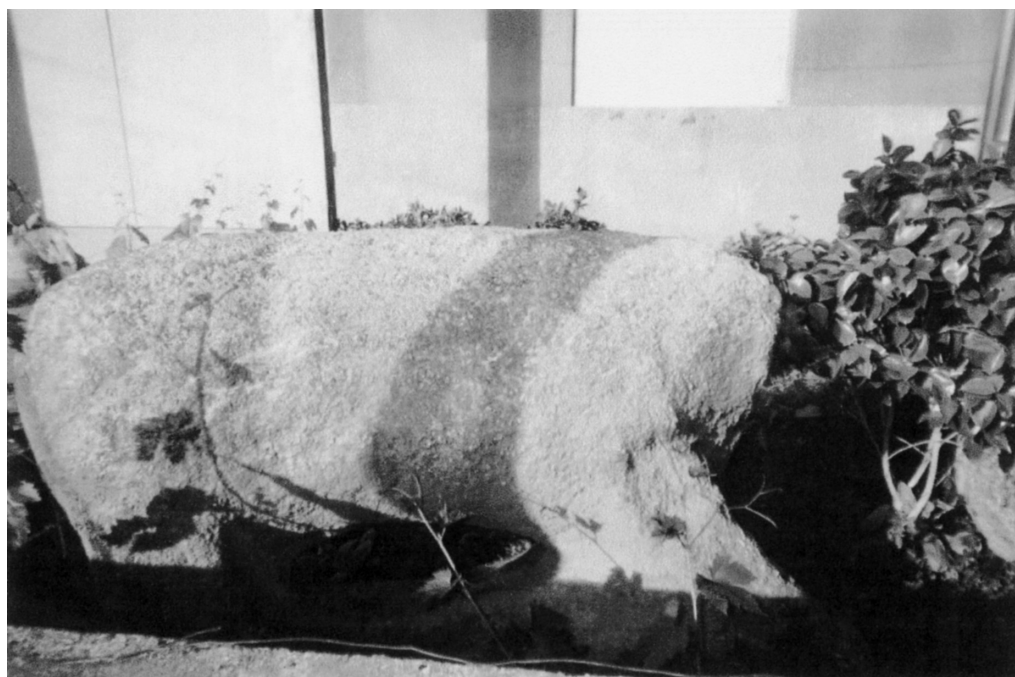


Fig. 22 – Berrão encontrado em Abril de 2005, próximo do esporão (Foto de Dulcineia Pinto)

Um anel romano de St^a Cristina dos Longos

Graça Cravinho¹
J. J. Rigaud de Sousa²

ABSTRACT

It's our purpose to describe, classify and date this roman ring and make the iconographic and symbolic study of the engraved motif on the gem set on it.

Encontrado em Santa Cristina dos Longos – um local de escorrência da Citânia de Briteiros donde, segundo testemunho oral de um morador, um outro anel (ainda não localizado?) será também proveniente – este anel romano, já publicado por um dos autores deste artigo (RIGAUD 1973: 189-190, nº 3), tem gravada uma figura masculina na pedra que o ornamenta.

Esta arte de gravar gemas (a Glíptica) remonta a épocas pré-romanas (CRAVINHO 2000: 95-112). Engastadas em anéis, brincos, pendentos e medalhas, nelas predomina a retratação de temas heróicos e, sobretudo, mitológicos – tão caros, já, aos artistas gregos. No caso do presente anel, a figura gravada é *Bonus Eventus*. Ligado inicialmente à fertilidade do solo, seria sobretudo um deus (génio?) de culto privado, muito embora tivesse tido templo em Roma, perto do Panteon. Mas com a *interpretatio*, foi transformado em símbolo da sorte e do sucesso (particularmente no exército) e da felicidade e do triunfo do Império. Daí, a enorme popularidade que teve em cunhos glípticos e monetários (nestes últimos, sobretudo nas épocas de Trajano e Adriano).

O actual território português não teria sido excepção a essa popularidade já que, até ao momento, foram encontrados seis entalhes³ ostentando este motivo. O que, aliás, vem ao encontro de um outro facto histórico importante: a comprovação epigráfica do seu culto no Portugal romano. E, curiosamente, numa ara (CIL, II, 2412) encontrada em Braga (ALARCÃO 1987: 175; MARTINS 2000: 39).

Com este exemplar glíptico, uma vez mais se confirma a importância destas pequenas obras de arte: para a reconstituição de rotas comerciais e de movimentação dos exércitos, para a avaliação do nível sócio-económico e cultural dos povos que as ostentaram e para o conhecimento da sua espiritualidade.

¹ Mestre em História da Arte. Bolseira de Doutoramento (em Arqueologia e História da Antiguidade na Universidade de Santiago de Compostela).

² Arqueólogo. Detentor do Diploma em Estudos Aprofundados (DEA) em História Medieval pela Universidade de Poitiers.

³ Entalhe é a designação dada à gema gravada por incisão, por oposição ao camafeu cuja gravação é feita por desbaste, em camadas, sobretudo em pedras policromas.

1. O ANEL

Tipo: Henig, Xb; Guiraud, 3b – aro de contorno exterior descontínuo, com ombros ressaltados e decorados com uma depressão e dos quais partem incisões paralelas que se prolongam a toda a volta. A mesa é oval e plana, dela não se destacando a pedra engastada

Dimensões:

Diâmetro exterior: 22 mm

Diâmetro interior: 17 mm

Altura total: 19,5 mm

Altura da mesa: 2,5 mm

Altura da mesa + a da pedra: 2,5 mm

Peso: 3,4 g

Estado de conservação: fractura do aro no topo superior direito da mesa, que se prolonga para o ombro do mesmo lado

Paradeiro actual: depositado no Museu D. Diogo de Sousa⁴

Cronologia: Séc. II-III d.C.

2. A PEDRA DE ANEL

2.1. Descrição:

Tipo: entalhe

Natureza: jaspe

Cor: vermelho (cor de lacre)

Forma: oval

Face superior: plana

Dimensões da pedra: 9 mm x 6 mm

Estado de conservação: bom

Motivo gravado: BONUS EVENTUS

Bonus Eventus estante, ligeiramente a três quartos, com a cabeça voltada à direita. Na mão direita, abaixada, segura duas espigas e na esquerda, estendida, uma pátera. Linha de solo.

Paralelos:

FURTWÄNGLER (*AG*), p. 212, est. XLIV, nºs 13-15

MARSHALL (*Finger Rings*), p. 184, nº 1162 (= WALTERS, *British*, p. 189, nº 1769; HENIG, *Britain*, p. 33, est. XXX, nº 208)

WALTERS (*British*), p. 189, nºs 1767; 1768 (= HENIG, *Britain*, p. 33, est. VII, nº 206); p. 314, nº 3322

CHICARRO, p. 68, nº 12, fig 55 (= LOPEZ de la ORDEN, *Andalucia*, p. 140, est. XI, nº 104)

SENA CHIESA (*Aquileia*), pp. 226-227, est. XXVII, nºs 528; 531; 535

ALARCÃO-DELGADO, p. 44, nº 48 (= CRAVINHO, *BN*, pp. 177-178, nº 4)

HENIG (*Britain*), p. 33, est. VII, nºs 206-207; 211; p. 111, est. XXIV, Ap. 22; p. 115, est. XXVI, Ap. 65

⁴ Embora depositado no Museu D. Diogo de Sousa, é propriedade do Sr. Manuel Estêvão de Oliveira.

SENA CHIESA (*Luni*), p. 89, est. XI, nº 78
 MAASKANT-KLEIBRINK (*Haia*), p. 314, nº 933; p. 318, nº 950
 ZWIERLEIN-DIEHL (*Wien II*), p. 175, est. 122, nºs 1317-1321
 KRUG (*Köln*), p. 200, est. 86, nº 138; p. 226, est. 109, nº 296
 KRUG (*Neuwied*), p. 132, nº 15, est. 3, nº 15
 GESZTELYI (*Debrecen*), p. 133, nº 48
 HENIG and WHITING (*Gadara*), p. 23, nº 212
 GUIRAUD (*Gaule*), pp. 111-112, est. XV, nº 227
 CASAL GARCIA (*Madrid*), p. 142, nº 285
 ZWIERLEIN-DIEHL (*Wien III*), p. 308, est. 224, nº 2778
 RUSEVA-SLOKOSKA (*Sofia*), p. 181, nº 221 (interpretado como Hermes)
 SPIER (*Paul Getty*), p. 136, nº 372
 KRUG (*Trier*), p. 207, est. 50, nº 44; pp. 216-217, est. 56, nº 82
 JOHNS (*Snettisham*), p. 85-87, nºs 113-132; p. 96-97, nºs 228-232
 AMBROSIO-CAROLIS, p. 73, est. XXIV, nº 237
 GUIRAUD (*AN*), p. 136, nº 15
 GESZTELYI (*Budapest*), p. 65, nºs 162-164
 LOPEZ de la ORDEN (*Andalucia*), pp. 140-141, est. XI, nºs 105-107

Cronologia: Séc. II d.C.

2.2. Iconografia e simbologia

Com atributos diversificados, a representação glíptica de *Bonus Eventus* tem a sua origem em esculturas gregas do Séc. IV a.C.

No caso concreto deste entalhe, o seu esquema iconográfico derivará, segundo Furtwängler (apoiado na descrição de Plínio: *Nat. Hist.* 34, 77), de uma estátua de Triptolemo, existente em Roma, da autoria de Eufranor: despido, frontal, ligeiramente a três quartos e segurando numa mão espigas (atributo de *Triptolemos*) e na outra uma pátera (símbolo de *Agathos Daimon*).

Com um exacto paralelo num outro entalhe, igualmente em jaspe vermelho e patente na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional de Lisboa (ALARCÃO-DELGADO 1969: nº 48; CRAVINHO 1997-1998: nº 4), é um tipo muito frequente em cunhos monetários desde o período republicano, sobretudo entre a segunda metade do Séc. I (em especial, sob Vespasiano e Tito) e o Séc. III d.C. Já em gemas (onde é preferencialmente gravado em nicolo e em jaspe), apenas surge a partir de Galba, destacando-se as épocas de Vespasiano, Tito e Antonino Pio.

Nem sempre, porém, este esquema obedeceu a um padrão rígido, como se deduz das múltiplas variantes que conhecemos. Por vezes, tem associados certos elementos: um crescente lunar, no campo da gema⁵ ou, aos pés, uma ara acesa, sob a mão que segura a pátera⁶. Outras, diverge a natureza dos atributos que ostenta: cachos de uvas e espigas⁷; pátera e ramo⁸; espigas e cornucópia (pousada no braço)⁹ ou espigas e corça reclinada numa pátera¹⁰, flanqueado por espiga e papoila¹¹.

⁵ HENIG e WHITING (*Gadara*), nº 211.

⁶ SMITH (*British*), nº 929 (= WALTERS, *British*, nº 1765 - árvore atrás de altar); WALTERS (*British*), nº 1770; SENA CHIESA (*Aquileia*), nº 529; MIDDLETON (*Fitzwilliam*), nº 34 (= HENIG, *Cambridge*, nº 328); HENIG (*Britain*), nºs 218-219; MAASKANT-KLEIBRINK (*Haia*), nºs 522; 601; ZWIERLEIN-DIEHL (*Wien II*), nº 1316; KRUG (*Köln*), nº 295; DIMITROVA-MILCEVA (*Svistov*), nº 20.

⁷ LOPEZ de la ORDEN (*Andalucia*), nº 108.

⁸ HENIG (*Lewis*), nº 98.

⁹ GRAMATOPOL (*Académie*), nº 338; LOPEZ de la ORDEN (*Andalucia*), nº 109.

¹⁰ SMITH (*British*), nº 930 (= WALTERS, *British*, nº 1766); FURTWÄGLER (*AG*), est. L, nº 28 (= RICHTER, *Romans*, nº 238).

¹¹ SPIER (*Paul Getty*), nº 259.

Mas, é também frequente a sua representação de perfil, segundo um esquema iconográfico que, na opinião de Furtwängler, teve origem numa estátua de Praxíteles e igualmente existente em Roma: despido, apenas com uma *chlamys* caindo-lhe pelas costas, flectindo levemente a perna direita e recuando o pé (dando ideia de movimento) e segurando, na mão erguida, uma pátera com frutos e na outra, abaixada, um cacho de uvas ou um ramo (como pode ver-se num entalhe da coleção Gulbenkian¹²). Motivo muito popular por todo o Império ao longo dos Séc. II-III d.C., preferencialmente também em jaspe e nicolo, dele há vários exemplares encontrados no nosso país, quer no norte (Trás-os-Montes) quer no sul (Alentejo).

Curiosamente, em certas representações *Bonus Eventus* assemelha-se a um caçador regressando a casa, já que segura numa mão duas espigas (ou um cacho de uvas) e na outra um *pedum* do qual pende uma lebre ou um coelho. Muitas vezes, sendo acompanhado por um cão que saltita a seu lado ou à sua frente. Assim o podemos admirar num belo nicolo, engastado num anel em ouro encontrado nos arredores de Vila Real.

ABREVIATURAS

- ALARCÃO-DELGADO = J. de Alarcão e M. Delgado (1969), *Catálogo do Gabinete de Numismática e Antiguidades*, 1ª parte, pp. 41-45. Biblioteca Nacional de Lisboa. Lisboa
- AMBROSIO e CAROLIS = A. d' Ambrosio e E. de Carolis (1997), *I Monili dall' area Vesuviana*. "L'Erma" di Bretschneider. Roma
- CASAL GARCIA (Madrid) = R. Casal Garcia (1991), *Colección de Glíptica del Museo Arqueológico Nacional (serie de entalles romanos)*, vols. I e II. Dirección General de los Museos Estatales. Madrid
- CHICARRO = C. Chicarro de Dios (1953), "Camafeos y Entalles del Museo Arqueológico Provincial de Sevilla". *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*, vol. XI-XII, pp. 60-74. Madrid
- CRAVINHO (BN) = G. Cravinho (1997-1998), "A Coleção de Glíptica da Biblioteca Nacional". *LEITURAS*, 2, pp. 169-180. Lisboa
- DIMITROVA-MILCEVA (Svistov) = A. Dimitrova-Milceva (1987), "Gemme e Cammei del Museo Storico Comunale di Svistov". *Ratiariensia*, 3-4, pp. 193-208
- FURTWÄNGLER (AG) = A. Furtwängler (1900), *Die Antiken Gemmen*, I-III. Leipzig-Berlin (Reedição: *Die Antiken Gemmen Gemmen*, I-III. Amsterdam-Osnabrueck, 1964-1965)
- GESZTELYI (Debrecen) = T. Gesztelyi (1987), *A Déri Múzeum Gemmagyjteménye*. Debrecen
- GESZTELYI (Budapest) = T. Gesztelyi (2000), *Antike Gemmen im Ungarischen National museum*. Catalogi Musei Nationalis Hungarici. Series Archaeologica III. Budapest
- GRAMATOPOL (Académie) = M. Gramatopol (1974), "Les pierres gravées du Cabinet numismatique de l'Académie Roumaine". *Latomus*, vol. 138. Bruxelas
- GUIRAUD (Gaule) = H. Guiraud (1988), *Intailles et Camées de l' Époque Romaine en Gaule (Territoire Français)*. 48º suplemento da *Gallia*. Ed. CNRS, Paris
- GUIRAUD (AN) = H. Guiraud (1998), "Intailles du Musée des Antiquités Nationales". *Antiquités Nationales*, 30.
- HENIG (Britain) = M. Henig (1974), *A Corpus of Roman Engraved Gemstones from British Sites*. Part II – Catalogue and Plates. B.A.R. 8 (II)
- HENIG (Lewis) = M. Henig (1975), *The Lewis Collection of Engraved Gemstones in Corpus Christi College*, Cambridge. B.A.R. Supplementary Series, I, Oxford.
- HENIG (Cambridge) = M. Henig, D. Scarisbrick e M. Whiting (1994), *Ancient and Modern Intaglios and Cameos in the Fitzwilliam Museum, Cambridge*. Cambridge University Press.
- HENIG e WHITING (Gadara) = M. Henig e M. Whiting (1987), *Engraved Gems from Gadara in Jordan – The Sa'd Collection of Intaglios and Cameos*. Oxford University Committee for Archaeology, nº 6. Oxford

¹² SPIER (*Gulbenkian*), nº 39.

- JOHNS (*Snettisham*) = C. Johns (1997), *The Snettisham Roman Jeweller's Hoard*. British Museum Press. Londres
- KRUG (*Köln*) = A. Krug (1980), *Antike Gemmen im Römisch-Germanischen Museum Köln*. Bericht der Römisch-Germanischen Kommission, 61, pp. 151-260, est. 64-137
- KRUG (*Neuwied*) = A. Krug (1980), "Römische Fundgemmen". *Germania*, 58, pp. 117-135
- KRUG (*Trier*) = A. Krug (1995), "Römische Gemmen im Rheinischen Landesmuseum Trier". *Bericht der Römisch-Germanischen Kommission*, 76, pp. 159-218. Trier.
- LOPEZ de la ORDEN (*Andalucia*) = M. D. Lopez de la Orden, Maria Dolores (s.d.), *La Glíptica de la Antigüedad en Andalucia*. Universidade de Cadiz.
- MAASKANT-KLEIBRINK (*Haia*) = M. Maaskant-Kleibrink (1978), *Catalogue of the Engraved Gems in the Royal Coin Cabinet – The Hague. The Greek, Etruscan and Roman Collections*. Haia
- MARSHALL (*Finger Rings*) = F.H. Marshall (1907), *Catalogue of the Finger Rings Greek, Etruscan and Roman in the Departments of Antiquities*. British Museum. Londres
- MIDDLETON (*Fitzwilliam*) = J. H. Middleton (1969), *Ancient Gems – The Engraved Gems of Classical Times*. Argonaut, Inc. Publishers. Chicago
- RICHTER (*Romans*) = G. Richter (1971), *Engraved Gems of the Romans – a supplement to the History of Roman Art (The Engraved Gems of the Greeks, Etruscans and Romans) – part II*. Phaidon Press, Ltd. Londres
- RUSEVA-SLOKOSKA (*Sofia*) = L. Ruseva-Slokoska, Ljudmila (1991), *Roman Jewellery. A Collection of the National Archaeological Museum. Sofia*. Publishing House on the Bulgarian Academy of Sciences. Sofia
- SENA CHIESA (*Aquileia*) = G. Sena Chiesa (1966), *Gemme del Museo Nazionale di Aquileia (Testo e Tavole)*. Padova
- SENA CHIESA (*Luni*) = G. Sena Chiesa (1978), "Gemme di Luni". *Archaeologica* 4. Roma
- SMITH (*British*) = A. H. Smith (1888), *A Catalogue of Engraved Gems in the British Museum*. Londres
- SPIER (*Paul Getty*) = J. Spier (1992), *Ancient Gems and Finger Rings – Catalogue of the Collections*. The J. Paul Getty Museum. Malibu, Califórnia
- SPIER (*Gulbenkian*) = J. Spier (2001), *A Catalogue of the Calouste Gulbenkian Collection of Gems*. Ed. da Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa
- WALTERS (*British*) = H. B. Walters (1926), *Catalogue of the Engraved Gems and Cameos in the British Museum*. Londres
- ZWIERLEIN-DIEHL (*Wien II*) = E. Zwierlein-Diehl (1979), *Die Antiken Gemmen des Kunsthistorischen Museums in Wien*, vol. II. Munique.
- ZWIERLEIN-DIEHL (*Wien III*) = E. Zwierlein-Diehl (1991), *Die Antiken Gemmen des Kunsthistorischen Museums in Wien*, vol. III. Munique

OUTRA BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1987), *Portugal Romano*. Editorial Verbo, 4ª Edição. Lisboa
- CRAVINHO, Graça (2000), "Introdução ao Estudo da Glíptica Romana". *Arqueologia*, nº 25, pp. 95-112. GEAP. Porto.
- GRIMAL, Pierre (1992), *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, 2ª edição. DIFEL, Oeiras.
- GUIRAUD, Hélène (1996), *Intailles et Camées Romains*. Paris
- MARTINS, Manuela, (2000), *Bracara Augusta, Cidade Romana*. Edição da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1ª edição
- RIGAUD de SOUSA, J. J. (1973), "Anéis e Entalhes da Zona Portuguesa do Convento Bracaraugustano". *Cuadernos de Estudios Gallegos*, tomo XXVIII, 85, pp. 188-192. Santiago de Compostela
- ENCICLOPEDIA DELL' ARTE ANTICA CLASSICA E ORIENTALE (1958-1973) – artigo: "glittica". Roma



Sinais de Romanização na Torre de Lapela – Monção

Carlos A. Brochado de Almeida

ABSTRACT

The Lapela Tower is the only remaining element of a medieval castle built in the meridional bank of Minho River and dismantled by the end of the 17th and beginning of the 18th century. An archaeological intervention made in the perimeter of the ancient wall discovered the medieval foundation and, beyond it, evidential proofs of roman's ceramic construction, probably connected with a *fanun* or *caponae*.

INTRODUÇÃO

A freguesia e paróquia de São Lourenço de Lapela é uma pequena aldeia do concelho de Monção localizada na berma do Rio Minho. A população actual não ultrapassa as três centenas de moradores os quais vivem, essencialmente, da agricultura e dos serviços, já que se situa a escassos 6 km da sede do concelho, único centro com capacidade para assegurar um certo tipo de empregabilidade em algumas léguas em redor (Fig. 1). Tempos houve em que a pesca foi parte integrante do seu sustento - a lampreia, o sável e o salmão são as espécies mais nobres entre tantas outras que coabitam nas águas frias deste rio - mas a poluição, a alteração dos caudais e as condições climáticas tornaram esta actividade residual, sendo já raros os pescadores que labutam no Rio Minho.

A origem da freguesia, como tantas outras, não tem uma data precisa, sabendo-se unicamente que remonta às origens do reino de Portugal. A sua referência mais antiga está nas Inquirições de 1258 e é nelas que vamos beber uma das mais importantes referências à passagem que ali havia no Rio Minho. Na parte final de um curto texto dedicado àquela freguesia, diz-se textualmente que na “*Lapela filiam portagem pora el Rey*” e os seus moradores iam em *anuduva*, isto é, prestavam serviço de manutenção no castelo a que estavam adstritos e que no caso vertente era o da Pena da Rainha. Por outras palavras, naquele sítio havia uma passagem sujeita ao pagamento de portagem, sendo bem provável que ali já houvesse algum tipo de estrutura que protegesse a passagem.

Nada mais que natural que o rei tivesse interesses na travessia do Rio Minho nesta freguesia da Lapela. Ali pagavam portagem os que faziam a travessia, mas também acostavam os pequenos barcos que podiam subir o rio com mercadorias. Referências a tal actividade não há muitas, mas se recordarmos a informação remetida pelo pároco para as Memórias Paroquiais de 1758, percebe-se que eram, sobretudo, os militares quem mais se serviam do rio como forma de transportar bens de primeira necessidade para as guarnições da raia. Entre eles estavam as munições, o pão e outros bens enviados a partir de Vila Nova de Cerveira que “*nececita este termo e o de Valldares e Melgaço e também Galiza*” sendo dali encaminhadas, as de interesse militar, para as guarnições de Monção, Valdares e Melgaço (Capela, 196-197).

A ausência de pontes ao longo do percurso internacional do Rio Minho; implicava que a ligação entre as duas margens se fizesse das duas únicas maneiras então possíveis: vau e barca de passagem.

Vaus, havia vários ao longo de toda a fronteira húmida, conhecendo-se entre Valença e Monção, pelo menos, o de Careixas e um outro mais junto a Lapela, o Vau das Estacas. O primeiro está documentado nas Inquirições de 1258, o segundo na Crónica de D. João I, da autoria de Fernão Lopes.

De acordo com o texto da dita Inquirição, o abade do mosteiro de São Fins de Friestas – este couto, que foi instituído por D. Afonso Henriques, estendia-se até à margem do Rio Minho - tinha de defender a dita passagem com homens de armas sempre que os reinos de Portugal e de Leão estivessem em guerra e os leoneses pretendessem atravessar o Rio Minho entre Monção e Valença: “*se a guerra veer antre Leom et Portugal, o abade deste davandito Moesteiro cum todo seu Couto am a guardar cum armas o vao de Carexi*” (PMH, Inq. 1^a Alç., 368).

O *Vau das Estacas*, esse foi palco de uma travessia infeliz das tropas portuguesas na ponta final das campanhas das Guerras da Independência, quando o rei português iniciou a recuperação das fortalezas da fronteira do Minho que se tinham ajuramentado a Dona Beatriz, filha de D. Fernando. A hoste portuguesa, que era comandada pelo próprio monarca, ao pretender atravessar o rio para cercar Tuy, teve grande perda de homens e animais na travessia do dito vau: “*E chegando per acerqa de Momçaom, pediram a Dioguo Guomez dAbreu, Alcaide daquele luguar, que mandase huu seu escudeiro, que chamavam Fernam dAires, que lhe fose mostrar o vao... e chegaram ao vao das estaças, que naquele luguar era damcho*” (Lopes, II, 366-368). Foi, certamente, neste mesmo sítio que Nuno Álvares Pereira pretendeu passar, para ir em peregrinação a Santiago de Compostela, por altura das suas campanhas no Minho nas Guerras da Independência. Diz a Crónica de D. João I que o Condestável, depois de recuperar, sem luta, as vilas de Caminha, Vila Nova de Cerveira e outros povoados menores, chegou às margens do Rio Minho onde se aposentou numa “*boa aldeia acerqua dele*”. Sabedor da sua presença, o comando militar de Monção, que também estava por Castela, enviou ao Condestável um mensageiro solicitando-lhe clemência, porque eles também eram “*verdadeiros portugueses herão e queryão ser*”. O corolário deste episódio terminou com o retorno de Monção à observância portuguesa, mas não sem antes o cronista declarar: “*Hora fique o Comde é esta aldeya cuidadoso asaz pera burcar vao, e nos vamos por elRey a Coimbra e traguamolo ao Porto*” (Lopes, II, 18).

Várias foram as barcas de passagem entre a foz do Rio Minho em Caminha e Cristóval em Melgaço. Era o meio mais usual de travessia em qualquer curso de água, sempre que não havia a possibilidade de o fazer de outra forma.

A mais célebre das barcas do Rio Minho foi a de Valença. Fazia-se já com a administração romana, porque esta nunca dotou a Via XIX de uma ponte e tão pouco os que lhe sucederam no controle do território o fizeram. A primeira travessia fixa, leia-se ponte, só foi inaugurada em 1886 e com uma dupla função: via férrea no tabuleiro inferior e trânsito pedonal e carrário na superior (Oliveira, 1978, 130-131).

Antes da sua construção, a travessia fazia-se de barco. A mais antiga notícia acerca de uma barca de passagem no Rio Minho, em frente a Tuy, remonta ao tempo da rainha D. Teresa. Foi ela quem a concedeu ao Bispo e Cabido da Sé de Tuy, em 1125: “*nullus habeat navem conditiciam in portu Tuda exceptis vobis*” (DMP, DR, I, 88).

A barca de Tuy compreendia dois tipos de embarcação. A maior destinava-se ao transporte de carros, animais e mercadorias; a mais pequena levava somente pessoas. Para além desta, ainda havia uma outra, que era propriedade da vila de Valença e estava atracada ao cais da Veiga do Ouro, sítio onde desde tempos recuados desembocava a via romana XIX. Para além destas, havia também as de Amorim e de Moimenta, mais a de Salvaterra em frente a Monção (Marques, 1997,

101), que é provavelmente aquela que vem referida em 1793 no Livro de Acordãos da Câmara de Monção: “*Em/verno a Bordava a Barca da Passagem/ deste reyno pera o de galiza*” (AMMAC, Livro dos Acordãos, 1793, fl. 141 e 141v).

O CASTELO DE LAPELA SEGUNDO DUARTE D’ARMAS

O castelo de Lapela desenhado por Duarte d’Armas é uma construção onde alguns dos ingredientes da arquitectura gótica estão em evidência e cujo melhor exemplo é a torre de menagem erguida fora do circuito amuralhado do castelo (Fig 2). De acordo com as regras da filosofia militar de então, a torre foi construída no exterior do recinto pentagonal, adossada ao pano da muralha, provavelmente para defender a porta principal do castelo que veio a ser transferida para outro ponto na altura em que foram introduzidas reformas na estrutura primitiva. Aliás esta maneira de construir nem era nova, pois está patente em castelos que sofreram grandes transformações no reinado de D. Dinis e posteriormente em alguns dos seus sucessores (Barroca, 1998, 814-815).

A torre de menagem, que é a única parcela que restou do castelo da Lapela, tem uma altura de 22 varas ou seja 24,20m. Tem planta rectangular – 9,90 x 9,90m – e interiormente está dividida em quatro andares com ligação entre si através de uma escada de madeira. O único acesso ao interior está ao nível do 1º andar, através de uma porta de tendência ogival, que conserva ainda, na pedra de fecho, as armas de D. Pedro I. As restantes aberturas são simples frestas abertas nas paredes dos três sobrados mais elevados, pois o compartimento do rés-do-chão não possuía qualquer comunicação com o exterior.

O acesso normal à torre de menagem fazia-se através de um adarve construído sobre o muro que também o era de uma torre em forma de trapézio. Esta, com as medidas de 5,30 x 4,50m, era uma das duas torres que integrava o sistema defensivo. A outra tinha por missão proteger o acesso à água.

De acordo com uma das estampas de Duarte d’Armas, esta torre tinha duas frestas por andar. Uma estava orientada para o Rio Minho e por inerência para a torre de captação de água; da outra via-se o espaço situado entre a torre e a couraça. Sendo um importante ponto estratégico, nada mais natural que a sua defesa fosse potenciada com a construção de um balcão no topo da torre, assente em três matacões e dois orifícios para a efectuação de tiro directo (Fig 3 e 5).

Se tivermos presente a funcionalidade dos diversos compartimentos do castelo parece-nos que este seria o paiol do castelo, pela ligação rápida que tinha com a torre de menagem e pela facilidade que se podia estabelecer com todo o anel defensivo. A sua importância estratégica era de tal ordem, que a sua defesa era assegurada por três balcões assentes em matacões: dois orientados para o espaço interior e um terceiro para o lado de fora da fortaleza.

Preparados para a execução de tiro vertical, estes balcões encontram paralelos no castelo de Melgaço e foram uma das modalidades de defesa activa mais promissoras introduzidas nos castelos medievais já no século XIII (Barroca, 1998, 817). Como exemplos claros da defesa activa, neste caso específico, eles foram colocados em lugares de maior necessidade defensiva. A sua função primordial foi travar a aproximação ao interior do recinto e muito em particular, a defesa da porta da torre de menagem. Como corolário diremos que a progressão até esta torre fazia-se a partir de uma escada internamente adossada à muralha postada no ângulo da torre de captação de água. A sua largura e os seus balcões são dois paradigmas da arquitectura militar gótica portuguesa (Barroca, 1998, 814).

A torre de menagem é uma construção de “*quatro faces articuladas em ângulos rectos*” como o ordenava a cartilha militar românica (Barroca, 1998, 814) e tem paralelos bem próximos, sobretudo no castelo de Melgaço (Almeida, 2003, 52-55). Assenta directamente no granito, que constitui a base geológica do sítio e por se tratar de uma construção alta e massiva, houve necessidade

de abrir rasgos para assentamento das primeiras fiadas, dispostas de maneira a dar a ilusão de um alicerce escalonado. As paredes, com uma espessura na ordem das 2 varas ou seja 2,20m, foram construídas com silhares de granito de tamanhos diferentes, por norma rectangulares, dispostas em fiadas pseudo-isódomas. O processo de erosão a que a torre tem estado sujeita e que tem originado a destruição da face picada das pedras mais expostas, tem contribuído para o desaparecimento de siglas, que poderiam não cobrir a totalidade das pedras. Por outro lado convém ter presente que uma parcela dela foi objecto de grande restauro, após a derrocada ocorrida em 1835.

Adossadas à torre de menagem havia nada mais que três tipos de estruturas: uma construção voltada a sul, um muro voltado a norte e uma torre orientada para nascente.

O compartimento postado a sul da torre tinha a forma de um rectângulo irregular: 14,30m de comprimento, 3,30m de largura no pano nascente e 3,90m no lado oposto. É de presumir que a altura rondasse os 14 m. Esta relativa certeza colhemo-la na planta deixada por Duarte d'Armas que representou um muro coroado de merlões ligeiramente abaixo da torre que faz parte do complexo habitacional. O acesso a este compartimento, que não sabemos se era coberto, encontrava-se ao nível do rés-do-chão, a meio do espaço situado entre o ângulo sudoeste da torre e a escada de acesso a um provável adarve, porque era por ele que se chegava à construção central, localizada sobre o arco em frente à porta principal.

A área habitacional propriamente dita era constituída por uma construção rectangular assente sobre um amplo arco de volta inteira, que estava em ligação directa com a porta principal do castelo. A ladear esta construção havia duas torres cobertas que rematavam em merlões e em telhados de quatro águas.

Analisada a planta, não há qualquer dúvida que a área habitacional, com 11,90m de comprimento e sensivelmente 3,30m de largura, distribuía-se por dois andares – *sala de dous sobrados* escreveu Duarte d'Armas - separados por um sobrado de madeira, com ligação directa para as torres que a adossavam. A iluminação era conseguida à custa de três janelas no andar superior e duas no que lhe ficava por debaixo, sendo a cobertura em telhado de uma só água já que a parede posterior da casa era a muralha mais interior, a mesma que definia o recinto e resguardava a torre de menagem. Particularidade era o facto de, na dita construção, entrarem diferentes materiais na sua composição. A prova está na representação gráfica que o autor faz da fachada mais saliente da área habitacional. Ao contrário da restante obra edificada - *todollo muro e torres desta fortaleza são de canto talhado* (Armas, 133), isto é, em esquadria – se excluirmos os blocos de granito que uniam às torres e as aduelas do arco, toda a demais fachada foi feita com materiais bem menos trabalhados, talvez alvenaria, mas que foram tapados com reboco e uma demão de cal.

As torres, postadas em ambos os topos da construção, faziam parte da área habitacional. Tinham alturas e remates semelhantes, com telhados em quatro águas coroados de merlões triangulares. No entanto esta uniformidade facilmente se desfaz quando se analisam as respectivas dimensões.

A torre da direita, com 3,30 x 3,30m, tem uma planta regular, situação que não se repetia com a da esquerda, de proporções ligeiramente mais avantajadas. Com 4,40m na parede mais pequena e 6,10m na maior, demonstra claramente ausência de uniformidade no que diz respeito às respectivas áreas, mas não no que toca à grossura dos muros: no caso vertente a largura deles rondava os 2,20m. Sintomático, por sua vez, é o facto da torre esquerda permitir o acesso directo ao adarve através de uma porta, situação que não se repetia na torre oposta.

A porta de entrada para a área habitacional estava no mesmo plano que a porta de acesso à torre de menagem. Para se chegar até ela era necessário tomar a escada colocada entre o compartimento rectangular postado nas traseiras da torre e a parede que era, ao mesmo tempo, suporte arquitectónico da área habitacional. Tinha a largura tipo dos muros deste castelo - 2,20m - e funcio-

nava como adarve, já que era necessário percorrer cerca de 9m para atingir a única porta que permitia a comunicação do exterior com os dois sobrados e as duas torres.

Finalmente uma hipótese a considerar.

Duarte d'Armas desenhou um conjunto de linhas paralelas que unem a porta do sobrado inferior da zona residencial ao adarve que rematava junto à porta da torre de menagem. Se interpretarmos tais linhas como uma possível estrutura suspensa, removível em caso de necessidade, podemos intuir que havia uma ligação directa entre os dois edifícios. Os ganhos com tal solução ressaltam à vista: estava excluída a necessidade de circundar o adarve do recinto, sempre que houvesse necessidade de alguém deslocar-se de um espaço para outro.

Se esta era uma hipótese a considerar, não podemos ignorar que o acesso normal à torre de menagem, às troneiras da torre de captação de água e ao restante adarve que circundava o recinto do castelo, fazia-se por uma única escada: aquela que estava adossada à face interna da muralha, próxima da porta da torre onde se captava a água.

A torre de menagem e demais construções situavam-se no interior de um espaço defendido por uma muralha que, por sua vez, estava reforçada com uma couraça.

A muralha do castelo, como já dissemos, tem a forma de um pentágono irregular. O perímetro do recinto orçava as 27 varas, ou seja 29,70m, o que faz dele algo de muito mais pequeno que os vizinhos dos castelos de Melgaço e de Monção. A altura deste muro era de 8m e a espessura média rondava os 3,40m. Estas medidas foram tiradas no exterior, num ponto onde a escarpa de granito, localizada entre a torre de captação de água e a torre nº 1, desce até ao rio. Incorporada no perímetro defensivo estava a torre que protegia a captação de água. Era, juntamente com a torre de menagem, uma das duas que faziam parte do primitivo plano defensivo. Tinha, de acordo com as anotações de Duarte d'Armas, medidas irregulares ou sejam: o pano maior 11,10m de comprimento, o médio 9,90m e o menor 8,30m. A altura rondava os 12,10m, enquanto a espessura se ficava pelos 2,20m.

Analisando o posicionamento da torre e a maneira como se articulava com o restante sistema defensivo, ressaltam duas ou três notas que convirá realçar. A primeira é que ela defendia a recolha de água, mas também, através do arco aberto ao nível do rio, poderia acolher pequenas embarcações no interior da torre. A segunda é que ela funcionava como elemento mais ofensivo de todo o conjunto, pelo facto de estar munida de várias troneiras cruzetadas na parte superior. Finalmente a ligação entre o rio e o interior do recinto era possível através de uma escadaria que precedia a porta aberta na muralha que circundava o conjunto. Esta ligação, posta em confronto com a porta principal, entretanto desaparecida, fazia desta uma típica porta da traição, tão usual nos castelos românicos.

A última referência à planta desenhada por Duarte d'Armas relaciona-se com a couraça com que a primitiva defesa foi reforçada. Diz aquele autor que, tal como as outras estruturas, também esta foi feita com pedra talhada. A forma que lhe deram, aproxima-se do rectângulo, tendo 2,20m de espessura e uma altura que ronda os 4,40m. Foi para o pano orientado para poente que foi transferida a porta principal, anteriormente situada na proximidade da torre de menagem.

Junto aos muros do castelo desenhou ainda o autor a povoação com meia dúzia de habitações com telhados em duas águas. Das doze casas, nove são de habitação e três, presumivelmente anexos. Diferenciam-nas os telhados em duas águas, cobertos a telha, dos outros cuja matéria-prima era o colmo. Por outro lado as casas de habitação têm janelas e portas consoante as necessidades de cada uma, enquanto as outras parecem só ter porta de acesso.

A FUNDAÇÃO DO CASTELO DE LAPELA

É voz corrente ter sido o castelo de Lapela construído no reinado de D. Afonso Henriques, mas não há provas documentais e tão pouco arqueológicas que sustentem tal tese. Se tal hipótese

algum dia tiver comprovação, então Lapela, juntamente com Valença e Melgaço, faz parte de “*uma primeira malha de pontos fortificados, instalados ao longo da fronteira do Rio Minho no início da nacionalidade*”, porque só mais tarde, nos reinados de D. Afonso III e D. Dinis, é que foram edificados os castelos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Monção e fechado o circuito da cerca medieval da povoação de Melgaço (Barroca, 1998, 804; Almeida, 2003, 45).

A referência mais antiga, que seja do nosso conhecimento, sobre um castelo na freguesia de Lapela data do reinado de D. Fernando. No ano de 1367 aquele rei proveu de alcaides uma série de vilas e fortalezas do reino e entre elas constava o de Lapela: “*do castello de Lapella Vasco Gomes de Abreu*” (Santos, 1988, 48).

A interpretação desta passagem da Monarquia Lusitana é de tal modo taxativa que não permite grandes interrogações. Sabe-se que naquela data já havia castelo naquele sítio e que a figura escolhida para organizar a sua defesa foi um nobre da nobreza da região e que por sinal tinha interesses na vizinha freguesia de Lara. O maior problema reside no facto de desconhecermos quem mandou construir o castelo.

Se lermos com atenção a documentação impressa relativa aos quatro primeiros monarcas portugueses, em nenhuma delas encontramos alusões directas à construção de castelos nesta zona raiana, apesar de alguns dos reis a conhecerem relativamente bem.

D. Afonso Henriques, tal como o seu filho D. Sancho I, conhecia bem a realidade da fronteira do Minho, várias vezes devassada no decurso dos respectivos reinados. D. Sancho I chegou mesmo a deslocar-se a Melgaço onde, de acordo com o texto da Inquirição de 1258, se apoderou de Santa Maria de Orada, atitude que viria a transformar em “*permuta*” após acordo com o mosteiro de Fiães (PMH, Inq. 1ª Alçada, 378; Almeida, 2003, 32). Não esquecer, também, que foi este rei quem deu carta de couto ao mosteiro de Longos Vales (Monção), em parte agradecido pela torre que o abade e os seus monges haviam feito em Melgaço (Almeida, 2003, 50). No entanto não concedeu nenhuma carta de povoamento à pequena povoação de Lapela como por vezes se apregoa (Rocha, 1988). A carta de que se fala e com a qual se pretende relacionar Lapela, foi atribuída a uma outra povoação, de seu nome *Alapela*, que actualmente é lugar da freguesia de Fonte Boa, concelho de Esposende. Naquela altura, aquela freguesia, ribeirinha do Rio Cávado, por motivos relacionados com as características geomorfológicas do seu solo, chamava-se Fonte Mã: “*Hec este carta populacionis de Lapela...de ipsa villa de Sancto Salvatoris de Fonte Mala*” (Azevedo et alii, 1979, 269).

Os problemas militares que se faziam sentir na raia do Rio Minho, eram também conhecidos de D. Afonso II, pois este monarca viu Valença destruída e Melgaço tomada pelos leoneses durante as hostilidades que o opôs às infantas, suas irmãs (Pintor, 1975, 79). Foi, atravessando o Minho, que ele peregrinou até Santiago de Compostela em 1219 (Martins, 1957, 63). O que não sabemos é o ponto onde vadeou o Rio Minho, talvez em Valença onde havia a barca mais conhecida.

A última possibilidade de ter sido construído em tempo anterior a D. Dinis, está no reinado de seu pai, o rei D. Afonso III, mas também deste não colhemos informação plausível. A Inquirição realizada em 1258 nada diz acerca de haver ali uma fortaleza, refere isso sim “*que in Lapela filiam portagem pora elRey*” (PMH, Inq. 1ª Alç. 369), naturalmente a quem atravessasse o rio. Pagamento de portagem pressupõe a existência de uma barca ou mesmo de um vau, mas não necessariamente de um castelo.

Sendo uma estrutura com vincadas características góticas, há que aceitar que foi com o advento do reinado de D. Dinis que este tipo de construções se afirmaram - umas construídas de raiz, outras reformadas - um pouco por todo o país (Barroca, 1998, 808). É certo que não encontramos o castelo de Lapela na extensa lista de trabalhos atribuídos a este monarca, mas também não é necessário que seja obra sua para ser considerada uma das muitas fortalezas do Minho onde são notórios alguns dos atributos da defesa activa, elementos tão caros aos militares de então. Por

isso mesmo e na falta de provas documentais, resta-nos a dedução a partir de algumas referências indirectas, porque tão pouco ajudam os conhecimentos oriundos da arqueologia. Convirá não esquecer que, do conjunto de muralhas, torres, área residencial e casas divulgadas pela mão de Duarte d'Armas, somente sobrou a torre de menagem.

É verdade que o Castelo de Lapela não consta da extensa lista de obras militares ordenadas pelo rei D. Dinis – na região são-lhe atribuídos os castelos de Monção, Castro Laboreiro e Vila Nova de Cerveira – mas nem por isso deixou de vincar, quão necessário era tornar militarmente segura a fronteira do Minho com a Galiza. Concretizou-o entabulando negociações com o bispo de Tuy no sentido de promover-se uma troca de padroados no actual Alto Minho que, à data, dependiam daquela diocese.

Conseguido o acordo, o rei ficou com os padroados de Santa Maria de Monção e Castro Laboreiro, locais onde veio a construir dois novos castelos para, em troca, conceder os direitos, entre outras, das igrejas de Viana, Meadela e da ermida de Pena da Rainha, de invocação a São Lourenço: “*com isto ficou a igreja de Tuy mais acrescentada, El Rey porem mais seguro com a apresentação das duas igrejas situadas na raya de Galliza em partes mais próximas*” (Brandão, Parte Sexta, 1980, 125). As duas primeiras paróquias, situadas na linha do Lima, estavam bem longe da fronteira, não sendo por isso mesmo, estorvo de maior em caso de conflito armado. O mesmo não poderemos dizer de Pena da Rainha, sítio onde havia um escarpado castelo roqueiro.

A transferência daquela ermida para o controle eclesiástico da diocese galega poderia ter sido contraproducente caso o rei, entre outras medidas e à data, não tivesse esvaziado de poder as *tenências* dos castelos, relegando muitos destes para um papel secundário na cena militar do reino (Barroca, 1998, 804-805). No caso concreto da fronteira do Minho, perante a evolução da arte militar, eram muito mais funcionais e eficientes os castelos postados ao longo da linha do Rio Minho, que os velhos redutos postados entre altivos penhascos. Bons exemplos disso eram os castelos roqueiros da Pena da Rainha e de Fraião ou Boivão, isto só para citar os de maior nomeada nesta parcela do Alto Minho. A permuta que o rei fomentou, só foi possível, porque, à data e para ele, o interesse militar do castelo de Pena da Rainha, já havia entrado no domínio das realizações passadas.

Ultrapassado o reinado de D. Dinis, até D. Fernando, restam dois monarcas: D. Afonso IV e D. Pedro I. Qualquer um deles tiveram hipóteses e possibilidade de ordenar a fortificação do pequeno penhasco sobranceiro ao Rio Minho, situado bem junto ao já mencionado *Vau da Estacada*.

Tal como os seus antecessores, também D. Afonso IV se envolveu em conflitos armados com os vizinhos de Castela entre 1336 e 1339. Numa das situações de guerra aberta entre as duas partes, os portugueses comandados por D. Pedro, Conde de Barcelos, entraram pela Galiza dentro, fazendo o maior número de tropelias que, em certas ocasiões, se transformaram mesmo em actos de puro banditismo “*porque cõ mayor poder entrou o Conde de Barcellos D. Pedro por Galiza, prendeo, ferio, matou, y destruiu cõ braço tão forte y, golpe tam rijo*” (Brandão, Parte Sétima, VII, 403). Por isso nada mais natural que quisesse reforçar a linha de fronteira, tanto mais que os castelhanos ripostaram, assim nascendo as consequências negativas que advêm de uma intervenção militar, por mais restrita que ela fosse.

Se respigarmos as informações da Chancelaria do Rei D. Pedro I encontramos nela uma notícia deveras interessante. Em 1357 o rei entregou os seus castelos de Melgaço e de Castro Laboreiro “*a vasco gomez daureu seu vassalo que lhe delles fez menagem*” (ANTT, Chanc. D. Pedro I, doc.15). Este fidalgo é precisamente o mesmo que 10 anos depois, em 1367, foi escolhido para alcaide de Lapela pelo filho, o rei D. Fernando.

De acordo com Felgueiras Gayer este fidalgo, que era filho de Lourenço de Abreu, com casa em Merufe, havia optado por defender os interesses de D. Leonor Teles, de quem era parente. Tal posição haveria de acarretar-lhe dissabores, pois o futuro rei D. João I haveria retirar-lhe as terras

que possuía no Julgado de Fraião, por ter combatido no campo contrário. A justaposição dos dois textos garante que o fidalgo em questão foi figura de proa durante a governação dos dois monarcas, mas não prova que o castelo de Lapela seja obra de D. Pedro I.

O texto cita dois importantes castelos situados na raia do Alto Minho (Almeida, 2003), mas não nos podemos esquecer que, à data, já havia sido construído o castelo de Monção e nem por isso ele foi mencionado. No entanto é essa a opinião de Figueiredo da Guerra para quem o castelo foi iniciado por D. Pedro I e terminado por seu filho D. Fernando, explicando-se assim a presença das armas portuguesas com onze castelos que são atribuídas àquele monarca (Guerra, 1914).

É verdade que o texto acima referido nada diz sobre o castelo, mas não podemos ignorar que o rei D. Pedro I esteve pessoalmente em Monção, pelo menos duas vezes, onde assinou cartas e petições, sendo uma delas destinada ao vizinho convento de São Fins de Friestas (ANTT, Chanc. D. Pedro I, doc. 584). Conhecendo bem a realidade do Minho, é natural que o rei tivesse ordenado a construção do pequeno castelo de Lapela com a finalidade de reforçar uma fronteira, que se havia mostrado bastante permeável em anteriores cenas de guerra. Era necessário defender um troço de rio, facilmente vadeável em dois pontos fora do raio de acção dos dois castelos postados sobre o Rio Minho: Valença e Monção. Só que desconhecemos as provas documentais que possam alicerçar esta nossa convicção.

D. Fernando, como já vimos, nomeou um alcaide para um castelo que não sabemos se o mandou construir. Hipótese provável, porque motivos tinha ele de sobra.

No decurso do seu reinado, este monarca por três vezes envolveu-se em demandas militares com os vizinhos castelhanos. Os motivos foram sempre os mesmos: o direito à sucessão da coroa castelhana, após o assassinio de Pedro I pelo seu irmão Henrique de Trastâmara. A primeira das guerras ocorreu entre 1369 e 1370, a segunda entre 1372 e 1373 e a terceira entre 1381 e 1382.

A primeira destas guerras teve precisamente como palco a Galiza e o Minho, porque se o rei português chegou a entrar na Corunha e *“toda aquella lhe queria obedecer”*. O contra-ataque de Henrique II trouxe os castelhanos até ao Minho, que tomou Braga, cercou Guimarães e assolou Trás-os-Montes, sem que as tropas portuguesas tivessem organizado resistência de maior. Voltarão a fazê-lo no decorrer da segunda intervenção militar. Enquanto uns cercavam Lisboa, o fronteiro da Galiza entrava no Minho e chegava até Barcelos. É neste contexto que se insere o feito do Alcaide de Faria que, por recusar entregar o castelo que lhe havia sido entregue por D. Fernando, foi morto no Monte da Franqueira à vista do filho e de toda a guarnição que resistiu heroicamente às investidas castelhanas (Lopes, Cap. LXXVIII).

De acordo com o texto da Crónica de D. Fernando, Fernão Lopes escreveu que o rei Henrique II deixara a Corunha e viera *“perante Tuy e Salvaterra, e passou o rio Minho a vao, por que era em tempo que o podiam fazer”* (Lopes, Cap. XXXII). Por outras palavras, os castelhanos atravessaram o Rio Minho da forma que era usual fazer-se, durante o verão e num dos vaus que havia entre Valença e Monção. Se vieram até Salvaterra, então é de presumir que o tivessem feito no Vau da Estacada localizado a nascente de Lapela, mas à vista desta e presumivelmente do castelo que já ali havia.

A primeira das campanhas militares iniciou-se em 1369, dois anos depois do rei ter nomeado Vasco Gomes de Abreu como alcaide do seu castelo de Lapela. Será de recordar que foi nesse mesmo ano de 1367 que D. Fernando subiu ao trono por morte de seu pai o rei D. Pedro I.

A ilação a tirar é que não foi o rei D. Fernando quem o mandou construir o castelo de Lapela. Quando tomou conta do reino, aquele já existia. O que falta saber é qual dos monarcas, seus antecessores, ordenou a sua construção: D. Dinis? D. Afonso IV? D. Pedro I?

Muito provavelmente este último.

A remodelação do castelo da Lapela

A escassez documental referente ao castelo, que está assente sobre um penhasco de baixa altitude sobranceiro às águas do rio – o topónimo *lapela* está precisamente associado a uma penha granítica de pequena dimensão - não permite traçar-lhe um longo e sólido historial durante a vigência da sua actividade.

Provavelmente foi visitado pelo Condestável Nuno Álvares Pereira na altura em que se aproximou do Rio Minho para passar para Santiago de Compostela e recebeu Monção sem combate. Embora não venha mencionado na Crónica como castelo aderente à causa de D. Beatriz, tomou provavelmente o partido da única filha de D. Fernando, à imagem dos demais castelos do Alto-Minho: Monção, Melgaço, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Viana e Ponte de Lima (Lopes, I, Cap. LXVIII).

Mais remota parece ter sido a presença do rei D. João I, quando se dirigiu à fronteira do Minho, em 1386, para tomar a vila de Melgaço, que teimava em dar voz a Castela. De acordo com a sua Crónica, D. João I dirigiu-se de Braga para Melgaço com uma hoste onde iam homens como Dom Pedro de Castro, o Prior do Hospital e João Fernandes Pacheco. O caminho, então seguido não está especificado, mas se tomou a estrada de Braga a Monção, deixou o castelo de Lapela duas léguas para poente, tanto na ida como na vinda, pois, após tomar Melgaço e entregá-la a João Roriz de Sá, “*tornouse com ha Senhora Rainha pera a villa de Momçaom*” (Lopes, II, 297).

Se desconhecemos o papel que desempenhou nos conturbados tempos das Guerras da Independência, os momentos que se seguiram não são mais esclarecedores. Há a informação que por volta de 1423 o rei D. João I entregou o castelo a Lopo Fernandes Pacheco (ANTT, Chanc. D. João I, I, fl. 92), sendo provável que date do seu reinado a grande remodelação que transformou o primitivo castelo no conjunto desenhado por Duarte d’Armas.

Política e militarmente é sabido quão dispendioso foi às armas portuguesas retomar a sucessão de castelos do Alto Minho que haviam tomado voz por D. Beatriz, filha de D. Fernando, casada com D. João I rei de Castela. Por um lado o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, por outro próprio D. João I, Mestre de Avis, encetaram uma série de campanhas que culminaram com a tomada do castelo de Melgaço em 1388 (Lopes, II, Cap. CXXXII).

A campanha que se desenrolou em torno da tomada do burgo de Melgaço (Almeida, 2003, 93-104) pôs em evidência as deficiências que tornavam vulneráveis a maioria dos castelos postados ao longo da fronteira. Os balcões assentes em matacões, os fossos, quando os havia, eram estruturas ideais para sustentar um ataque de cavalaria e dificultar, ao máximo, o assalto das forças de infantaria, mas eram praticamente inoperantes contra os projecteis da artilharia que então dava os seus primeiros passos. Para colmatar algumas das falhas desenvolveram-se alguns trabalhos complementares de defesa, dotando-se a maioria dos castelos de barbacãs extensas e de barbacãs de porta, que se multiplicaram ao longo do séc. XV (Barroca, 1998,818), salvo aqueles que já as tinham como é o caso da barbacã de Melgaço (Almeida, 2003, 76-80) e da barbacã de porta da Torre dos Grilos do sistema defensivo de Ponte de Lima.

Se olharmos atentamente para a planta do castelo de Lapela não deparamos com nenhum local apropriado para a colocação de peças de artilharia, à excepção da torre sobre o rio onde há uma série de troneiras cruzetadas, mas também convirá recordar que esta fortaleza não teve qualquer obra de beneficiação durante e após as Guerras da Aclamação. Se nela alguma vez houve peças de artilharia, estas foram postadas sobre a barbacã onde havia um caminho de ronda por onde podiam ser deslocadas após terem sido elevadas, porque as escadas de acesso destinavam-se somente a pessoas.

O primitivo castelo de Lapela, aquele que terá sido construído em tempo de D. Pedro I, constava de um pequeno recinto amuralhado de forma pentagonal provido de duas torres e de duas

entradas. De acordo com a cartilha dos militares góticos, a torre de menagem foi construída no exterior, mesmo ao lado da porta principal, enquanto a segunda entrada estava postada debaixo da outra torre, cujo alicerce assentava directamente no leito do rio. Como corolário defensivo ainda havia vários balcões assentes sobre matacães.

Este castelo, assim concebido, colocava alguns entraves na travessia do rio a uma hoste de pequenas proporções, mas nunca a um exército em forma. Tão pouco oferecia resistência a um assédio bem concebido, muito menos à povoação que sempre ficou de fora dos planos defensivos. Em caso de guerra ou perigo iminente não controlado, os habitantes sempre poderiam abrigar-se no interior do recinto, mas não por muito tempo, porque não havia reservas alimentícias suficientes para a guarnição acrescida dos moradores. Em conclusão, o castelo nunca foi pensado como defesa de uma região, tão pouco de uma povoação, antes como um ponto que controlava uma das várias passagens no Rio Minho. Talvez, por isso, mais tarde acabasse por ser definido como atalaia.

Ultrapassadas as Guerras da Independência o castelo foi remodelado e adaptado a residência, provavelmente do Governador da praça. Foi assim que nasceu a ideia de construir-se um edifício dividido em dois sobrados, ladeado por duas torres e de uma outra estrutura rectangular acoplada à torre de menagem. Qualquer um dos novos imóveis foi levantado no exterior do antigo recinto e da torre de menagem, situação que obrigou à construção de uma defesa complementar: uma extensa barbacã. Esta, unindo-se à muralha do castelo passou a rodear, em lanços rectangulares, toda a área construída, à excepção do sector voltado ao Rio Minho. Com esta nova concepção, a torre de menagem praticamente passou para o centro da nova área defensiva, alterando-se também a posição da porta principal.

O DESMANTELAMENTO DO CASTELO DE LAPELA

É preciso esperar pela Guerras da Aclamação, vulgo da Restauração, para encontrarmos alguns registos acerca da sua actividade e da sua guarnição. Pelas listagens de efectivos sabemos que em 1650 o comando da pequena força militar pertencia a um capitão, que era secundado por um condestável, o equivalente a sargento (AHM, 3ª Div., 9 Sec. CX 2, nº 12, 1791). Desconhecemos o número de praças, mas tendo presente a existência de troneiras e de espaços apropriados à colocação de peças de artilharia nada mais natural que entre elas houvesse alguns artilheiros.

As escaramuças começaram logo em 1643 com a tomada de Salvaterra, frente a Monção, pelas tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Castelo Melhor, pai do futuro valido do rei Afonso VI. A reacção galega fez-se pela mão do Cardeal de Spínola e como a guarnição portuguesa de Salvaterra tivesse resistido, o comandante das tropas castelhanas passou a fronteira e em retaliação assolou as principais praças de armas portuguesas postadas ao longo da fronteira do Minho (Selvagem, 1931, 397-398).

O ano de 1658 é outra data capital para a história do castelo de Lapela. Os castelhanos comandados pelo Marquês de Viana passaram a fronteira e travaram combate cerca de Paredes de Coura com as tropas portuguesas comandadas pelo Conde de Castelo Melhor. A derrota das tropas portuguesas abriu caminho aos castelhanos para Lapela e Monção. A primeira foi tomada no dia 2 de Outubro, sendo governador Gaspar Lobato de Lanções e a segunda sofreu um cerco de 4 meses. Perante a incapacidade em continuar a defesa e quando já estavam reduzidos a duzentos e trinta e seis homens, o comandante da praça de Monção, Lourenço de Amorim Pereira, capitulou no mês de Fevereiro de 1659.

Os combates entre os dois exércitos continuaram nos anos seguintes. Em 1659 pelejou-se no vale de Rosal e em 1663 uma investida galega sobre a bacia do Rio Lima foi travada na Serra da

Boulhosa por uma força portuguesa comandada por Rodrigo de Pereira Souto Maior. Nesse mesmo ano, frente a Vila Nova de Cerveira, as tropas portuguesas tomaram Goián e construíram ali um forte. Em 1664 a praça de Valença foi novamente atacada, só que desta vez ela viria a ser recuperada pelo Conde de Cantanhede. A ofensiva continuou nos dois anos seguintes. Em 1665, o exército português sob o comando do conde do Prado pôs cerco a Tuy e ocupou A Guarda e em represália, em 1666, os galegos voltaram a atravessar o Rio Minho, frente a Lapela, tendo acampado entre esta povoação e Monção. Comandava-os Dom Baltazar de Roxas Pantoja e tinha como missão avançar para o vale do Rio Lima.

Por essa altura Lapela voltou a ficar em perigo, pois o comandante castelhano mandou erguer um fortim para assaltar o castelo, que entretanto tinha voltado a mãos portuguesas pela acção do Conde do Prado (Mattos, 1940; Almeida, 2003, 138).

Terminadas as Guerras da Aclamação, era notório que a maioria das fortalezas da raia portuguesa encontravam-se obsoletas face às novas realidades e modalidades de fazer a guerra. O plano então estabelecido implicou a reorganização do exército – o mais profundo foi o do Conde de Lippe – e a reformulação do sistema defensivo, que aliás já havia começado com as Guerras da Aclamação. Os castelos de origem medieval, tidos como de maior valor estratégico, foram transformados em fortalezas abaluartadas e as povoações confinantes inseridas numa nova estrutura defensiva. Consoante os casos, os velhos castelos carregados de simbologia e de histórias, foram providos de baluartes, falsas bragas, revelins, tenalhas, meias-luas, obras cornas, obras coroadas, traveses, esplanadas e estradas cobertas. Assim aconteceu na raia do Minho com Melgaço, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença e Monção (Almeida, 2003, 146).

Ausente desta política defensiva, que assentava essencialmente na poderosa praça de Valença, coadjuvada a montante por Monção e Melgaço e a jusante por Caminha e Vila Nova de Cerveira, ficou irremediavelmente de fora o velho castelo de Lapela. Com o advento do liberalismo acentuou-se ainda mais o desinteresse por um conjunto de fortalezas, que obsoletas em todos os sentidos, só oneravam Fazenda Pública. Foi na segunda metade do séc. XIX que se expandiu o desmonte, já iniciado no final do séc. XVIII, de muitos dos muros que rodeavam algumas das vilas e cidades do Minho: Braga, Guimarães, Barcelos, Ponte de Lima, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira, Caminha, Monção e Melgaço (Almeida, 2003, 194-208). Ao invés do que ocorreu com as demais, o castelo de Lapela foi dos primeiros a ser demolido - a autorização foi dada em 1706 pelo rei D. João V - para abastecer de pedra as obras que se faziam na fortaleza de Monção. Tudo foi demolido, à excepção da Torre de Menagem e mesmo esta, por força do seu mau estado de conservação, foi aconselhada a sua demolição num relatório do Corpo de Engenheiros que inspeccionaram as fortalezas da raia do Minho no ano de 1840. Eis a sua transcrição na parte referente a Lapela:

1.º

É situada sobre a margem esquerda do Rio Minho, / a meia distancia de Monsão e Valença servio d(e) atalaya.

2.º

É composta d(e) uma torre quadra de pedra de cantaria, e te-/ ve em roda um pequeno recinto, que está occupado com pe-/ quenas cazas particulares.

3.º

Está toda fendida, e ameaçando dezabar, terá 60 palmos / d(e) alto, e 30 em quadro.

4.º

Nenhuma conveniencia pode haver na sua conservação / e o melhor uzo que se poderá fazer, será aproveitar a canta-/ ria em alguma preciza reparação. (AHM – 3ª Div., 9ª Sec. CX 2, 36).

Alicerçados neste e certamente noutros relatórios de igual teor, anos depois, a vereação de Monção pretendeu demolir o que restava do castelo de Lapela fortemente arruinado em 1835, na mira de obter algum lucro com a venda da pedra de cantaria. Como a intenção não se concretizou, nos alvares do séc. XX, em 1910, foi classificada como monumento nacional, mas só em 1940 é que a DGEMN promoveu o seu restauro.

O desmantelamento da estrutura castelar, à excepção da torre de menagem, motivou o mutismo total na documentação de cariz militar que se produziu a partir do último terço do séc. XVIII. A partir de 1760 foram diversos os relatórios que foram elaborados por especialistas militares para o Governador das Armas do Minho acerca do estado das diversas fortalezas e respectivas guarnições. Em todos eles o nome o castelo de Lapela está ausente. Deixara de ter qualquer préstimo militar. Por isso se entendem melhor as palavras do padre João Alves Manhozo, pároco desta freguesia e que assim as ditou para as Memórias Paroquiais de 1758: “ *A borda deste rio Minho e no meio deste lugar em cima de huns pinhascos esteve fundado hum lindo, alto e forte castello ameado e também seus grandes muros com focos e estacadas onde havia coartéis e armazéns correspondentes...E se antigamente inespugnável e depois reconheceo a experiencia de novos artefícios melitares o pouco que podia defender-se por estar condenado de muitas eminencias que à roda tinha, pello que se desfez pêra se fortificar a praça de Monção. E somente pera a memoria ficou a torre, que hé muito alta, a que chamam Varanda do Castello...*”(Capela, 2005, 196).

A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

A intervenção arqueológica fez-se numa das casas que formam o arruamento urbano da Lapela, mais especificamente a Rua do Rio. Esta rua é uma das duas artérias que, a partir do arruamento principal, flectem para a torre da Lapela (Fig. 6). Em volta dela, mesmo sobre o rochedo que bordeja o rio, foram construídas casas, a partir do momento que a pedra da muralha foi levada para Monção e toda a área envolvente à antiga torre de menagem deixou de ter interesse estratégico. Na sua grande maioria, as casas que rodeiam a torre, datam do séc. XVIII, quando não são mais recentes.

A casa em questão é uma típica construção rural, apesar de estar inserida numa malha de características urbanas.

Está estruturada em habitação principal que se distribui por rés-do-chão e 1º andar, um pátio e anexos laterais. A casa propriamente dita foi construída com pedra de alvenaria unida com barro. Os silhares, têm boa dimensão na estruturação das portas e janelas, denotam um certo esmero na pingo e os interstícios estão tapados com barro e pedra miúda, estando ausente o reboco generalizado (Fig. 7). Tão pouco era integralmente caiada. A cal, quando foi utilizada, foi-o como símbolo apotropaico, somente em redor das principais aberturas.

A entrada para o pátio, que também funcionou como quinteiro durante a sua fase agrícola, fazia-se através de um largo e alto portal construído com bons silhares de alvenaria. As duas ombreiras mostram ainda um leve chanfrado, característico do revivalismo arquitectónico que começou a imperar desde o final do séc. XVIII. No interior do pátio-quinteiro são notórios, do lado direito, os esteios de pedra que sustentavam a varanda do 1º andar. Esta apoiava-se em fortes vigas de carvalho, enquanto a estrutura exterior da varanda era construída em tabique revestido a argamassa caiada. Ao fundo do quintal encontra-se a escada de pedra, em dois lanços de acesso ao 1º andar e do lado esquerdo da casa, fechando o quinteiro, foram erguidos vários anexos (Fig. 8). Num deles, naquele que está mais próximo da porta da rua, estava o forno de cozer o pão.

A intervenção arqueológica foi feita nos dois locais que havia disponíveis em todo o espaço da casa: a maior, a vala 1 ao correr do quinteiro; a vala 2, essa foi aberta no espaço do rés-do-chão, sem paredes e com luz suficiente (Fig. 9).

Uma última nota. Esta casa, construída no decorrer do séc. XVIII, serviu-se de pedra cortada nas pedreiras vizinhas, mas também a incorporou de outras anteriores construções anteriores. Disso são exemplo alguns bons silhares que foram metidos nas paredes interiores e que poderão provir da muralha, a par de ombreiras com arestas chanfradas, à maneira do séc. XVI, que haviam pertencido a janelas de edifícios daquela altura no espaço envolvente ao castelo.

Vala 1 (Fig. 10)

- 1 – Camada de terra castanho acinzentada que cobria integralmente a muralha. Tinha seixo miúdo, muita telha e alguma cerâmica recente.
- 2 – Terra acastanhada, com nódulos de terra avermelhada. Cobria o alicerce da muralha.
- 3 – Espessa camada de terra castanho-avermelhada, muito plástica e cuja formação resulta da mistura de terras com vestígios de anteriores ocupações, pois entra *tegula* e *imbrex* na sua composição. Tapou o alicerce da muralha.
- 4 – Terra avermelhada, com pequenos seixos e fragmentos de *tegula*. Foi nela que foi aberto o alicerce da muralha.
- 5 – Solo de saibro. Natural.

Vala 2 (Fig. 11)

Foi aberta no interior da casa.

- 1 – Terra castanho- acinzentada. Restos de telha, madeira apodrecida e cal das paredes e seixos rolados.
- 2 – Terra castanho-avermelhada. Seixo miúdo e pedras miúdas. Alguma cerâmica recente.
- 3 – Terra avermelhada com muito seixo e alguns bocados de *tegula*.
- 4 – Terra avermelhada com manchas escuras da decomposição de ervas e raízes. Provêm do terraço fluvial que cobria e rodeava a penedia onde assenta a torre de menagem.

COMENTÁRIO À ESTRATIGRAFIA

A estratigrafia das duas valas de sondagem mostra-se coerente e própria de um espaço onde coexistiram ocupações com séculos de diferença.

Nas duas valas a estratigrafia mostra que a terra tem uma coloração maioritariamente castanho-avermelhada resultante do corte do antigo terraço fluvial. Dele são, também, os seixos miúdos, mas a pedra provêm do desmonte da muralha, trabalho feito em profundidade pois só restou o alicerce. A limpeza feita na altura do desmonte da parede da muralha atingiu, também, os níveis de ocupação. O mais natural seria termos encontrado, de seguida, os níveis de ocupação da casa que foi construída sobre o antigo alicerce da muralha. Tal não aconteceu por dois motivos: o pátio-quinteiro foi usado para fazer estrume, tanto mais que por debaixo da casa havia cortes para animais. Quando este era retirado, anualmente, para estrumar os campos, iam também os pratos e vasilhas partidas no uso diário da casa que para ali eram atirados, num ritual próprio de quem via no quinteiro a lixeira da casa. Por isso não admira que tantos cacos com vidrados de chumbo e de faiança apareçam nos terrenos agrícolas. Para ali foram levados juntamente com o estrume. O segundo motivo relaciona-se com o ponto onde foi feita a 2ª vala. Naquele local deve ter funcionado o celeiro e a adega da casa agrícola. Pela sua própria função não era local adequado para deitar cerâmica partida.

A novidade está na *tegula*, mas como ela apareceu em camadas sem relação directa com muros, ficamos sem saber a que tipo de estrutura ela estava ligada.

A muralha

A novidade, se é que assim se pode chamar a um facto pré-anunciado a partir do momento em que se fizesse uma intervenção arqueológica na área envolvente à antiga torre de menagem, foi termos encontrado o alicerce da barbacã que definia o perímetro do sistema defensivo. Analisada a planta, nota-se que o alicerce foi feito com pedras assentes de maneira pouco uniforme, mas por outro lado, no lado oposto, há já a intenção de arrancar com uma parede com a face bem organizada.

O miolo da muralha foi feito com pedra mais miúda, sem aparelho, misturada com bastante saibro (Fig. 12 e 13).

Espólio

O espólio é escasso, mas interessante, sobretudo, porque, sem o suspeitarmos, a *tegula* veio a reequacionar a cronologia da ocupação daquele sítio. Não são muitos os fragmentos – tanto como 35 – mas o facto de terem aparecido em camadas que são anteriores à construção da muralha ou em terras que foram usadas para cimentar o respectivo alicerce, já de si é deveras significativo.

Muito do espólio recolhido, no total foram recolhidos 127 fragmentos, pertence a *tegula* e telha de meia cana. Juntos ultrapassam as seis dezenas. Os restantes, tirando alguns vidros de garrafa, dividem-se por 4 grandes grupos: vidrados de chumbo, faiança, louça preta e louça com pastas castanho claras não vidradas.

Os vidrados de chumbo aparecem nas duas valas nas camadas superiores. São peças de alguidar (Fig. 15, 5), de porrão e talvez de servidor (Fig. 15, 3) a atentar nos fundos planos (Fig. 14, 3 e 4; 15, 4). O vidrado é de coloração vermelho-alaranjado, mas também os há de tonalidades esverdeadas. Em qualquer dos casos têm uma cronologia posterior ao séc. XVIII.

As faianças não ultrapassam a dezena de fragmentos. Os mais significativos são de uma malga com decoração policromada e o mais antigo pertence a uma taça ou malga decorado internamente com um filete azul (Fig. 15, 7). A sua cronologia remonta, seguramente, ao séc. XVII.

A louça preta está representada por restos de chocolateiras, panelas e potes (Fig. 14, 1 e 2). A fuligem marca claramente a superfície exterior.

As louças não vidradas têm, basicamente, pastas beije e são pouco representativas. O seu número não ultrapassa a dezena. Como representante escolhemos o fundo de um vaso, plano e com acabamento que parece ter tido uma aguada castanho-avermelhada. A sua cronologia parece remontar ao séc. XVI-XVII.

A TORRE DE LAPELA FACE À REALIDADE VIÁRIA REGIONAL

Como já tivemos oportunidade de referir, o Castelo de Lapela foi construído sobre uma pequena colina rochosa sobranceira ao Rio Minho, num sítio onde facilmente se podia fazer uma travessia relativamente segura. O *Vau da Estacada* ficava alguns metros a jusante da dita colina e do outro lado, na Galiza, ainda subsiste o topónimo *Barca*, mais o caminho que desce até à margem, mesmo em frente à torre. Sabemos que aqui tentou atravessar o Rei D. João I para ir até Tuy, com todas as consequências negativas, em vidas perdidas, que tal decisão implicou. Terá também sido esta a passagem a escolhida pelo Condestável D. Nuno Álvares Pereira, quando

pensou ir até Santiago em peregrinação. Todavia, como não sabemos em que aldeia ele pernoitou e como Monção se entregou, por essa mesma altura, à hoste por si comandada, é provável que a tentativa de travessia se fizesse em frente a Salvaterra do Minho, já que por ali havia uma barca e do lado português subsiste o topónimo *Barca*, entre a Quinta das Vianas e a Lodeira. Durante as Guerras da Independência e depois nas da Restauração as tropas de ambos os lados atravessaram o rio mais que uma vez, dominando, em curto espaços de tempo, as fortalezas contrárias. Os castelhanos dificilmente o terão feito junto a Lapela ou a Monção, enquanto não dominaram militarmente cada um dos sítios. Os portugueses, enquanto ocuparam a fortaleza de Salvaterra do Minho, tiveram a travessia relativamente segura.

Qualquer uma destas travessias estava objectivamente ligada a uma estrada cujo interesse seria mais local ou mais regional, consoante as épocas e os interesses em jogo. Senão vejamos:

De acordo com Ferreira de Almeida, o caminho seguido no ano de 997, a partir de Braga, pelo mouro Almansor, na sua caminhada para Santiago de Compostela, trouxe-o até à região de Monção, mas não necessariamente à travessia que ali havia. A passagem no Rio Minho terá acontecido por alturas de Valadares que fica bem mais para nascente (Almeida, 1968, 204). Desconhecemos os motivos de um tal trajecto, porque a via de penetração mais aceitável, entre Braga e Monção, sempre foi pela Portela do Extremo, descendo depois aos Arcos de Valdevez e a Ponte da Barca. A travessia da Portela do Extremo foi tão importante nas Guerras da Restauração que as forças portuguesas viram-se obrigados a fortificá-la de ambos os lados da estrada. Aqui encontrou forte resistência, em 1662, o general espanhol Baltazar Rojas Pantoja das tropas portuguesas sob o comando do Conde do Prado. É certo que os fortes caíram às mãos do maior poderio militar dos invasores, mas a táctica e a coragem dos portugueses foi determinante para que a investida espanhola saísse gorada e salvas as praças portuguesas de maior nomeada, como era o caso de Valença. O general Pantoja, face à resistência encontrada, abandonou o Paço de Giela, onde se havia instalado e voltou a atravessar o Rio Minho, junto a Monção (Caldas, 1994, 123). Terá sido, também, nas imediações desta portela, próximo a Choças, que séculos antes terá acontecido o confronto militar entre as hostes de Afonso VII de Leão e Castela e as tropas do jovem rei português D. Afonso Henriques. Por aqui terão passado as hostes de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira no decurso das campanhas da Guerra da Independência. O Mestre de Avis, só próximo a Monção é que terá derivado para poente indo alcançar, mais à frente, Lapela e o seu *Vau da Estacada*.

Eliminadas as adulterações posteriormente cometidas, é possível fazer-se uma recomposição, mais ou menos segura, do traçado desta estrada, entre o Extremo e o sítio da barca junto a Monção.

A partir do pequeno lugar da Venda, o caminho antigo corta rectilineamente pelo meio do monte passando na Cova da Loba para, mais adiante, reencontrar-se com a estrada actual no sítio de Rio Bom. Daqui seguia a Chim, capela de Santo Estêvão, Tariz, Sande, Cidade, Moreira, Cheira, Regueiro e Eirado. Aqui flectindo para poente, cruzava a estrada actual e chegava à Breia - topónimo relacionado com a viação antiga - a Requião e à igreja de Mazedo. Mais adiante ficava Pegadeira e doutro lado da estrada nacional o lugar da Boavista, já bem próximo ao sítio da Barca. Ao longo deste traçado multiplicam-se os topónimos de origem germânica, o que faz dela indiscutivelmente uma estrada que se cimentou ao longo da Idade Média, todavia não duvidamos, que a sua origem seja bem mais antiga e que remonte, talvez, ao tempo da Romanização. O traçado, em geral, tem perfil de viação romana e embora nunca tivesse sido uma estrada de importância maior na teia das vias imperiais, é evidente que atravessou espaços ocupados com castros, com casais agrícolas romanos e mais tarde com os medievais. Basta atentar na dispersão habitacional, actual, existente entre Monção e o Extremo e conjugá-la com os topónimos de origem germânica, com as igrejas e as ocupações agrárias de raiz medieval para se perceber que, para além de ter sido uma via de

longas distâncias, também foi um grande apoio ao dinamismo regional, pois, através dela, tanto era possível chegar aos pequenos lugares como às grandes metrópoles.

Olhando para este traçado, bem gostaríamos de lhe atribuir uma filiação mais antiga, mas tendo presente a ponte sobre o Rio Gadanha na freguesia de Troporiz e que dá pelo nome de Ponte da Calçada, a qual conserva ainda muitas das características da técnica pontística romana, tudo aponta para uma alternativa.

Embora alterada, esta ponte tem um único arco redondo cujos alicerces assentam directamente sobre a rocha que ladeia o leito do rio. Os paramentos foram feitos com pedra mal aparelhada, o tabuleiro é recto e está modificado, mas as pedras que revestem o intradorso do arco, são silhares em granito, rectangulares, dispostas em fiadas pseudo-isódomas. Não há sinais de forfex, mas os topos exteriores das pedras do arco mostram, com nitidez, a técnica do almofadado de época romana.

Quando publicou as suas Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho, ao descrever esta ponte Ferreira de Almeida definiu-a como romana e acrescentou: “*pela posição da ponte e do rio que ela galga, a via, que ela servia, deveria vir da zona de Coura... dirigindo-se depois para a região de Monção* (Almeida, 1968, 42).

Construir uma ponte naquele sítio, durante a romanização, é facto assente que, à data, por ali passava uma estrada de envergadura regional com uma orientação sul-norte ou vice-versa, tendo presente o perfil do próprio rio. Está por isso excluída qualquer hipótese de tal estrada ter uma orientação poente-nascente ou seja, um perfil paralelo ao curso do Rio Minho, o que a ser verdade, a colocaria a ligar a Via XIX, por alturas de Valença, com o interior da margem meridional do Rio Minho. Por outro lado, se assim fosse, teríamos de encontrar uma solução de uma antiguidade bem mais remota para a Ponte de Mouro, reconstruída posteriormente, mas que sabemos existir já na Idade Média.

Seguindo a orientação da ponte para sul, depois de contornar a pequena colina que lhe está sobranceira, ia até ao Souto e de seguida à Soalhosa e Motas nas freguesias de Lara. Atingido o campo de futebol inflectia para nascente para Pinheiros e não para Boivão como defendeu Ferreira de Almeida. Se fosse este o traçado, o caminho tinha de enfrentar uma serra agreste, com grandes acidentes topográficos, até ao vale do Coura. Se o caminho tivesse esta orientação, seria um traçado sem interesse estratégico e tão pouco económico. Minérios com capacidade de exploração rentável não há e as escassas unidades agrícolas espalhadas pelo vale, entre Boivão e Lara não justificavam, durante a Romanização, os gastos com uma construção com uma ponte daquelas.

Face a estas premissas a direcção da estrada romana seria obviamente outra. Após Pinheiros, a estrada chegava-se novamente para junto do curso do Gadanha, mas sem o atravessar ia até Pias de Baixo, em cuja margem viria a nascer o mosteiro de Pias. Mais a sul está o pequeno povoado de Cristelo, Lapa, Barrocas e depois, pelo meio do monte, serpenteado ao sabor da topografia, ia entroncar, entre Chim e Rio Bom na estrada que vinha do Extremo (Fig. 1). A partir daqui, ao descer até aos Arcos e a Ponte da Barca fazia dela uma estrada que remonta ao mundo romano já que, transposto o Rio Lima, só faz sentido que um tal trajecto se estendesse até Bracara Augusta.

Novamente sobre o tabuleiro da ponte romana sobre o Rio Gadanha, o traçado para norte de deste rio também não é novidade. Resolvidas as dificuldades logo a seguir à ponte esta dirigia-se para Cortes onde se sabe haver uma necrópole de época romana e mais sobre o rio, entre Ribeiras e Bergela, um povoado da Idade do Ferro com bons índices de romanização. Localizada a necrópole é certo e sabido que a estrada andava próxima, o que quer dizer que não andava longe da Quinta da Portelinha e que após a Quinta das Vianas acabava por embater, também ela, no vau que também tinha uma barca. Mais para nascente lá estava um outro terraço fluvial aproveitado como castro, sítio onde séculos andados nasceria a actual vila de Monção (Fig. 1).

Como é bem de ver, a esquematização destas vias, independentemente da origem ser romana ou medieval, não resolveu a travessia do Rio Minho, frente a Lapela, num período anterior à nacio-

nalidade. Os restos romanos ou alto-medievos pressupõem a presença de uma estrutura de apoio viário ou religioso ou mesmo ambas as coisas. O caminho, que com certeza o houve, subia até à Quinta de São Lourenço e deixando o núcleo mais representativo de Lara a poente, atingia a Quinta da Serra onde, mais adiante, se enlaçava na que vinha de Bracara Augusta pelo Extremo, entre Motas e Pinheiros. Aliás séculos andados outra alternativa era possível com a construção da Ponte da Igreja em Troporiz no final da Idade Média (Figs. 18, 19 e 20).

Em jeito de corolário diremos que a travessia da Lapela foi eixo secundário durante a romanização, como o foi mais tarde quando a separação política entre o Galiza e o Minho obrigou à construção de fortes, vigias, atalaias, um sem número de óbices à transposição pacífica entre as duas margens do rio. A passagem mais movimentada, entre as duas metades, sempre aconteceu mais a nascente, bem junto ao morro onde viria a construir-se à vila de Monção.

CONCLUSÃO

A intervenção arqueológica desta casa da Rua do Rio confirmou o que já se sabia e revelou o que não se suspeitava.

Confirmou que a Torre da Lapela fazia parte de uma estrutura defensiva mais complexa e que a sua actual posição, projecta uma realidade que somente se pode definir como ilusória. Na realidade a torre encontrava-se no interior de uma estrutura defensiva, a funcionar como sua torre de menagem. Foi prosaicamente representada por Duarte D'Armas, mas, independentemente das distorções e alguns exageros, este castelo de beira-rio, encarregado de proteger um dos vaus do Minho, tinha a sua importância na defesa do território. Tinha uma torre de menagem, que se conserva intacta, uma muralha em redor e uma barbacã a reforçar a defesa nos pontos mais vulneráveis.

A muralha foi efectivamente desmontada na sua totalidade até à linha do alicerce. Este escapou, porque estava enterrado e não seria compensador esventrar o solo à procura de mais alguns carros de pedra. Sobre o antigo traçado foi então possível construir-se casas de habitação, que respondiam às necessidades dos moradores, na sua maioria agricultores que nos tempos mortos e na altura em que espécies mais nobres como a lampreia e o sável subiam o curso de água, viravam pescadores de rio.

Se esta era uma notícia mais que anunciada, não o foi a descoberta de muitos fragmentos de *tegula* nas camadas que encostavam ao alicerce da muralha e mesmo naquela onde ele assentava. A presença destes sinais da Romanização ou de um período posterior como é o caso da Alta Idade Média, acaba por nos dar a certeza que ali houve uma construção, já que tais vestígios não são produto do arrastamento por parte das águas e elas tão pouco mostram sintomas de típicos do rolamento das águas. O pequeno montículo rochoso, onde foi construído o castelo de Lapela, estava a salvo das cíclicas inundações que normalmente ocorriam nas invernias mais ferozes. Só em situações muito graves é que o rio subiria até àquele ponto.

A presença de um edifício romano ou alti-medieval, neste montículo junto ao rio e a uma das suas passagens naturais, muito naturalmente coloca algumas interrogações. Pertencem eles a uma casa agrícola? São de um refúgio de pescadores? Teria ali havido uma taberna/estalagem, como normalmente acontece junto da travessia de um rio? Pertenciam ao telhado de um *fanum* relacionado com o culto das águas ou a uma divindade propiciadora da passagem?

Se estas são algumas das hipóteses, outras poder-se-ão levantar. De qualquer modo, só futuras escavações que abarquem espaços bastante mais amplos que aquele que agora foi sondado, poderão fazer luz sobre uma realidade que precisa, necessariamente, de ser aprofundada.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de – *O sistema defensivo da Vila de Melgaço*, Melgaço, 2003
- ARMAS, Duarte d' – *Livro das Fortalezas*, ANTT e Inapa, Lisboa, 1977
- AZEVEDO, Rui de et alii – *Documentos de D. Sancho I*, Univ. de Coimbra, Coimbra, 1979
- BARROCA, Mário Jorge – *D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série, Vol. XV, Porto, 1998
- CALDAS, Eugénio de Castro - *Terra de Valdevez e Montaria de Soajo*, Lisboa, 1994
- CAPELA, José Viriato - *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas memorias Paroquiais de 1758*, Casa Museu de Monção/Universidade do Minho, Braga, 2005
- CONDE D. PEDRO – *Crónica Geral de Espanha de 1344* – Ed. de L.F. Lindley Cintra, Vol. IV, Lisboa, 1990
- COSTA, Avelino de Jesus da – *Comarca Eclesiástica de Valença do Minho*, In Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto, Ponte de Lima, 1981
- GAYO, Felgueiras – *Nobiliário de Famílias de Portugal*, Ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992
- GUERRA, L. Figueiredo da – *O Regional*, Monção, 1914
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*, Livraria Civilização, Porto, s/d
- LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, Livraria Civilização, Porto, s/d
- MATTOS, Gastão de Mello de – *Os Terços de Entre-Douro-e-Minho*, Porto, 1940
- MARQUES, José – *Viajar em Portugal nos séculos XV e XVI* in Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol. XIV, Porto, 1997
- MARTINS, Mário – *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, 1957
- OLIVEIRA A. Lopes de – *Valença do Minho*, Póvoa de Varzim, 1978
- PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina* (Introdução de M. Lopes de Almeida), Lello & Irmão Editores, porto, 1977
- PINTOR, Bernardo – *Melgaço Medieval*, Braga, 1975
- REIS, António Matos – *Castelos do Alto Minho*, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo, 1985
- ROCHA, J. Marques – *Monção, uma monografia*, Gondomar, 1988
- SANTOS, Frei Manuel dos – *Monarquia Lusitana*, Parte Sexta, Sétima e Oitava, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1988
- SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar*, Lisboa, 1931
- TAROUCA, Carlos da Silva – *Crónica de D. Dinis*, Coimbra, 1947.

Fontes

- AHM, 3ª Div., 9 Secção, Caixa 2.
- ANTT - Chancelaria de D. Pedro I.
- ANTT - Chancelaria de D. João I
- PMH – Portugalia Monumenta Historica, Inquisitiones, 1ª Alçada.
- DMP-DR – Documentos Medievais Portugueses, Documentos Régios, Lisboa, 1958.

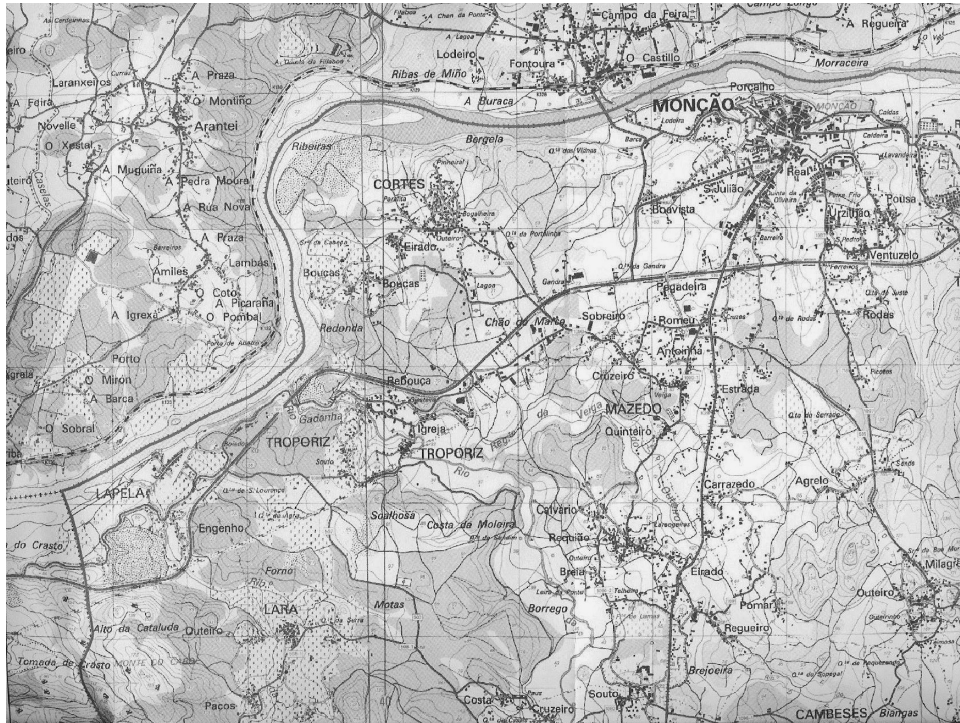


Fig. 1 – Carta na Esc. 1/25.000



Fig. 2 – A Torre da Lapela

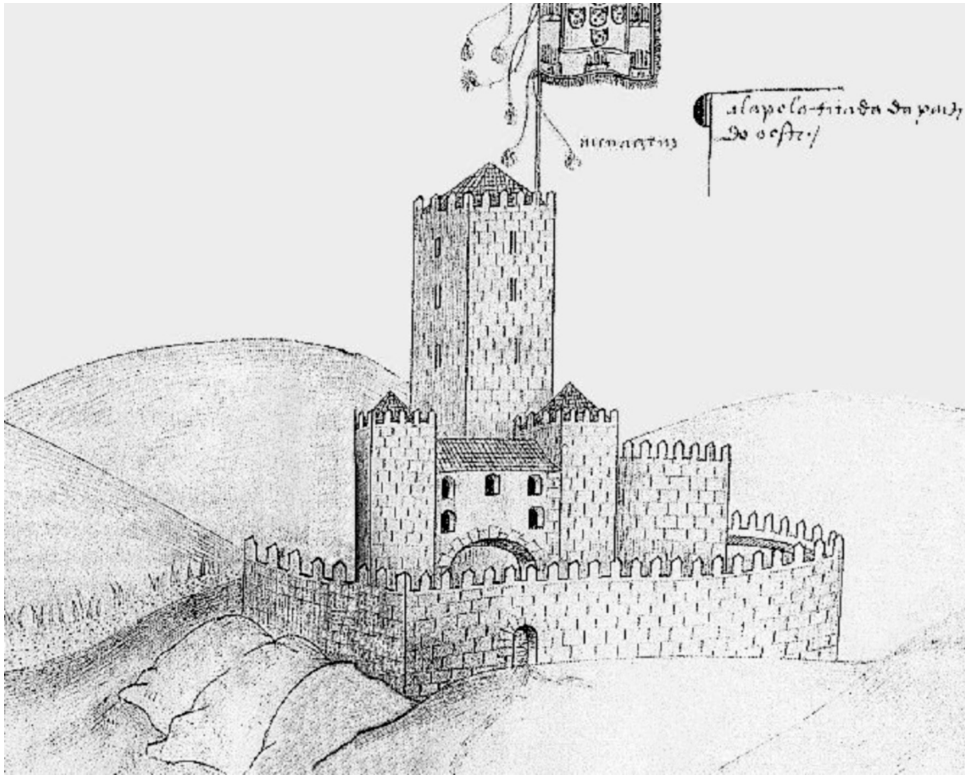


Fig. 3 – O Castelo de Lapela segundo Duarte D'Armas



Fig. 4 – A torre de Lapela na actualidade

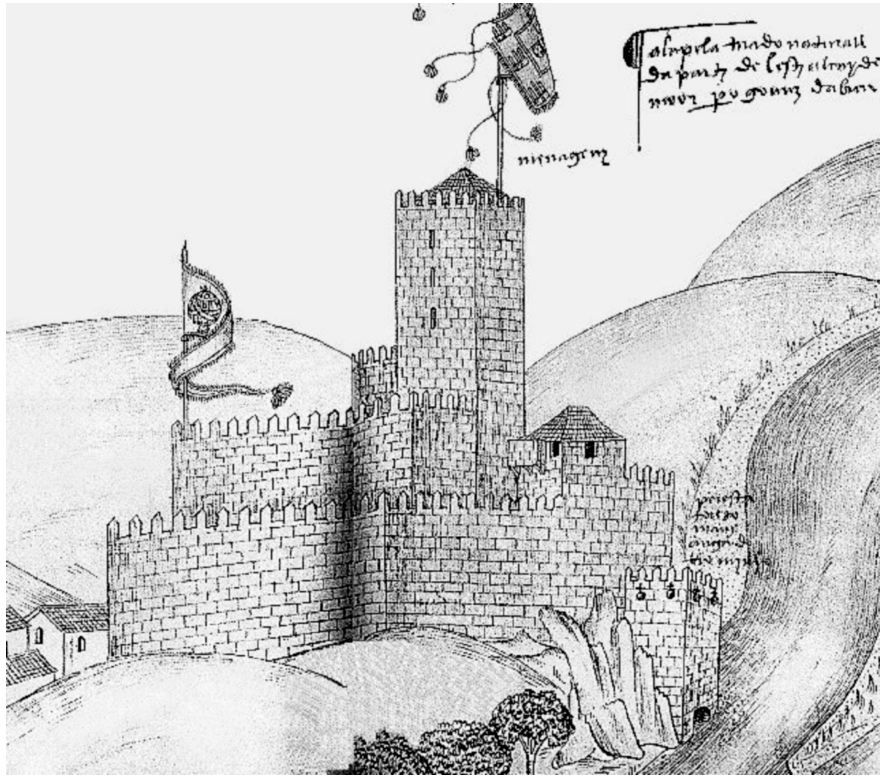


Fig. 5 – Vista do Castelo de Lapela do lado da Galiza

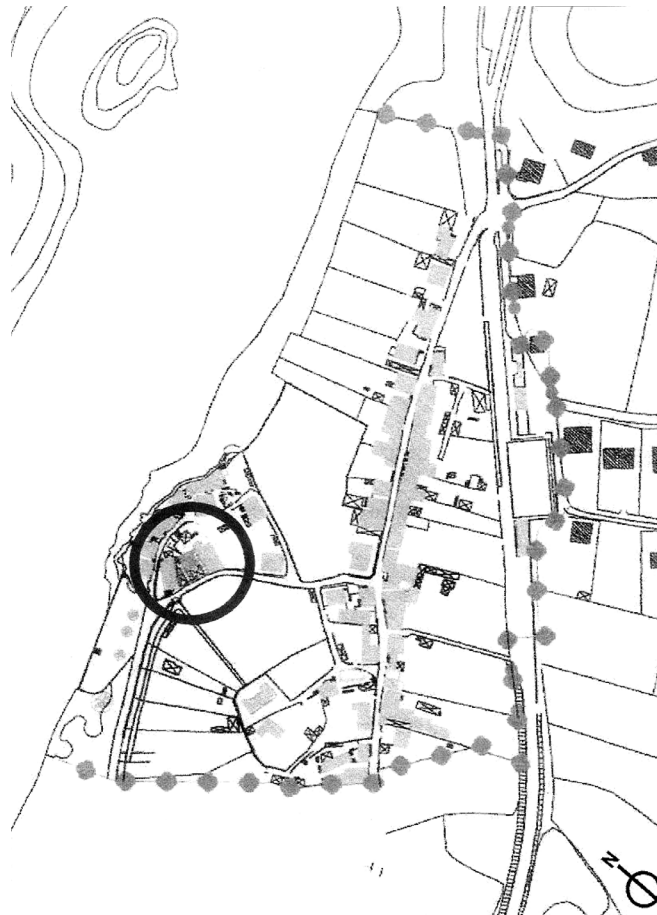


Fig. 6 – Localização do núcleo urbano de Lapela



Fig. 7 – Casa da Rua do Rio onde se fez a intervenção arqueológica



Fig. 8 – Quinteiro da casa onde se fez um das sondagens

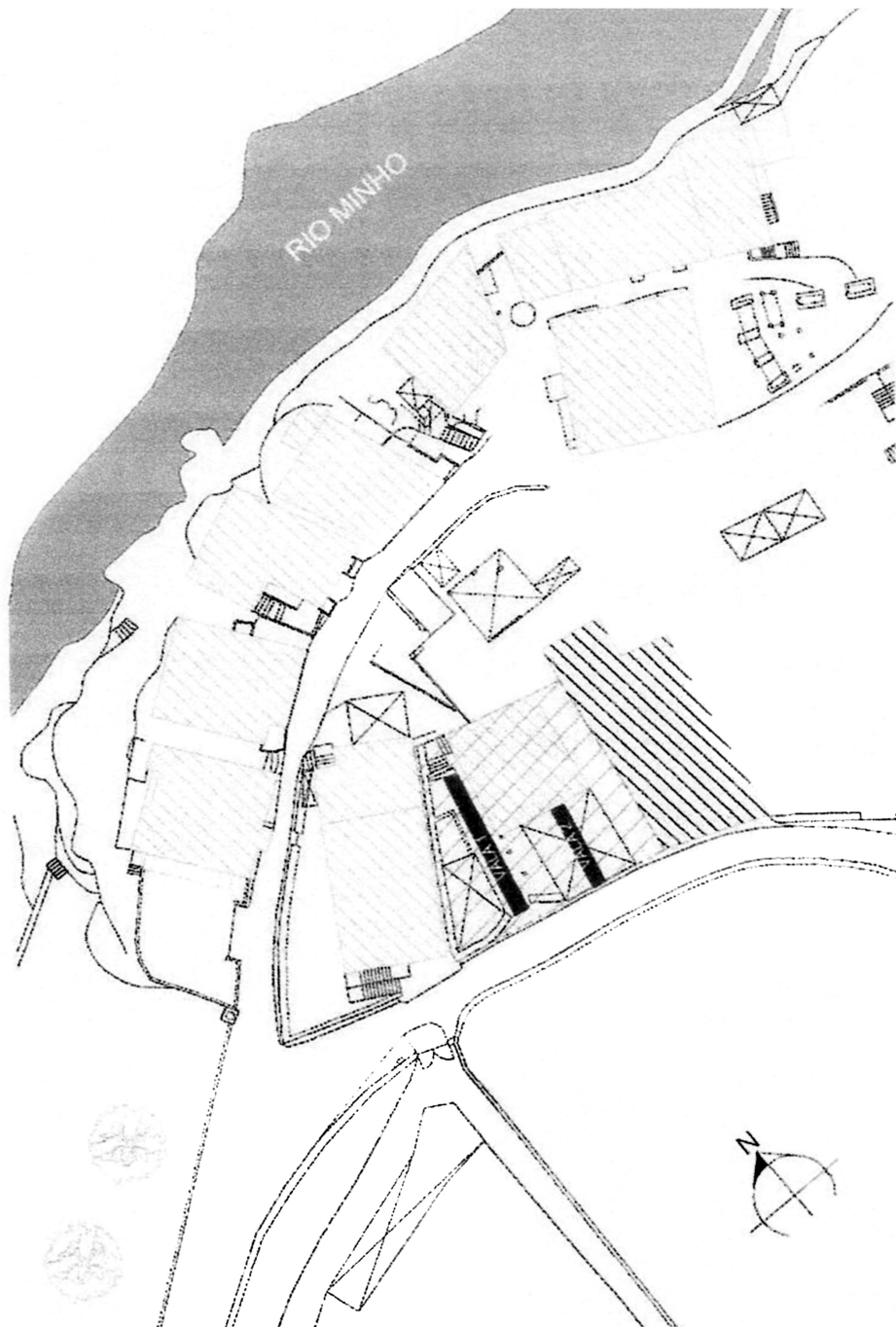


Fig. 9 – Localização das valas de sondagem

VALA 1 - PERFIL SUL

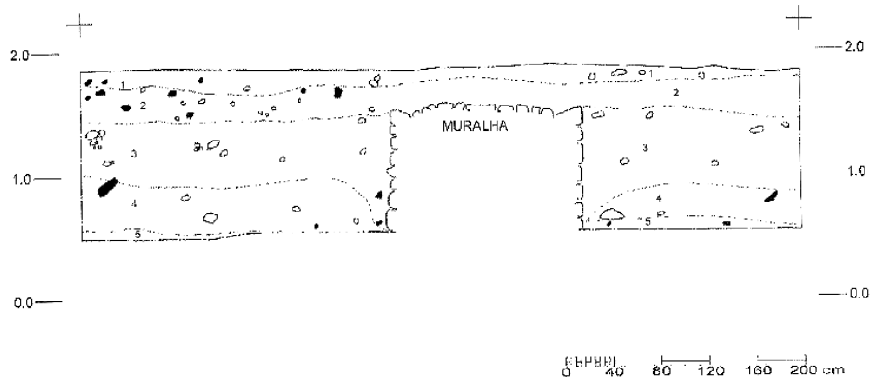


Fig. 10 – Perfil estratigráfico da Vala 1

VALA 2 - PERFIL SUL

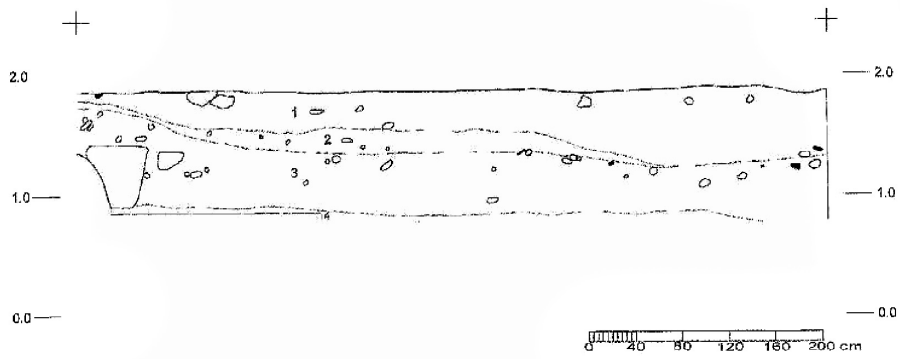


Fig. 11 – Perfil estratigráfico da Vala 2



Fig. 12 – Alicerce da muralha



Fig. 13 – Perfil do alicerce da muralha

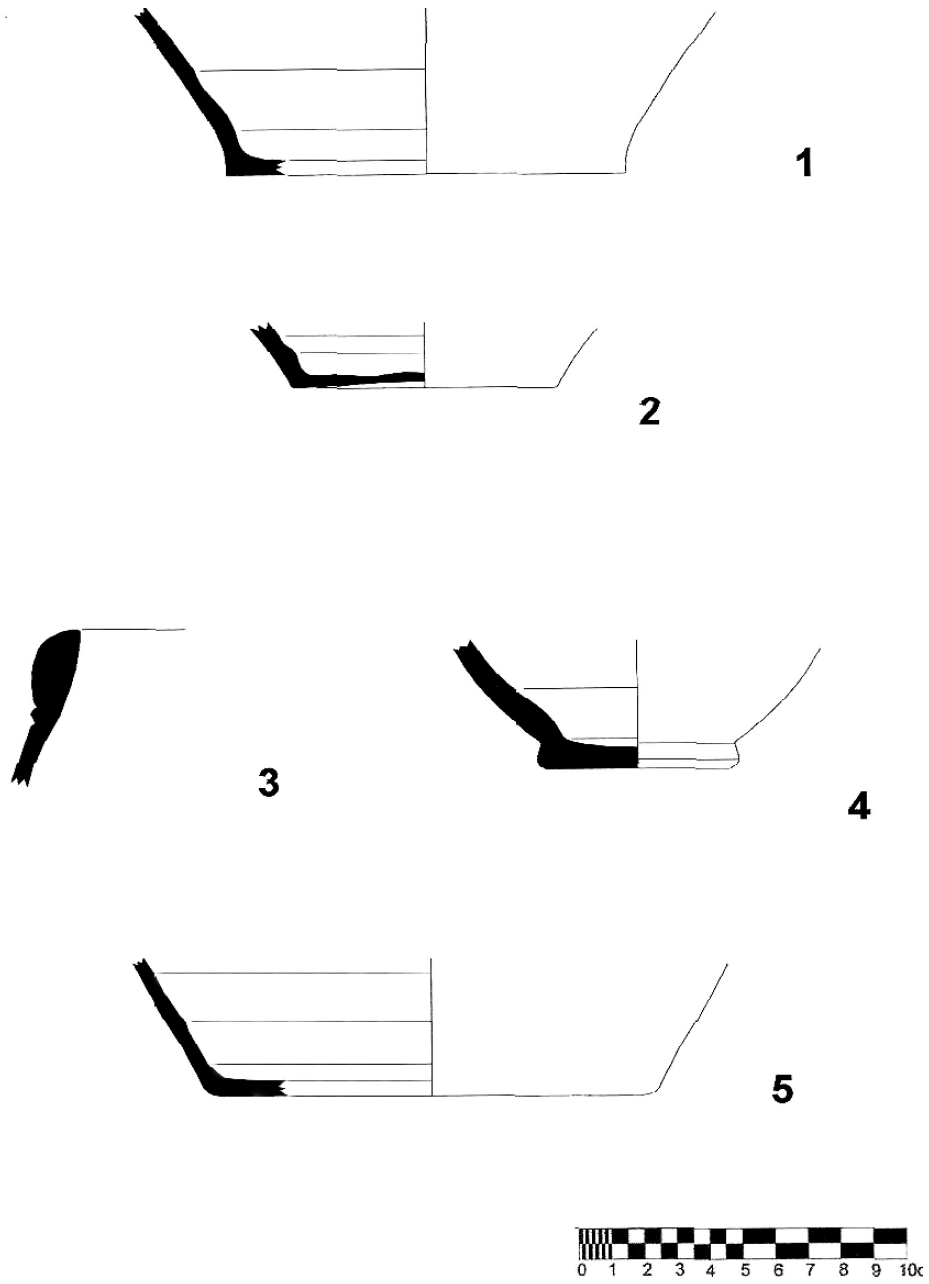
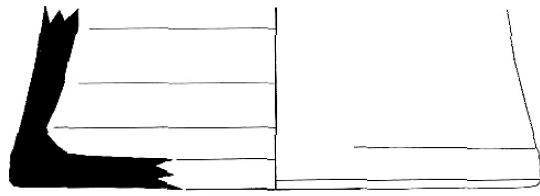
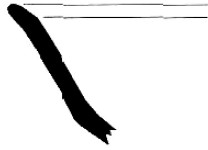


Fig. 14



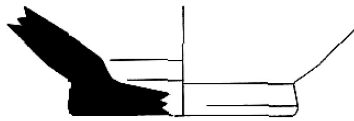
6



7



8



9

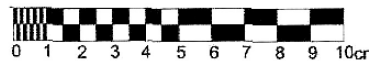


Fig. 15



Fig. 16 – Ponte romana da Calçada em Tropoziz



Fig. 17 – Silhares rectangulares providos de almofadado romano



Fig. 18 – Tropoz - Ponte da Igreja. Construção em leve cavalete do séc. XV/XVI



Fig. 19 – Tropoz - Arco redondo da Ponte da Igreja



Fig. 20 – Troporiz – Arco pequeno da Ponte da Igreja

Arqueologia Medieval em Portugal: 25 anos de investigação ¹

Isabel Cristina Ferreira Fernandes ²

ABSTRACT

This paper presents a state of the art on medieval archaeology in Portugal, concerning the last 25 years. The importance of the studies on ceramics and castles is underlined as well as the role of some publications to the development of the research. It also includes some statistical data and a view on the evolution of the university teaching of medieval archaeology.

ANTES DOS ANOS 80

Entender a evolução do interesse pela cultura material medievá, seja plasmada na obra de arte, no objecto do quotidiano ou na arquitectura, é indispensável para chegarmos ao limiar das abordagens arqueológicas deste período em Portugal.

Nos finais de oitocentos e no arranque da nova centúria, o conceito de *antiguidade* entendida como vestígio material do passado humano exprimia e resumia também o da arqueologia praticada no território nacional, a par de uma arqueologia pré-histórica que se gerara no seio da Comissão Geológica do Reino. José Leite de Vasconcelos, com inúmeros artigos em *O Archeologo Português*, Estácio da Veiga com o seu levantamento de antiguidades do Algarve e escavações em vários locais da região, Santos Rocha com a localização de sítios arqueológicos no Algarve e muitos outros autores da mesma revista, são os primeiros verdadeiros protagonistas da história da arqueologia portuguesa ³, já com algumas referências ao período islâmico, responsáveis por preciosos inventários e descritivos de sítios e monumentos e pela recolha de espólio que veio a integrar as colecções arqueológicas de vários museus, entre os quais o Museu Etnológico Português, onde passa a existir uma secção para a «Epoca Arabica» ⁴.

¹ O texto de base que originou este artigo foi apresentado no encontro *Le Moyen Âge vu d'Ailleurs III*, realizado na Casa de Velázquez, Madrid, em 2005 e organizado por esta entidade e pelo Centre d' Études Médiévales d' Auxerre (CNRS-Université de Bourgogne).

² Arqueóloga. Museu Municipal de Palmela.

³ Sobre as iniciativas pioneiras da arqueologia portuguesa e as atitudes da sociedade civil face ao património cultural / arqueológico veja-se Carlos Fabião, na revista *Al-Madan* (1999:110-112), que destaca as intervenções no templo romano de Évora e em Tróia, bem como a acção de Estácio da Veiga e de Martins Sarmento. Também António Carlos Silva reflecte, no mesmo periódico, sobre os primeiros tempos da arqueologia portuguesa (1999: 133). Sobre arqueologia medieval portuguesa vejam-se os pontos de situação publicados por Luís Fontes na revista *Arqueologia & História*, vol. 54, 2002, p. 221-238 e por Rosa Varela Gomes, sobre arqueologia islâmica, na mesma revista, vol. 54, 2002, p. 203-220.

⁴ Hoje Museu Nacional de Arqueologia. Outros museus que nesta altura dispunham de colecções do período islâmico eram o Museu de Faro, o Museu de Beja, o Museu do Carmo e o Museu de Braga.

Desde pelo menos o último quartel do séc. XIX que se tornara acesa a discussão em torno do monumento, da sua conservação, reabilitação e classificação. A grande delapidação e o abandono de importantes exemplares arquitectónicos nacionais, de que se destacam os religiosos por força da legislação liberal, gerou fortes movimentações por parte da intelectualidade da época. As sucessivas Comissões dos Monumentos Nacionais que então tutelavam o património edificado português, orientavam a sua acção para a selecção de monumentos a classificar, no que eram secundadas pela Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, encabeçada pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva. Nestas listas de monumentos a classificar incluíam-se primordialmente as igrejas, os mosteiros e os castelos. Quase todos eram exemplares do período medieval, reconhecidos pelo valor histórico e arquitectónico, que importava preservar e valorizar. Porém, a carência de meios financeiros e as convulsões políticas que agitavam o país em finais de oitocentos e nas primeiras décadas do séc. XX, não permitiram mais do que tímidos ensaios de restauro nalguns dos monumentos. Cabe no entanto aqui uma palavra sobre o tipo de restauro prevalecente em Portugal neste período, na medida em que os critérios adoptados ajudaram à afirmação da componente arqueológica. Os princípios seguidos aproximavam-se mais da linha de Camillo Boito do que da Viollet-le-Duciana, valorizando moderadamente o medievalismo e partindo da leitura “arqueológica” do monumento.

Com a instauração da ditadura em 1926 e a criação de um organismo vocacionado para as obras em monumentos nacionais – a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais -, um novo impulso é dado às intervenções de restauro e é traçada uma linha criterial de acção ao serviço dos interesses do Estado Novo. A máquina propagandística do regime pôs em marcha um plano de exaltação dos valores nacionais, dos momentos e dos símbolos de um passado glorioso em que os castelos e as igrejas medievais assumiam o papel principal. Certo é que, graças à excessiva importância que lhes é cometida, estes monumentos vão ser alvo de reabilitações, muitas delas com resultados bem questionáveis, e motivam a primazia dos estudos de história e arte medievais. Os critérios que presidem aos restauros aproximam-se agora da *unidade de estilo* e da reintegração estilística e, pelo menos teoricamente, reclamam fundamentar-se na análise histórica e arqueológica. Efectivamente, era apenas através dos desaterros e das escavações de obra que se colocavam à vista estruturas anteriores e se recolhiam artefactos e elementos arquitectónicos e escultóricos que os restauradores supostamente utilizariam para legitimar a reconstrução. A noção de arqueologia resumia-se pois a estes registos e não era efectuada por um arqueólogo mas pelos técnicos e responsáveis da empreitada. De qualquer modo, é a proximidade ao conceito de arqueologia aplicado a elementos medievais que nos interessa destacar, enquanto durou o vigor interventivo da DGEMN neste tipo de monumentos, ou seja, até aos anos 50⁵.

A par destas iniciativas directamente ligadas ao poder vigente, regista-se uma atenção especial no estudo do período suevo-visigótico, ainda que com tímidas participações da arqueologia (Fontes, 2002: 223)⁶. Para o Sul do país, são marcantes os textos de Abel Viana, *Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo (Bracara Augusta, Braga, 1959)* e de Fernando de Almeida, *Arte Visigótica em Portugal* (Lisboa, 1962), além de artigos de Afonso do Paço e de Vergílio Correia. A Alta Idade Média recebe também nesta altura importantes contributos ao nível da História da Arte, nomeadamente com a publicação da *História da Arte em Portugal*, por Aarão de Lacerda (1942), dinâmica a que não foi alheia a realização em Lisboa e no Porto, em 1949, do *XVI Congresso Internacional de História da Arte*.

Em 1968 realiza-se em Mérida o 11^o Congresso Nacional de Arqueologia, onde pela primeira vez em Espanha a Arqueologia Medieval aparece com apartado autónomo, assumindo-se como

⁵ Sobre este assunto ver Fernandes, 2005: 159-194, e Neto, 2001.

⁶ Para além de várias obras então editadas, em torno desta temática, são de destacar vários encontros científicos de âmbito internacional, realizados em Braga entre 1950 e 1965, cujas actas se encontram publicadas na revista *Bracara Augusta*, uma edição da Câmara Municipal de Braga (Fontes, 2002: 223).

campo de investigação paralelo aos demais períodos classicamente estruturados. No âmbito deste congresso, onde participou D. Fernando de Almeida, houve uma deslocação a Portugal que permitiu a muitos arqueólogos espanhóis os primeiros contactos com a realidade arqueológica portuguesa⁷.

Até aos anos 70, a arqueologia medieval em Portugal resume-se efectivamente a recolhas dispersas, muitas vezes associadas a investigações de campo cujo objectivo era a Pré-história ou o período Romano. Uma boa parte das peças deu entrada em museus regionais ou no Museu Nacional de Arqueologia e outra foi juntar-se ao coleccionismo particular. Dentre estas peças figuram essencialmente cerâmicas, nomeadamente de época islâmica, pedras decoradas ditas visigóticas (pilastras, etc.), capiteis, estelas, lápides, moedas. O interesse despertado pelo período visigótico e pelos castelos e igrejas dos primórdios da nacionalidade não tem correspondência para outros testemunhos de época medieval, e menos ainda para os da fase islâmica. Refiram-se no entanto, como excepção, os estudos numismáticos, agregados ao espírito e à prática colecionista e, para o islâmico, os estudos de David Lopes e Garcia Domingues. Também Abel Viana, em *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, Beja, 1962, se atreve a reservar um pequeno espaço para a bibliografia respeitante à «Época Árabe» e dá-nos conta de registos arqueológicos e achados desse período no castro de Nossa Senhora da Cola (Beja). As revistas *O Arqueólogo Português* (iniciada em 1895), *Arquivo de Beja*, *Bracara Augusta*, *Arqueologia e História* (Associação dos Arqueólogos Portugueses), *Revista de Guimarães* e as actas do *23º Congresso Luso Espanhol para o Progresso das Ciências* (Coimbra, 1956), foram os principais canais de divulgação de notícias, achados e primeiros estudos de arqueologia medieval até aos anos 70.

Para além de Abel Viana, é sem dúvida a D. Fernando de Almeida⁸ que cabem as poucas investigações ligadas à Arqueologia Medieval, dentro do paleocristão/visigótico: estudo de pedras “visigodas” (de Vera Cruz de Marmelar, de Lisboa, de Abiul, de Soure), as primeiras investigações arqueológicas em Odrinhas, S. Cucufate, na igreja de S. Gião da Nazaré (1965-66) e no complexo de Idanha-a-Velha (desde 1956)⁹. A ele se deve o primeiro grande inventário sistemático da arte visigótica em Portugal e os primeiros ensaios monográficos, como no caso de Idanha. Segundo P. Almeida Fernandes é também Fernando de Almeida que concebe um modelo interpretativo para classificar o espólio deste período (em três núcleos estilísticos: suévico, lusitânico e olisiponense), alicerçado na corrente historiográfica dominante a nível peninsular, de base visigotista (FERNANDES, P., 2003: 206-208).

Os anos que se seguiram à revolução de 25 de Abril de 1974 traduziram-se, também no plano da investigação arqueológica, por uma saudável abertura à inovação, na consciência da necessidade de aproximação aos avanços registados neste campo nos demais países ocidentais, com particular destaque para a França e a Inglaterra. Mas não foi simples nem célere a evolução para um desejável estágio de eficácia. Lentamente, foram criadas legislação e estruturas de enquadramento administrativo ao nível do Estado e foram dados os primeiros passos no ensino universitário da arqueologia. No primeiro caso, a regulamentação de trabalhos arqueológicos consagra-se em lei em 1978 (Portaria 269/78) e em 1980 é criado o IPPC – Instituto Português do Património Arquitectónico, com um Departamento de Arqueologia. Em 1992 este organismo dá lugar ao IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e só mais tarde a arqueologia

⁷ Entre esses arqueólogos encontravam-se Juan Zozaya e Guillermo Rosselló Bordoy, dois nomes que se iriam afirmar no panorama da arqueologia medieval espanhola.

⁸ D. Fernando de Almeida (1903-1979) foi presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, os dois organismos dinamizadores da arqueologia portuguesa até aos anos 70, a que poderemos juntar os Serviços Geológicos. Precederam-no, no Museu Nacional de Arqueologia e no ensino da arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa, José Leite de Vasconcelos e Manuel Heleno. Sobre a sua acção veja-se: Matos, 2003 e Fernandes, P. A., 2003.

⁹ Já nos anos 70 D. Fernando de Almeida assina trabalhos, dentro da mesma área de investigação, sobre Sines (1970), Troia (1970 e 1978), Torre de Palma (1974), S. João de Azinhais – Alcácer do Sal (1978).

deixa de integrar o IPPAR e passa a ser tutelada por um organismo autónomo, o IPA – Instituto Português de Arqueologia (hoje prestes a ser extinto). No campo do ensino, a Universidade de Coimbra, através da reforma do curso de História de 1975, passou a conferir aos alunos a possibilidade de obterem, nos últimos anos do curso, uma especialização em arqueologia¹⁰. A oferta era então limitada à Arqueologia Clássica. Outras universidades do país ofereciam cadeiras de arqueologia como opção.

Relativamente ao ensino de Arqueologia Medieval, as primeiras iniciativas tiveram lugar, como adiante veremos, na Universidade de Lisboa e na Universidade do Porto, nos anos 70.

DOS ANOS 80 AO INÍCIO DO SÉC. XXI

Arqueologia Medieval Cristã

Carlos Alberto Ferreira de Almeida, desde cedo interessado na problemática do pré-românico e do românico, foi o grande impulsionador dos estudos em Alta Idade Média, a partir dos anos oitenta. Catedrático em História da Arte e Arqueologia pela Universidade do Porto, divide a sua acção entre as duas áreas¹¹, centrando as suas publicações na rede viária medieval (1968) e na arquitectura do mesmo período, com maior incidência em castelos e cercas do centro e norte de Portugal (1978 e 1986). O trabalho arqueológico de campo, desde os inícios dos anos 80 e para o altomedieval, é marcado pela acção de Manuel Luís Real, com a importante intervenção na igreja de Santa Marinha da Costa (Guimarães, 1980, 1981, 1985), que deu a conhecer os primeiros registos estratigráficos desse período no noroeste português, com cerâmica associada, revelando uma sucessão de quatro templos: um suevo-visigodo, um do séc. IX de influência galaico-asturiana, um de nave única, do séc. X e uma igreja românica. De referir também as escavações que empreendeu, com Mário Barroca, em Sabariz (Viana do Castelo, 1982 e 1986) e em Lagares (Penafiel). A intervenção na igreja da Costa, exemplar enquanto cooperação entre o arqueólogo e o restaurador, serve a Real para evidenciar a urgência de se investigarem arqueologicamente edifícios medievais e tentar assim compreender a sua história construtiva e funcional (REAL, 1980: 35-37). Em Sabariz, identifica o primeiro eremitério rupestre conhecido em Portugal e prossegue investigações sobre as covas eremíticas na região de Amarante e Resende¹². Mário Jorge Barroca finaliza em 1987 um estudo das necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (sécs. V a XV) e avança com pesquisas em torno de elementos arquitectónico-decorativos do pré-românico (1990) e dos primeiros castelos da reconquista (1991). Por sua vez Luís Fontes inicia escavações na basílica suevo-visigótica de Dume (1987, 1988). A região norte lidera claramente, na década de oitenta, a investigação arqueológica portuguesa da Alta Idade Média. A revista *Arqueologia*, com 23 volumes editados pelo GEAP¹³ entre 1980 e 1993, é bem a expressão desse dinamismo. Apesar de maioritariamente dirigida à arqueologia pré-histórica, a verdade é que nela se divulgarão os primeiros resultados das escavações nortenhas atrás citadas e também de outros pontos do país (Mértola, Lisboa), dentro do período medieval.

A partir dos finais dos anos 90, multiplicaram-se os trabalhos de escavação arqueológica em templos altomedievais, proporcionando novas leituras e interpretações da sua evolução arquitectónica e decorativa. São disso exemplo as intervenções de Barroca e Real no templo de S. Torcato, Guimarães (1992), de Gonçalves Guimarães na igreja do Bom Jesus de Gaia (1988-1992), de

¹⁰ Esta possibilidade de especialização só foi possível até 1978, quando nova legislação reduziu a arqueologia a algumas cadeiras de opção. Só mais tarde, em 1981 (Portaria 268/81 de 13 de Março) se instituiu a variante em Arqueologia da licenciatura em História.

¹¹ Já em 1979 C. A. Ferreira de Almeida participara, com Juan Zozaya e Luis Caballero Zoreda, na regência de um curso de iniciação à Arqueologia Medieval na Universidade de Santiago de Compostela (Barroca, 1999: 11).

¹² Os resultados não se encontram publicados.

¹³ Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto; Vítor Oliveira Jorge era o director da revista e C. A. Ferreira de Almeida fazia parte do Conselho Científico na secção de Arqueologia Medieval. A revista editará ainda três números entre 1999 e 2001.

Torres e Macías na basílica de Mértola (1993), de Justino Maciel na igreja do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim (1996), de Inês Vaz na basílica de Viseu (2000), de Luís Fontes em S. Gião da Nazaré (2000-2005), entre outros. Na sequência destas investigações de campo verifica-se a identificação, no território português, de diferentes modelos arquitectónicos de templos cristãos dentro um mesmo friso cronológico. L. Fontes (2002: 227-228) entende que esta diferenciação se baseia na diversidade da organização geo-política entre os sécs. V e VIII, com a região norte na influência de Ravena, Milão e Tours e o sul na de Bizâncio e do Norte de África.

A *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, realizada em Lisboa, em 1992 (actas publicadas em 1995) (Fig. 1), significou um novo impulso para a arqueologia paleocristã nacional e marcou o despoletar de um aceso debate em torno do moçarabismo. A vitalidade dos trabalhos de campo nesta área é evidenciada em muitas das comunicações, de que destaco as referentes a S. Cucufate (Alarcão, Etienne e Mayet), ao Monte da Cegonha, Vidigueira (Alfenim e Lopes), a Dume (Fontes), a Torre de Palma, Monforte (Maloney), ao sítio dos Mosteiros, Portel (Alfenim e Lima), a Mértola (Macías) e a Viseu (Vaz). O extenso artigo que abre as actas deste encontro, de Manuel Luís Real (1995: 1-68) aponta dois caminhos: o da necessidade de recorrer a novos métodos de análise dos edifícios e o de estudar com renovada atenção as comunidades moçárabes. A defesa da influência da arte islâmica nas produções hispano-godas e da sua apropriação de modelos anteriores ganha um novo vigor e prolonga-se nos debates de Mérida (2000)¹⁴. Os dois últimos trabalhos de Real, sobre o Mosteiro de Fráguas (2005: 275-292) e sobre o denominado grupo “portugalense” da escultura decorativa em Portugal (2005, no prelo) destacam a importância de Coimbra e da região do Porto, nos sécs. IX e X, *como centros de produção artística regionais*, o retorno ao clássico como recurso insistente e *supra-regional* e reconhece os crescentes cuidados a ter na discussão do moçarabismo para a região norte, a necessidade de relativização de certos conceitos mais rígidos e de reconhecimento da complexidade do processo criativo do espaço mediterrânico. Jovens investigadores, como Paulo Fernandes, avançam com contributos nesta área. Ao estudar monograficamente a Igreja de Lourosa, concluiu que se tratava de um projecto filiado na arquitectura áulica da Oviedo do séc. IX, obrigando à revisão das tradicionais atribuições da igreja à acção moçárabe e a repensar a área de influência asturiana. Debruça-se também, tal como M. Real, sobre a questão das fórmulas artísticas moçárabes de Lisboa, defendendo a relevância das comunidades moçárabes urbanas no séc. X através da análise dos testemunhos artísticos, nos quais reconhece uma linha orientalizante.

O estudo do período alto-medieval, do ponto de vista arqueológico, progride também através de projectos centrados na caracterização do povoamento de áreas específicas, como acontece para a região entre o Mondego e a vertente Noroeste da Serra da Estrela (Catarina Tente)¹⁵. O projecto coordenado por Catarina Tente, iniciado em 2002, propõe-se a identificação e a caracterização de espaços com ocupação humana entre os sécs. VII e XII, a análise da paisagem, da estrutura e da evolução do povoamento na região seleccionada. Os resultados obtidos numa primeira fase permitem-lhe distinguir três momentos: um primeiro (sécs. VI a VIII) onde prevalecem as características do povoamento romano; um segundo (sécs. VIII a X) definido pela instabilidade fronteiriça entre muçulmanos e cristãos; um terceiro (sécs. XI e XII) que revela os sinais de um poder mais centralizado¹⁶. O projecto da responsabilidade de Carlos Banha para a Cova da Beira¹⁷ centra a análise do povoamento na identificação e inventário de sepulturas escavadas na rocha, um vasto campo de estudo que Mário Barroca desenvolvera nos anos oitenta para o Entre-Douro-e-Minho, que teve expressão nos estudos da região de Viseu (MARQUES, 2000), do Alto Paiva (VIEIRA,

¹⁴ Refiro-me aos seminários realizados periodicamente em Mérida, nomeadamente o de 1999: *Visigodos y Omeyas. Un debate entre la antigüedad tardia y la alta Edad Media* (actas publicadas em 2000) e o de 2005, sobre escultura decorativa.

¹⁵ Designação do projecto: *A Ocupação Alto-Medieval da Encosta Noroeste da Serra da Estrela*.

¹⁶ Informações fornecidas pela coordenadora do projecto, a publicar brevemente.

¹⁷ Designação do projecto: *Necrópoles e sepulturas escavadas na rocha na Cova da Beira*.

2004), na região de Évora (TENTE e LOURENÇO, 2002), no Vale do Douro (LOPES, 2002) e em vários outros estudos dispersos e que agora toma forma nas Beiras.

Ainda na região norte, decorrem projectos arqueológicos ligados ao estudo da paisagem e do povoamento medievais na região do Alto Paiva, do Vouga, do Dão e Alva, de Viseu¹⁸. Os projectos de Marina Silva e de Domingos Cruz recorrem à pesquisa documental escrita em associação com a prospecção e a escavação arqueológica, na perspectiva de obter leituras geo-espaciais e perceber a estratégia de povoamento nessas regiões. Um outro grande impulso à arqueologia da Plena e da Baixa Idade Média tem sido dado pelas investigações em castelos e em meios urbanos. Braga, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa, Almada, Palmela, Évora, Mértola, Silves e Tavira têm sido os principais centros com escavações sistemáticas e divulgação de resultados. A arqueologia urbana conheceu os primeiros passos com o projecto de salvamento urbano em Braga (Universidade do Minho)¹⁹, em 1976, que depois iria motivar a realização de um Encontro de Arqueologia Urbana, na mesma cidade, em 1994. No entanto, já em 1985 havia tido lugar o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana em Setúbal, embora predominantemente centrado nas intervenções do período romano. A importância da *Zona Arqueológica de Braga* e a urgência de criar condições estruturais, financeiras e jurídicas para o desenvolvimento dos trabalhos e a preservação dos vestígios encontrados, fez dela um caso exemplar que não teria seguimento noutras cidades senão bastante mais tarde, tanto em termos da continuidade das acções, como da pluri-disciplinaridade da equipa, como ainda do envolvimento institucional. A norte, outro notável projecto foi o da Casa do Infante, no centro histórico do Porto, coordenado por Manuel Real²⁰. Iniciado em 1991, juntou uma vasta equipa (com sete sub-projectos) que, de forma integrada e metodologicamente inovadora, efectuou registos e estudos do maior interesse para níveis entre os sécs. XIV e XVI, com destaque para as produções cerâmicas.

As grandes intervenções de Lisboa iniciaram-se nos anos 80 na Casa dos Bicos (zona ribeirinha)²¹ e nos anos 90 na Sé Catedral onde se identificaram os primeiros vestígios de época islâmica, além de registos da Antiguidade Tardia. O Castelo de S. Jorge, a partir de 1995, é também palco de importantes trabalhos arqueológicos, coordenados por Ana Gomes e Alexandra Gaspar (IPPAR), que revelaram níveis islâmicos e cristãos pós-*reconquista*. Merece referência, dentro do castelo, a escavação do Palácio dos Bispos e dos Condes de Santiago, com ocupação entre os sécs. XIV e XVIII. Outras intervenções, sobretudo decorrentes de rearranjos urbanísticos e obras de vulto, tiveram lugar na última década em vários locais da cidade de Lisboa, protagonizadas pelo município / Museu da Cidade, pelo IPPAR e por empresas de arqueologia²². Das intervenções do Museu da Cidade (preventivas, de emergência e de acompanhamento), refiram-se, com vestígios do período medieval, as da R. dos Douradores, do Martim Moniz, da Travessa Gaspar Trigo, da Calçada da Graça.

Na vertente medieval cristã são ainda de referir as intervenções arqueológicas em abadias e mosteiros²³, integradas em projectos mais alargados, de estudo global e de valorização dos monumentos, da iniciativa do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). Algumas iniciativas deste organismo, em torno da Ordem de Cister, promoveram a investigação artística e arqueo-

¹⁸ Referimo-nos aos seguintes projectos: *Da Serra da Nave ao Vouga: Paisagens humanas durante a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média*, direcção de Marina Afonso Vieira; *O Alto Paiva – Sociedade e Estratégias de Povoamento desde a Pré-História à Idade Média*, da responsabilidade de Domingos da Cruz; *O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva*, direcção de Sandra Lourenço. Para Viseu, referimo-nos aos trabalhos de Jorge Adolfo Meneses Marques.

¹⁹ Da responsabilidade do arqueólogo Francisco Sande Lemos.

²⁰ Para além dos trabalhos já citados e do projecto da Casa do Infante, são de referir os variados estudos do autor sobre o românico português, onde cruza a análise artística e arqueológica: S. Pedro de Rates (1982), S. Pedro de Roriz (1982), Abadia Velha de Salzedas (1983), S. Pedro de Ferreira (1986), Sé de Braga (1989), S. Cristovão de Coimbra (1994), S. Vicente de Fora (1995), Sé do Porto (1984), entre outros.

²¹ Direcção de Clementino Amaro.

²² Entre essas intervenções, citem-se as realizadas na baixa – BCP e Mandarin Chinês, na Fundação Ricardo Espírito Santo, na Praça das Alcaçarias e em S. João da Praça.

²³ Para além das citadas, tem havido intervenções arqueológicas noutras igrejas e mosteiros: Rendufe, Pombeiro, Flor da Rosa, Rates, Gaia, Numão, Pitões das Júnias.

lógica em espaços como o Mosteiro de Alcobaça e o Mosteiro de S. João de Tarouca²⁴. Ricardo Teixeira tem em curso um projecto alargado sobre Cister no Vale do Douro, visando o estudo dos estabelecimentos monásticos da ordem e a organização da paisagem e do povoamento (sécs. XII-XIV). O Convento de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, é outro dos exemplos mais recentes e importantes da investigação arqueológica em espaços de ordens religiosas no âmbito de um projecto de recuperação, integrado, em que convergiram esforços de múltiplas disciplinas como a geologia, a botânica, a antropologia e a modelação virtual. A intervenção, coordenada por Artur Côrte-Real e realizada entre 1995 e 1999, permitiu recuperar estruturas arquitectónicas da igreja e do claustro até então submersas, associadas a enterramentos e a diversificado espólio que legenda a vida da comunidade clarissa. Para as ordens militares o trabalho tem-se centrado em castelos (Palmela, Tomar, Mértola, Alcácer) embora se tenham também efectuado acções em igrejas e mosteiros (Évora²⁵, Flor da Rosa-Crato²⁶).

Em Santarém, por iniciativa municipal, do IPPAR ou de arqueólogos a título individual, várias áreas e monumentos têm sido intervencionados. O Convento de S. Francisco foi um deles, com coordenação de Maria Ramalho, um exemplo de como a investigação em templos e necrópoles tem projectado para a primeira linha o contributo dos estudos antropológicos. Neste campo é de salientar a intensa actividade de colaboração do Departamento de Antropologia da F. C. T. da Universidade de Coimbra, liderado por Eugénia Cunha, em muitos projectos de arqueologia medieval, contribuindo de forma decisiva para a valorização dos achados paleoantropológicos, de que decorre um conhecimento cada vez mais rico das populações em presença²⁷. Também os estudos paleoecológicos, em Portugal desenvolvidos em boa parte pelo CIPA²⁸, têm acrescentado informações de valor para a compreensão do quotidiano dos sítios- dietas alimentares, práticas agrícolas e pecuárias.

Arqueologia Islâmica

Depois das experiências de escavação no Alentejo e no Algarve, em finais do século XIX, por Abel Viana, Estácio da Veiga e Santos Rocha, a intervenção arqueológica no Cerro da Vila (Vilamoura), dirigida por José Luís de Matos, foi pioneira de uma nova era de investigação de campo para o período islâmico, com campanhas desde 1971. José Luís de Matos faz então os primeiros registos de cerâmica muçulmana em contexto e inicia o reconhecimento do espólio deste período recolhido por Abel Viana e à guarda do Museu de Beja, bem como das colecções de Loulé e Silves do Museu Nacional de Arqueologia. A importância do Castro da Cola como povoado com ocupação islâmica foi também por ele relevada através do espólio que aí veio a recolher. Na senda deste interesse pelo período islâmico, inicia em 1977/78, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a regência da cadeira de *Arqueologia Árabe Medieval*, fundadora dos estudos arqueológicos do período islâmico no meio universitário português.

Também por essa altura, entre 1972 e 1975, António Borges Coelho editava uma primeira compilação de textos árabes²⁹ que estimulou a curiosidade pelo conhecimento do islão português - cinco séculos de história reduzidos pelo Estado Novo à herança de uns quantos vocábulos e práticas agrícolas. Em 1979/80 inicia-se também a actividade arqueológica em Mértola, sob a coordenação

²⁴ Intervencionado arqueologicamente por Miguel Rodrigues, Ana Castro e Luís Sebastian.

²⁵ A cargo de Ana Gonçalves.

²⁶ A cargo de Maria Pilar Reis.

²⁷ Hoje aumentado com as vastas possibilidades abertas pela recuperação de material genético, como nos ilustra E. Cunha para o caso dos enterramentos do Convento de Santa-Clara-a-Velha (Cunha, 2002: 265).

²⁸ Centro de Investigação em Paleoecologia Humana e Arqueociências do Instituto Português de Arqueologia. Para além do CIPA, investigadores a título individual, como João Luís Cardoso, têm igualmente contribuído para o melhor conhecimento da fauna medieval a partir do estudo de ossos de proveniência arqueológica.

²⁹ *Portugal na Espanha Árabe*, Vols. I a IV, Seara Nova, Lisboa, 1972-1975.

nação de Cláudio Torres³⁰. O projecto de Mértola visava muito mais do que a pura pesquisa arqueológica, definindo-se como um caminho para a criação de um modelo de desenvolvimento da vila alentejana, em que a história e a arqueologia funcionariam como catapulta dos interesses colectivos locais. De facto, todas estas dinâmicas em torno da pesquisa dos traços materiais da cultura muçulmana do al-Andalus acabou por animar jovens estudantes e professores no prosseguimento desta via. Em 1980 reúnem-se em Évora e, com Juan Zozaya, que aí se deslocara como conferencista, encetaram um frutífero debate sobre a prática arqueológica, a leitura de paramentos, as técnicas construtivas e a cartografia urbana aplicadas ao medieval islâmico. Estes dias de troca de ideias são entendidos, por vários dos participantes que hoje trabalham em arqueologia islâmica, como um verdadeiro motor de arranque para subseqüentes experiências nesta área. O Campo Arqueológico de Mértola foi entretanto prosseguindo e firmando o seu projecto, criando escola e atraindo ao sul todo um conjunto de investigadores, artistas e arquitectos desejosos de ver partilhadas e materializadas as suas ideias. A par da prática arqueológica crescem e afirmam-se projectos museológicos e outras iniciativas de carácter didáctico, pedagógico e divulgativo que vão ganhando a população e proporcionando visibilidade para o exterior. Neste âmbito, a instalação em Mértola de um curso profissional de Museografia Arqueológica, promovido pelo C.A.M., irá congrega grupos de jovens locais em torno de várias vertentes geradas da arqueologia e proporcionar a sua fixação. A edição da revista *Arqueologia Medieval* (Fig. 2), desde 1992, foi outro marco decisivo na expressão pública que a arqueologia islâmica vem a ter em Portugal a partir dos anos 90 e que irá motivar a publicação de uma série de obras de grande divulgação, sobre esta matéria³¹. A edição, que começou por ter uma periodicidade anual mas que ultimamente passou a bienal, integra estudos de índole arqueológica e histórica relativos a todo o período medieval³². A exposição realizada em 1998, no Museu Nacional de Arqueologia, *Portugal Islâmico, últimos sinais do Mediterrâneo* (Fig. 3), sob a coordenação de C. Torres e S. Macías, congregando participações da maioria dos espaços muçulmanos até aí escavados e com espólio reconhecido, de que se destacavam os conjuntos de Mértola e de Silves, constituiu a primeira grande síntese da nova visão da história medieval portuguesa, apresentada ao público através do olhar da arqueologia e da valorização museográfica do objecto-memória da cultura islâmica. Vários outros projectos da iniciativa do Campo Arqueológico de Mértola são também de assinalar pelo papel que desempenharam ou ainda desempenham no intercâmbio com o Magreb e os países mediterrânicos, de que são exemplo a participação na organização da exposição *Marrocos-Portugal, Portas do Mediterrâneo* (1999)³³, no Itinerário-Exposição *Terras da Moura Encantada – Arte Islâmica em Portugal* (1999)³⁴, no projecto *Portos Antigos do Mediterrâneo* (1999-2001).

A riqueza arqueológica de Mértola tinha sido evidenciada por Estácio da Veiga (1880) que chegou a realizar sondagens na alcáçova. No que ao período islâmico respeita, refere-se à cisterna, cuja planta desenhou (1983: 139), a algumas lápides (146-160), a moedas e cerâmicas (160-162). A primeira fase de trabalhos do Campo Arqueológico de Mértola centrou-se no castelo: cisterna e bairro islâmico. Estendeu-se depois a outras áreas do espaço urbano e a outros locais dos arredores. Alcaria Longa foi a primeira experiência de escavação em meio rural islâmico. O estudo histórico-arqueológico do bairro da alcáçova, da autoria de Santiago Macías (1996), proporcionou a

³⁰ Cláudio Torres, durante o longo período de exílio no leste europeu, fez estudos de bizantinologia. Nos anos 70, depois do 25 de Abril, regeu a cadeira de História da Arte em Portugal, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde iniciou as sinergias que conduziram à implementação do projecto de Mértola.

³¹ Neste âmbito, foram editados, entre outros, *O Legado islâmico em Portugal* (Torres e Macías, 1998) e o catálogo *Portugal Islâmico, últimos sinais do Mediterrâneo* (1998), o capítulo sobre o *Garb al-Andalus* (Torres, 1992) na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, o capítulo *A Arte Islâmica no Ocidente Andaluz* (Torres e Macías, 1995) na *História da Arte Portuguesa* dirigida por Paulo Pereira.

³² Até 2005 foram editados nove números da revista, sendo os números 4, 7 e 9 dedicados a actas de encontros temáticos.

³³ Foi uma iniciativa da Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, no âmbito da V Cimeira Luso-Marroquina.

³⁴ Este programa foi uma produção do *Programa de Incremento do Turismo Cultural*, com coordenação geral de Flávio Lopes e coordenação científica de C. Torres, S. Macías e S. Gomez, integrado no Programa *Museu Sem Fronteiras*, coordenado por Eva Schubert.

sistematização dos resultados das campanhas do castelo, a par de artigos vários de Cláudio Torres e de outros arqueólogos do C.A.M.. Destaca as características mediterrânicas desta arquitectura doméstica almóada e os aspectos ligados à confecção, armazenagem e consumo de alimentos. O período compreendido entre o séc. XI e a 1ª metade do séc. XIII é reconhecido como o melhor representado arqueologicamente em Mértola. Macías estendeu entretanto a sua investigação ao território envolvente, de que resultou uma publicação onde se valoriza a vocação portuária de Mértola (2006)³⁵.

Em Silves, outro destacado centro urbano com ocupação islâmica, o poço-cisterna almóada, hoje integrado no núcleo museológico, foi o primeiro sítio a ser intervencionado arqueologicamente, sob a coordenação de Rosa Varela Gomes. Seguiram-se-lhe escavações no castelo – alcáçova e medina –³⁶, com o reconhecimento de uma interessante potência estratigráfica e de espólio cerâmico muçulmano em contexto, atribuído aos sécs. VIII a XIII e confirmado por datações de radiocarbono (GOMES, 2002: 208). Foram ainda registados níveis pré-islâmicos onde se recolheram «cerâmicas tardo-romanas, de tradição autóctone ou visigótico-bizantina» (GOMES, 2002: 209). As casas islâmicas identificadas correspondem a modelos distintos: edifícios térreos construídos sobretudo em taipa e edifícios de maiores dimensões, entre os quais se incluem um complexo de banhos e um palácio. As investigações de Silves e a riqueza dos achados do palácio almóada levaram o Museu Nacional de Arqueologia a acolher uma exposição precisamente denominada *Palácio Almóada da Alcáçova de Silves* (Fig. 4), em 2001, onde se mostram artefactos, modelos e elementos arquitectónicos daí provenientes. Para além do Castelo de Silves, Rosa Varela Gomes desenvolve investigação em arqueologia medieval na Ponta do Castelo (Aljezur), no *ribat* de Arrifana (Aljezur), no Castelo Belinho (Portimão) e no Convento de Santana (Lisboa)³⁷.

Outra frente de investigação arqueológica do período islâmico, na região do Algarve, tem sido desenvolvida por Helena Catarino³⁸ nas fortificações de Alcoutim, Paderne e Salir. O estudo sistemático do povoamento e das fortificações do Algarve Oriental foi encetado por esta arqueóloga nos anos 80 e contribuiu de forma inequívoca para demonstrar as virtualidades da arqueologia na compreensão da organização do território, da evolução dos *habitats* e das marcas do quotidiano em período islâmico, desde os momentos mais precoces da ocupação (emirato e califado).

Tavira é outro dos centros urbanos algarvios onde, na última década, se investiu fortemente na arqueologia, com registos interessantes para a fase islâmica. O Campo Arqueológico de Tavira (Maria Maia e Manuel Maia) tem avançado com escavações várias na cidade, sobretudo em situações de emergência, e com o estudo da muralha. O material exumado enquadra-se maioritariamente nos sécs. XI e XII³⁹. Uma mostra significativa desse espólio esteve em exibição no M.N.A., no âmbito da exposição *Tavira. Território e Poder*, em 2003. Outros projectos e intervenções arqueológicas direccionados para o período islâmico têm estado em curso nos últimos anos no Algarve, mas ainda com escassos resultados conhecidos⁴⁰. No Alentejo a investigação desenvolveu-se essencialmente em torno de castelos e em meio urbano, com realce para Évora e Beja.

³⁵ Santiago Macías defendeu em 2005, na Universidade de Lyon II, a dissertação de doutoramento *A cora de Beja e o território de Mértola entre a antiguidade tardia e a reconquista cristã*, editada em 2006 sob o título *Mértola, o último porto do Mediterrâneo*.

³⁶ Entre 2000 e 2002 realizaram-se em Silves outras intervenções arqueológicas, na Sé Catedral, na Rua do Castelo, coordenadas por Maria Teresa Júdice Gamito, onde se identificaram um cemitério medieval cristão e uma cisterna de época muçulmana. Nos últimos anos têm-se desenvolvido outros trabalhos arqueológicos em meio urbano (arqueólogas Maria José Gonçalves e Ana Cristina Ramos).

³⁷ Nos três últimos sítios referidos a direcção é partilhada com Mário Varela Gomes. R. V. Gomes privilegia os contactos internacionais com a Associação Espanhola de Orientalistas, a Universidade de Granada e a Escuela de Estudios Árabes (C.S.I.C.) de Granada, entre outros.

³⁸ A arqueóloga mantém contactos de investigação com a Casa de Velázquez, o C.S.I.C. de Madrid e a Associação de Arqueologia Medieval Espanhola. O trabalho sobre o Algarve Oriental em época islâmica (dissertação de doutoramento) foi publicado em 1998 na Revista *Al'ulya*, de Loulé.

³⁹ Jaquelina Cavaneiro e Sandra Cavaco, que escavaram na Cerca Conventual do Convento da Graça, divulgaram na *Arqueologia Medieval* 9 três casas islâmicas do séc. XIII aí registadas (2005: 77-82).

⁴⁰ Mencionem-se os relativos ao povoamento islâmico na Serra de Portel (Carla Dias), do território de Cacela (Cristina Garcia), da bacia do Rio Arade (Armando Sabrosa), da região de Faro (Angelina Pereira), ao estudo do povoado da Portela - S. Bartolomeu de Messines (Mulize Ferreira), a Alcoutim (Alexandra Gradim).

A norte do Tejo, desde 2000, Helena Catarino levou a cabo uma intervenção arqueológica na alcáçova de Coimbra (Pátio da Universidade), que se tem mostrado determinante para a compreensão da presença muçulmana na Marca Inferior. Os resultados vêm lançar alguma luz sobre o nebuloso período compreendido entre a Antiguidade Tardia e a ocupação islâmica na cidade e fornecem pistas para a discussão da continuidade ou reocupação de sítios neste período. Para além da intervenção em Coimbra, a actividade arqueológica ligada ao período islâmico não tem tido grande expressão a Norte do Tejo, mas são de registar os trabalhos desenvolvidos em Santarém e em Torres Novas. Em Santarém foram escavadas, entre 1984 e 1987, 26 fossas (VIEGAS e ARRUDA, 1999: 108-111) e outras estruturas se lhe seguiram - silos, restos de habitações e de muralhas, uma cisterna – registadas quer no âmbito de escavações de iniciativa municipal quer de acompanhamentos de obras. A arqueologia pôde assim confirmar a importância da Santarém islâmica, já conhecida pelas fontes escritas. Duas mostras que incluíam parte do espólio muçulmano recolhido, tornaram visível esta dimensão cultural da cidade: a exposição *De Scalabbis a Santarém*, patente em Lisboa, em 2002, no Museu Nacional de Arqueologia e a exposição *Santarém e o Magreb – Encontro Secular (970-1578)*, realizada em 2004 em Santarém. Em Torres Vedras⁴¹, intervenções arqueológicas em meio urbano, junto ao sopé da colina do castelo, vieram revelar achados de época islâmica. Efectivamente, é cada vez maior o número de ocorrências islâmicas a norte do Tejo e sobretudo entre o Tejo e o Mondego. Foi esta constatação que nos levou a organizar em 2003, com a Universidade do Porto, dois seminários sobre *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*⁴² (Fig. 5). Pretendeu-se conseguir um primeiro ponto de situação ao nível da pesquisa de textos e arqueológica e dalgum modo suscitar novas investidas neste campo.

Na região dos estuários do Tejo e do Sado as investigações arqueológicas do período islâmico conheceram na última década grandes avanços. São de assinalar as escavações no castelo de Povos⁴³, Vila Franca de Xira, onde se reconheceram troços de muralha em taipa, no castelo de Sintra e sua envolvente⁴⁴. Em Lisboa, vários sítios foram intervencionados, acções quase sempre, na sua génese, motivadas pela execução de obras ou de arranjos urbanísticos, transformando-se posteriormente, dado o interesse dos achados, em escavações de continuidade. Os promotores têm sido o IPPAR, o município e algumas empresas privadas. Destaquemos a Sé Catedral⁴⁵, onde se registou um conjunto de casas atribuíveis ao séc. XI e os restos do que se pensa ser um edifício público; a zona da baixa lisboeta, onde se registaram fornos de cerâmica e outros vestígios (BCP, Mandarin Chinês⁴⁶, R. Augusta⁴⁷), o Castelo de S. Jorge, a Praça da Figueira, com edificações dos sécs. XI-XII, a Encosta de Santana⁴⁸, entre outros⁴⁹. No castelo de Jorge, sob coordenação de Ana Gomes e Alexandra Gaspar⁵⁰, vários espaços foram objecto de investigação arqueológica: na Praça Nova escavou-se um bairro (segunda metade do séc. XI e séc. XII) com casas de padrão islâmico mediterrânico, com pátio aberto, paredes pintadas e pavimentos de argamassa; no Beco do Forno registaram-se silos e fossas também com material do séc. XI e posterior.

Na outra margem do Tejo, Almada encetou um programa de escavações no seu centro histórico, na Rua da Judiaria⁵¹, que pôs a descoberto um numeroso conjunto de silos entulhados com material cristão mas que deverá ter origem muçulmana. Sesimbra tem vindo também a realizar

⁴¹ Coordenação de Isabel Luna.

⁴² Estes seminários, organizados pela Câmara Municipal de Palmela e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, coordenados por Mário Jorge Barroca e pela autora, tiveram as respectivas actas editadas em Março de 2005.

⁴³ Direcção de Cristina Calais.

⁴⁴ Direcção de Catarina Coelho, com escavações entre 2000 e 2002.

⁴⁵ Direcção de José Luís de Matos e Clementino Amaro entre 1990 e 94; de Alexandra Gaspar a partir de 1995.

⁴⁶ Direcção de Clementino Amaro e Jacinta Bugalhão em 1992; Direcção de Jacinta Bugalhão a partir de 1996.

⁴⁷ Direcção de Mulize Ferreira, Ana Jorge, Rita Ramos.

⁴⁸ Direcção de Cláudia Costa e João Muralha Cardoso.

⁴⁹ Um mapa com a distribuição dos sítios islâmicos de Lisboa pode observar-se em Bugalhão e Martínez, 2005: 238.

⁵⁰ Outras intervenções coordenadas pelas mesmas arqueólogas, na Fundação Ricardo Espírito Santo e nos armazéns Sommer, permitiram identificar novas estruturas e materiais islâmicos, além de troços da muralha.

⁵¹ Direcção de Luís de Barros em colaboração com outros técnicos do Museu Municipal de Almada.

algumas investigações arqueológicas no castelo, mas com poucos resultados para o período islâmico⁵². Em Palmela, desde 1992⁵³, desenvolve-se um programa integrado de recuperação do castelo em que a arqueologia surge como componente primordial. As nossas primeiras escavações revelaram sequências estratigráficas muito completas e interessantes para a fase islâmica, permitindo recolhas e registos inéditos para a região nos períodos do emirato e califado. O prosseguimento dos trabalhos arqueológicos assumiu contornos de projecto de investigação regional, com registos sucessivos até à fase almôada e às últimas movimentações da reconquista. A escavação da alcaria do Alto da Queimada, na orla de influência do castelo, permitiu conhecer um pouco mais sobre a arquitectura e a organização dos povoados rurais islâmicos. A área estudada foi-se estendendo portanto à envolvente, o âmbito alargou-se à paisagem, à estruturação do povoamento e à organização castral da região do Sado deste a fase omíada.

Bordejando o Sado, Alcácer do Sal⁵⁴, o poderoso reduto almôada, foi também objecto de pesquisas no contexto das obras efectuadas no castelo para instalação de uma pousada de turismo. Confirmou-se a riqueza do período almôada e atestaram-se ocupações de fases anteriores, ainda que com débeis indicadores estratigráficos.

Fortificações e arqueologia medieval

O interesse pelo estudo e valorização das fortificações, como atrás expressámos, cimentou-se durante o governo de Salazar, a partir da forte vinculação da origem da nacionalidade a este tipo de monumentos. Se bem que marginalmente tratado o seu lado arqueológico, o castelo vê-se desde então consagrado como elemento valorativo da história medieval e continua a alimentar um imaginário mais ou menos fantasioso que colhe adeptos nas vertentes turística, artística e literária e não é estranho ao poder político.

Na génese da análise histórico-arqueológica do castelo medieval destacam-se os estudos de Mário Barroca, que viriam a motivar intervenções de campo e sínteses teóricas, denotando claramente a persistência do fascínio pelo amuralhado. O seu primeiro trabalho de fôlego nesta área *Do castelo da reconquista ao castelo românico* abre novas perspectivas de leitura da arquitectura militar medieval e a partir dele desenvolve caminhos paralelos e complementares na investigação do armamento, da epigrafia, da decoração arquitectónica. Ao castelo da reconquista associa o interesse despertado pelo estudo da arquitectura dos primeiros tempos das ordens militares.

No norte do país são vários os projectos associados a castelos, alguns deles incluindo a interpretação dos povoados onde se integram e quase sempre marcados pelo pressuposto último da conservação e da valorização do monumento ou/e do conjunto edificado. Cabem neste caso inúmeros exemplos: o do Castelo de Montalegre (António Amaral), do castelo de Marialva (Paulo Dordio Gomes), do castelo de Ansiães (António Luís Pereira e Isabel Alexandra Lopes). O projecto de investigação do castelo de Ansiães⁵⁵ é um exemplo modelar de interdisciplinaridade e que associa a arqueologia extensiva e da paisagem, a arqueologia monográfica e a investigação arquivística. Propõe-se conhecer os processos de formação e transição das realidades económica, demográfica, social e cultural subjacentes à organização estrutural do povoado amuralhado de Ansiães, com especial destaque para os contextos baixo-medievais (sécs. IX a XVI). A escavação da igreja de S. João Baptista e respectiva necrópole, e uma segunda necrópole da igreja românica de

⁵² Direcção de Luís Ferreira.

⁵³ O projecto, dirigido pela autora e intitulado *Muçulmanos e Cristãos na Península da Arrábida: o Castelo de Palmela e a ruralidade envolvente*, integra escavações no Castelo de Palmela e na alcaria do Alto da Queimada, além de prospecções no território rural envolvente e ao longo da Arrábida.

⁵⁴ Escavações coordenadas por António Cavaleiro Paixão, em colaboração com António Rafael Carvalho e João Faria.

⁵⁵ O projecto de investigação arqueológica, *Estudo das Continuidades e Rupturas da organização e desenvolvimento urbano da vila medieval de Ansiães*, começou por participar numa equipa interdisciplinar correspondente à linha de investigação em História Medieval que desde 1995 se desenvolveu no âmbito do G. E. H. V. I. D. (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto), a funcionar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

S. Salvador, forneceram dados antropológicos preciosos, um conjunto notável de 65 estelas discóides e dois fornos de fundição de sinos (PEREIRA e LOPES, 2005: 79-128). Contam com a colaboração de especialistas nos domínios da paleobiologia, da arqueometalurgia, da paleocarpologia, da arqueozoologia, da química, da fotogrametria, da história de arte.

São também de referir os trabalhos de levantamento, no âmbito da carta arqueológica, e de escavação desenvolvidos nos castelos roqueiros do Concelho de Arouca (Valinhas/Arouca, Carvalhais, Monte Coruto), com coordenação de António Manuel Silva (2004).

A sul, o interesse do estado e das autarquias na conservação e revitalização deste tipo de monumentos, tem também justificado intervenções arqueológicas, muitas delas de continuidade e os levantamentos na sequência de grandes empreendimentos públicos ou privados, como é o caso da barragem do Alqueva, vão proporcionando a actualização do inventário e algumas intervenções de emergência. Para além dos exemplos referidos, ao longo do texto, lembrem-se as realizadas nos castelos de Moura, de Noudar, de Aljustrel⁵⁶, de Juromenha e o estudo das atalaias na região do Alqueva por Fernando Branco Correia⁵⁷. Na Mesa dos Castelinhos (Almodôvar), Amílcar Guerra e Carlos Fabião puderam investigar arqueologicamente um castelo muçulmano, dotado de fosso, com cronologia entre os sécs. IX e XI, que defendem ter servido para o aquartelamento de uma guarnição militar (2002: 171-176).

O Simpósio Internacional sobre Castelos- *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb, 500-1500* (Fig. 6), organizado pela Câmara Municipal de Palmela no ano 2000, transportou para o plano internacional, particularmente para o espaço ibérico, a discussão dos últimos resultados da investigação arqueológica nesta área. Esta reunião de cerca de 90 investigadores proporcionou uma proveitosa troca de experiências e actualizou o balanço dos últimos anos de intervenções em castelos.

Entre 1980 e 2005 realizaram-se 119 intervenções arqueológicas⁵⁸ em castelos, muralhas, torres e atalaias do período medieval, correspondendo várias a projectos de investigação de média/longa duração. Na verdade, boa parte das intervenções em meio urbano nasce da investigação de castelos, os *monumentos* que a comunidade identifica como o repositório vivo das memórias do passado. A carga simbólica do *castelo* mantém-se muito próxima da velha concepção e continua a justificar os investimentos das intervenções. Hoje em dia, a intensa apropriação turística deste tipo de espaços - por vezes associada a empenhos políticos locais e mesmo nacionais -, fomenta o seu estudo e o maior conhecimento da sua história, tanto a dos edificadas como a do subsolo.

O estudo da cerâmica

A investigação das produções cerâmicas de época medieval conheceu em Portugal um decisivo salto em frente com a realização do *IV Encontro sobre Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*, organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola em 1987. Posteriormente, em 1992, o arranque em Tondela das *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (Fig. 7), que chegou à sua 4ª realização, imprimiu novo impulso aos estudos nesta área. A reunião de investigadores portugueses, espanhóis e franceses em torno da problemática daquele que é o mais comum vestígio material recolhido pelos arqueólogos, gerou entusiasmos e incentivou novas pesquisas, tanto no campo da etno-arqueologia como no das análises químicas e mineralógicas. Se nos detivermos sobre o elenco de investigadores das primeiras jornadas, verificamos que a representação portuguesa para a cerâmica medieval era ainda reduzida, predominando as comunicações de estrangei-

⁵⁶ Respectivamente coordenadas por Santiago Macías, Miguel Rego, Carlos Tavares da Silva.

⁵⁷ Fernando Branco tem em preparação uma dissertação de doutoramento, inscrita em co-tutela na Universidade de Évora e na Universidade de Paris I/Sorbonne, intitulada: *Fortificação, poderes e sociedade no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização à afirmação do domínio norte africano)*.

⁵⁸ Entenda-se por intervenções arqueológicas: escavação, sondagem, prospecção, levantamento, acompanhamento.

ros. Particular destaque assume a intervenção do grupo da Casa do Infante, que apresenta interessantes conjuntos dos sécs. XIII a XV, utilizando uma metodologia criteriosa de classificação (REAL *et al.*, 1995: 171-186). Nas jornadas seguintes assistiu-se a uma crescente participação portuguesa para estudos de cerâmica islâmica mas também medieval cristã e moderna. O primeiro balanço sobre o estudo de cerâmicas medievais do sul de Portugal, feito por Rosa Varela Gomes nas 1^{as} jornadas de Tondela, em 1992 (1995: 293-302), dá-nos conta dos estudos desenvolvidos em Silves para a fase islâmica e também para as cerâmicas portuguesas dos sécs. XIV a XVI. Para cronologias pleno e baixo-medievais, outros conjuntos tinham sido registados embora nem sempre estudados, nomeadamente os provenientes de Cascais, Sintra, Barreiro (forno da Mata da Machada)⁵⁹, Almada, Setúbal. De contextos subaquáticos (por exemplo do naufrágio de Aveiro) provêm conjuntos cerâmicos baixo-medievais e modernos em óptimo estado de conservação, em processo de estudo⁶⁰. Nas bacias do Tejo e do Sado – Palmela (FERNANDES, 2004 e 2005: 311-325), Alcácer do Sal (PAIXÃO *et al.*, 1994: 242-243, 261), Almada (SABROSA e ESPÍRITO SANTO, 1992: 11) e Lisboa (GASPAR E AMARO, 1997: 343-344; GOMES *et al.*, 2005: 221-236) - têm-se exumado e estudado conjuntos do período da reconquista, que podemos balizar entre a segunda metade do séc. XII e o século XIII e que oferecem afinidades formais inegáveis.

O balanço que hoje é possível fazer sobre o estudo destes materiais, evidencia desde logo o protagonismo do grupo das cerâmicas muçulmanas. Realmente, da dinâmica do Campo Arqueológico de Mértola emergem desde cedo as peças de barro como elementos definidores do quotidiano ancestral da vila. Os magníficos conjuntos exumados afirmam-se por si só e elucidam sobre os usos, as práticas culinárias mas também sobre as trocas mercantis, as ligações dentro da bacia mediterrânica. O mesmo se passa em Silves, revelando-se aqui grupos de cronologias mais recuadas. As cerâmicas decoradas a *corda seca* e a *verde e manganés* são registadas um pouco por todo o sul e iniciam-se estudos específicos sobre estas técnicas (Fig. 8). Susana Gomez, no C.A.M., dedica-se ao estudo das cerâmicas de Mértola⁶¹; Rosa Varela Gomes (1988) e Helena Catarino (1998) evidenciam, nas primeiras publicações sobre os sítios que escavaram, o valor arqueológico das produções cerâmicas. Seguem-se os estudos de peças do castelo de Palmela, de Alcácer do Sal, de Lisboa, de Santarém, de Coimbra. Ensaia-se classificações tipológicas, análises químicas e mineralógicas para determinar proveniências e intercâmbios, diversidades técnicas e decorativas. São particularmente relevantes os conjuntos cerâmicos recolhidos nas escavações do Castelo de S. Jorge e de outros sítios arqueológicos próximos⁶². A identificação de fornos de cerâmica islâmica na baixa lisboeta e nas Alcaçarias (perto de St^a Apolónia) veio por sua vez abrir novas perspectivas de conhecimento das produções locais, o que já nos começou a ser revelado (para a R. dos Correeiros/ Mandarin Chinês) por Jacinta Bugalhão, Deolinda Folgado e outros⁶³. As várias exposições que já citámos neste texto e os programas de musealização permanente em muitos espaços acrescentaram ainda maior notoriedade à peça cerâmica, que assume em definitivo um lugar cimeiro no que à arqueologia islâmica se refere.

As muitas possibilidades de abordagem nesta temática motivaram nos últimos tempos teses de mestrado e de doutoramento e a persistência da participação portuguesa nos congressos de Cerâmicas Medievais do Mediterrâneo⁶⁴.

⁵⁹ Escavado sob a direcção de Cláudio Torres.

⁶⁰ Investigações do CNANS (Centro Nacional de Arqueologia Náutica e Subaquática), dirigidas por Francisco Alves.

⁶¹ São vários os artigos publicados por Susana Gomez, a título individual ou com colegas do CAM, sobre a cerâmica islâmica de Mértola e foi sobre essa temática que incidiu a sua dissertação de doutoramento.

⁶² Uma parte deste espólio foi objecto de análises de proveniência, por activação neutrónica, no I.T.N. Os resultados desses estudos e das classificações formais e decorativas têm sido publicados em artigos vários. Veja-se Gomes *et al.* :2005: 221-237.

⁶³ A investigação das cerâmicas islâmicas da Rua dos Correeiros desenvolve-se desde 1997 e desde 1999 no âmbito do projecto POILIX (Bugalhão e Folgado, 2001; Bugalhão, Gomes e Sousa, 2003; Bugalhão e Martínez: 2005).

⁶⁴ Depois do Congresso de Lisboa, em 1987, realizaram-se os seguintes: o V Congresso, em Rabat e Marraqueche, em 1991, com actas publicadas em 1995; o VI Congresso em Aix-en-Provence, França, em 1995, com actas editadas em 1997; o VII Congresso, em Tessalónica, Grécia, em 1999, com actas publicadas em 2003; o VIII Congresso, realizado em Fevereiro de 2006 em Ciudad Real e Almagro, Espanha.

O ensino da Arqueologia Medieval em Portugal

Apesar de se terem esboçado desde cedo, no pós-25 de Abril de 1974, as intenções de inserção da Arqueologia Medieval na estrutura curricular das licenciaturas em História – Variante de Arqueologia, a consolidação da disciplina, face às congêneres para períodos anteriores, só se efectiva nos anos 90. A Universidade do Porto é a excepção, onde se verificou a continuidade da regência desde 1978. As pós-graduações nesta área são escassas, cifrando-se numas quantas teses de mestrado, sendo algumas delas associadas não propriamente aos cursos de arqueologia mas aos cursos de história e história da arte. As poucas candidaturas a doutoramento em Arqueologia Medieval, salvo honrosas excepções, fizeram-se nos últimos anos e alguns projectos decorrem ainda⁶⁵.

Vejamos, genericamente, a situação do ensino da Arqueologia Medieval nas universidades públicas portuguesas:

- No ano lectivo de 1978/79 iniciou-se na Faculdade Letras da Universidade do Porto, dentro da Licenciatura em História – Variante de Arqueologia e História da Arte, a cadeira de *Arqueologia Medieval em Portugal*, regida por C. A. Ferreira de Almeida e depois por Mário Jorge Barroca⁶⁶. Foi a primeira disciplina obrigatória de *Arqueologia Medieval em Portugal*. A FLUP tem em funcionamento a Licenciatura em Arqueologia e oferece mestrado e doutoramento em Arqueologia, onde se inclui a área da *Arqueologia Medieval*.
- Em Braga, na Universidade do Minho, a licenciatura específica em arqueologia inclui a cadeira de *Arqueologia Medieval* (já oferecida em anterior curso, desde 1998-99), a cargo de Manuela Martins⁶⁷. Aqui desenvolvem-se hoje especializações em *Arqueologia Urbana*, *Arqueologia da Paisagem e do Povoamento* e *Novas Tecnologias Aplicadas à Arqueologia*.
- Na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra leccionou-se pela primeira vez a disciplina de Arqueologia Medieval em 1985/86, oferecendo em 2005-2006, no curso de Licenciatura em História – Variante de Arqueologia, cadeiras de *Arqueologia Medieval* e de *Arqueologia Islâmica*, regidas por Helena Catarino.
- A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tal como atrás referimos, ministrou em 1977/78 a disciplina opcional de *Arqueologia Árabe Medieval*. Mais tarde leccionou-se, nos anos 80, a disciplina de *Arqueologia Medieval*, embora não se tivesse mantido ininterruptamente. Ministra-se em 2005-2006 a disciplina de *Arqueologia Islâmica*⁶⁸, no 4º ano da licenciatura.
- Em 1996, com a designação de *Arqueologia II*, inicia-se na Universidade Nova de Lisboa o ensino da arqueologia medieval. A partir de 2002 esta disciplina dá lugar à abertura de outras duas, *Arqueologia Medieval Muçulmana* e *Arqueologia Medieval Cristã*, a cargo de Rosa Varela Gomes. Em 2005-2006 era oferecida pela U.N.L. a possibilidade de realização de pós-graduação em *História, Arqueologia e Património* e de mestrado e doutoramento em *História e Arqueologia Medievais*.
- A Universidade de Évora, na Licenciatura em História – Variante de Arqueologia, oferece no 3º ano a cadeira de *Arqueologia Árabo-Islâmica*, iniciada em 2002 e regida por Fernando Branco Correia. No ano lectivo 2004-2005 iniciou-se também a leccionação da disciplina de *Arqueologia Judaica*, a cargo de Carmen Ballesteros⁶⁹.

⁶⁵ Cronologia de doutoramentos em Arqueologia Medieval desde os anos 90: Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto) em 1996; Helena Catarino (Universidade de Coimbra) em 1997; Rosa Varela Gomes (Universidade Nova de Lisboa) em 1999; Em universidades estrangeiras, em 2005: Susana Gómez Martínez, (Universidade Complutense de Madrid) e Santiago Macías (Universidade de Lyon II), ambos do Campo Arqueológico de Mértola.

⁶⁶ C. A. Ferreira de Almeida leccionou a cadeira de Arqueologia Medieval entre 1978 e 1982, a partir de 1982/83 partilhou a regência com Mário Barroca e desde 1996, data do seu falecimento, ela ficou exclusivamente a cargo de Mário Barroca.

⁶⁷ No ano lectivo 2005-2006 a responsabilidade desta disciplina cabe a Luís Fontes.

⁶⁸ Ministrada por Carlos Fabião e Catarina Viegas.

⁶⁹ Desde inícios da década de 90 passou também a ser leccionada a cadeira de *Materiais e Estruturas Clássicas e Medievais*.

– Na Universidade do Algarve, a Licenciatura em Património Cultural oferecia a disciplina de *Arqueologia Medieval*, leccionada por Teresa Gamito. Tem abertos mestrados em *Arqueologia* e em *Cultura Árabe e Islâmica e o Mediterrâneo*. Um dos centros de investigação desta universidade, o *Centro de Cultura Árabe, Islâmica e Mediterrânica*, criado em 2001 e coordenado pela mesma docente, tem entre outros propósitos, o arqueológico.

Alguns dados percentuais

Com base em elementos fornecidos pelo Instituto Português de Arqueologia⁷⁰, ensaiámos a obtenção de alguns dados percentuais que nos proporcionam uma visão global do que se tem feito nos últimos 25 anos em Arqueologia Medieval em Portugal e uma leitura dos ritmos evolutivos das intervenções.

Nos ficheiros do IPA, em relação ao conjunto de sítios arqueológicos que engloba todos os períodos cronológicos, 18,7% correspondem a sítios onde se regista ocupação medieval (Gráfico 1).

Em 16 628 intervenções arqueológicas, realizadas no período entre 1980 e 2005, 3990 referem-se ao período medieval (Gráfico 2). Note-se que apenas 35,3% são escavações e sondagens, ou seja, investigação no subsolo e com possível continuidade. A maioria dos registos (58%) compreende acções de levantamento, prospecção e identificação, decorrentes de trabalhos de elaboração de cartas arqueológicas regionais ou de reconhecimento de áreas no âmbito de estudos de impacte ambiental ou de reconhecimento prévio a grandes obras. Se verificarmos a evolução das intervenções entre 1980 e 2005 (Gráfico 3), por períodos de cinco anos, concluímos por um acréscimo gradual nos primeiros quinze anos, na ordem dos 5% anuais, e a descolagem abrupta entre 1996 e 2000, com um volume de intervenções de mais 20%, que praticamente se mantém nos cinco anos seguintes, até 2005. Para este *boom* contribuiu seguramente o avultado número de acções de prospecção associadas a grandes obras.

A distribuição geográfica das intervenções, por distritos (Gráfico 4), revela-nos uma preponderância de intervenções em Beja, o que deve prender-se com a grande dimensão do distrito mas também com outros factores: a riqueza arqueológica da região, a facilidade de intervenção justificada pela baixa densidade populacional e algumas grandes obras viárias que exigiram acções de prospecção. Se observarmos a distribuição por grandes regiões (Gráfico 5), verificamos que não há desequilíbrios significativos, embora a região centro mantenha uma diferença de dez pontos percentuais.

DINÂMICAS E PERSPECTIVAS ACTUAIS

O desejável cruzamento dos dados arqueológicos e das informações fornecidas pelas fontes escritas tem encontrado um campo de progressão favorável na arqueologia medieval cristã, sobretudo pela maior abundância de documentação face a anteriores cronologias. Ele tem sido contudo um recurso mais frequente para a contextualização e leitura de monumentos do que para a análise socio-política e económica. Por outro lado, a escassez de textos árabes com referências ao Garb, transpôs a arqueologia para a linha da frente, preenchendo vastas lacunas no entendimento da dimensão territorial e civilizacional árabo-islâmica. É de reconhecer que a arqueologia islâmica assumiu, na última década, um papel determinante na construção da nova história medieval portuguesa.

Apesar de se verificar que a relutância a este envolvimento, por parte de alguns investigadores, é ainda grande, arqueólogos e historiadores demonstram crescente necessidade de aproxi-

⁷⁰ Agradecemos ao Instituto Português de Arqueologia a consulta da sua base de dados e particularmente à Dra. Jacinta Bugalhão, pela sistematização dos mesmos.

mação, conscientes das vantagens mútuas que podem advir da conjugação de ideias e da partilha dos resultados de pesquisa. O mote para este envolvimento, no campo do islâmico, foi dado pela escola francesa. Christophe Picard, quando prepara o seu estudo sobre o Portugal muçulmano, preocupa-se em recolher as informações arqueológicas disponíveis, não só através da bibliografia mas do contacto directo com arqueólogos, chegando a participar em trabalhos de campo. O resultado, consagrado na obra *Le Portugal Musulman (VIII-XIII siècle)* (2000), e noutras duas que lhe são convergentes e complementares, além de artigos em parceria com arqueólogos ⁷¹, revela esse esforço e serve de exemplo para outras sínteses de história medieval. Para o medieval cristão, C. A. Ferreira de Almeida lançou a prática da confluência das análises históricas e arqueológicas, onde a componente da História da Arte é parte integrante. Na sua esteira, outros arqueólogos e historiadores vêm ensaiando idênticas metodologias, que transportam gradualmente a arqueologia medieval para o centro da discussão e da produção historiográfica nacional. Lembremos a valorização da componente arqueológica no vol. I da *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso (1992).

Outro aspecto a realçar é o dos estudos integrados, no âmbito da recuperação, restauro e valorização de edifícios de valor patrimonial, grande parte deles enquadráveis no período medieval, que têm vindo a conhecer evoluções muito positivas. Neste contexto, é crucial o papel da arqueologia, a par da história da arte e da arquitectura. Um novo desafio se apresenta, nos dias de hoje, ao arqueólogo medievalista que acompanha projectos deste tipo: o da arqueologia da arquitectura, que vem ganhando adeptos em Espanha e que entre nós tem conhecido preliminares experiências, no âmbito das acções de reabilitação do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). As possibilidades que este método abre, na perspectiva de biografar o edifício, tentando compreendê-lo numa multiplicidade de vertentes, são por si só sedutoras. A igreja da S. Gião da Nazaré e o Mosteiro de Rendufe são os dois principais monumentos que, no âmbito do IPPAR, beneficiaram da complexa análise estratigráfica do edificado, em cooperação com a equipa do Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC) de Madrid, liderada por Luis Caballero Zoreda e com a participação dos arqueólogos Maria Ramalho (IPPAR) e Luís Fontes (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho). Mais recentemente, sob a coordenação do mesmo investigador e no âmbito de um programa de iniciativa espanhola ⁷², foi analisada a emblemática catedral de Idanha-a-Velha (CABALLERO ZOREDA (no prelo). Outras experiências têm sido levadas a cabo nalguns edificados ao cuidado do IPPAR ⁷³ e também da Câmara Municipal de Lisboa, embora sem a abrangência e os meios financeiros das anteriores (RAMALHO, no prelo).

Estes estímulos sublinham a abertura da arqueologia medieval portuguesa aos estudos integrais e à inovação metodológica, ainda que condicionados pela frequente escassez de suporte financeiro ou pelo comodismo e pela resistência à mudança por parte de alguns intervenientes, desde os que protagonizam a investigação e o salvamento aos que os promovem. O IPPAR, através da sua revista *Estudos do Património*, divulga as iniciativas de valorização e restauro, bem como as novas experiências neste âmbito.

A expressão da arqueologia medieval portuguesa tem-se demonstrado também pela crescente escolha de Portugal como palco de reuniões internacionais de âmbito arqueológico alargado onde o medieval assume um forte protagonismo. Citemos, para o ano de 2005, o *8º Congresso Internacional de Estelas Funerárias* (Maio, Museu Nacional de Arqueologia, coordenação de J. Beleza Moreira), o *III Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu*

⁷¹ As outras duas obras referidas são *La mer et les musulmans d'Occident au Moyen Age*, 1997; *L'Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade*, 1997; artigos com Fernando Branco Correia e com Isabel Cristina F. Fernandes.

⁷² Trata-se do projecto *Arqueologia da Arquitectura Altomedieval nas Astúrias, Extremadura e Portugal*, no âmbito do *Programa Nacional de Investigação Científica, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica de Espanha*, com várias participações portuguesas.

⁷³ Nomeadamente no Mosteiro de Rendufe, sob a coordenação de Luís Fontes, da Universidade do Minho.

(Junho, Porto)⁷⁴, o encontro *Al-Andalus, Espaço de Mudança* (Maio, Mértola), organizado pelo Campo Arqueológico de Mértola, o encontro *A Cidade no Ocidente Islâmico Medieval. A Medina em Formação* (Setembro, Silves), com direcção geral de J. Navarro Palazón e coordenação de R. Varela Gomes. Os Congressos de Arqueologia Peninsular, que vão na sua 4ª edição⁷⁵, são igualmente fóruns regulares onde o medieval conta com vários espaços de debate e divulgação.

No campo editorial, para além das revistas citadas e de outras, de iniciativa municipal ou associativa⁷⁶, das actas de congressos e seminários e dos catálogos de exposições, merecem menção a revista *Al-Madan*, (Centro de Arqueologia de Almada) – o periódico de arqueologia com maior divulgação na actualidade –, as edições do Instituto Português de Arqueologia: a *Revista Portuguesa de Arqueologia* e os *Trabalhos de Arqueologia* (Fig. 9), as obras de síntese sobre castelos, promovidas pelo IPPAR, com carácter regional ou monográfico e as grandes sistematizações, como é o caso do *corpus* de *Epigrafia Medieval Portuguesa*, da autoria de Mário Barroca. O catálogo da exposição *Pera Guerrejar, Armamento Medieval no Espaço Português*, que co-coordenámos, veio igualmente colmatar uma das lacunas do restrito universo de publicações portuguesas de arqueologia medieval.

O processo de afirmação da arqueologia medieval em Portugal, apesar de tardio e lento numa primeira fase, encontrou a partir dos anos 90 o seu caminho e a paridade aos apartados de períodos cronológicos anteriores. Os desafios da arqueologia urbana (muitas vezes em situações de emergência mas também em acções preventivas), da valorização de monumentos e sítios, acarretam-lhe grandes responsabilidades mas aí recolhe também as melhores bases de sustentação financeira e a vontade de inovar e progredir.

Nota: À data desta publicação não se encontram já entre nós, lamentavelmente, alguns dos arqueólogos citados no artigo. Deixo a minha homenagem a Teresa Gamito, a João Faria e a Armando Sabrosa.

BIBLIOGRAFIA

Actas, catálogos, revistas

- A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental*. Actas do IV Congresso Internacional de Cerâmica Medieval no Mediterrâneo Ocidental, Lisboa, 1987. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, 1991.
- Actas das 1ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela, 1992, Câmara Municipal de Tondela, 1995.
- Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela, 1995, Câmara Municipal de Tondela, 1998.
- Actas das 3ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e Resultados para o seu Estudo*. Tondela, 1997, Câmara Municipal de Tondela, 2003.
- Arqueologia Medieval*, dir. Cláudio Torres, nºs 1 a 7, Porto, Ed. Afrontamento, Campo Arqueológico de Mértola, de 1992 a 2001.
- De Scallabis a Santarém*, coord. Ana M. Arruda, Catarina Viegas e M. José Almeida, Catálogo da exposição realizada em 2002 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002.
- Encontro de Arqueologia Urbana, Bracara Augusta*, Vol. XLV, nº 97(110), Câmara Municipal de Braga, Braga, 1994.
- Garb. Sítios islâmicos do sul peninsular*, coord. M. Lacerda, M. Soromenho, M.M. Ramalho, C. Lopes, Lisboa, IPPAR/ Departamento de Estudos- Junta de Extremadura/ Consejería de Cultura, 2001.

⁷⁴ Organizado pela *Sociedad Española para la Defensa del Patrimonio Geológico y Minero* (SEDPGYM), em colaboração com instituições portuguesas.

⁷⁵ O último realizou-se em Faro, em 2004.

⁷⁶ Por exemplo a *Xelb* (Silves), a *Al'ulya* (Loulé) e a *Arqueologia & História* (Associação dos Arqueólogos Portugueses), entre várias outras.

- Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, 3 a 8 de Abril de 2000, Palmela, Edições Colibri - Câmara Municipal de Palmela, 2002.
- Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII a XIII)*, coord. Mário J. Barroca e Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.
- Museu de Mértola. *Cerâmica em Corda Seca de Mértola*, coord. Susana Gómez Martínez, Campo Arqueológico de Mértola, 2002.
- Museu de Mértola. Arte Islâmica*, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2001.
- Palácio Almóada da Alcáçova de Silves*, coord. Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, Catálogo da exposição realizada em 2001 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2001.
- Pera Guerrejar- Armamento Medieval no Espaço Português*, coord. Mário Barroca, João Gouveia Monteiro e Isabel C. F. Fernandes, Catálogo da Exposição em Lisboa e Palmela, Abril a Julho de 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000.
- Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, coord. Cláudio Torres e Santiago Macías, Catálogo da exposição realizada em 1998 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1998.
- Tavira. Território e Poder*, coord. Maria Maia, Carla Fernandes, Marco Lopes, Sandra Cavaco, Catálogo da exposição realizada em 2003 no Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1993.
- IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Lisboa 1992. Universidade de Barcelona / Universidade Nova de Lisboa, Barcelona, 1995.

Estudos vários

- ALMEIDA, C. A. F. de (1986) «Arte da Alta Idade Média». *História da Arte em Portugal*, Vol. 2, Lisboa, Publicações Alfa.
- (1989) «Castelos e cercas medievais. Séculos X a XIII». *Portugal no Mundo, História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, dir. de Rafael Moreira, Pub. Alfa, Lisboa, pp.38-54.
- ALMEIDA, F. de (1962), *Arte Visigótica em Portugal*. Lisboa.
- AMARO, C. et al. (1995). *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa, Fundação B.C.P..
- BARROCA, M. J. (1987), *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*, Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto para Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Porto, ed. policopiada.
- (1994), *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*. Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar.
- (1998), «D. Dinis e a arquitectura militar portuguesa», *Revista da Faculdade de Letras - História*, II Série, Vol. XV, Porto, p. 801-822.
- (Coord.) (1999), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida. In Memoriam*. Vol. I, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- (2000) - *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, Vols. I, II e III, Porto, Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- (2000) (co-coord.) - «Armamento medieval português. Notas sobre a evolução do equipamento militar das forças cristãs». In BARROCA, M.J., MONTEIRO, J.G., FERNANDES, I.C. (Coord.) *Pera Guerrejar - Armamento Medieval no Espaço Português*, Catálogo da Exposição em Lisboa e Palmela, Abril a Julho de 2000, Câmara Municipal de Palmela, Palmela, p. 37-76. No mesmo catálogo, as fichas das peças nºs 8, 9 e 12.
- BOIÇA, J. e BARROS, M. F. R., (1999), «A mesquita-igreja de Mértola». In FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Ordens Militares - Guerra, Religião, Poder e Cultura*, Actas do III Encontro sobre Ordens Militares, Vol. 2, Palmela, Edições Colibri- Câmara Municipal de Palmela, p. 341-365.
- BUGALHÃO, J. e FOLGADO, D. (2001), «O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: urbanismo e produção oleira», *Arqueologia Medieval 7*, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, Ed. Afrontamento, p. 111-145.

- BUGALHÃO, J. et al., «POILIX- Projecto de investigação sobre a produção oleira em Lisboa, no período islâmico. Primeiros resultados e perspectivas futuras». *IV Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval - Métodos e Resultados para o seu Estudo*, Tondela, 24 a 27 de Outubro de 2000 (no prelo).
- BUGALHÃO, J. e GOMEZ, S. (2005), «Lisboa, uma cidade do Mediterrâneo islâmico», In BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 237-262.
- CABALLERO ZOREDA, L. «El edificio llamado Sé de Idanha a Velha y los resultados de su lectura de paramentos», *Al-Andalus, Espaço de Mudança*, Mértola, Maio de 2005, Campo Arqueológico de Mértola (no prelo).
- CALAIS, C. (1998), «Outeiro de Povos - resultado preliminar das primeiras intervenções arqueológicas». *Cira 7*, Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, 1995/97, Vila Franca de Xira, p. 47-74.
- CARDOSO, G. e LUNA, I. (2002), «Paços do Concelho de Torres Vedras», In CARDOSO, G. et al., *Arqueologia no Distrito de Lisboa – Cadaval, Cascais e Torres Vedras*, Junta distrital de Lisboa, p. 8-12.
- CATARINO, H., (1998) «O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica. Povoamento rural e recintos fortificados». *Al-Ulyâ*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 6, Vols. I, II e III, 1997-98, Loulé.
- (2002), «Castelos e território omíada na Kura de Ossónoba». FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos - Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Palmela, 2000, Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri, p. 29-44.
- (2000a) - «O castelo de Povos (Apontamentos sobre o período islâmico em Vila Franca de Xira)». *Catálogo da Exposição Senhor da Boa Morte - Mitos, História, Devoção*, 28 de Junho a 8 de 2000, Celeiro da Patriarcal, Vila Franca de Xira, p. 43-51.
- COELHO, A. B. (1972-1975), *Portugal na Espanha Árabe*, Vol. I a IV, Lisboa, Seara Nova.
- COELHO, C. (1999), «A ocupação islâmica do Castelo dos Mouros (Sintra). Interpretação comparada». *Actas do II Congresso de Arqueologia Peninsular (1996)*, Tomo IV- *Arqueologia Romana y Medieval*, Zamora, Ed. Behrmann y Ramirez, Fundación Rei Afonso Henriques- Universidad de Alcalá, p. 527-536..
- CORREIA, F. B. (1996) «Espaços fortificados de época e influência islâmica na margem direita do curso médio do Guadiana». *Bataliús - El reino Taifa de Badajoz*. Estudios, Letrúmero, Madrid, p. 77-88.
- (1998), «Fortificações islâmicas do Gharb», *Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, TORRES, C. e MACÍAS, S. (Coord.), Lisboa, MNA, p. 193-206.
- CUNHA, Eugénia (2002), «Antropologia física e paleoantropologia em Portugal: um balanço», *Arqueologia & História – Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Vol. 54, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 261-272.
- FABIÃO, Carlos (1999) «Um século de arqueologia em Portugal-I», *Al-Madan*, II Série, nº 8, Centro de Arqueologia de Almada, p. 104-126.
- FERNANDES, I. C. F. (2001), «Castelos da Ordem de Santiago: a região do Sado». *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 22 a 26 de Setembro, Vila Real, 1999, Vol. VII: *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*, Sessão 23: «Fortificações dos Reinos Cristãos: origens e evolução (séc. IX– XIV)», Porto, ADECAP, p. 169-186.
- (2001a), «A península de Setúbal em época islâmica». *Actas do Colóquio Lisboa, Encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos*, Out. 1997, Lisboa. *Arqueologia Medieval 7*, Campo Arqueológico de Mértola, Porto, Ed. Afrontamento, p. 185-209.
- (2003), «Revestimentos e decoração em cerâmica islâmica de Palmela- Portugal». *Actes du VII Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, Tessalónica, Grécia, 11 a 16 de Outubro de 1999. Ministère de Culture / Caisses de Recettes Archéologiques, Atenas, p. 639-652.
- (2004), *O Castelo de Palmela. Do islâmico ao cristão*. Lisboa, Edições Colibri-Câmara Municipal de Palmela.
- (2005), «O restauro dos castelos de Portugal (anos 30-60 do séc. XX)». *Simposio Internacional Arquitectura Fortificada: Conservación, Restauración y Uso de los castillos*. Segovia, 24, 25 e 26 Novembro 2004, Valladolid, Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, p. 159-194.
- FERNANDES, P. A. - (2002), *A igreja pré-românica de São Pedro de Lourosa*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ed. policopiada.

- (2003) «O Contributo de D. Fernando de Almeida para o estudo da Alta Idade Média em Portugal». *Arqueologia e História*, nº 55, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 205-213.
- (2005), «Eclétismo. Classicismo. Regionalismo», In BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 293-310.
- FONTES, L. O. (1992), «O Norte de Portugal no Período Suevo – Visigótico. Elementos para o seu estudo», In *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, p. 217-248.
- (1991-92), «Salvamento Arqueológico de Dume (Braga). Resultados das Campanhas de 1989-90 e 1991-92», *Cadernos de Arqueologia*, Série II, Vols. 8-9, Braga, p. 199-230.
- (2002), «Arqueologia Medieval Portuguesa», *Arqueologia & História – Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Vol. 54, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 221-238.
- GASPAR, A. e AMARO, C. (1997), «Cerâmicas dos sécs. XIII-XV da cidade de Lisboa». *Actes du Ve Congrès La Céramique Médiévale en Méditerranée*, Nov. de 1995, Aix-en-Provence, p. 337-345.
- GOMES, A. e GASPAR, A., (2002), «O Castelo de S. Jorge: resultados dos trabalhos arqueológicos». FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Simpósio Internacional sobre Castelos - Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Palmela, 2000, Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri, p. 397-404.
- GOMES, A. et. al. (2005), «Cerâmicas medievais de Lisboa - continuidades e rupturas», In BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 221-236.
- GOMES, R. V. (1988), *Cerâmicas Muçulmanas do Castelo de Silves*. Xelb, 1, Silves.
- (1995), «Cerâmicas medievais do Sul de Portugal – Qual o estado da questão?». *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela 1992, Câmara Municipal de Tondela, p. 293-297.
- (2002), «O Século XX e a Arqueologia Muçulmana em Portugal», *Arqueologia & História – Arqueologia 2000. Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Vol. 54, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 203-220.
- (2002a), *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: território e cultura*. Trabalhos de Arqueologia 23, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- (2003), *Silves (Xelb), uma cidade do Gharb Al-Andalus: a alcáçova*. Trabalhos de Arqueologia 35, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.
- GOMES, R. V. e GOMES, M. V. (2004), «O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, vol. 7, nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 483-573.
- GOMÉZ MARTÍNEZ, S. (1997), «Cerâmica decorada islâmica de Mértola– Portugal (ss. IX– XIII)». *Actes du Ve Congrès de l'AIECM2 La Céramique Médiévale en Méditerranée*, 13-18 Nov. 1995, Aix-en-Provence, p. 311-325.
- (1998), «A cerâmica no Gharb al-Ândalus». In *Portugal islâmico, os últimos sinais do Mediterrâneo*, TORRES, C. e MACÍAS, S. (Coord.), Lisboa, MNA, p. 121-131.
- (2003), «La cerâmica islâmica entre Tajo y Duero». (Sécs. VIII a XIII), In BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 215-220.
- GUERRA, A. e FABIÃO, C., (2002), «Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo», In FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Simpósio Internacional sobre Castelos - Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, 2000, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Edições Colibri, p. 171-176.
- LACERDA, A. de (1942), *História da Arte em Portugal*, Vol. I, Porto.
- LOPES, C. e RAMALHO, C. (2001), «Presença islâmica no Convento de S. Francisco de Santarém», *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Instituto Português do Património Arquitectónico – Junta de Extremadura, p. 31-88.
- LOPES, Isabel Justo (2004) - *Contextos Materiais da Morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*, 2 vols., Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

- MACÍAS, S. (1993), «Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um estudo histórico e arqueológico». *Arqueologia Medieval* 2, C. A. Mértola, Porto, Edições Afrontamento, p. 127-157.
- (1996), *Mértola islâmica- Estudo Histórico-Arqueológico do Bairro da Alcáçova (Séc. XII-XIII)*. Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- (2006), *Mértola, último porto do Mediterrâneo*. Campo Arqueológico de Mértola.
- MACIEL, Justino (1996), *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- MARQUES, Jorge A. M. (2000) - *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*, Viseu.
- MATOS, J. L. de (1991), «Influências orientais na cerâmica muçulmana do Sul de Portugal». *Estudos Orientais* II, *O Legado Cultural de Judeus e Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental, p. 75-83.
- (2003), «D. Fernando de Almeida na encruzilhada da arqueologia portuguesa». *Arqueologia e História*, nº 55, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 201-204.
- MATTOSO, José (Coord.) (1993), *História de Portugal*, Vol. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores.
- NETO, M. J. B. (2001) – *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- PAIXÃO, A. C. et al. (1994), «O castelo de Alcácer do Sal: um projecto de arqueologia urbana». *Actas do III Encontro de Arqueologia Urbana, Braga, 1994, Bracara Augusta*, vol. XLV, nº 97 (110), Câmara Municipal de Braga, p. 227.
- (2002), «Aspectos da presença almôada em Alcácer do Sal (Portugal)». In FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Simpósio Internacional sobre Castelos - Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, 2000, Câmara Municipal de Palmela/ Edições Colibri, p. 369-384.
- PEREIRA, A.L. e LOPES, I. A. J. (2005), *Património Arqueológico do Concelho de Carrazeda de Ansiães*, Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães.
- PICARD, C. (1997), *La Mer et les Musulmans d'Occident au Moyen Age (VIIIe -XIIIe siècle)*. Col. Islamiques, Paris, P.U.F.
- (1997^a), *L'Océan Atlantique Musulman. De la Conquête Arabe à l'Époque Almohade*. Paris, Maisonneuve & Larose, Éditions Unesco.
- (2000), *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris, Maisonneuve & Larose.
- PICARD, C. e FERNANDES, I. C. F. (1999), «La défense côtière au Portugal à l'époque musulmane: l'exemple de la presqu'île de Setúbal». *Archéologie Islamique*, 8-9, (1998), Paris, Maisonneuve & Larose, p. 67-94.
- RAMALHO, M. M., «Os primeiros passos da Arqueologia da Arquitectura no âmbito do Instituto Português do Património Arquitectónico». *Revista de Arqueologia da Arquitectura*, nº 3, Vitoria: Universidade del País Vasco, Instituto de Historia, C.S.I.C., Madrid (no prelo).
- REAL, M. L. (1980), «Convento da Costa (Guimarães). História e Arqueologia». *Arqueologia*, nº 1, Porto, p. 35-37.
- (1995), «Inovação e resistência: Dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular». *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Lisboa 1992, Barcelona, p. 17-68.
- (2000), «Portugal- Cultura visigoda y cultura mozárabe». In CABALLERO, L. e MATEOS, P., (Coord.) *Visigodos y Omeyas- Un Debate entre la Tardoantigüedad y la Alta Edad Media*, 1999, Mérida. Madrid, Consorcio Monumental de la Ciudad de Mérida / CSIC, p. 21-76.
- (2005), «Mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal)». In BARROCA, M. J. e FERNANDES, I. C. F. (Coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 275-292.
- «A escultura decorativa em Portugal: o grupo *Portugalense*». In *Reunião de Escultura Decorativa Hispânica*, Mérida, 2005 (no prelo).
- REAL, M. L. et al. (1995), «Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica da Casa do Infante - Porto: Elementos para uma sequência longa - séculos IV a XIX». *Actas das 1^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela 1992, Câmara Municipal de Tondela, p. 171-186.
- SABROSA, A. e ESPÍRITO SANTO, P. (1992), «Almada medieval-moderna. Um projecto de investigação». *Al-madan*, II Série, nº 1, Centro de Arqueologia de Almada, p. 5-12.

- SILVA, A. C. (1999), «Arqueologia Portuguesa no séc. XX. Um testemunho muito pessoal», *Al-Madan*, II Série, nº 8, Centro de Arqueologia de Almada, p. 133-137.
- SILVA, A. M. (Coord) (2004), *Mémoires da Terra. Património Arqueológico do Concelho de Arouca*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca.
- TEIXEIRA, R. (1999), «Arqueologia dos espaços cistercienses no Vale do Douro», In *Cister no Vale do Douro*, Porto, Edições Afrontamento, p. 191-242.
- TENTE, C. e LOURENÇO, S. (2002), «Sepulturas medievais do distrito de Évora», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 5, Nº 1, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, p. 239-258.
- TORRES, C. (1987), *Cerâmica Islâmica Portuguesa*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola.
- (1993), *Núcleo Visigótico- Museu Regional de Beja*. Catálogo da Exposição, Ed. Museu Regional de Beja e Assembleia Distrital de Beja.
- (1994), «Lisboa muçulmana e o seu território». *Lisboa Subterrânea*, Catálogo da exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 81-86.
- (1998), *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa, Fundação Círculo de Leitores.
- (1992), «O Garb-al-Andaluz», In MATTOSO, J. (Coord.) *História de Portugal*, Vol. I, Círculo de Leitores, p. 361-416.
- TORRES, C. e MACÍAS, S. (1995) «A arte islâmica no ocidente Andaluz», In PEREIRA, P. (coord.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. Lisboa, Círculo de Leitores, p.
- VEIGA, S. M. E. da (1880), *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional.
- (1983), *Memórias das antiguidades de Mértola*, Ed. fac-similada de 1880, Imprensa Nacional – Casa da Moeda / Câmara Municipal de Mértola.
- VIANA, A. (1959), «Suevos e Visigodos no Baixo Alentejo», *Bracara Augusta*, Braga.
- (1962), *Algumas Noções Elementares de Arqueologia Prática*, Beja.
- VIEGAS, C. e ARRUDA, A. M., (1999), «Cerâmicas islâmicas da alcáçova de Santarém». *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 2, número 2, Lisboa, p. 105-186.
- VIEIRA, M. A. (2004), *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Trabalhos de Arqueologia 36, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

Nota: Outras informações, nomeadamente relativas a projectos de investigação e intervenções arqueológicas obtiveram-se da base de dados do IPA ou foram-nos fornecidas por colegas arqueólogos, a quem agradecemos.

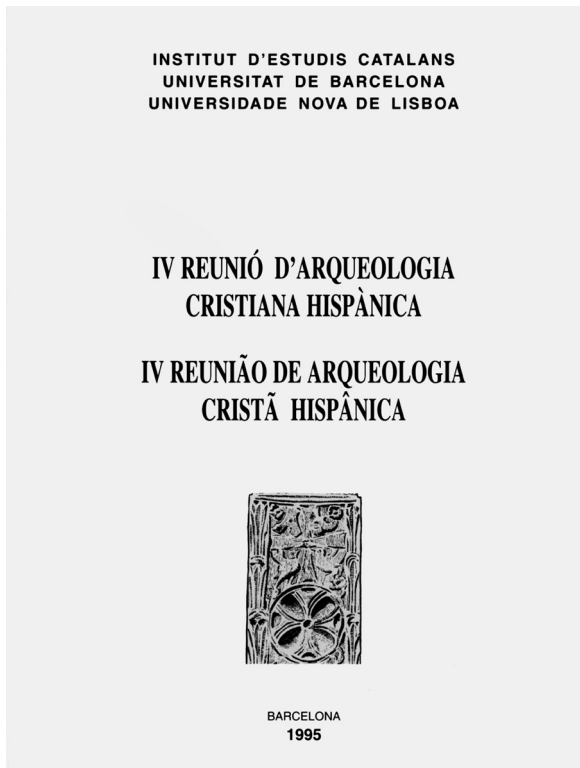


Fig. 1 – Capa das actas da IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica, realizada em Lisboa em 1992, encontro que reanimou a discussão em torno da arqueologia paleocristã em Portugal.



Fig. 2 – Capa do nº 7 da revista *Arqueologia Medieval*, editada pelo Campo Arqueológico de Mértola, que integra estudos de índole histórica e arqueológica relativos ao período medieval.

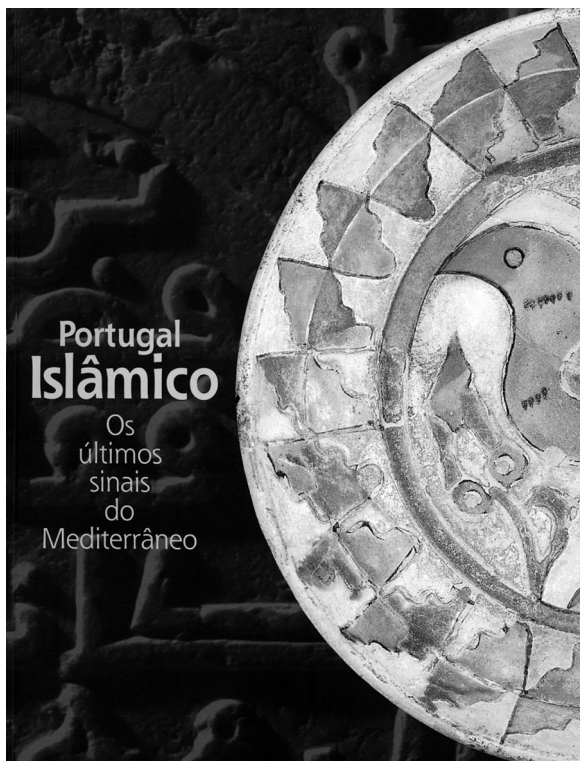


Fig. 3 – A exposição *Portugal islâmico, últimos sinais do Mediterrâneo*, patente no Museu Nacional de Arqueologia em 1998, foi a primeira grande mostra de arqueologia medieval islâmica em Portugal.

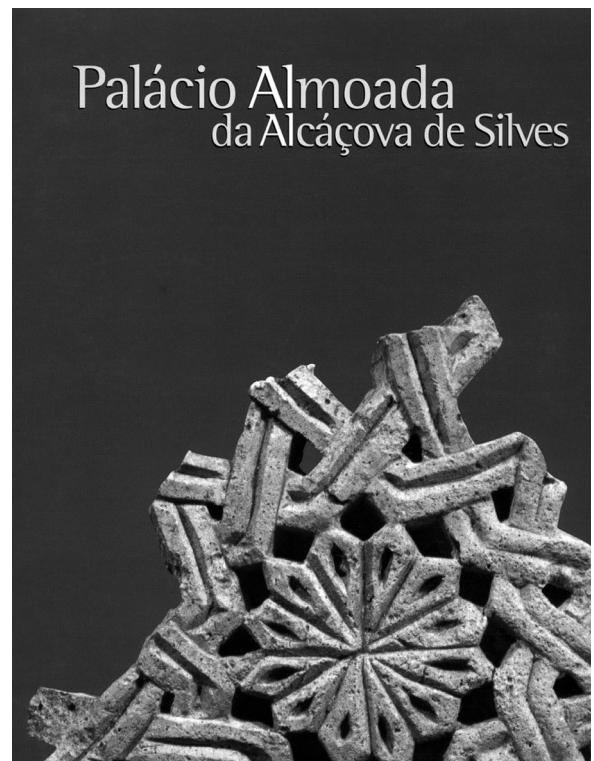


Fig. 4 – A exposição *Palácio Almóada de Silves*, realizada em 2001 no Museu Nacional de Arqueologia, deu a conhecer novos resultados das últimas investigações arqueológicas do período islâmico em Silves.

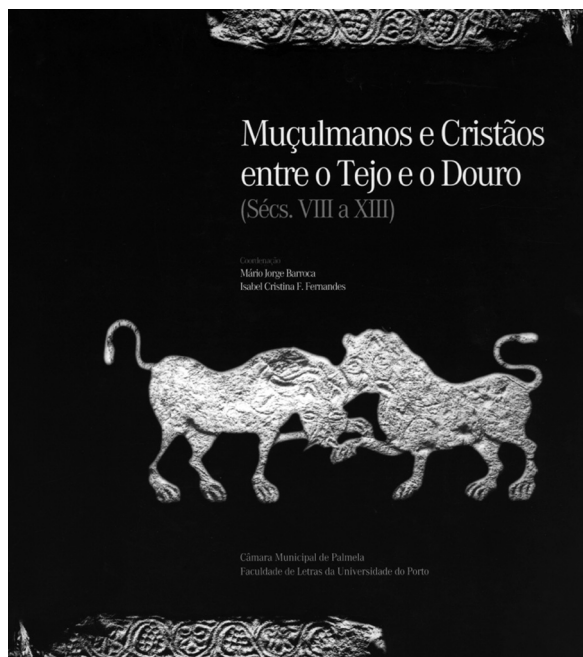


Fig. 5 – Capa das actas do seminário *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, realizado em Palmela e no Porto, e que pretendeu discutir e divulgar os resultados das últimas pesquisas arqueológicas entre o Tejo e o Douro, neste âmbito cronológico.

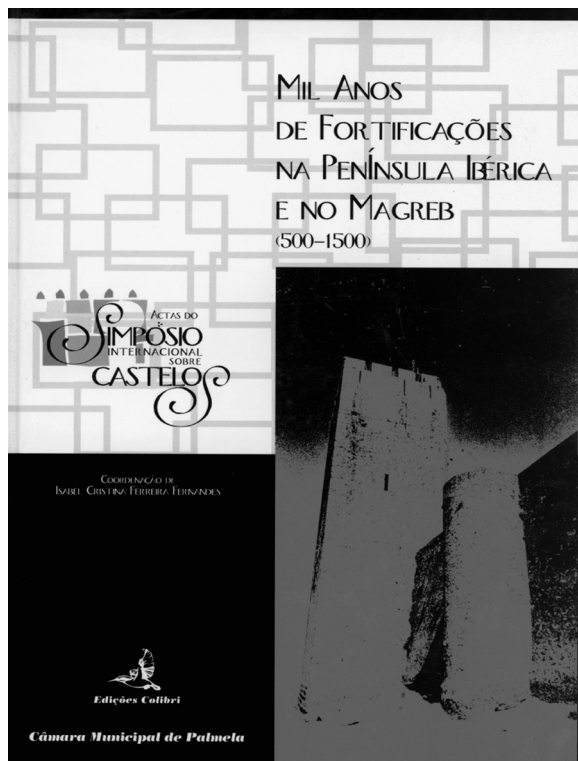


Fig. 6 – Capa das actas do *Simpósio Internacional sobre Castelos – Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, realizado em Palmela, em 2000, que inclui um importante conjunto de estudos históricos e arqueológicos de castelos do espaço ibérico e magrebino.

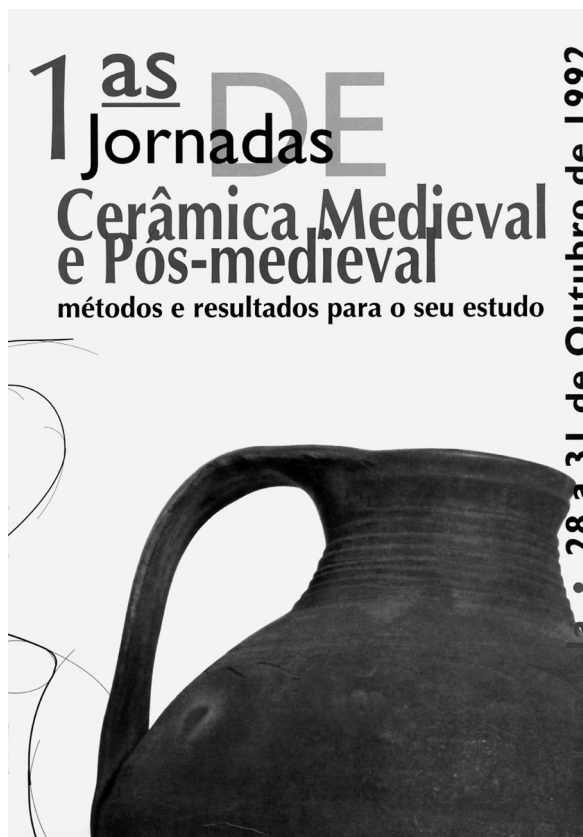


Fig. 7 – Capa das Actas das *1ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, realizadas em Tondela, em 1992, a que se seguiriam outras e que marcaram o universo dos estudos portugueses em cerâmica medieval.



Fig. 8 – Capa do catálogo *Cerâmica em Corda Seca de Mértola*, do Museu de Mértola, onde os estudos de cerâmica medieval islâmica de proveniência arqueológica têm tido notória expressão.

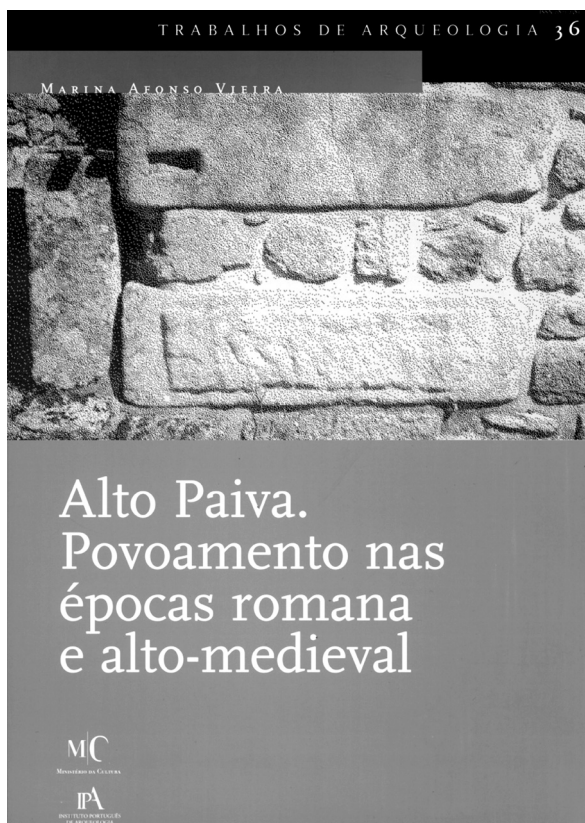


Fig. 9 – Capa do nº 36 de *Trabalhos de Arqueologia*, do Instituto Português de Arqueologia, que publica trabalhos de síntese, nomeadamente dissertações de mestrado e de doutoramento em arqueologia.

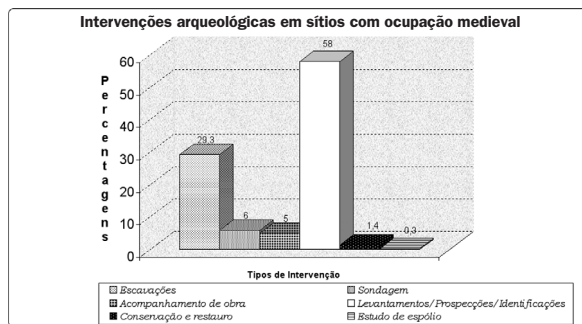


Gráfico 2 – Intervações arqueológicas em sítios com ocupação medieval: relação percentual por tipos de intervenção.

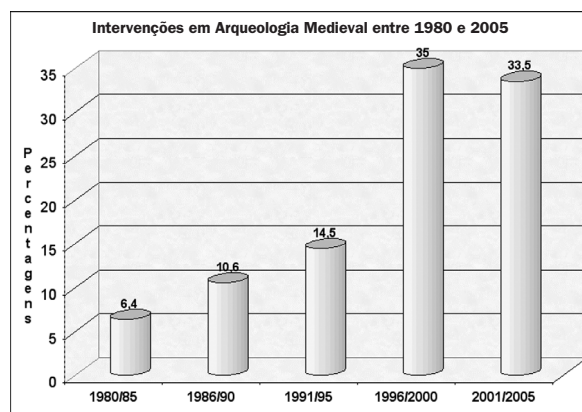


Gráfico 3 – Evolução das intervenções em arqueologia medieval entre 1980 e 2005.

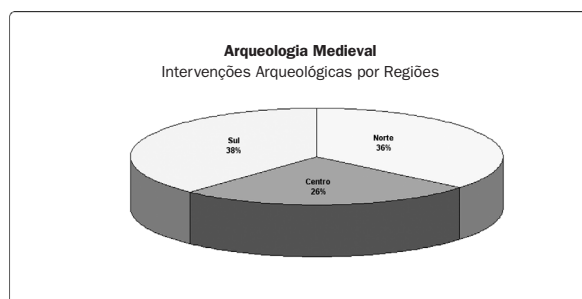


Gráfico 4 – Distribuição das intervenções em arqueologia medieval por grandes regiões.

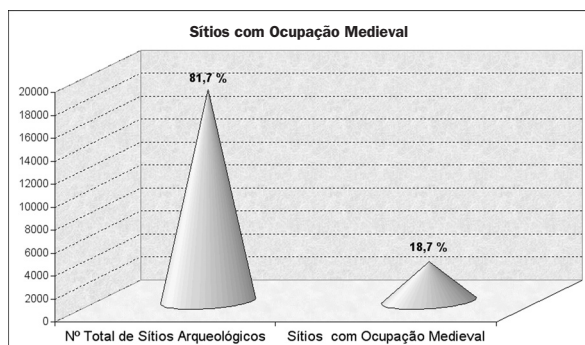


Gráfico 1 – Percentagem de sítios arqueológicos com ocupação medieval em relação ao número total de sítios arqueológicos registados.

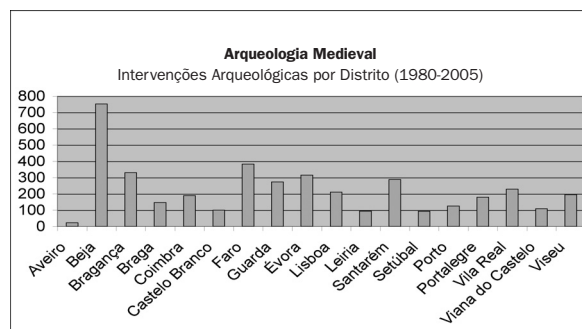


Gráfico 5 – Intervenções em arqueologia medieval por distrito.

Um conjunto de Faianças da Vila de Alcoutim ¹

Alexandra Gradim *

ABSTRACT

This study presents a group of faiences from the village of Alcoutim. The chosen collection was found in a noble modern house and contributes to new information to knowledge of dating and classification of tin-glazed earthenware. Typologies for the forms and decoration of these 15th until 18th even 19th century ceramics, produced in Portugal or imported from Spain and Italy, are presented.

INTRODUÇÃO

Durante o ano de 1996, executou-se um projecto de remodelação da “Casa dos Condes”. O conjunto de faianças que seleccionámos para o presente trabalho provém do seu interior.

Este espaço habitacional da Vila de Alcoutim foi sujeito a obras de transformação para aí albergar um núcleo cultural da autarquia, composto por uma biblioteca/videoteca, uma sala de exposições temporárias, um espaço internet e uma área para trabalho dos seus funcionários da Divisão Social, Cultura e Desporto. As obras executadas interferiram com dez das divisões pré-existent, a saber (Fig.1):

- Salas 8 e 4 – entre estas duas divisões construiu-se uma nova, para servir de instalação sanitária do gabinete instalado na sala 4. As paredes do compartimento n.º8 foram derrubadas;
- Na sala 1 houve um ligeiro rebaixamento e implantação de um pilar;
- Sala 2, houve alguns rebaixamentos;
- As salas 3, 11, 12, 14, 18 e 22 foram as que sofreram maiores interferências, tendo sido criada neste espaço uma “mezanine”, eliminando todas as paredes separadoras e rebaixando o subsolo.

O projecto de execução da obra não condicionou os trabalhos a qualquer tipo de investigação arqueológica. De resto, o processo iniciou-se antes da constituição dos serviços de arqueologia autárquicos. Como era uma obra camarária numa área de tradição histórica, foram dadas instruções ao empreiteiro para recolher o máximo possível de objectos nas áreas intervencionadas, separando-os pelas respectivas salas, com indicação do número que constava da planta de execução. Algumas das salas como passaram a um só compartimento, ficaram agrupadas. É o caso das salas 8/4 e 18/22 e das três salas 11, 12 e 14 que passaram a ter apenas a designação de 12.

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Alcoutim.

¹ O estudo deste conjunto foi por nós efectuado em 2004, no âmbito de um trabalho académico para o Seminário de Arqueologia do Curso de Pós-Graduação em Arqueologia e Património, da Universidade Nova de Lisboa.

Perdido que estava o contexto estratigráfico e o enquadramento cronológico que uma investigação científica teria permitido, apenas nos restava o estudo dos materiais exumados, como fonte de compreensão do quotidiano de uma população urbana. Para este conhecimento em muito contribuem os resultados que as cerâmicas aportam, como materiais mais abundantes e demonstradores de acções que reflectem comportamentos socioculturais e económicos importantes.

A escolha das faianças como objecto de estudo pareceu-nos capaz de produzir dados reveladores da ocupação moderna da Vila de Alcoutim, proporcionando simultaneamente um contributo, por singelo que este seja, no conhecimento das faianças produzidas em Portugal no período moderno, ou comercializadas através de importação.

1. CONTEXTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

A “Casa dos Condes”, assim designada por se associar o imóvel ao local de habitação dos Condes de Alcoutim, Marqueses de Vila Real, situa-se na zona ribeirinha da vila, na área da praça medieval (Fig. 2 e 3).

O edifício apresenta um certo estilo apalaçado e dimensões que, para a vila, lhe conferem alguma monumentalidade. A sua construção, forçosamente posterior ao enlace, em finais do século XV, de Maria Freire de Andrade e D. Fernando de Menezes (2º Marquês de Vila Real e 1º Conde de Alcoutim), deve ter ocorrido já no século XVI, tendo sofrido alterações no século XVII.

Devido ao desnível que a rua apresenta (fig. 3) e de forma a altear e uniformizar o nível de circulação térreo dos diferentes compartimentos da casa, no momento da construção do edifício foram colocados espessos entulhos, tendo sido maioritariamente neste nível estratigráfico que foram recolhidos os materiais.

Na sala 3, foram detectados dois muros que sustentavam o pavimento de madeira, de modo a criar uma caixa-de-ar. Os muros designados como muro 1 e muro 2, possuíam ambos orientação Este/Oeste, tendo sido construídos em alvenaria de pedra. Foi dada indicação ao empreiteiro para recolher igualmente os materiais do seu interior.

2. METODOLOGIA

O espólio arqueológico recolhido na Casa dos Condes, sofreu o tratamento usual de limpeza, marcação e contagem. Após termos agrupado os fragmentos cerâmicos pelas suas características tecnológicas e procedido às possíveis colagens, pudemos então isolar as faianças que são o objecto deste estudo.

Foi seleccionado um conjunto de fragmentos, abrangendo todas as salas e que representa 18% do total das faianças exumadas no edifício. A realização do desenho² revelou-se um instrumento fundamental na reconstituição das formas. A fotografia afigurou-se-nos um meio de valorizar os aspectos decorativos das peças, assim como de permitir evidenciar alguns aspectos encontrados em paralelos.

Estando perante um corpus de materiais que se nos apresentava extremamente fragmentado, com uma total ausência de perfis completos, a que acrescia ainda a inexistência estratigráfica como elemento de datação, procurámos organizar a amostra que serve de base a este estudo, começando por uma análise dos aspectos tecnológicos seguida da análise decorativa.

Num universo que totaliza 272 fragmentos, tornou-se necessário como ponto de partida, delimitar um grupo para o actual trabalho. Foram seleccionados 37 fragmentos que após colagens ficaram resumidos a 31.

² Todos os desenhos dos fragmentos seleccionados como amostragem do actual estudo, foram executados por Fernando Dias.

Para a recolha de dados no conjunto em análise, encetamos a investigação pesquisando elementos nos estudos publicados sobre faianças, procurando deste modo obter uma sistematização de tipologias e cronologias.

A pesquisa bibliográfica abarcou vários artigos sobre intervenções arqueológicas e consequente estudo de materiais, assim como vários catálogos de museus e livros relativos ao tema. Este processo, executado de forma sistemática e mais vasta possível, permitiu-nos identificar evoluções na cerâmica nacional e importada.

No tratamento dos materiais analisamos as pastas numa observação macroscópica dos seus constituintes e consideramos a textura, dureza e cor (tendo por base a tabela de Munsell), não descurando os aspectos das transformações sofridas com a cozedura. No acabamento das peças examinamos não só a cor, extensão e qualidade do vidrado estanhífero, como também os motivos, cores e técnicas utilizadas na decoração.

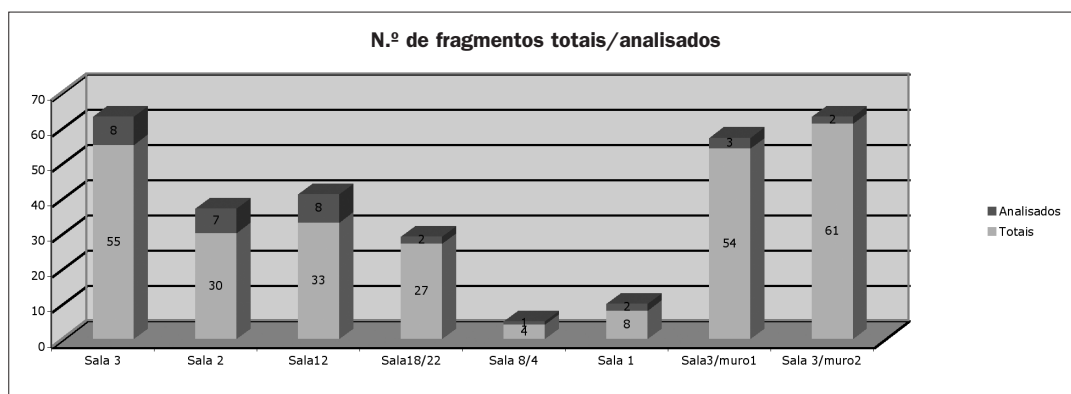
Para a realização do catálogo de peças, debatemo-nos com a pouca uniformidade existente no tocante à terminologia usada nas descrições por parte dos diversos autores. Enquanto uns privilegiavam os aspectos relativos à história de arte, estudando colecções museológicas com características excepcionais a partir de critérios estéticos e artísticos, outros abordavam as particularidades dos acervos arqueológicos, definindo normas adaptáveis aos estudos específicos que realizavam. Recolhemos, nestes dois universos díspares, elementos que nos permitissem descrever, o mais exaustivamente possível, o nosso conjunto.

Por fim, organizámos os dados a partir da nomenclatura das formas, pela definição de uma tipologia e a interpretação funcional de cada tipo. Procurámos após a comparação de grupos de pastas, decorações e fabricos, uma identificação cronológica e geográfica que nos indicasse a integração cultural das peças e nos permitisse perceber, dentro de balizas temporais, a utilização, distribuição e circulação das faianças em estudo.

3. O CONJUNTO CERÂMICO

A quantificação das cerâmicas arqueológicas, conforme outros referiram antes de nós, é um problema complexo, onde as respostas não são de forma alguma óbvias. São múltiplas as questões que se levantam quer na definição da amostragem quer na selecção do método de avaliação do número de cerâmicas (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998, p. 147).

Tendo por base uma contagem sistemática de fragmentos óptimos, por razões práticas e de alargamento do universo ao espaço da proveniência, por seleccionar um grupo que abrangesse todas as salas onde se recolheram cerâmicas (Quadro 1). Procurámos de igual modo, que o conjunto fosse representativo das formas e cronologias do universo em análise.



Quadro 1

3.1 As formas, as pastas e as decorações

Dentro do grupo de faianças estudadas, predominam as formas abertas e à semelhança do relatado na bibliografia consultada, são os pratos, as tigelas, os alguidares e bacios as formas mais comuns, com particularidade incidência para as duas primeiras (Fig. 5).

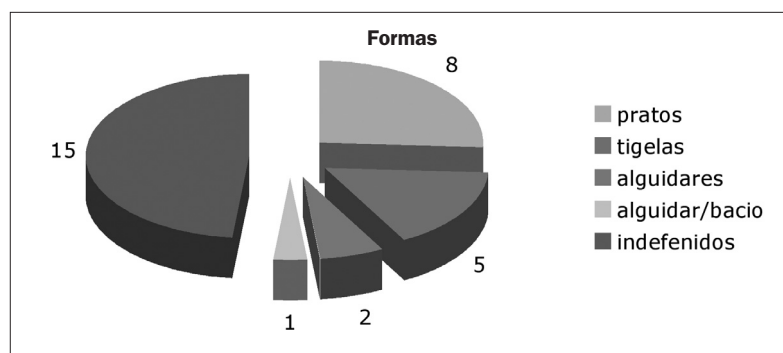
Nos pratos, grupo maioritário, os bordos são de secção semicircular, com abas planas ou oblíquas, de paredes oblíquas e abertas, assentando em fundos côncavos com pé baixo e anelar. Tendo como referência o quadro de perfis (Fig. 5), das formas básicas para as Faianças Portuguesas (1ª met. Séc. XVI/XIX), recolhidas em bibliografia por um investigador brasileiro (Albuquerque, 1991, pp. 104-108), em Alcoutim, são as formas 1, 5 e 6 que predominam.

Nas tigelas (termo pelo qual optámos, apesar de conscientes que muitos autores preferem o termo taça ou escudela) os bordos são de secção em quarto de círculo ou semicircular, o corpo é hemisférico e os fundos terminam em pé anelar. Os perfis apresentam assim semelhanças com as formas 6 e 7 do quadro em referência (Fig. 5). Dentro deste grupo incluímos a peça n.º 18 que preferimos neste caso denominar taça, pela sua origem importada, pelo seu reduzido diâmetro (a que o paralelo encontrado nos remete) e finas paredes.

Os alguidares possuem bordos extrovertidos, corpo troncocónico e base possivelmente côncava. Há ainda a assinalar um bacio (e fragmentos de outro/os) de aba horizontal e secção subrectangular com corpo também ele troncocónico

Um conjunto significativo de fragmentos não pôde ser associado com precisão a qualquer tipo formal (Quadro 2), devido ao seu reduzido tamanho. A maioria levanta dúvidas quanto à sua exacta forma. Alguns fragmentos (n.º 21 e 22) apontam para uma forma aberta, o seu diâmetro e tipologia do fundo é compatível com alguns exemplares de alguidares sevilhanos coligidos no artigo de Carredano e Jiménez (Carredano e Jiménez, 1993, pp. 314-315). O mesmo sucede com os fragmentos n.º 25 a 28 que apontam igualmente para uma forma aberta. Apresentam grande similitude formal e decorativa com os exemplos de bacios apresentados pelos mesmos autores (Carredano e Jiménez, 1993, p. 316, fig. 122 R e 124 R).

Todas as peças foram realizadas a torno rápido e observam-se caneluras em algumas.



Quadro 2

As pastas apresentam-se depuradas e porosas, de cor branca amarelada (Munsell 2.5Y8/3, maioritariamente). Aparecem pontualmente elementos não plásticos com diâmetro não superior a 1 mm e na maioria inferiores a 0,5 mm. Estas impurezas são geralmente de óxido de ferro vermelho, castanho ou preto. O engobe é da cor da pasta e é geralmente coberto em ambas as faces de esmalte estanhífero branco opaco e brilhante, mas, por vezes, irregular e de espessura fina. Durante a cozedura oxidante sucedeu em algumas peças a colagem de outras ou pedaços de barro, sendo ainda comum a presença de pequenas bolhas e fendas de ar.

Os padrões decorativos identificados tiveram por base a sistematização de vários estudos, nacionais e internacionais. Constituídos sobretudo por motivos geométricos ou composições vegetalistas. As cores utilizadas são o azul e o branco, branco azul e verde, branco com escorridos em verde e manganês e ainda o branco e azul com contorno em tom vinoso. Nas faianças de Alcoutim gostaríamos de destacar alguns dos motivos mais comuns ou particulares em colecções e contextos arqueológicos.

– Motivo das “três contas” (Fig. 6)

Encontramos este motivo em Palmela, no Brasil, em Vila Flor e em S. João de Tarouca. Segundo os investigadores deste mosteiro, onde ele é frequente, refere-se a uma família ornamental caracterizada por três círculos a manganês preenchidos a azul e dispostos em “pirâmide” emolduradas por duas ou mais listas a azul (Castro e Sebastian, 2002, p. 168).

– Motivo dos semicírculos (Fig. 7)

Este motivo também designado por “meias-luas” concêntricas, apresenta um número variável de semicírculos foi identificado na tipologia de Pendery (Pendry, 1999) como pertencente ao tipo **a**, e existentes igualmente no tipo **j**. Há fragmentos no Porto, Palmela, Évora e Brasil.

– Motivo dos “gomos” (Fig. 8)

No Porto, com base no espólio da Casa do Infante, foi feito um estudo alargado a este tipo (Sá, 2002). Caracteriza-se por linhas verticais espessas envolvidas por uma linha ovalada mais fina, com remates diversificados. Além do Porto detectámos no Funchal uma peça.

Uma grande diversidade de motivos, apenas se puderam localizar por aproximação, aos existentes em peças de colecções museológicas ou estudadas em intervenções arqueológicas. São disso exemplo, os motivos dos pratos n.ºs 7, 8, 9 e 10 do catálogo, para os quais identificámos paralelos em dois pratos (n.ºs 20 (fig. 9) e 23 (fig. 10)) da colecção da Casa Guerra Junqueiro, no Porto, ou dos alguidares (?) e tigelas (?) n.ºs 16, 21, 22 e 30 do catálogo, cuja decoração se assemelha muito aos motivos zoomorfos e vegetalistas descritos pelas arqueólogas responsáveis pela intervenção no Convento del Cármen, em Sevilha (fig. 11).

3.2 Integração cultural e cronológica

A pesquisa bibliográfica sistemática, permitiu-nos encontrar na faiança estudada dois grupos: um de produção nacional, que ocorre entre o século XVI e o XVIII, e um segundo de importação, cujos centros produtores apontam para Sevilha e Veneza. As peças da Andaluzia abarcam desde o século XV ao XIX e as de Veneza entre o século XVI ao XVII.

No âmbito das produções portuguesas identificámos 13 fragmentos, os quais parecem pertencer a 8 tipos de peças criadas numas das oficinas que laboraram desde o século XVI ao XIX (Albuquerque, 1991, p. 66) em Portugal (fig. 12).

No prato com o motivo das “contas”, n.º1 do catálogo, existem semelhanças formais e decorativas com duas peças da Rua Frei Luís Jerónimo de Brito em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 232 e p. 254: fig. 196 e 197), atribuíveis ao séc. XVII/XVIII. Em Vila Flor no Brasil, existem igualmente peças a que o autor atribui uma cronologia situada entre os 2ºe 3º quartéis do séc. XVII (Albuquerque, 1991, p. 78 e 83). Em S. João de Tarouca os paralelos apontam para a 2ª met. do séc. XVII (Castro e Sebastian, 2002, p. 168).

Em pratos como os n.ºs 2 e 3 encontrámos semelhanças decorativas e formais em uma peça da Rua de Nenhures, nº 117, em Palmela (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 230 e p. 251: fig. 169). A cronologia atribuída é século XVII/XVIII.

Os pratos n.ºs 4 e 5 apresentam paralelos numa peça do Catálogo do Ateneu Comercial do Porto provenientes de uma colecção legada por Arthur Sandão (Calado, *et alli*, 1997, p. 25). Um fragmento de prato idêntico em forma e decoração foi exumado na Praça Cristóvão Colombo no Funchal (Gomes e Gomes, 1998, p. 330 e 332, fig. 13 (P1/C2-6)). Este tipo de fragmentos são cronologicamente enquadráveis na primeira metade do século XVII e provinham muito provavelmente das olarias de Lisboa, nomeadamente das zonas dos Anjos, Santos-o-Velho e de Santa Catarina, conforme afirmam Rosa e Mário Varela Gomes no seu artigo (Gomes e Gomes, 1998, p. 343). No estudo efectuado na Casa do Infante pela investigadora Anabela Sá, ainda inédito, a autora atribui esta tipologia ao 1º terço do séc. XVII (Sá, 2002, p. 27).

Para o prato com os motivos dos círculos, n.º 6 do catálogo, encontram-se bons paralelos desta peça em termos formais e decorativos em duas peças exumadas em Palmela, uma na R. da Misericórdia e outra no Convento dos Capuchos (Fernandes e Carvalho, 1998, p. 232 e p. 254: fig. 199 e 200), ambas referidas como pertencentes ao séc. XVII/XVIII. Em Évora, uma peça do séc. XVI-XVII dos jardins do Palácio dos Duques de Cadaval (Teichener, 1998, p. 30 e 31, fig. 14, nº 8) e no Porto, na Casa do Infante (Barreira, Dórdio e Teixeira, 1998, p. 154, fig. 16), os autores datam-na do 1º quartel séc. XVII.

Os pratos n.ºs 7 e 8 e provavelmente o 10 inscrevem-se no tema dos pratos com decoração em “reservas” que no Porto são enquadrados no 1º quartel do séc. XVII (Dórdio, Teixeira e Sá, 2001, p. 140-141, fig. 8). Já no paralelo por nós encontrado no catálogo da faiança da Casa-Museu Guerra Junqueiro (Calado, 2003, p. 66, nº 20), o autor atribui-o ao 2º quartel do séc. XVII.

A tigela n.º 13 do catálogo, apresenta semelhanças decorativas com uma peça do séc. XVII exumada no Convento de Aracoeli, em Alcácer do Sal (Paixão, Faria e Carvalho, 1994, p. 252, fig. 89).

As tigelas n.ºs 11 e 12 do catálogo apresentam possível paralelo num prato do 2º quartel do séc. XVII (1625-1650), descrito por Jan Barrt. O prato apresenta inscrição semelhante no centro (Barrt, 1987, p. 81, fig. 39). A letra R é muito frequente no tardo das peças, como indicador da origem de fabrico, caso da fábrica Vale da Piedade (Rossi), nos finais do século XVIII.

O prato n.º 9, característico do “desenho miúdo”, meados do séc. XVII, apresenta semelhanças decorativas e formais num prato da Casa-Museu Guerra Junqueiro (Calado, 2003, p. 72, n.º 23).

No grupo das importações, as que melhor se encontram estudadas são as italianas, n.ºs 18 e 28 do catálogo. A peça 18 parece ser uma produção veneziana e apresenta semelhanças, temáticas e técnicas, numa taça baixa (*coppa*), da segunda metade do século XVI, encontrada no poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1998, p. 186-187, fig. 36 - SILV.1-121). Encontrámos um bom paralelo, tanto formal como decorativo, numa taça de Palmela, datada do séc. XVI-XVII (Fernandes e Carvalho, 1998, 233 e 255, fig. 203). Para a n.º 28 verificámos semelhanças formais e decorativas com as taças e pratos produzidos pelas oficinas de Veneza (Gomes, 1998, p. 187-189) ou Faenza (prato de Siena - Gomes, 1998, p. 189), no séc. XVI.

Os restantes 14 fragmentos parecem provir dos centros da Andaluzia, mais concretamente de Sevilha, mas muitas dúvidas subsistem, devido à reduzida divulgação de dados que se tem produzido neste campo. No entanto, encontrámos alguns paralelos na bibliografia consultada. Assim a tigela com o n.º 11, que possui uma decoração à base de escorridos verdes, apresenta semelhanças decorativas com uma peça exumada no poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, pp. 162-163, fig. 16), e que segundo os autores terá sido produzida desde o séc. XVI.

Para o bacio n.º 23, e para os fragmentos de possíveis bacios (nº 24 a 27), existe grande similitude com os exemplos produzidos em Sevilha (Triana) apresentados na tipologia elaborada por Fernando de Amores Carredano e Nieves Chisvert Jiménez (Carredano e Jiménez, 1993, p. 316, fig. 122 R e 124 R), enquadráveis nos sécs. XVIII/XIX.

Nos fragmentos n.ºs 16, 21, 22 e 30 encontrámos paralelos em fragmentos provenientes do Porto, Castelo de S. João da Foz ou Convento de S. Bento da Vitória, (Dórdio, Teixeira e Sá, 2001,

p. 133, fig. 6); também no Castelo da Foz (Osório e Silva, 1998, p. 299 e 310; est. IX, n.º 11). A sua produção deve-se muito provavelmente aos centros oleiros de Sevilha no séc. XVI. Em Sevilha há igualmente possíveis paralelos no Convento del Cármen (Muñoz e Cambra, 1999, pp. 161 e 162, fig. 4) que apresentam a cronologia de séc. XVI/XVII.

Para o fragmento n.º 17 encontrámos possíveis paralelos decorativos em jarras e jarros de Sevilha no Convento del Cármen (Muñoz e Cambra, 1999, p. 163 fig. 7 e 8) atribuíveis ao séc. XVI/XVII.

E para finalizar, no fragmento n.º 29 do catálogo encontrámos paralelos num do séc. XVI proveniente do Porto, Castelo de S. João da Foz ou Convento de S. Bento da Vitória, (Dórdio, Teixeira e Sá, 2001, p. 133, fig. 6), e num prato proveniente do poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, p. 17 3 - Silv.1-50), tendo muito provavelmente sido produzido em Sevilha no séc. XV/1ªmet. do séc. XVI.

3.3 Catálogo

N.º 1 - Prato - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 13)

Fragmento contendo porção de bordo. Este é boleado, com lábio de aba plana e paredes côncavas. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), bem depurada, porosa e com elementos não plásticos finíssimos. Superfície externa esmaltada a branco de tom amarelo, espesso. Superfície interna esmaltada a branco com tom amarelo, espesso, com decoração organizada em banda delimitada por duplo filete azul claro na parte superior e um só filete na parte inferior. No interior apresenta um motivo decorativo designado como “contas”, caracterizado por três círculos, definidos por traço manganês e ponteados em tons de azul cobalto, dispostos em “pirâmide” e geralmente emoldurados por duas ou mais listas a azul .

Diâm. 146 mm **Esp. bordo:** 3 mm **Esp. parede:** 9 mm

N.º 2 - Prato - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 14)

Fragmentos compreendendo porção de bordo. Este é espessado com lábio semicircular, demarcado exteriormente por incisão. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y. 8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apresentando pequenas bolhas de ar e fendas, assim como algumas impurezas constituídas por óxidos de ferro castanhas. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa, com decoração geométrica de linhas concêntricas envolvendo um motivo fitomórfico central com variantes de tonalidades de azul cobalto na face interna. A parte superior do bordo encontra-se decorada por traços largos e curtos oblíquos.

Diâm. 190 mm **Esp. bordo:** 8 mm **Esp. parede:** 5 mm

N.º 3 - Prato - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 15)

Fragmento contendo porção de bordo. Este é espessado com lábio semicircular e foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8.2), bem depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa, verificando-se mesmo uma lacuna. Apresenta decoração geométrica de linhas concêntricas em tonalidades de azul cobalto na face interna. A parte superior do bordo encontra-se decorada por traços largos e curtos oblíquos. Fragmento em tudo semelhante ao descrito no número anterior deste catálogo.

Diâm. 186 mm **Esp. bordo:** 7 mm **Esp. parede:** 5 mm

N.º 4 - Prato - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 16)

Fragmento contendo porção de covão. O fundo côncavo assenta em pé baixo e anelar. Entre o pé e a caldeira oblíqua observa-se uma pequena carena. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos de grão fino, apresentando minúsculas bolhas de ar e fendas, assim como algumas impurezas constituídas por óxido de ferro preto. Ambas as superfícies se encontram cobertas a esmalte branco e muito brilhante, sobre o interior foram pintados motivos decorativos de cor azul cobalto. Na parte externa o esmalte é pouco espesso e irregular. A superfície interna apresenta no centro do fundo uma decoração com motivos fitomórficos, integrados em cartela definida por três linhas circulares concêntricas. A caldeira está preenchida por uma cerrada teoria de pétalas longas de provável inspiração renascentista, ligeiramente oblíquas, com nervura central larga. Este padrão é igualmente definido pela equipa da Casa do Infante no Porto por “gomos”, apresentando-se como um tema de linhas verticais espessas envolvidas por uma linha ovalada mais fina (Sá, Anabela P. e Dórdio, Paulo, no prelo).

Diâm. 126 mm **Esp. bordo:** 5 mm

N.º 5 - Prato - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 17)

Fragmento contendo porção de aba com bordo e caldeira. O bordo com secção semicircular une-se a uma aba oblíqua. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/4), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos de grão fino, apresentando pequenas bolhas de ar e fendas. Apresenta a particularidade de possuir uma grande lâmina de xisto, inserido no bordo, visível na zona de fractura. Ambas as superfícies se encontram cobertas a esmalte branco e brilhante, no interior foram pintados motivos decorativos de cor azul cobalto. Na parte externa o esmalte é pouco espesso e irregular. O bordo é demarcado por linha larga e a aba e caldeira estão preenchidas por uma cerrada teoria de pétalas longas de provável inspiração renascentista, ligeiramente oblíquas, com nervura central larga. O padrão dos “gomos” simples de linhas verticais espessadas por uma linha ovalada mais fina que ascende neste caso à superfície superior sendo interrompida pela linha paralela e larga do bordo. Fragmento em tudo idêntico ao anterior, apresentando a nível formal e tipológico os mesmos tipos de paralelos.

Esp. bordo: 5 mm

N.º 6 - Prato - Inv.C.C.96/S3/M2 (Fig. 18)

Fragmento contendo porção de bordo. Este é de secção semicircular. Foi fabricado com pasta branca amarelada (10YR.8/3), bem depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa, com decoração geométrica constituída por parte de seis semicírculos concêntricos em tons de azul claro na face interna. Este tema das seis meias luas concêntricas é muito comum em abas de pratos ou preenchendo a totalidade do mesmo, tendo sido identificado na tipologia de Pendery (Pendery, 1999), como pertencente ao tipo **a**, e existentes igualmente no tipo **j**.

Esp. bordo: 5 mm

N.º 7 - Prato - Inv.C.C.96/S1 (Fig. 19)

Fragmento contendo porção de fundo. Este é côncavo e assenta em pé baixo e anelar. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/2), depurada e porosa e com elementos não plásticos finos e minúsculas bolhas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa, com decoração organizada provavelmente em frisos ou reservas com figuras geométricas de linhas verticais e concêntricas em tons de azul cobalto, separadas por filete duplo azul, na face interna.

Diâm. 128 mm **Esp. fundo:** 5/7 mm

N.º 8 - Prato - Inv.C.C.96/S3/M1 (Fig. 20)

Fragmento contendo porção de fundo. Este é côncavo e assenta em pé baixo e anelar. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/4), depurada e porosa. Possui elementos não plásticos finos, minúsculas bolhas de ar e algumas impurezas de óxido de ferro castanho escuro. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa, com decoração vegetal estilizada separada por filete em tons de azul cobalto na face interna. Peça muito semelhante à anterior.

Diâm. 100 mm **Esp. fundo:** 5/7 mm

N.º 9 - Prato (?) - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 21)

Fragmento contendo porção de parede provavelmente de caldeira e aba. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos apesar de se detectarem algumas pequenas impurezas de óxido de ferro preto. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa. Apresenta na face interna, decoração com motivos vegetais constituídos por flores na aba, sendo a caldeira ocupada por uma faixa branca limitada por filetes duplos em tons de roxo vinoso de manganês, sobre aguada azul. Esta decoração, de inspiração chinesa, delicadamente desenhada a roxo vinoso de manganês e pintada em tons de azul cobalto é vulgarmente conhecida por *desenho miúdo*. A parte externa é decorada com elementos ornamentais vegetalistas a azul cobalto.

Esp. parede: 11 mm

N.º 10 - Prato (?) - Inv.C.C.96/S3/M2 (Fig. 22)

Fragmento contendo porção de fundo. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, possuindo minúsculas bolhas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso na parte externa, com decoração de temática vegetalista constituída por arbusto, folhagens ou flores em tons de azul cobalto na face interna.

Esp. parede: 5 mm

N.º 11 - Tigela - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 23)

Fragmento contendo porção de fundo e parede. O fundo é anelar e a parede curvo-convexa. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/4), depurada, porosa, possuindo vazios provocados por bolha de ar que se apresentam irregulares e de frequência moderada, assim como algumas impurezas constituídas por óxido de ferro preto. Os elementos não plásticos são finíssimos. As superfícies encontram-se cobertas a esmalte esbranquiçado amarelado, pouco espesso e irregular na parte externa e juntando na face interna escorridos de cor verde e tons a manganês. O fundo apresenta decoração geométrica com motivo circular. A peça apresenta marcas no lado externo de encosto de outra peça durante a cozedura e no lado interno verificam-se sinais de “craclé” no vidro o que denota a fraca qualidade da peça. Apresenta semelhanças decorativas com uma peça exumada no poço-cisterna de Silves (Gomes e Gomes, 1996, fig. 16, pp. 162-163).

Diâm. 72 mm **Esp. fundo:** 17 mm **Esp. parede:** 14 mm

N.º 12 - Tigela - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 24)

Fragmento contendo porção de bordo e parede. Este é extrovertido sendo o lábio com secção em quarto de círculo, o corpo é hemisférico. Foi fabricado com pasta rosada (10R.8/4), bem depurada porosa e com elementos não plásticos finos, apesar de se encontrarem algumas impurezas de grão pequeno e médio constituídas na sua maioria por óxido de ferro preto e vermelho. Superfícies cobertas a esmalte verde.

Diâm. 297 mm **Esp. bordo:** 20 mm **Esp. parede:** 12/7 mm

N.º 13 - Tigela - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 25)

Fragmento contendo porção de bordo boleado e de parede encurvada a abrir. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), bem depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular. Apresenta na face interna do bordo uma decoração simples de duplo filete em tom de azul claro. A parede da face externa está decorada com uma banda em tons de azul claro à qual se sobrepõe um motivo vegetalista estilizado em tons de azul cobalto.

Diâm. 150 mm **Esp. bordo:** 4 mm

N.º 14 - Tigela - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 26)

Fragmento contendo porção de fundo. Este possui pé anelar. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apesar de se encontrarem algumas impurezas de óxido de ferro vermelho. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa. Na parte interna apresenta parte de uma inscrição representada pela letra R entre dois pontos separadores colocados na zona central da letra, pintada a roxo vinoso de manganês .

Diâm. 61 mm **Esp. fundo:** 11 mm

N.º 15 - Tigela - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 27)

Fragmento contendo porção de fundo. Este possui pé anelar. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/4), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apesar de se encontrarem algumas impurezas de óxido de ferro vermelho. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e irregular na parte externa. Na parte interna apresenta parte de uma inscrição representada pela letra R entre dois pontos separadores colocados na zona central da letra, pintada a azul claro. Fragmento em tudo semelhante ao precedente.

Diâm. 60 mm **Esp. fundo:** 14 mm **Esp. parede:** 9 mm

N.º 16 - Tigela (?) - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 28)

Fragmento contendo porção de parede curva. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/4), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos, embora se encontrem algumas impurezas de óxido de ferro preto, possui igualmente algumas bolhas de ar minúsculas e uma fenda de ar bastante pronunciada. Superfícies cobertas a esmalte branco, pouco espesso e rosado e um pouco oxidado na parte externa, com decoração geométrica de linhas paralelas e decoração vegetal estilizada em tons de azul cobalto na face interna.

Esp. parede: 12 mm

N.º 17 - Tigela (?) - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 29)

Fragmento contendo porção de parede curva. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apresenta fendas de ar e algumas impurezas de óxido de ferro negro. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, pouco espesso e denotando na parte interna uma grande lacuna. Na face interna o esmalte é menos brilhante e possui decoração vegetal estilizada em tons de azul cobalto.

Esp. parede: 11 mm

N.º 18 - Taça (?) - Inv.C.C.96/S3/M1 (Fig. 30)

Fragmento contendo porção de parede convexa. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), muito depurada, porosa e sem elementos não plásticos visíveis a olho nu. Superfícies esmaltadas de cor azul pálida (berrettino), está decorado no interior com composição vegetal esti-

lizada, na cor de azul cobalto. Na superfície exterior observa-se um conjunto de traços arqueados finos pintados a azul cobalto.

Esp. parede: 5 mm

N.º 19 - Alguidar - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 31)

Fragmento contendo porção de bordo e paredes de corpo. O bordo em aba horizontal é extrovertido e com lábio de secção semicircular. Foi fabricado com pasta branca acastanhada (10YR.8/4), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos. Superfícies cobertas a esmalte esbranquiçado de fraca qualidade com irregularidades e com partes já com “patine”. Apresentando na aba decoração organizada em banda delimitada por duplo filete azul claro na parte superior e quádruplo filete da mesma tonalidade. No interior apresenta dupla linha fina e ondulante do mesmo azul claro.

Diâm. 358 mm **Esp. bordo:** 9 mm **Esp. parede:** 7 mm

N.º 20 - Alguidar - Inv.C.C.96/S18/22 (Fig. 32)

Fragmento contendo porção de bordo e parede. O bordo possui lábio pendente e o corpo apresenta a forma troncocónica, com paredes convergentes. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apresentando impurezas de óxido de ferro castanho escuro e algumas bolhas e fendas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco amarelado, pouco espesso e irregular, com decoração geométrica de linhas paralelas e possível motivo vegetal estilizado em tons de azul cobalto e verde na face interna. A parte superior do bordo encontra-se decorada por traços largos e oblíquos.

Diâm. 310 mm **Esp. bordo:** 26 mm **Esp. parede:** 8 mm

N.º 21 - Alguidar (?) - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 33)

Fragmento contendo porção de fundo de base côncava. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/4), bem depurada, porosa e com alguns elementos não plásticos finos, possuindo algumas pequenas bolhas e fendas de ar, assim como pequenas impurezas de óxido de ferro preto. Superfície interna coberta a esmalte branco, pouco espesso, irregular e decorada a azul cobalto com motivos geométricos ou vegetais. A superfície externa não apresenta qualquer tipo de tratamento.

Diâm. 190 mm **Esp. fundo:** 10 mm **Esp. parede:** 6mm

N.º 22 - Alguidar (?) - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 34)

Fragmento contendo porção de fundo. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, possuindo algumas pequenas bolhas e fendas de ar, assim como pequenas impurezas de óxido de ferro preto. Superfície interna coberta a esmalte branco, pouco espesso, irregular e decorada a azul cobalto com motivos geométricos ou vegetais. A superfície externa não apresenta qualquer tipo de tratamento. Fragmento em tudo semelhante ao anterior, devendo pertencer à mesma peça.

Esp. fundo: 10 mm

N.º 23 - Bacio - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 35)

Fragmento contendo porção de bordo e paredes de corpo. O bordo em aba é extrovertido e quase horizontal com lábio de secção sub-rectangular. O corpo apresenta forma troncocónica. Pasta branca amarelada (2.5Y8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos. Superfícies cobertas a esmalte esbranquiçado brilhante, pouco espesso e irregular na parte interna onde se encontram vestígios de vidro verde na parte final do corpo. Apresenta

duplo filete azul claro e decoração vegetal estilizada em tons de azul cobalto e vestígios de verde, na face externa. A aba do bordo encontra-se decorada por traços largos oblíquos que se tornam mais adelgaçados junto ao início do corpo.

Diâm. 200 mm **Esp. bordo:** 8 mm **Esp. parede:** 5 mm

N.º 24 - Bacio (?) - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 36)

Fragmento contendo porção de parede rectilínea com caneluras internas e externas. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, apresentando pequenas bolhas de ar e fendas, assim como algumas impurezas constituídas por óxido de ferro preto. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante, muito pouco espesso e pouco homogêneo, observando-se uma forte degradação ou desgaste da superfície esmaltada. Na parte externa, apresenta motivos com decoração geométrica de linhas concêntricas e/ou decoração vegetal estilizada em tons de azul cobalto e verde. É igualmente visível um duplo filete azul claro na parte inferior do fragmento. A peça apresenta marcas no lado externo de encosto de outra peça durante a cozedura.

Esp. parede: 10 mm

N.º 25 - Bacio (?) - Inv.C.C.96/S12 e S2 (Fig. 37)

Fragmentos contendo porção de parede rectilínea, com caneluras internas. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), depurada, um pouco porosa, com elementos não plásticos finíssimos e algumas pequenas bolhas e fendas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante. Na face interna são visíveis vestígios de pedaço de barro que colou na cozedura. Apresenta na parte externa uma decoração com motivo de trança em tons de azul cobalto. Na parte superior identifica-se a presença de tons verdes. Fragmentos semelhantes ao anterior.

Esp. parede: 8 mm

N.º 26 - Bacio (?) - Inv.C.C.96/S3/M1 (Fig. 38)

Fragmento contendo porção de parede rectilínea, com caneluras internas. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos e algumas pequenas bolhas e fendas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco brilhante. Na face interna são visíveis vestígios de verde e alguma degradação ou desgaste da superfície esmaltada. Apresenta na parte externa uma decoração geométrica em tons de azul cobalto e verde. Fragmento em tudo idêntico aos anteriores, devendo pertencer à mesma peça.

Esp. bordo: 7 mm

N.º 27 - Bacio (?) - Inv.C.C.96/S12 (Fig. 39)

Fragmento contendo porção de parede curva. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos, denotando-se algumas pequenas bolhas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco, apresentando já sinais de algum desgaste ou degradação, com decoração geométrica de linhas paralelas e oblíqua em tons de azul cobalto na face externa.

Esp. parede: 12 mm

N.º 28 - Prato/taça (?) - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 40)

Fragmento contendo porção de fundo anelar. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), muito depurada, porosa e sem elementos não plásticos visíveis a olho nu. Superfícies esmaltadas de cor azul acinzentado, está decorado no interior com exuberante decoração fitomórfica de cor azul escura e branca. Na superfície exterior observam-se parte de dois traços pintados a azul cobalto.

Esp. fundo: 9 mm **Esp. parede:** 5 mm

N.º 29 - ? - Inv.C.C.96/S18/22 (Fig. 41)

Fragmento contendo porção de parede. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finos, possuindo algumas pequenas bolhas e fendas de ar, assim como pequenas impurezas de óxido de ferro preto. Superfície externa coberta a esmalte branco, pouco espesso, irregular e decorada com motivos geométricos de linhas paralelas a azul cobalto e roxo vinoso de manganês, na face interna.

Esp. parede: 12 mm

N.º 30 - ? - Inv.C.C.96/S2 (Fig. 42)

Fragmento contendo porção de parede curva. Foi fabricado com pasta branca amarelada (5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos, embora se encontrem algumas impurezas de óxidos de ferro castanho, possui igualmente algumas pequenas bolhas e fendas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco, pouco espesso, rosado e com alguma “patine” na parte externa, com decoração vegetal estilizada em tons de azul cobalto na face interna. Fragmento em tudo semelhante ao n.º16.

Esp. parede: 12 mm

N.º 31 - ? - Inv.C.C.96/S3 (Fig. 43)

Fragmento contendo porção de parede curva. Foi fabricado com pasta branca amarelada (2.5Y.8/3), depurada, um pouco porosa e com elementos não plásticos finíssimos e algumas pequenas impurezas de óxido de ferro castanho e minúsculas bolhas de ar. Superfícies cobertas a esmalte branco e com alguma “patine”, pouco espesso e irregular na parte externa, com decoração geométrica de linhas paralelas e oblíqua em tons de azul cobalto na face interna.

Esp. parede: 12 mm

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se é verdade que algumas contribuições recentes têm sido feitas no estudo e classificação da faiança, pouco no entanto podemos acrescentar às palavras de Rafael Calado, que em 1987 se expressava deste modo: “O estudo da classificação de faiança portuguesa do séc. XVII é um assunto algo polémico, que sempre levantou dúvidas e deu lugar a discussões académicas. A falta de referências da origem e a escassez das datas, marcadas sobre as peças desta época, têm permitido diversas interpretações – nem sempre concordantes – dificultando um trabalho conclusivo aos investigadores e ceramógrafos.” (Calado, 1987). O comentário foi realizado num texto introdutório à publicação de Jan Baart (Barrt, 1987), obra pioneira que se tornou comumente uma obra de referência ao revelar os resultados das escavações realizadas num bairro em Amesterdão.

A obra de Baart veio aferir uma cronologia que baseada somente no estudo de peças museológicas, apenas fomentava a incerteza, como Rafael Calado afirmava. O investigador criou três períodos na sequência das faianças portuguesas do século XVII. Num primeiro período que ocorre entre 1600 e 1625 a faiança revelava fortes influências portuguesas tradicionais, italianas, espanholas e ainda, em menor escala, chinesas. Entre 1625 e 1650, o que caracteriza este segundo período é a imitação da porcelana chinesa associada a figurações europeias no centro dos pratos. O último período considerado, após 1650, tinha como principais características a pintura de figuras contornadas a manganês, família ornamental que outros designaram por “desenho miúdo”.

Reynaldo dos Santos, tinha em 1960, estabelecido cinco períodos para a faiança portuguesa desde o século XVI, momento das primeiras produções, até ao século XIX (Santos, 1960). Classificação cronológica em que se basearam muitos estudos, alguns deles bem recentes.

Outro passo decisivo foi sem dúvida o contributo de Steven Pendery (Pendery, 1999), que permitiu estabelecer uma tipologia para a faiança portuguesa do século XVII, ao analisar peças provenientes da costa atlântica dos Estados Unidos e comparando-a com o estudo de Baart e catálogos de museus.

O estudo das faianças de Alcoutim debateu-se com o estado embrionário dos conhecimentos. Alguns dos investigadores destas cerâmicas modernas em Portugal, como no caso de Porto e Gaia, afirmam que “o estudo, bem como o dos contextos funcionais e cronológicos em que surgiram, está também maioritariamente por realizar.” (Dórdio, Teixeira e Sá, 2001, p.120). Por outro lado o estudo das produções sevilhanas, origem que pensamos ter a maior parte dos fragmentos de Alcoutim, encontra-se ainda incipientemente conhecido, ou pelo menos por publicar. Em 1993, quando Carredano e Jiménez publicam pela primeira vez uma tipologia das cerâmicas comuns produzidas em Sevilha, Marchena e Carmona durante os séculos XV a XVIII, afirmam isso mesmo declarando que: “são praticamente inexistentes os estudos sobre cerâmica comum cristã da Baixa Idade Média e Moderna, no caso da Andaluzia” (Carredano e Jiménez, 1993).

Neste estado dos conhecimentos, em que se desconhece em parte a localização e se encontram por escavar a maioria das oficinas produtoras, pensamos que o conjunto das faianças provenientes da Casa dos Condes em Alcoutim pertence a três universos geográficos: Portugal, Espanha (muito provavelmente Sevilha) e Itália (Veneza/Faenza) e abarcam uma cronologia extensa desde os finais do século XV até ao século XVIII/XIX.

Este conjunto deve ser entendido como uma amostragem do que a sociedade moderna de Alcoutim utilizou como peças cerâmicas, revelando padrões de consumo e de abastecimento da vila neste tipo de produtos, não só a uma elite como os Condes de Alcoutim, mas também de outros sectores da sociedade, visto que os fragmentos provêm de uma camada de espessos entulhos, sem dúvida recolhidos no perímetro urbano.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu de Souza (1991) - *A faiança Portuguesa dos Séculos XVI a XIX em Vila Flor*, Recife, (policopiado – Tese de Mestrado).
- BAART, Jan; CALADO, Rafael Salinas (1987) - *Faiança portuguesa: 1600-1660. Lisboa - Amesterdão*. Amsterdams Historisch Museum/Ministério dos Negócios Estrangeiros/Secretaria de Estado da Cultura.
- BARREIRA, Paula; DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo (1998) - 200 anos de cerâmica na Casa do Infante: do séc. XVI a meados do séc. XVIII, In DIOGO, J.M. e ABRAÇOS, H.C. (Coord. de), *Actas das 2^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995*, Tondela, Câmara Municipal Tondela, pp. 145-184.
- CALADO, Rafael Salinas (1992) - *Faiança Portuguesa* [s.l.], Direcção de Serviços de Filatelia. Correios de Portugal.
- CALADO, Rafael Salinas (1993) - A Porcelana da China como Fonte de Inspiração da decoração da Faiança Portuguesa no século XVII, *Oceanos*, nº 14, Julho de 1993, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, pp. 76-83.
- CALADO, R. S.; FERNANDES, I. M.; RELMAO, R.; RIBEIRO, M. (1997) - *Faiança portuguesa do Ateneu Comercial do Porto*, Porto, Ateneu Comercial do Porto.
- CALADO, Rafael Salinas (2001) - Breve historial da faiança em Portugal. In *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*, Lisboa, Museu Nacional de Soares dos Reis, pp. 13-26.
- CALADO, Rafael Salinas (2003) - *Faiança portuguesa da Casa-Museu Guerra Junqueiro – século XVII-XVIII*, Porto, Câmara Municipal do Porto.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1987) - Alguns tipos de cerâmica dos sécs. XI a XVI encontrados em Cascais, In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, Lisboa, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 575-585.
- CARDOSO, Guilherme e RODRIGUES, Severino (1999) - Tipologia e cronologia de cerâmicas dos séculos XVI, XVII e XIX encontrados em Cascais, *Arqueologia Medieval*, (n.º6), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp.193-212.

- CARREDANO, Fernando de Amores e JIMÉNEZ, Nieves Chisvert (1993) - Tipología de la cerámica común bajomedieval y moderna sevillana (ss. XV-XVIII): I, la loza quebrada de relleno de bóvedas, *SPAL. Revista de prehistoria y arqueología de la Universidad de Sevilla*, (2) Sevilla, Servicio de Publicaciones de la Universidad de Sevilla, pp. 269-325.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2002) - Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica, *Estudos/Património*, (n.º3), Lisboa, IPPAR - Departamento de Estudos, pp.165-177.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2003) - A componente de desenho cerâmico na intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, (Vol. VI. n.º 2), Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, pp. 545-560.
- DORDIO, Paulo; TEIXEIRA, Ricardo; SÁ, Anabela (2001) - Faianças do Porto e Gaia: o recente contributo da Arqueologia, In *Itinerário da faiança do Porto e Gaia*, pp. 117-166, Museu Nacional de Soares dos Reis. Lisboa.
- FERNANDES, Isabel Cristina F. E CARVALHO, A.R. (1998) - Conjuntos Cerâmicos pós-medievais de Palmela, In DIOGO, J.M. e ABRAÇOS, H.C. (Coord. de), *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995*, Tondela, Câmara Municipal Tondela, pp. 211-255.
- GOMES V., Mário; GOMES V., Rosa (1991) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV, XV e XVI do poço-cisterna de Silves, In *A cerâmica medieval no Mediterrâneo Ocidental*, pp. 457-490, Campo Arqueológico de Mértola, Lisboa.
- GOMES V., Mário; GOMES V., Rosa (1996) - Cerâmicas vidradas e esmaltadas dos séculos XIV a XVI do poço-cisterna de Silves, *XELB*, (n.º3), Silves, Museu Municipal de Arqueologia/Câmara Municipal de Silves, pp. 143-205.
- GOMES V., Mário; GOMES V., Rosa (1998) - Cerâmicas dos séculos XIV a XVIII, da Praça Cristóvão Colombo no Funchal, In DIOGO, J.M. e ABRAÇOS, H.C. (Coord. de), *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995*, Tondela, Câmara Municipal Tondela, pp. 315-348.
- MUÑOZ, Pilar Somé e CAMBRA, Rosário Huarte (1999) - La cerâmica moderna en el convento del Cármen (Sevilha), *Arqueología Medieval*, (n.º6), Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp.160-171.
- OSÓRIO, M.P.; SILVA, A. P. (1998) - Cerâmicas vidradas da época moderna no Porto, In DIOGO, J.M. e ABRAÇOS, H.C. (Coord. de), *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995*, Tondela, Câmara Municipal Tondela., pp. 283-314
- PAIXÃO, António Cavaleiro, FARIA, João Carlos e CARVALHO, António Rafael (1994) - O castelo de Alcácer do sal. Um projecto de arqueologia urbana, *Bracara Augusta*, Vol. XLV, n.º97 (110), Braga, Câmara Municipal de Braga, pp. 215-264.
- PENDERY, Steven R. (1999) - Portuguese Tin-glazed Erthenware in Seventeenth-Century New England: A Preliminary Study, *The Journal of the Society for Historical Archaeology*, 33 (4). [s.l.], pp. 58-77.
- REAL, Manuel Luís; GOMES, Paulo Dordio; MELO, Rosário Figueiredo (1995) - Conjuntos cerâmicos da intervenção arqueológica na Casa do Infante – Porto: elementos para uma sequência longa – séculos IV-XIX, In *Actas das 1as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 28 a 31 de Outubro de 1992*, Tondela, Câmara Municipal Tondela. pp. 171-186
- SÁ, Anabela P. de (2002) - *As Faianças do século XVII do Arquivo Histórico Municipal da Casa do Infante*, Porto (policopiado – Trabalho de Investigação).
- SÁ, Anabela P. de e DORDIO, Paulo, (no prelo) - A faiança portuguesa do século XVII da intervenção Arqueológica na Casa do Infante: elementos para a sua caracterização, *Revista Cale*, Porto.
- SANTOS, Reynaldo dos (1960) - *Faiança Portuguesa Séc. XVI e XVII*, Porto, Livraria Galaica.
- SANTOS, Reynaldo dos (1970) - *Oito séculos de arte portuguesa*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- TEICHENER, Félix (1998) - A ocupação do centro da cidade de Évora da época romana à contemporânea. Primeiros resultados da intervenção do Instituto Arqueológico Alemão (Lisboa), In DIOGO, J.M. e ABRAÇOS, H.C. (Coord. de), *Actas das 2ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval: métodos e resultados para o seu estudo, Tondela 22 a 25 de Março de 1995*, Tondela, Câmara Municipal Tondela, pp. 17-31.

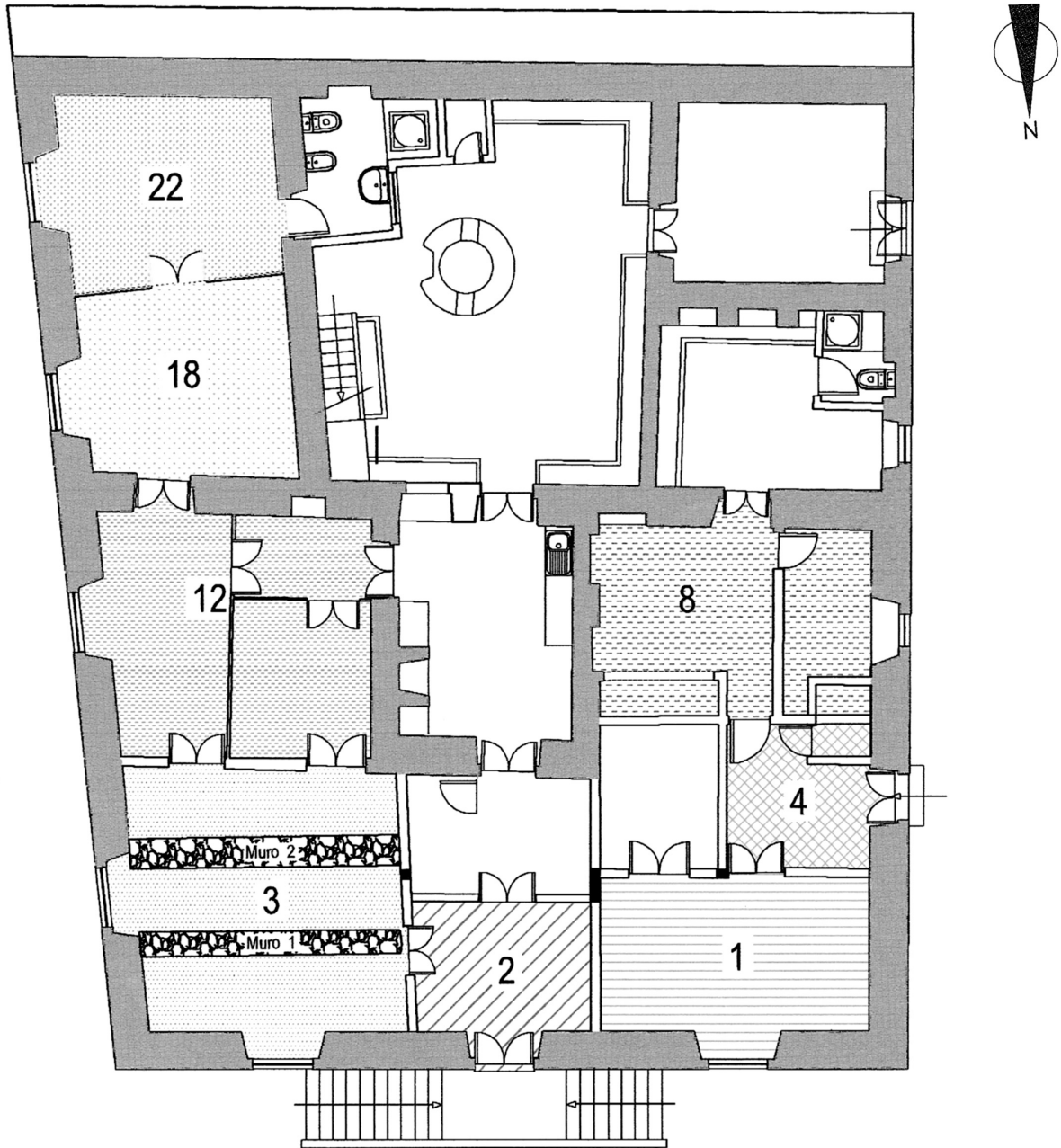


Fig. 1 – Planta da Casa dos Condes com indicação das salas onde se recolheu material e muros 1 e 2.¹

¹ Arranjo gráfico da Arq.ta Cláudia Pereira.

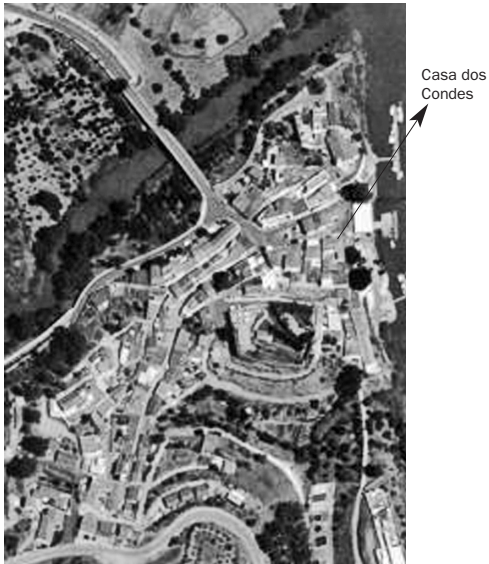


Fig. 2



Fig. 3

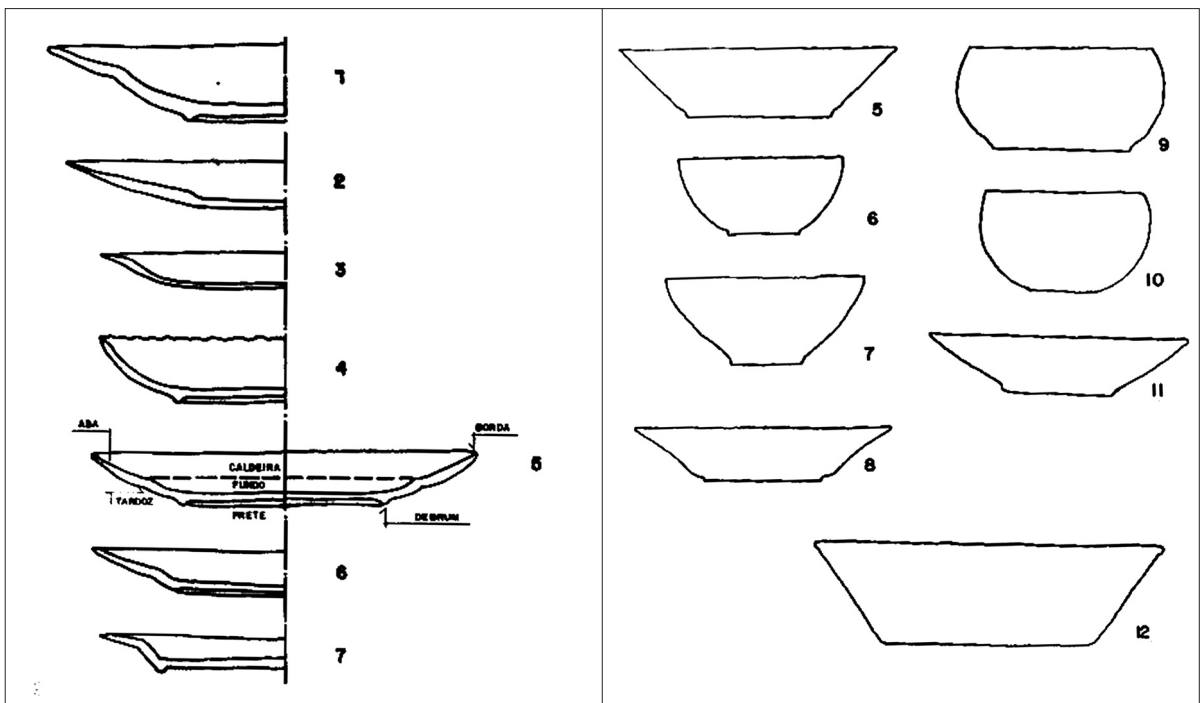


Fig. 5



Fig. 6

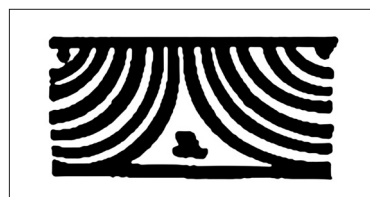


Fig. 7

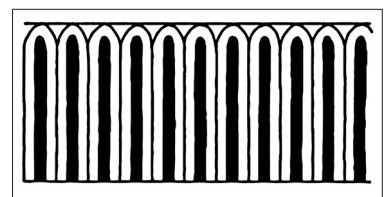


Fig. 8



Fig. 9



Fig. 10

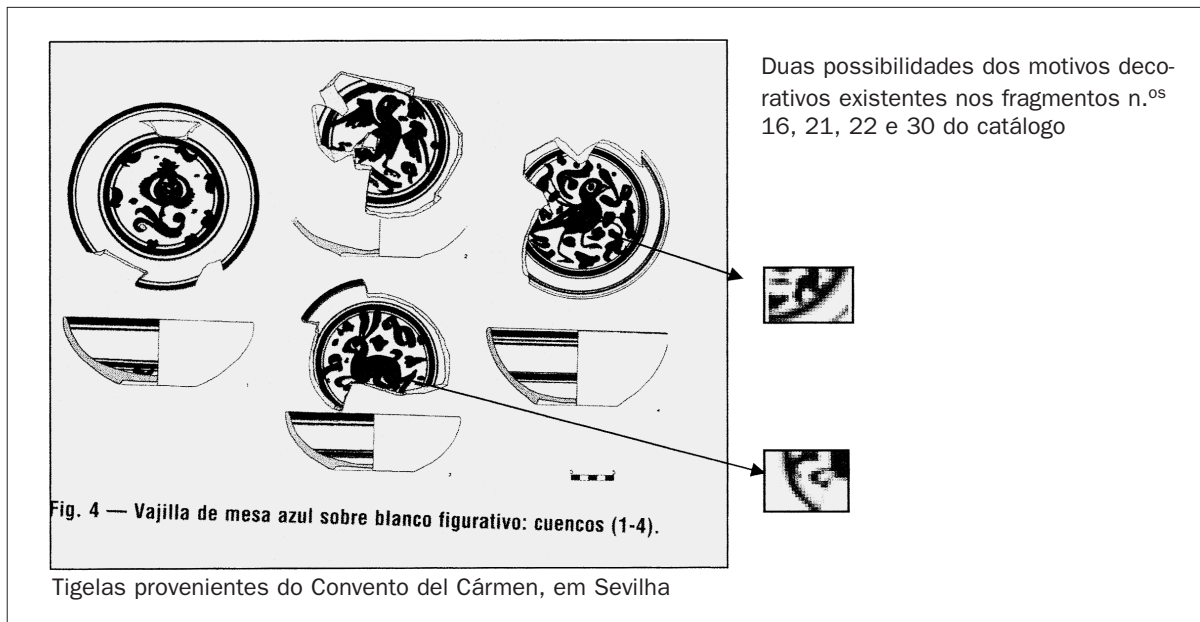


Fig. 11

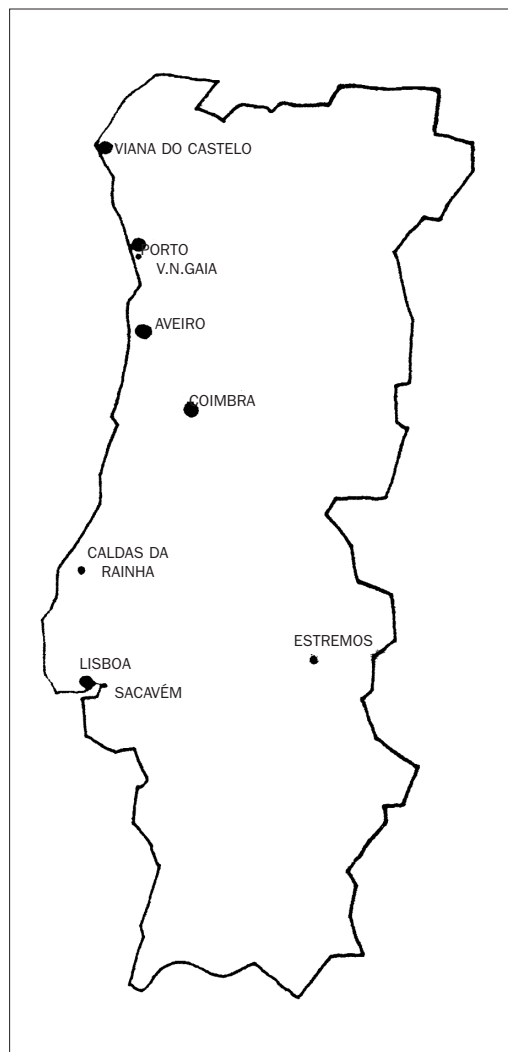
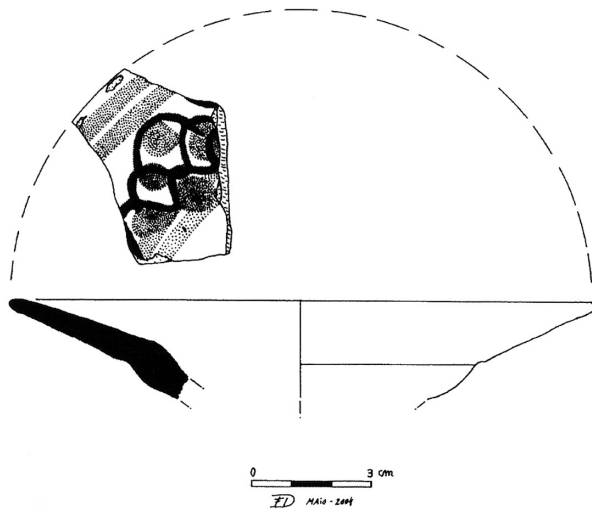
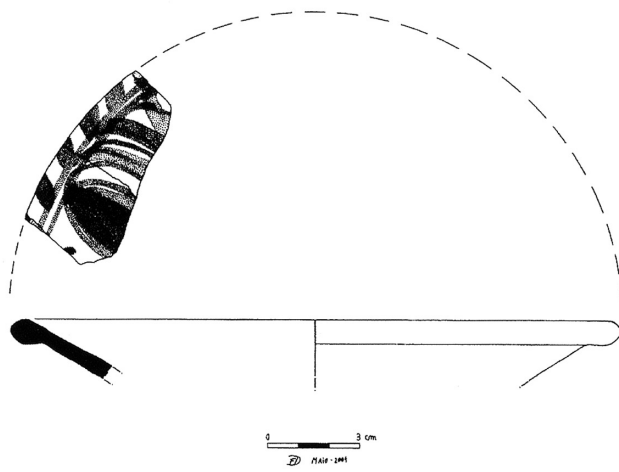


Fig. 12



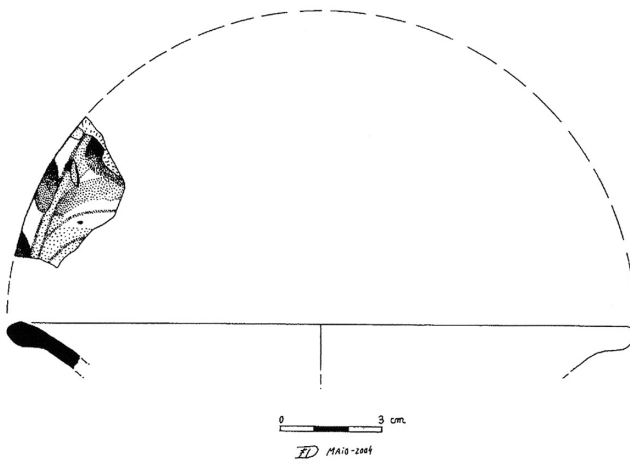
N.º 1 prato Inv.C.C.96/S3

Fig. 13



N.º 2 prato Inv.C.C.96/S3

Fig. 14



N.º 3 prato Inv.C.C.96/S12

Fig. 15

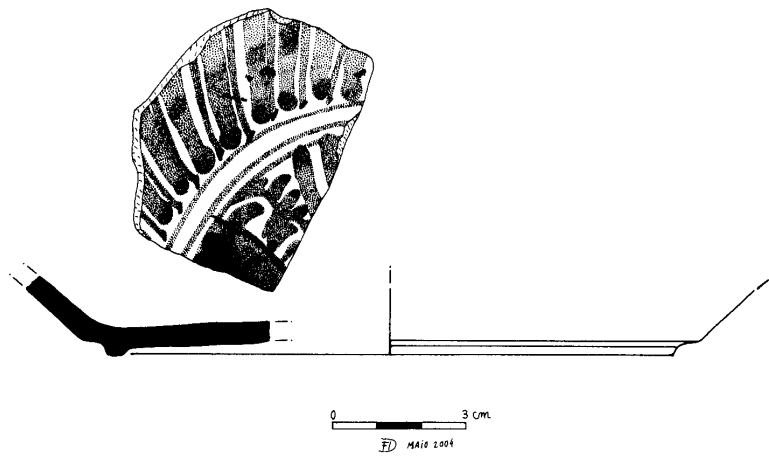


Fig. 16



N.º 4 prato Inv.C.C.96/S2

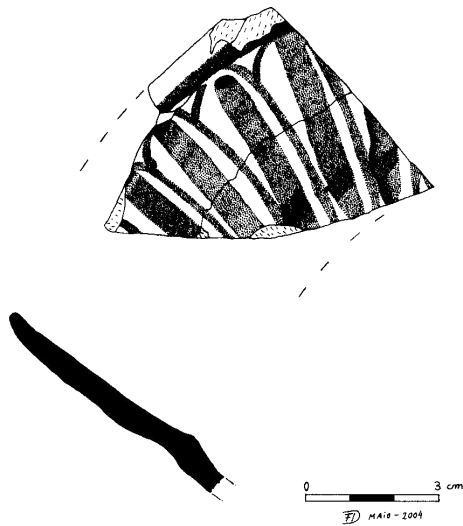


Fig. 17



N.º 5 prato Inv.C.C.96/S12

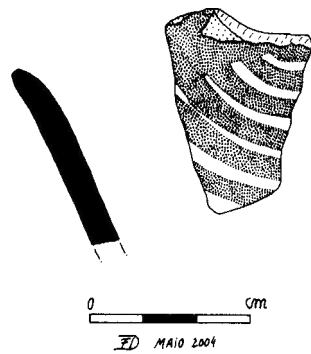
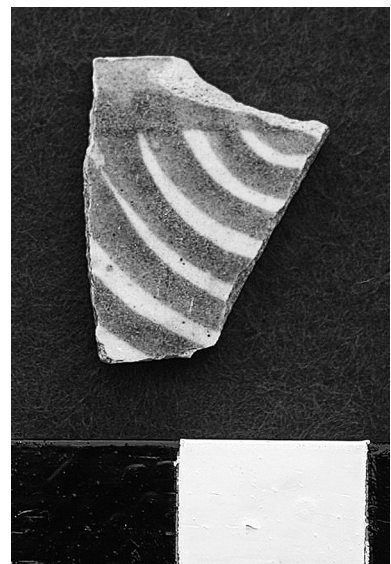


Fig. 18



N.º 6 prato Inv.C.C.96/S3/M2

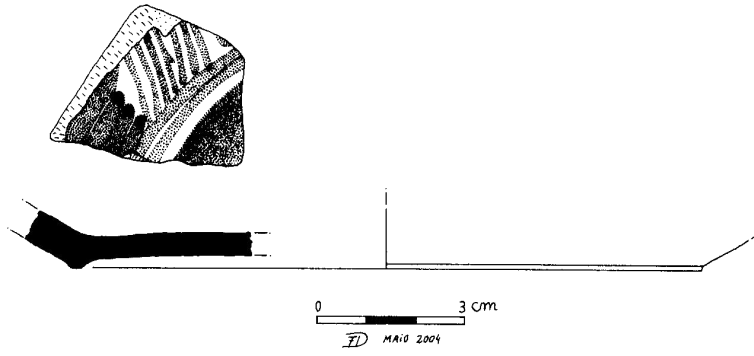


Fig. 19



N.º 8 prato Inv.C.C.96/S3/M1

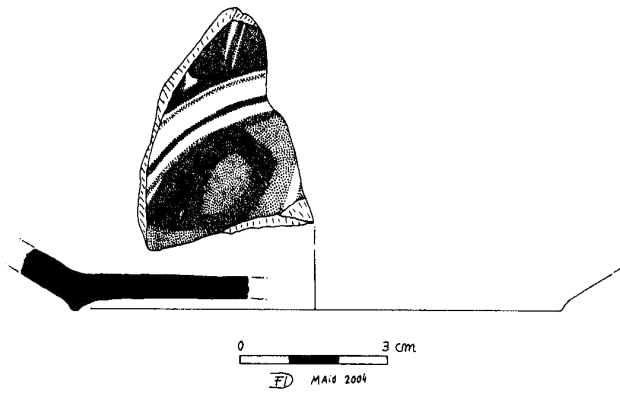
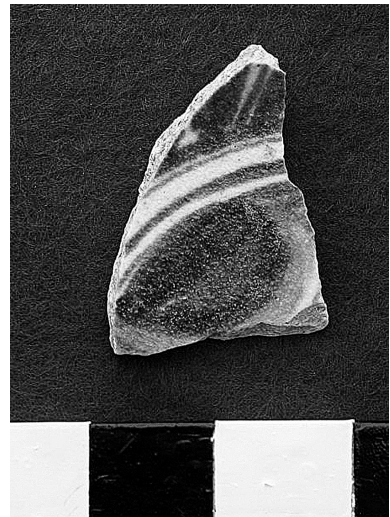


Fig. 20



N.º 7 prato Inv.C.C.96/S1

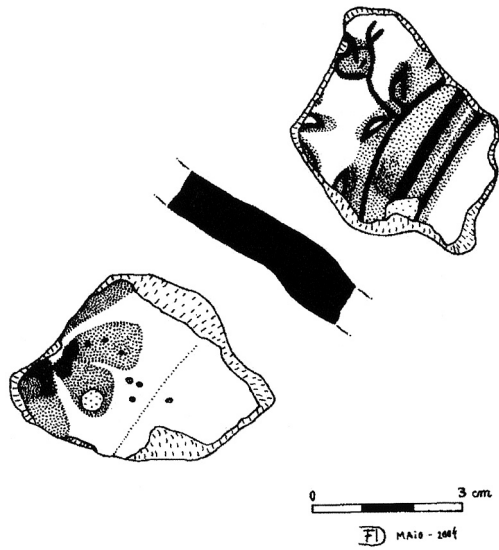
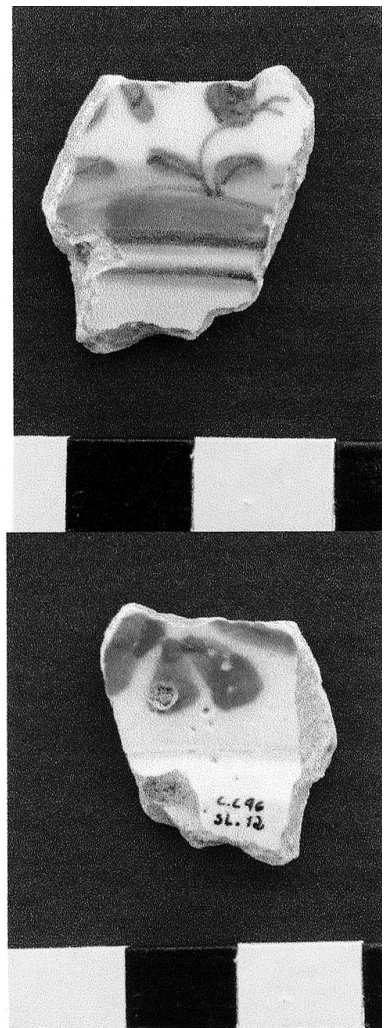


Fig. 21



N.º 9 prato (?) Inv.C.C.96/S12

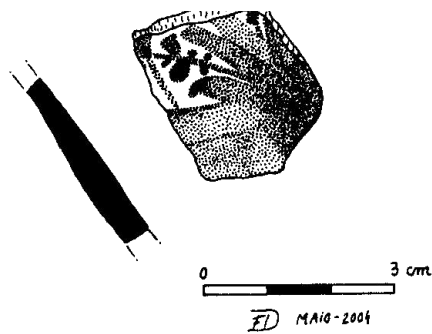


Fig. 22



N.º 10 prato (?) Inv.C.C.96/S3/M2

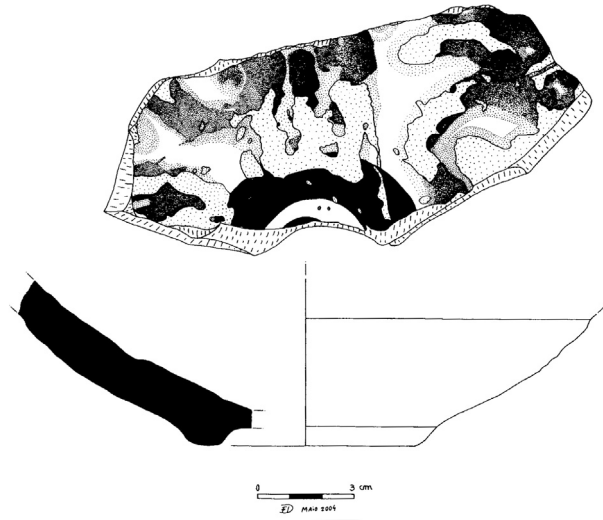


Fig. 23



N.º 11 tigela Inv.C.C.96/S2

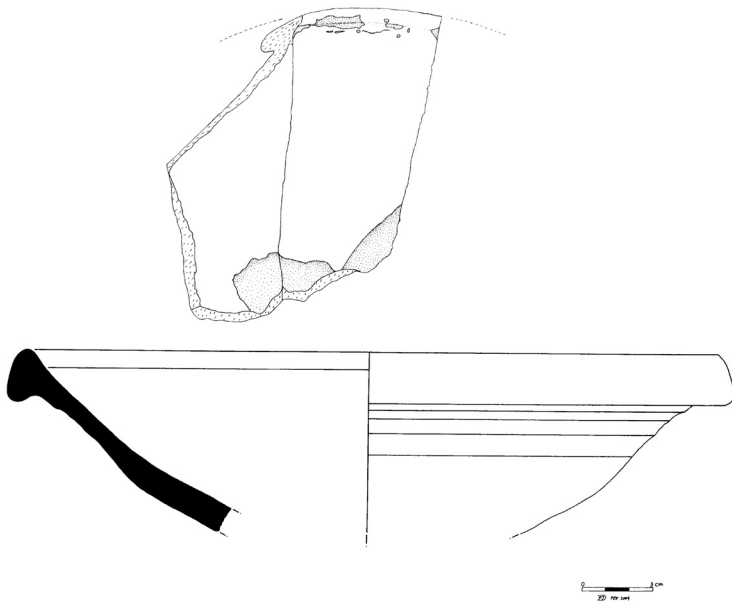


Fig. 24



N.º 12 tigela Inv.C.C.96/S2

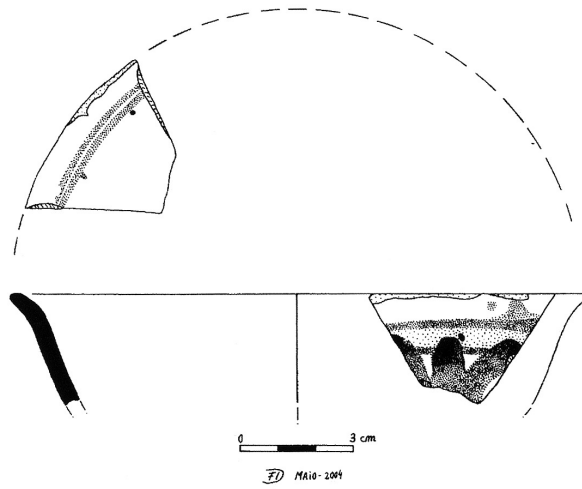
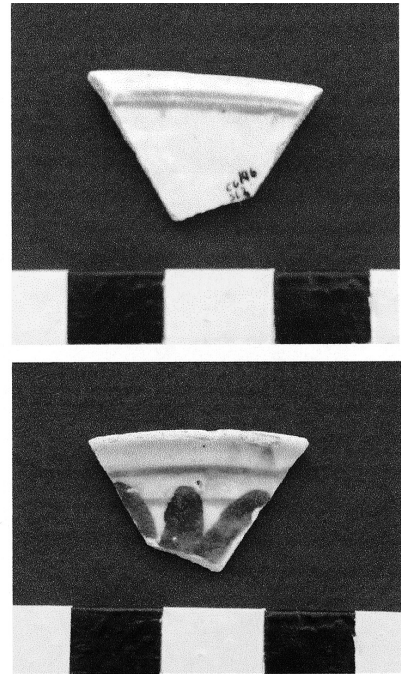


Fig. 25



N.º 13 tigela (?) Inv.C.C.96/S3

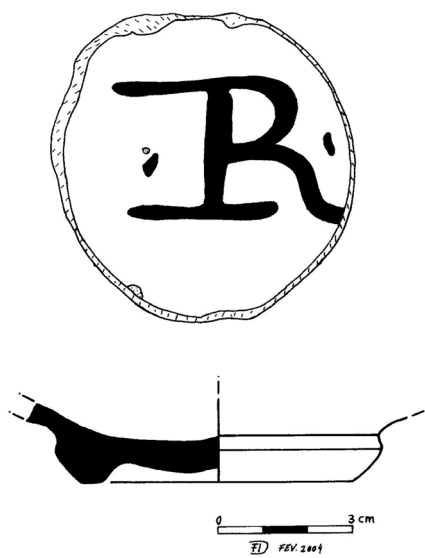


Fig. 26



N.º 14 tigela Inv.C.C.96/S12

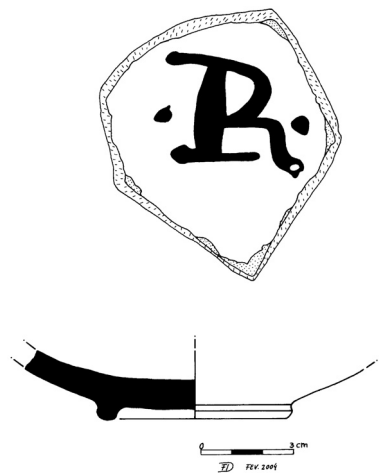
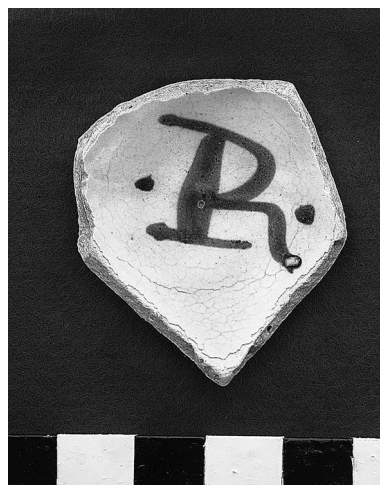


Fig. 27



N.º 15 tigela Inv.C.C.96/S2

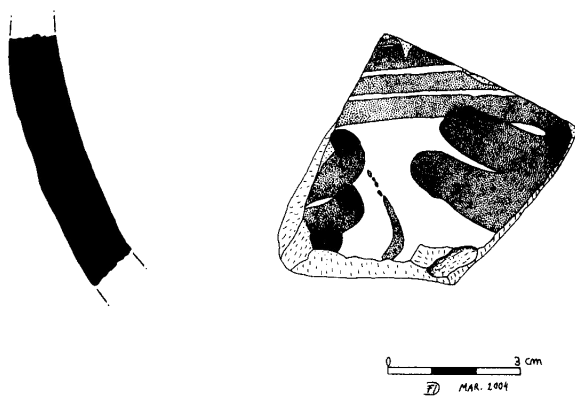
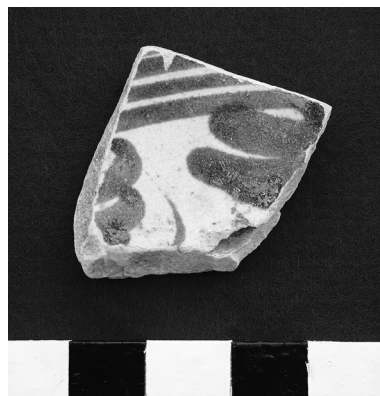


Fig. 28



N.º 16 tigela (?) Inv.C.C.96/S2

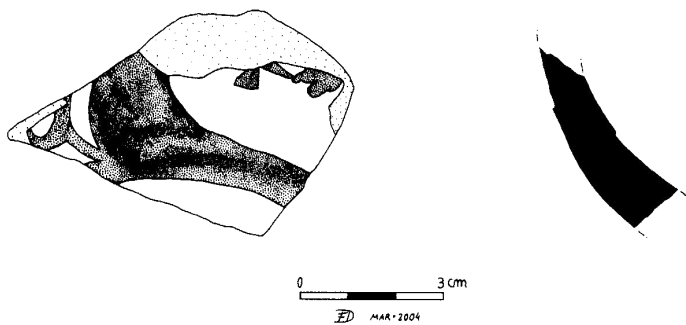


Fig. 29



N.º 14 tigela (?) Inv.C.C.96/S2

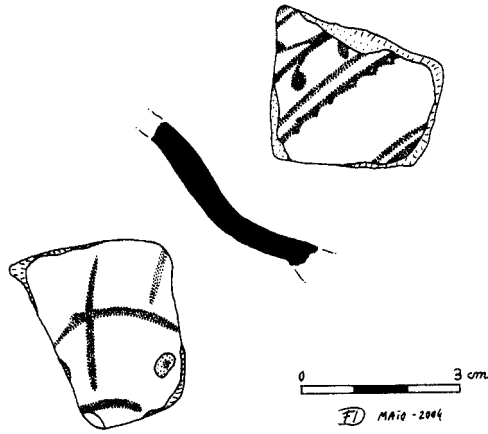
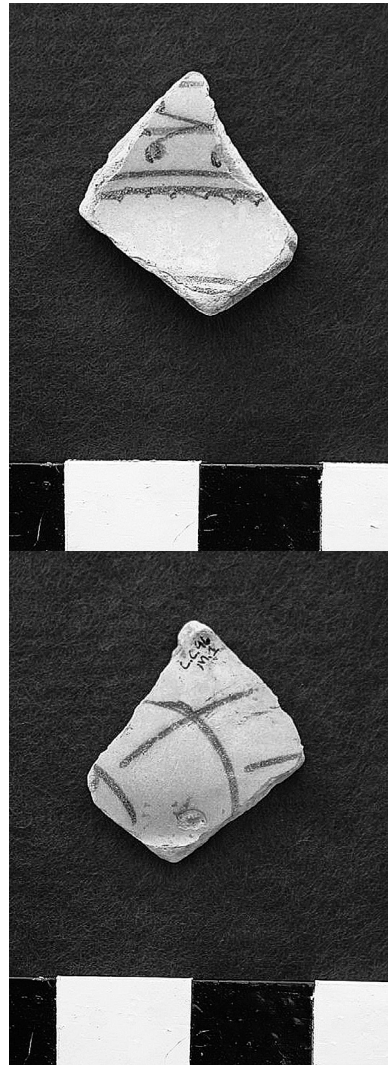


Fig. 30



N.º 18 taça (?) Inv.C.C.96/S3/M1

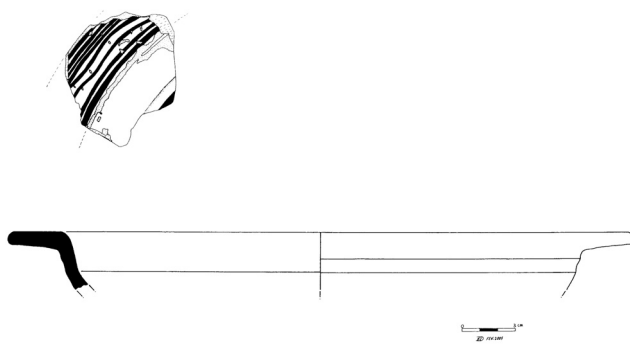
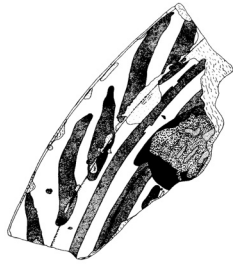


Fig. 31



N.º 19 alguidar Inv.C.C.96/S3



N.º 20 alguidar Inv.C.C.96/S18/22

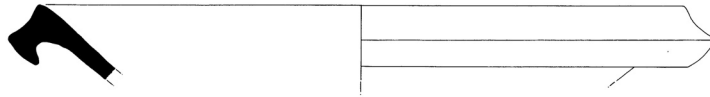


Fig. 32

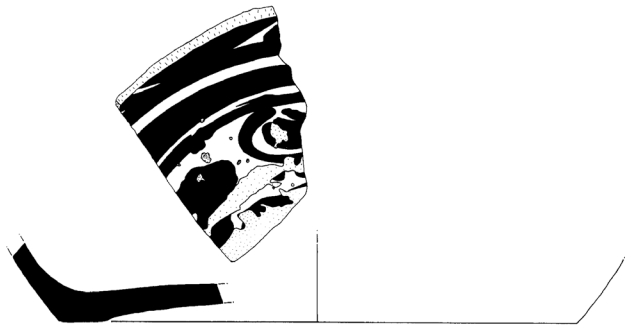


Fig. 33



N.º 21 alguidar (?) Inv.C.C.96/S12

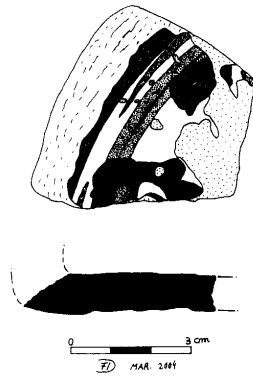


Fig. 34



N.º 22 alguidar (?) Inv.C.C.96/S12

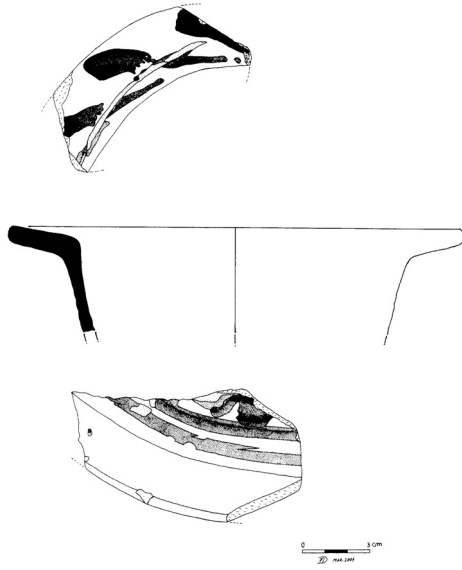


Fig. 35



N.º 23 bacio Inv.C.C.96/S3

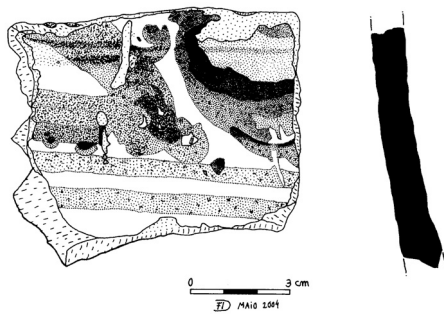


Fig. 36



N.º 24 bacio (?) Inv.C.C.96/S3

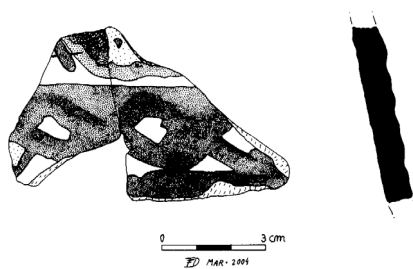


Fig. 37



N.º 25 bacio (?) Inv.C.C.96/S12 e S2

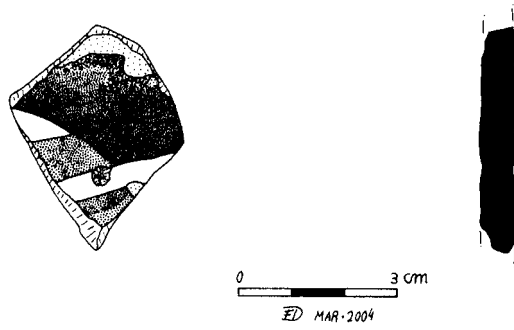


Fig. 38



N.º 26 bacio (?) Inv.C.C.96/S3/M1

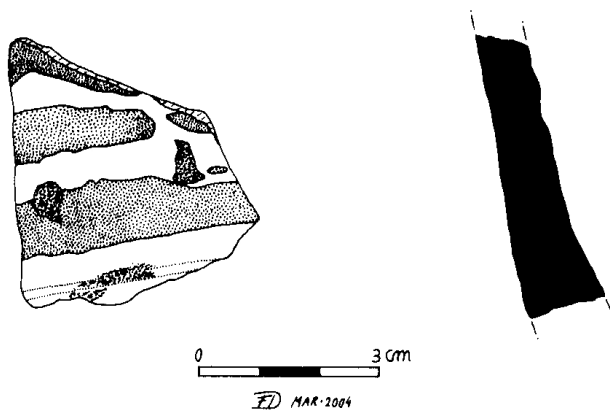


Fig. 39



N.º 27 bacio (?) Inv.C.C.96/S12

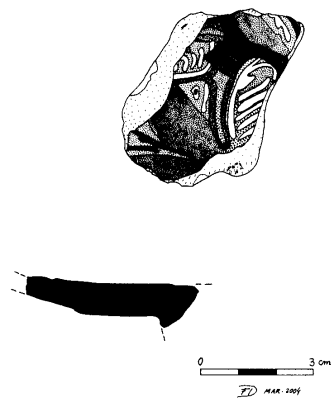
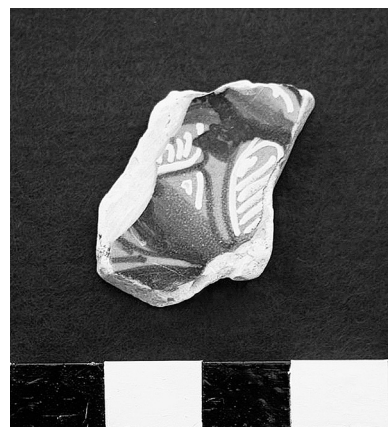


Fig. 40



N.º 28 prato/taça (?) Inv.C.C.96/S3

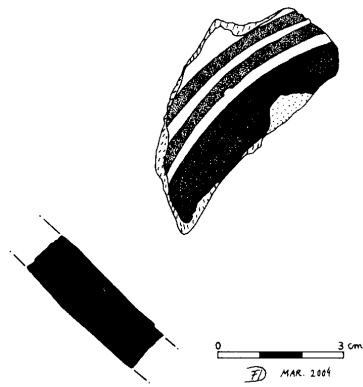


Fig. 41



N.º 29 – Inv.C.C.96/S18/22

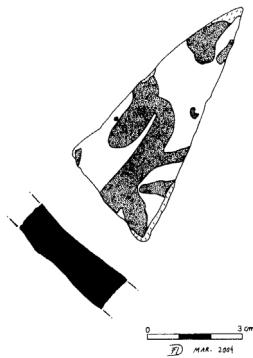


Fig. 42



N.º 30 – Inv.C.C.96/S2

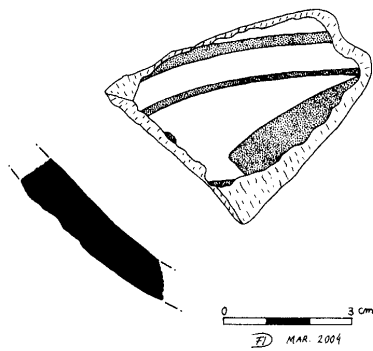


Fig. 43



N.º 31 – Inv.C.C.96/S3

ERRATA DO VOLUME 25 DE PORTVGALIA

Por lapso, no artigo de Armando Coelho Ferreira da Silva e Tarcísio Daniel P, Maciel, “Balneários Castrejos do Noroeste Peninsular. Notícia de um novo monumento no Castro de Roques”, publicado no volume XXV da *PORTVGALIA*, foi omitida a legenda da Fig. 5, p. 131, a qual é a seguinte:

- 1 – Castro de Borneiro, La Coruña
- 2 – Castro de Prados, Espasante, Ortigueira, La Coruña
- 3 – Coaña, Navia, Oviedo
- 4-5 – Pendia, Boal, Oviedo
- 6 – Chao Samartín, Grandas de Salime, Oviedo
- 7 – Castiellu de Llagú, Latores, Oviedo
- 8 – Santa Mariña de Augas Santas, Allariz, Orense
- 9 – Castro das Eiras (?), Arcos de Valdevez
- 10 – Castro de Roques, Viana do Castelo
- 11 – Braga
- 12 – Santa Maria de Galegos, Barcelos
- 13 – Monte da Saia, Chorente, Barcelos
- 14 – Castro de Sabroso, Guimarães
- 15-16 – Citânia de Briteiros, Guimarães
- 17 – Quintas, Castro de Calvos, Póvoa de Lanhoso
- 18 – Castro das Eiras, Vila Nova de Famalicão
- 19 – Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira
- 20 – Monte Castro, Sardoura, Castelo de Paiva
- 21 – *Tongobriga*, Freixo, Marco de Canaveses
- 22 – (?) Ribalonga, Alijó
- 23 – Ulaca, Solosancho, Ávila